

PAISAGEM AMBIENTE

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

30

A photograph of a lush tropical garden. In the foreground, there are various plants, including a bromeliad with red flowers and a small blue sign on a wooden post. The middle ground is filled with a dense arrangement of plants, including several tall palm trees with long, feathery fronds. The background shows more greenery and a clear sky. The overall scene is vibrant and well-maintained.

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas

Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor: Prof. Dr. Marcelo de Andade Roméro

Vice-Diretor: Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Leme

Paisagem e Ambiente: ensaios

ISSN 0104-6098

N. 30

Publicação anual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo /
Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto

Editor Responsável

Silvio Soares Macedo

Comissão Editorial

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

Euler Sandeville Júnior

Fany Cutcher Galender

Helena Napoleon Degreas

Maria Angela Faggin Pereira Leite

Silvio Soares Macedo

Conselho Editorial

Alina Santiago (UFSC)

Ana Cecília de Arruda Campos (Pesquisadora LAP-QUAPÁ, doutora FAU-PUC-Campinas)

Ana Rita Sá Carneiro (UFPE)

Angelo Serpa (UFBA)

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima (USP)

Eduardo Barra (Universidade Veiga de Almeida)

Eugenio Fernandes Queiroga (USP/PUC-Campinas)

Euler Sandeville Júnior (USP)

Fábio Mariz Gonçalves (USP)

Fabio Robba (Senac/UNINOVE)

Fany Cutcher Galender (Pesquisadora LAP-QUAPÁ, PMSP/FAUUSP)

Francine Sakata (Arquiteta paisagista, mestre, FAUUSP)

Gutenberg Weingartner (UFMS)

Helena Napoleon Degreas (Pesquisadora LAP-QUAPÁ/FMU)

Henrique Pessoa Pereira Alves (Politecnico di Milano/Itália)

Jonathas Magalhães Pereira da Silva (PUC-Campinas)

Maria Angela Faggin Pereira Leite (USP)

Maria de Assunção Ribeiro Franco (USP/Mackenzie)

Marieta Cardoso Maciel (UFMG)

Miranda M. E. Martinelli Magnoli (USP)

Paulo Renato Mesquita Pellegrino (USP)

Rogério Akamine (Pesquisador LAP-QUAPÁ, UNINOVE)

Silvio Soares Macedo (USP)

Sônia Afonso (UFSC)

Sônia Berjman (Universidad de Buenos Aires/UBA – Argentina)

Stael de Alvarenga Pereira Costa (UFMG)

Vera Regina Tângari (UFRJ)

Vicente de Paula Quintella Barcellos (UNB)

Vladimir Bartalini (USP)

Secretária da Revista

Eliane Alves Katibian

e-mail: revistapaisagemeambiente@gmail.com

Tel: 3091-4544

Periódico indexado na base Índice de Arquitetura Brasileira



CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

712

Paisagem e ambiente: ensaios / Universidade de São Paulo, Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo. – n.1 (1986) – São Paulo: FAU, 1986–

Semestral
n. 30 (2012)
ISSN 0104-6098

1. Arquitetura Paisagística 2. Planejamento Ambiental. I. Universidade
de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. II. Título

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Linha Editorial

A revista *Paisagem e Ambiente: Ensaios* é uma publicação semestral da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA), à área de concentração Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-Graduação da FAUUSP, ao Laboratório da Paisagem (LAB PA) e ao Laboratório Paisagem, Arte e Cultura (LABPARC), voltada aos estudos do espaço livre e do ambiente.

Projeto Gráfico

Sóstenes Costa

Capa

Francine Gramacho Sakata

Diagramação

Sóstenes Costa

Tiragem: 1.500 exemplares

Publicação

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente / Departamento de Projeto
Rua do Lago, 876 - Cidade Universitária
Cep: 05508-900 São Paulo SP
Fone: (11) 3091-4544 e-mail: aup@usp.br

Projeto gráfico, diagramação e impressão

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Laboratório de Programação Gráfica
Rua do Lago, 876 - Cidade Universitária
Cep: 05508-900 São Paulo SP
Fone: (11) 3091-4528 e-mail: lpgfau@usp.br

Distribuição

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Fundação para a Pesquisa Ambiental – FUPAM
Rua do Lago, 876 - Cidade Universitária
Cep: 05508-900 São Paulo SP
Fone: (11) 3819-4999 e-mail: public@fupam.com.br

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Assessoria a Eventos Culturais
Rua do Lago, 876 - Cidade Universitária
Cep: 05508-900 São Paulo SP
Fone: (11) 3091-4801 e-mail: eventfau@edu.usp.br



CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	6
----------------	---

PAISAGEM URBANA

ESPAÇOS LIVRES DA HABITAÇÃO VERTICALIZADA EM SÃO PAULO: ESTUDO DE CASO DA VILA ROMANA	13
--	----

OPEN SPACES VERTICAL HOUSING IN SÃO PAULO: VILA ROMANA CASE

Luciana Satiko Takaesu – Luciana.takaesu@usp.br

UMA EXPERIÊNCIA DE ESTUDO COLABORATIVO DE PAISAGENS NA BRASILÂNDIA, SÃO PAULO.....	29
---	----

AN EXPERIENCE OF COLLABORATIVE STUDY OF LANDSCAPE IN BRASILÂNDIA, SP

Cecília M. de Moraes Machado Angileli – cica_morais@yahoo.com.br

Euler Sandeville Junior – esandeville@gmail.com

A PAISAGEM ORIGINAL DAS CAPITAIS PLANEJADAS DO CERRADO	45
--	----

THE ORIGINAL LANDSCAPE OF THE NEW TOWNS IN THE BRAZILIAN CERRADO

Julio Barêa Pastore – jbpastore@gmail.com

MORADORES-EM-AÇÃO: CONSTITUIÇÃO DA PAISAGEM NO BAIRRO RIBEIRÃO VERDE, EM RIBEIRÃO, SP	71
--	----

*DWELLERS IN ACTION: BUILDING THE LANDSCAPE AT THE RIBEIRÃO VERDE AREA,
IN RIBEIRÃO PRETO, SP*

Laura Barzaghi de Laurentiis – lauralaurentiis@uol.com.br

PESQUISA

POR PEDAGOGIAS PARTICIPANTES E CRIATIVAS NA PAISAGEM E NO AMBIENTE.....	89
---	----

FOR PARTICIPATORY AND CREATIVE PEDAGOGY IN LANDSCAPE AND ENVIRONMENT

Euler Sandeville Junior – esandeville@gmail.com

DINÂMICAS URBANAS E PESQUISAS NO NÚCLEO DE ESTUDOS
DA PAISAGEM NA ÁREA DE MANANCIAIS..... 107

*URBAN DYNAMICS AND RESEARCHES OF THE CENTER OF
LANDSCAPE STUDIES IN THE WATER SUPPLIES AREA*

Euler Sandeville Júnior – esandeville@gmail.com

Priscila Ikematsu – pri_ike@yahoo.com.br

Gabriella Roesler Radoll – gabriella.radoll@gmail.com

Simone Miketen – simonemiketen@gmail.com

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AS FORMAS DE OCUPAÇÃO URBANA:
PROCESSO DE CRIAÇÃO DE CENÁRIOS SOCIOAMBIENTAIS..... 123

*CLIMATE CHANGE AND URBAN FORMS OCCUPATION:
PROCESS OF CREATING SOCIAL AND ENVIRONMENTAL SCENARIOS*

Laura Machado de Mello Bueno – laurab@puc-campinas.edu.br

Vera Regina Tângari – vtangari@uol.com.br

Jonathas Magalhães Pereira – jonathas.silva@puc-campinas.edu.br

Claudia Coutrim Pezzuto – claudiapezzuto@puc-campinas.edu.br

Rita de Cássia Martins Montezuma – montezum@puc-rio.br

Andrea de Queiroz Rego – aqrego@yahoo.com.br

OS SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES NA CONSTITUIÇÃO DA FORMA URBANA
CONTEMPORÂNEA NO BRASIL: PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO (QUAPÁSEL II) 137

*THE OPEN SPACES SYSTEMS IN THE BRAZILIAN URBAN FORM CONSTITUTION:
PRODUCTION AND APPROPRIATION (QUAPÁSEL II).*

Silvio Soares Macedo – lapquapa@usp.br

Eugenio Fernandes Queiroga – queiroga@usp.br

Fany Cutcher Galender – fgalender@uol.com.br

Ana Cecília de Arruda Campos – arrudacampos@terra.com.br

Vanderli Custódio

Helena Degreas – hdegreas@uol.com.br

Fabio Mariz Gonçalves – fabiomgoncalves@uol.com.br

HISTÓRIA

PARQUES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO NO SÉCULO XXI 175

COUNTYS PARKS IN SÃO PAULO IN THE 21ST CENTURY

Carolina Rodrigues Borges – carolina.rodrigues.borges@usp.br

Vladimir Bartalini – bartalini@usp.br

O PASSEIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO NA LITERATURA,
NA PINTURA E NA FOTOGRAFIA DO SÉCULO XIX 187

*THE PASSEIO PÚBLICO OF RIO DE JANEIRO IN 19TH CENTURY LITERATURE,
PAINTING AND PHOTOGRAPHY*

Euler Sandeville Júnior – esandeville@gmail.com

Solange Aragão – solangearagao@hotmail.com

FUNDAMENTOS

PAISAGENS PARTILHADAS 205

SHARED LANDSCAPES

Euler Sandeville Junior – esandeville@gmail.com

EDITORIAL

No ano de 1998, quando estava finalizando o livro *Quadro do Paisagismo no Brasil* tive a oportunidade, estando no Rio de Janeiro, de visitar um dos projetos de paisagismo mais bonitos que já tive a chance de conhecer, o parque da então denominada Gleba E, hoje (2012) conhecida simplesmente como Península, um loteamento situado na Barra da Tijuca, bairro carioca projetado por Lucio Costa na segunda metade do século passado. O parque foi projetado por Fernando Chacel e Sidney Linhares e confesso tive uma impressão muitas vezes melhor da que esperava deste belíssimo espaço público.

O parque era então a única parte urbanizada e paisagisticamente tratada do imenso empreendimento imobiliário chamado de Gleba E. Este tinha sido o fator de aprovação do loteamento, pois este para ser aberto, seus proprietários tiveram que rever toda a sua implantação e recuperar as margens da lagoa da Tijuca, que cerca o empreendimento, (daí o seu nome), então degradadas e com os manguezais extirpados, implantando no seu lugar o citado parque.

O trabalho de recuperação e de tratamento paisagístico, que demorou vários anos, teve início em 1987 e está em 2012 consolidada. O seu aspecto já era na época da minha visita nos anos 1990 de um parque consolidado e resultou em um espaço de alta qualidade paisagística tanto no sentido plástico, como funcional e ambiental. O logradouro tem cerca de três quilômetros de comprimento, a mata de manguezais forma uma parede – moldura entre as águas da lagoa e o jardim, e este se imiscui em meio a caminhos que correm sinuosos e paralelos a margem da lagoa.

O seu tratamento paisagístico, como em outros tantos seus projetos denota um domínio total dos elementos do projeto, com tapeçarias de bromélias multicores, com maciços arbustivos estrategicamente colocados e que possibilitam o refúgio de pequenos animais silvestres, com pequenos represamentos de água e com uma disposição primorosa das espécies arbóreas, que formam planos que conformam um espaço de alta qualidade plástica. Por outro lado o fato da escolha da vegetação estar baseada em critérios de utilização de espécies de restinga e mangue, as mais apropriadas para o local, faz com que o seu aspecto seja sempre bastante luxuriante como é a característica típica da vegetação local.

O projeto da dupla Sidney - Chacel se estendeu aos dois parques internos do empreendimento, que foram bastante alterados em anos posteriores, mas com o seu traço projetual ainda perceptível na assertiva da escolha dos caminhos e de equipamentos, o que mostra a qualidade dos projetos originalmente feitos para eles. Foi dos mesmos autores o projeto do vizinho parque Mello Barreto, um espaço também linear e que possui em seus princípios geradores a mesma qualidade paisagística e ambiental que estrutura o parque da Península.

Após essa primeira visita, várias outras foram feitas, a intervalos regulares de dois a três anos, e o parque manteve sua qualidade mesmo sendo contornado pelo maciço de edifícios previstos. Estes, hoje, em 2012, ocupam praticamente todos os limites do parque, que se converteu de um ponto turístico para paisagistas e estudantes de arquitetura e paisagismo em um espaço para tranquilas caminhadas dos moradores locais em meio aos espaços do pequeno bosque urbano que ali se formou e que continua sendo impecavelmente mantido pelo empreendimento imobiliário, um loteamento de acesso quase restrito, que ainda permite o acesso de visitantes curiosos.

Como muitos dos espaços criados por paisagistas, muitas das obras de Chacel e Linhares por serem de propriedade privada, estão inacessíveis ao público, ou no caso de serem públicas se deterioram com o tempo, ou não são simplesmente terminadas como o seu projeto para o parque Dom Pedro II em São Paulo, sendo pois de bastante difícil o acesso a maioria de suas obras, que aparecem ainda somente em um pequeno número de publicações, continuando sua obra bastante desconhecida de uma maioria significativa.

Os parques da Barra, aqui citados, continuam neste ano a serem dos melhores exemplos de sua obra disponíveis para o público e merecem serem visitados por todos que desejem conhecer de um modo mais consistente a obra do paisagista.

Esta edição presta esta homenagem ao arquiteto paisagista Fernando Magalhães Chacel, autor dos parques citados, falecido no ano passado (2011), um dos mais importantes paisagistas do Brasil.

Este desenvolveu intensa atividade projetual no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, sendo responsável por um sem número de projetos de alta qualidade, projetos a maioria produzidos em parceria com Sidney Linhares, seu sócio e amigo até o final de sua vida.

Foi ainda responsável por diversos estudos de grades de ensino para cursos de arquitetura paisagística sendo que ele mesmo chegou a ministrar cursos de especialização em Paisagismo, se tornando uma das maiores autoridades no assunto e sendo por isso respeitado.

Na sua obra paisagística procurou seguir e preservar uma das mais criativas e nacionalistas tradições do projeto paisagístico moderno, procurando sempre utilizar a vegetação tropical e nativa nas suas obras tendo como maiores influencias declaradas o paisagista Roberto Burle Marx e o botânico Luiz Emygdio de Mello Filho, pautando sua obra pela extrema qualidade plástica e ambiental

Sobre esta edição

A pesquisa em Paisagismo no país está em constante desenvolvimento e em 2012 são inúmeros os centros de pesquisa que se focam no assunto tendo como objeto de estudo às diversas escalas de abrangência da matéria, dos estudos paisagísticos e ambientais, as descobertas de córregos ocultos, as questões suscitadas pela presença ou ausência da arborização urbana, os estudos dos sistemas de espaços livres urbanos, a história do paisagismo nacional, os estudos da obra de nossos paisagistas como Glaziou e Burle

Marx, ao conhecimento dos métodos, conceitos e técnicas da infraestrutura verde, etc. e esta revista tem procurado divulgar o resultado deste conjunto significativo de trabalhos.

Este número, uma edição especial sobre a pesquisa em Paisagismo, contém um conjunto de artigos baseados em resultados das pesquisas recentes de diversos dos pesquisadores da Área de Concentração Paisagem e Ambiente e dos laboratórios e pesquisas dos professores do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente do departamento de Projeto da FAUUSP, desenvolvidas nos últimos cinco anos (2008 – 2012) e que permitem vislumbrar alguns dos interesses e objetos de estudo do Paisagismo nacional.

A primeira parte PAISAGEM URBANA traz um conjunto de quatro artigos que focam diferentes aspectos da cidade, o primeiro “Espaços Livres da Habitação Verticalizada em São Paulo: Estudo de Caso da Vila Romana” de autoria de Luciana Satiko Takaesu, faz uma relação entre os novos produtos do mercado imobiliário paulistano e os tipos de espaços livres gerados em função das estratégias de marketing e da legislação urbanística. O segundo focaliza a paisagem construída das cidades planejadas no centro oeste brasileiro em texto de Julio Barêa Pastore intitulado “A Paisagem Original das Capitais Planejadas do Cerrado”. O terceiro Uma Experiência de Estudo Colaborativo de Paisagens na Brasilândia, São Paulo de autoria de Euler Sandeville Junior e Cecília M. de Moraes Machado Angileli é o resultado de um dos estudos desenvolvidos pelo Dr. Euler Sandeville e seus pesquisadores e o último um artigo interessante sobre a ação popular na constituição dos espaços livres urbanos no artigo “Moradores em Ação: Construção da Paisagem no Bairro Ribeirão Verde, em Ribeirão –SP” de autoria de Laura Barzaghi de Laurentiis.

A segunda parte **PESQUISA** se foca sobre as propostas de pesquisa de três grupos de pesquisa, o primeiro mostra os procedimentos de trabalho do Dr. Euler Sandeville Jr. por meio dos artigos “Por Pedagogias Participantes e Criativas na Paisagem e no Ambiente” de autoria exclusiva do pesquisador e “Dinâmicas Urbanas e Pesquisas no Núcleo de Estudos da Paisagem na Áreas de Mananciais” de autoria de Euler Sandeville Júnior, Priscila Ikematsu, Gabriella Roesler Radoll e Simone Miketen.

Os dois últimos textos trazem projetos de grupos de pesquisa da rede nacional de pesquisa QUAPÁ SEL, coordenadas pelo laboratório QUAPÁ – Quadro do Paisagismo no Brasil da FAUUSP, o primeiro focalizando um projeto de pesquisa em andamento por um dos grupos associados da rede, coordenados por Laura Machado de Mello Bueno, Vera Regina Tângari, Jonathas Magalhães Pereira focalizando o seu mais novo projeto de pesquisa, patrocinado pela FAPESP e FAPERJ (2012), no artigo Mudanças Climáticas e as Formas de Ocupação Urbana: Processo de Criação de Cenários Socioambientais que conta ainda com a colaboração de Cláudia Coutrim Pezzuto e de Rita de Cássia Martins Montezuma e Andrea de Queiroz Rego e o segundo apresentando o novo (2012) projeto de pesquisa do laboratório no artigo “ Os sistemas de Espaços Livres na Construção da Forma Urbana Contemporânea no Brasil: Produção e Apropriação (QUAPÁSEL II)” de autoria de Silvio Soares Macedo Eugenio Fernandes Queiroga, Fany Cutcher Galender Ana Cecília de Arruda Campos, Vanderli Custódio, Helena Degreas e Fabio Mariz Gonçalves

Na sessão HISTÓRIA trazemos dois textos que abordam momentos importantes da formação dos parques urbanos o primeiro de autoria de Carolina Rodrigues Borges e Vladimir Bartolini versa sobre os Parques Municipais de São Paulo no Século XX e o

segundo de Euler Sandeville Júnior e Solange Aragão faz uma releitura da história do mais antigo logradouro do país a partir da fotografia no artigo “O Passeio Público do Rio de Janeiro na Literatura, na Pintura e na Fotografia do Século XIX”

A última parte da revista FUNDAMENTOS contém um artigo do professor da FAUUSP, Euler Sandeville Junior denominado “Paisagens Partilhadas”, que em muito pode contribuir no conhecimento da teoria do Paisagismo no Brasil.

Prof. Dr. Silvio Soares Macedo – editor



PAISAGEM URBANA

ESPAÇOS LIVRES DA HABITAÇÃO VERTICALIZADA EM SÃO PAULO: ESTUDO DE CASO DA VILA ROMANA

OPEN SPACES OF VERTICAL HOUSING IN SAO PAULO: VILA ROMANA CASE

Luciana Satiko Takaesu

Arquiteta e urbanista pela Universidade de São Paulo e mestranda do curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, área de concentração Paisagem e Ambiente e-mail: luciana.takaesu@usp.br

RESUMO

O texto apresenta a pesquisa realizada junto ao Laboratório QUAPA - Quadro do Paisagismo no Brasil - da FAUUSP. O objeto deste estudo é o fenômeno da verticalização na cidade de São Paulo, mais precisamente a produção habitacional recente, analisando o projeto de seus espaços livres do ponto de vista programático e espacial e sua influência na formação do sistema de espaços livres.

Grandes conjuntos de apartamentos estão sendo construídos e vendidos em São Paulo, ao mesmo tempo em que tipos consolidados – como a torre isolada centralizada no lote, cercada de equipamentos de recreação, permanecem como opção. Isso implica em um aumento de emprego de equipamentos de lazer, crescendo em número e variedade, que rapidamente passam da categoria de inovação à necessidade, alterando o projeto dos espaços livres.

Campanhas publicitárias usam dos espaços “verdes”, tratamento paisagístico e áreas de lazer para vender apartamentos. Toda essa produção altera a paisagem da cidade. O estudo dos agentes da produção do espaço, especialmente da legislação e do mercado imobiliário nos permite entender o desenho desses espaços. O bairro da Vila Romana é um exemplo desse fenômeno e foi escolhido como estudo de caso. O aumento do porte dos conjuntos residenciais e da complexidade do programa de seus espaços livres trazem novas possibilidades de desenho, com novas formas de apropriação e percepção dos espaços, públicos e privados, e, por fim, da cidade.

Palavras-chave: Verticalização, São Paulo, Projeto paisagístico, Espaços livres

ABSTRACT

This paper presents a research linked to the QUAPA Laboratory – Brazil’s Landscaping Portrait, from the FAUUSP. The object of this study is the São Paulo verticalization phenomena, more precisely the housing production, analyzing its open spaces from the programmatic and spatial point of view and its influence in the city’s open spaces system formation during the 1994 – 2007 period.

Large apartment buildings complexes were constructed and sold in São Paulo, while consolidated typologies, such as the isolated centralized high-rise surrounded by recreation equipment were kept as a option. Those construction undertakings increasingly employed more leisure equipments expanding its numbers and variety, and quickly they left the category of innovation to become a necessity, changing the design of its open spaces.

Advertising campaigns make use of the “green” spaces, landscaping design and leisure areas to sell apartments. All this production brings changes to the city landscape. The study of the space production agents, specially the government urban legislation and the real state market make us to understand the design of those spaces. Vila Romana neighborhood is a example of this phenomenon and has choosed a case study. The size expansion of the apartment building complexes and the increasing intricacy of its open spaces programs brings new design possibilities, with new ways of appropriation and perception, in the private and public spaces, and finally, in the city.

Keywords: Verticalization, São Paulo, Landscape design, Open spaces

INTRODUÇÃO

O texto apresenta resultados de pesquisa de Iniciação Científica realizada junto ao Laboratório QUAPA, da FAUUSP. O objeto deste estudo é o fenômeno da verticalização na cidade de São Paulo, mais precisamente a produção habitacional recente, analisando o projeto de seus espaços livres do ponto de vista programático e espacial e sua influência na formação do sistema de espaços livres. Além do estudo da legislação urbanística e do mercado imobiliário, realizou-se o levantamento dos lançamentos residenciais dos anos 1994 até 2007¹ para análise do desenho de seus espaços livres. Para o detalhamento do estudo, foi escolhida como estudo de caso uma área no bairro da Vila Romana.

São Paulo é uma das cidades em que o fenômeno da verticalização se deu de forma intensa e com destaque para o uso habitacional. Nos últimos anos, vê-se o lançamento de empreendimentos residenciais verticais de grande porte. Estes passaram a ocupar grandes terrenos, com um maior número de torres e aumento da variedade de equipamentos de lazer. A legislação da cidade, a partir de 1972, consolidou a implantação da torre isolada no lote e de equipamentos de lazer no térreo, configurando um padrão que foi importante na configuração da paisagem paulistana (MACEDO, 1987). Com a nova legislação urbanística, o mercado imobiliário aumentou sua atuação voltada para a produção residencial vertical em outras áreas, além da região mais valorizada, o vetor sudoeste.

Outro fator importante para as mudanças recentes na produção dos conjuntos residenciais verticais está ligado, entre outras variáveis, às mudanças no mercado financeiro, mais precisamente ao fenômeno de entrada das empresas de construção civil no mercado de ações. Este fato trouxe implicações tanto no número de lançamentos como no porte dos empreendimentos. Da mesma forma, implicou em inovações no produto “conjunto residencial vertical”: equipamentos de lazer e estar, serviços ligados ao condomínio, novas estratégias de valorização e publicidade para a venda deste produto.

PORTE E LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS²

As mudanças na legislação com a aprovação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (Lei n. 13.430 de 2002) e da Lei de Zoneamento (Lei n. 13.885 de 2004) estimularam o mercado a produzir empreendimentos residenciais verticais em outras áreas, além do tradicional vetor sudoeste, área mais valorizada da cidade. Através do Plano Diretor Estratégico foram definidas as áreas em que se quer estimular a ocupação ou o adensamento. A cidade foi dividida em duas Macrozonas – de Proteção Ambiental e de Estruturação e Qualificação Urbana, e estas subdivididas em Macroáreas. A partir dessas diretrizes, os potenciais construtivos foram definidos nos Planos Regionais Estratégicos, elaborados pelas subprefeituras.

Através do mapa de Política de Desenvolvimento Urbano (figura 1), pode-se observar que a maior parte da região sudoeste, a mais valorizada da cidade, é classificada

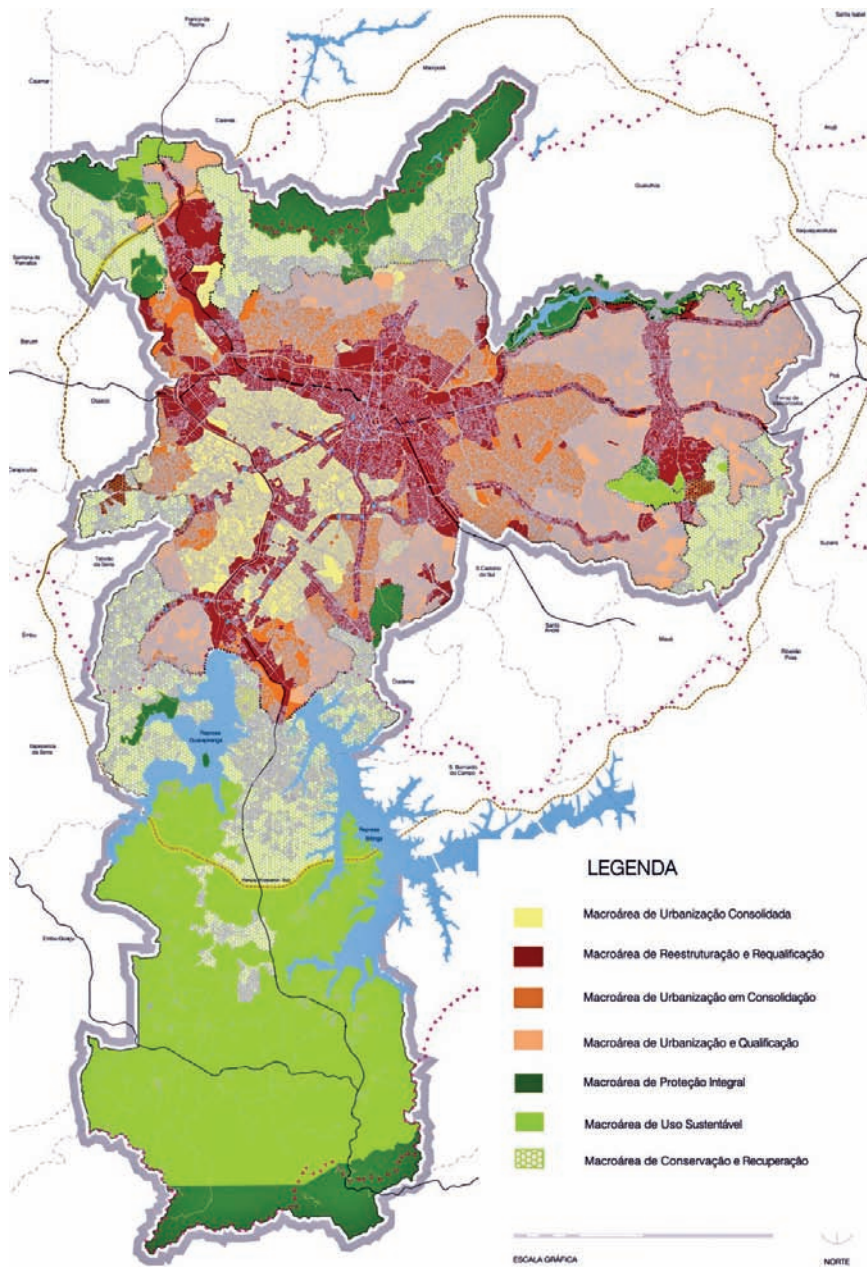


Figura 1 - Política de Desenvolvimento Urbano: Macroáreas.
 Fonte: Plano Diretor Estratégico de São Paulo. 2002.

como consolidada (em amarelo), enquanto a diretriz de reestruturação e requalificação é definida para as outras regiões. Estas coincidem com as Áreas de Intervenção Urbana e os Perímetros das Operações Urbanas Consorciadas criadas na cidade, onde, pelo instrumento da Outorga Onerosa, o empreendedor obtém um acréscimo do potencial construtivo através do pagamento de uma contrapartida financeira. Há um estoque de potencial construtivo definido para cada distrito da cidade e pode-se observar o estímulo à verticalização de acordo com o estoque reservado para cada um deles.

Outra alteração na legislação urbanística que influenciou a atuação do mercado em novas localizações está na Lei de Zoneamento em vigor que, ao retirar antigas áreas industriais da zona exclusivamente industrial, abriu para o mercado residencial áreas com grandes terrenos.

As mudanças na legislação, somadas a entrada das empresas de construção civil no mercado de ações, são o contexto para as mudanças na localização e porte dos lançamentos residenciais verticais. Além da busca do retorno para esse capital vindo das ações, as diretrizes da nova legislação incentivam novas frentes de verticalização que não o consolidado vetor sudoeste. O mercado imobiliário investiu em novas localizações, em busca de grandes terrenos e menor valor da terra, apropriando-se do porte do terreno para a implantação de equipamentos de lazer, valorização do tratamento paisagístico e do “contato com a natureza”.

Ainda sim, a produção de pequenos conjuntos residenciais verticais, com o padrão de implantação da torre isolada no lote, padrão em São Paulo, ainda é recorrente. Tampouco o vetor sudoeste deixou de ser o mais valorizado. Essas são tendências, do mercado imobiliário, consolidadas e ainda atrativas. Os processos intensos de verticalização da última década, fora do eixo de investimento consolidado do vetor sudoeste, constituem nichos de mercado definidos para os segmentos econômicos de renda média e alta, como ocorre na zona leste e norte de São Paulo, por exemplo. Outro fenômeno pode ser observado na zona oeste, como o surgimento de grandes empreendimentos imobiliários, dirigidos para moradia, na qual se selecionou o bairro da Vila Romana como estudo de caso.

ATRIBUTOS DE VENDA DO “CONJUNTO RESIDENCIAL VERTICAL”

Através dos anúncios de publicidade dos empreendimentos residenciais verticais, percebe-se como o produto é apresentado ao comprador, seja ele o consumidor final ou investidor. A partir da análise dos anúncios do acervo QUAPA foram elencados os principais atributos de mercado valorizados nos conjuntos residenciais verticais na cidade de São Paulo³. A definição dos principais atributos de mercado dos conjuntos residenciais verticais permite entender quais são as características dos empreendimentos que são viáveis e rentáveis para o mercado imobiliário e aceitas e desejadas pelo consumidor. O objetivo desse tipo de análise é estabelecer a relação entre esses atributos, que são valorizados atualmente, e a configuração dos espaços produzidos a partir da definição e valorização dos mesmos. Estes são os atributos que se destacam, isoladamente ou combinados.

- **localização:** o bairro, a proximidade de vias importantes da cidade, de ruas comerciais ou shoppings centers, equipamentos culturais, parques, colégios. A venda do atributo localização ocorre nos bairros de alta renda do vetor sudoeste da cidade, tradicionalmente considerados boa localização. Os conjuntos construídos em bairros como Higienópolis e Moema, por exemplo, não necessitam de uma variedade de equi-

pamentos de lazer para tornarem-se atraentes. A própria localização já é valorizada. Outro exemplo são bairros que passaram por processo de verticalização, mas possuem ainda trechos de ocupação horizontal. Os anúncios de empreendimentos na região da Lapa, por exemplo, valorizam o bairro pelo seu casario tradicional. Os anúncios vendem a segurança e o lazer de um clube em meio a um bairro tradicional.

A denominação do bairro em que se localiza o conjunto residencial, a proximidade a uma via importante da cidade, a uma estação de Metrô ou a um parque, é realizada com o objetivo de mostrar que o empreendimento é bem localizado. Além das chamadas do tipo “More no Jardim da Saúde” ou “a 5 minutos do Zoológico”, são comuns mapas de localização sem escala, sem proporção.

- **área verde ou “contato com a natureza”:** valorização da existência de área verde, seja interna ou externa ao conjunto residencial. Esta última refere-se à proximidade a parques, praças e relaciona-se com o atributo acima, pois remete à localização do empreendimento. A valorização da área verde ocorre em todos os portes de empreendimentos, sejam os pequenos conjuntos de uma torre ou nos conjuntos implantados em grandes glebas. Nos primeiros, é comum encontrar quatro ou cinco árvores reunidas com o nome de “bosque” ou “pomar”. Já em conjuntos implantados em grandes terrenos, em áreas de interesse recente pelo mercado, os conjuntos têm parte do terreno arborizada, pistas de cooper e áreas para ginástica entre as árvores.

Esta área verde, dentro do lote, é um item valorizado no empreendimento, mas também deve ser entendida como uma apropriação do empreendedor, por ser obrigado a manter áreas vegetadas existentes nos terrenos, ou implantar vegetação de acordo com as leis de compensação ambiental.

- **lazer:** variada gama de equipamentos e espaços de lazer e convívio. Processo observado desde os anos 1970, a diversificação dos equipamentos e ambientes de uso coletivo atingiu maior rapidez no final dos anos 1990, num processo de inovação constante em que as novidades passam rapidamente a se tornar itens obrigatórios nos conjuntos residenciais.

Os anúncios vendem a ideia de se “morar em um clube”, com equipamentos e espaços de lazer, tanto na área externa ou interna, ocupando o térreo. São espaços para o uso individual ou em grupo, estes últimos caracterizados pelos espaços de convivência que se diversificaram nos últimos anos. Para Villa, esses ambientes não constituem inovações: são derivações do tradicional salão de festas, que ganhou nomes e espaços para cada faixa etária ou tipo de atividade. (VILLA, 2008). Entre os novos itens relacionados aos usos que podem ser dados ao térreo estão facilidades como os serviços *pay per use* e os ambientes para prestação de serviços como o *beauty care*, *pet care*, bares e cafés.

- **planta/fachada do apartamento:** o anúncio vende o requinte, *status*, *glamour* de se morar em um edifício de estilo “tal” ou com um apartamento grande. Geralmente, o térreo não possui tantos itens de lazer como no item acima. Observou-se que a imagem da fachada é mais recorrente nos anúncios que o desenho da planta do apartamento.

A partir da metade da década de 1990, as plantas dos apartamentos se tornaram tão semelhantes que passaram a ser suprimidas dos anúncios imobiliários (VILLA, 2002). Pode-se acrescentar a esse motivo o processo de valorização dos espaços de uso coletivo, fazendo com que os desenhos dos espaços coletivos tomassem o lugar das plantas de apartamento nos anúncios.

A planta aparece em destaque apenas quando esse é o atributo mais importante do empreendimento. Em grande parte desses casos, os apartamentos são grandes - 3 dormitórios ou mais - possuem vários ambientes sociais (sala de estar, sala íntima, sala de jantar, sala de almoço, "amplo terraço", *family room*) e de uso íntimo (3 ou 4 suítes, áreas mais generosas nos banheiros e *closets*). Nesses apartamentos são comuns as opções de planta para converter uma das salas em dormitório ou o quarto de empregada em *home office*, por exemplo.

VILA ROMANA: ESTUDO DE CASO

A Vila Romana é um bairro que se encontra, nesta primeira década do século XXI, em um processo de verticalização, com características recorrentes em outras regiões da cidade. As características em relação à localização, porte e quantidade dos conjuntos, podem ser encontradas em outros núcleos de verticalização paulistanos, assim como suas implicações na transformação do espaço urbano. Também são semelhantes as



Figura 2 - Vista aérea da área de estudo. Sobrevoos realizados em fevereiro de 2008.
Fonte: Acervo QUAPA

características da configuração do espaço no interior dos conjuntos, como a implantação dos edifícios e o programa do térreo desses conjuntos, com equipamentos de lazer e áreas ajardinadas.

O bairro situa-se na zona oeste de São Paulo e está entre aqueles em que se observa um fenômeno de verticalização fora do eixo sudoeste da cidade. A verticalização da região da Vila Romana ocorre a partir do remembramento de lotes, em que terrenos com casas térreas e sobrados, ou ocupados anteriormente por indústrias, dão lugar a grandes condomínios. Alguns ocupam meia quadra ou a quadra inteira, gerando faces de quadra totalmente muradas. O processo é, assim, de substituição dos sobrados e galpões característicos da região por grandes lotes com características de clubes. Constitui um dos eixos de verticalização de valorização recente e tem combinados o incentivo da legislação urbanística e o interesse do mercado imobiliário em investir na região.

Na Política de Desenvolvimento Urbano, definida pelo Plano Diretor Estratégico de São Paulo, de 2004, a área é classificada como Macroárea de Reestruturação e Qualificação. Uma das intenções, em áreas desse tipo, é a promoção imobiliária, utilizando, entre outros instrumentos, as Operações Urbanas Consorciadas, incluindo a outorga onerosa do direito de construir.

A região está delimitada no PRE da Lapa como parte da Operação Urbana Diagonal Norte e Água Branca (figura 3). O município, como pode-se observar, tem dado incentivos à promoção imobiliária na região através de seus instrumentos urbanísticos. O distrito da Lapa, ao qual pertence a área, estava, no final do ano de 2007, entre os distritos que possuíam os maiores percentuais de estoques construtivos já compro-

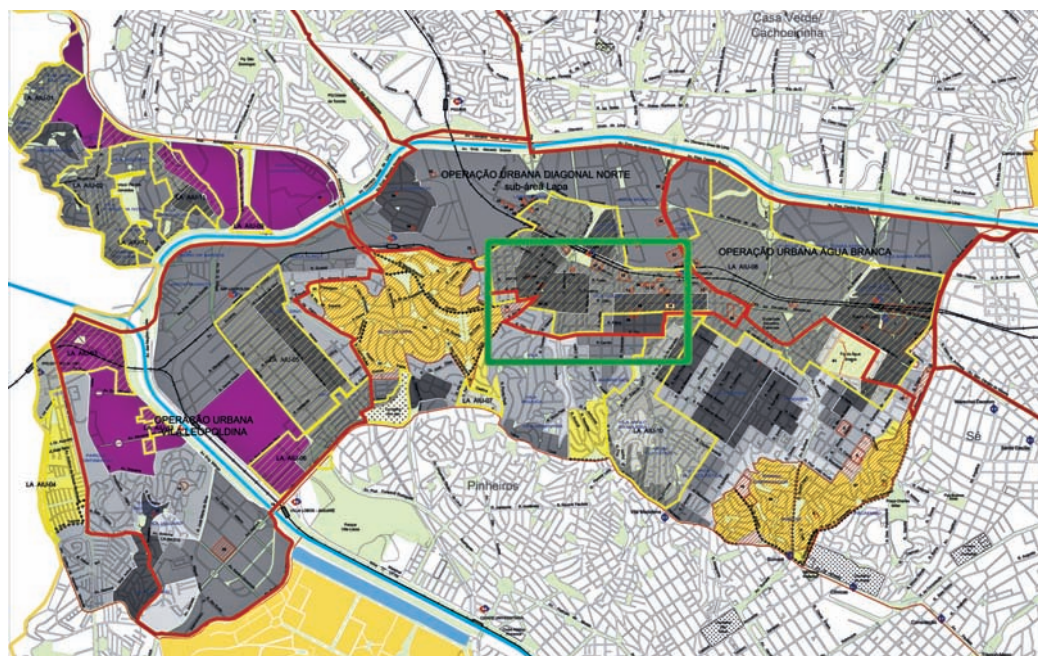


Figura 3 - Operação Urbana Diagonal Norte e Operação Urbana Água Branca. Plano Regional Estratégico (PRE) da Subprefeitura da Lapa. 2004. Em verde, indicação da foto aérea da figura 4.

metidos do município, com 63% de total disponibilizado (75.000 m²)⁴. O mercado imobiliário encontrou, então, uma região com potencial construtivo atraente e com um tipo de ocupação – casarios e galpões – passível de ser demolido e substituído por conjuntos residenciais.

Foi delimitada uma área de estudo que, segundo o Zoneamento de 2004, pertence às zonas ZM3 - Zona Mista de Alta Densidade, do tipo a e b. São as zonas que mais favorecem a verticalização, por possuírem o maior coeficiente de aproveitamento (coeficiente máximo de 2,50) e por não possuírem limite de gabarito. A concentração dos empreendimentos ocorre nas quadras adjacentes à Rua Fábيا, principalmente no perímetro da zona ZM3b, que possui coeficiente de aproveitamento básico maior em relação à zona ZM3a (figuras 4 e 5).

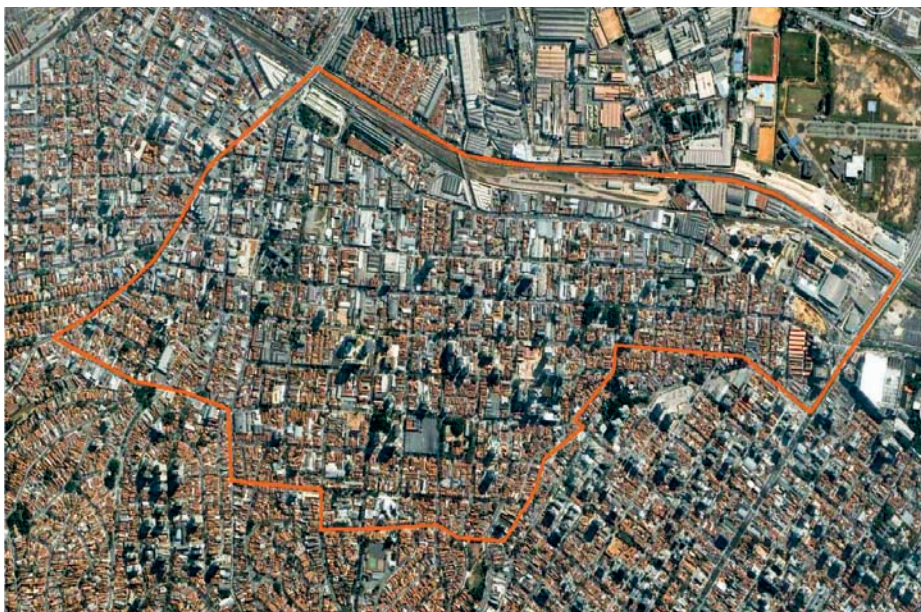


Figura 4 - Vila Romana. Estudo de caso.
Fonte: Google Earth. 2007



Figura 5 - Vila Romana. Lançamentos de dezembro de 1997 a julho de 2007.
Fonte: SECOVI-SP

Foi escolhido um trecho para a realização de uma simulação do potencial de transformação da área, de acordo com a legislação vigente. O relevo foi considerado plano, pois o desnível, de 20 metros (entre os pontos mais distantes do trecho delimitado), não confere ao local uma inclinação considerada acentuada (cerca de 3%).

O trecho engloba quadras adjacentes à Rua Fábria, onde se observam o maior número de lançamentos residenciais verticais, indicados em azul na figura 5. Engloba também quadras ao sul destas, onde já se observa um “espraiamento” desses lançamentos. A delimitação do trecho considerou também o zoneamento, englobando as zonas existentes na área do estudo de caso:

Tabela 1: Coeficientes de aproveitamento da simulação da Lei de Zoneamento.

Zona/Coefficiente	Mínimo	Básico	Máximo
ZM 3a	0,2	1,0	2,5
ZM 3b	0,2	2,0	2,5

Fonte: PRE Lapa. 2004

A simulação permite concluir que a transformação da região, através do processo de verticalização, segundo a legislação vigente, pode gerar um tecido urbano homogêneo, mesmo constituída de zonas com coeficientes de aproveitamento diferentes. Permite concluir, também, que há grande potencial de transformação da paisagem, pois os coeficientes de aproveitamento adotados para a área permitem a “reprodução do solo urbano” em uma região que, tradicionalmente, é ocupada por construções térreas ou sobrados (casario e galpões industriais, principalmente). Este grande potencial de transformação pode alterar inclusive a característica de “bairro tradicional”, que é valorizada pelo mercado imobiliário nos anúncios de empreendimentos desta região, pois o processo é de demolição de casas e sobrados, com remembramento de lotes, para dar lugares a conjuntos que ocupam boa parte da quadra e, por vezes, a quadra inteira.

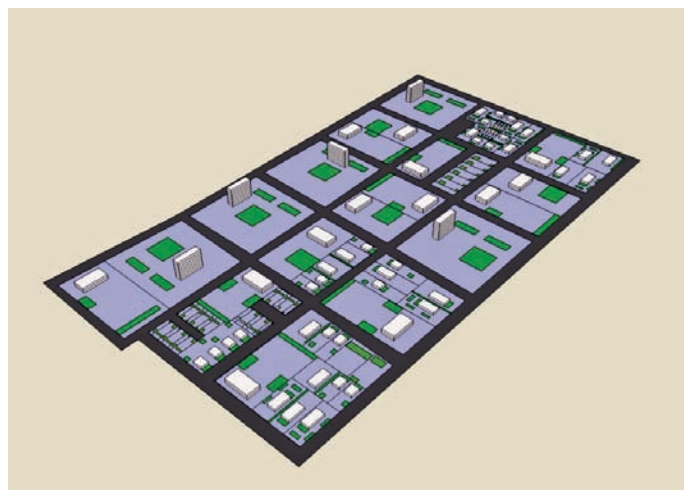


Figura 6 - Vila Romana. Simulação da Lei de Zoneamento de 2004. Coeficiente Mínimo. Fonte: Acervo QUAPA



Figura 7 - Vila Romana. Simulação da Lei de Zoneamento de 2004. Coeficiente Básico.
Fonte: Acervo QUAPA

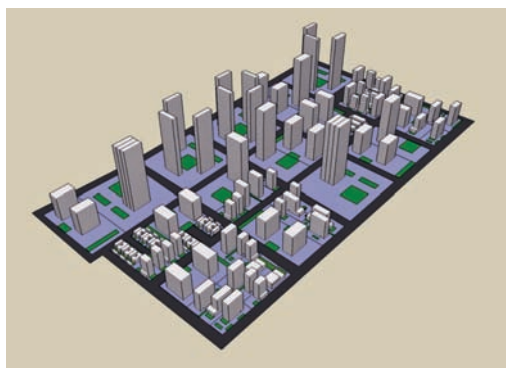


Figura 8 - Vila Romana. Simulação da Lei de Zoneamento de 2004. Coeficiente Máximo.
Fonte: Acervo QUAPA

TIPOS

A partir do levantamento dos anúncios publicitários de conjuntos residenciais divulgados em São Paulo até o final de 2007 - catálogos de rua e de *stands* de vendas (acervo QUAPA), pesquisa nos *sites* de construtoras e incorporadoras e anúncios em jornais e revistas - iniciou-se a análise do projeto paisagístico para encontrar os tipos recorrentes de desenho dos espaços livres dos conjuntos. “O tipo é uma abstração em que se identificam as propriedades espaciais comuns a uma classe de edificações. O tipo não se refere, portanto, a um tipo ideal, nem a um tipo formal, mas a um padrão habitualmente produzido em uma época.”⁵ Essa classificação em tipos não esgota toda a produção residencial vertical paulistana, mas sim traça um panorama de sua produção⁶. Tampouco sua manifestação na cidade ocorre da forma “pura” como apresentada aqui, mas sim, muitas vezes, com características de mais de um tipo combinados entre si.

Os conjuntos foram analisados sob o ponto de vista do seu porte, número de torres e implantação destas no terreno e disposição dos equipamentos de lazer e vegetação no conjunto residencial. De modo geral, observou-se a existência de uma fachada principal - a testada do lote ou a escolha de uma das fachadas - e a partir desta fachada principal um desenho semelhante a uma praça. Os equipamentos e áreas de lazer são alocados ao redor dos edifícios e nos recuos entre estes e os limites do conjunto. Os maiores equipamentos de lazer - piscinas e quadras - ficam ou no fundo do lote, quando o terreno é longitudinal, ou, em outros casos, as piscinas são dispostas no centro do conjunto (formando “complexos aquáticos”, como são anunciados), mas sempre afastadas da fachada principal. Os exemplos apresentados a seguir são de conjuntos da área da Vila Romana, através de fotos ou desenhos, padrão QUAPA, realizados para estudo comparativo dos projetos:

Conjunto em uma torre, isolada no lote, com espaços de lazer ao longo dos recuos, como eixo de circulação longitudinal (figura 9).

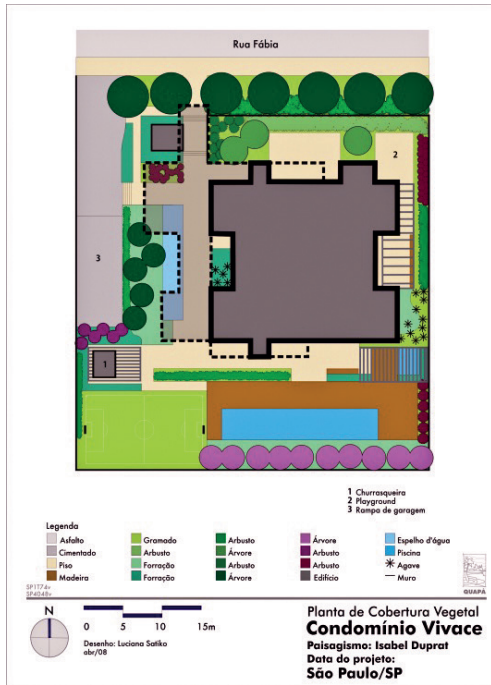


Figura 9



Figura 10

Conjuntos com duas torres, com eixo de circulação longitudinal entre elas e equipamentos de lazer alojados ao longo dos recuos, com circulação contornando os edifícios dando acesso a esses equipamentos (figura 10).

Conjuntos com distribuição simétrica das torres, com espaço com ideia de praça ou bosque central e equipamentos “atrás” das torres (figuras 11 a 15).

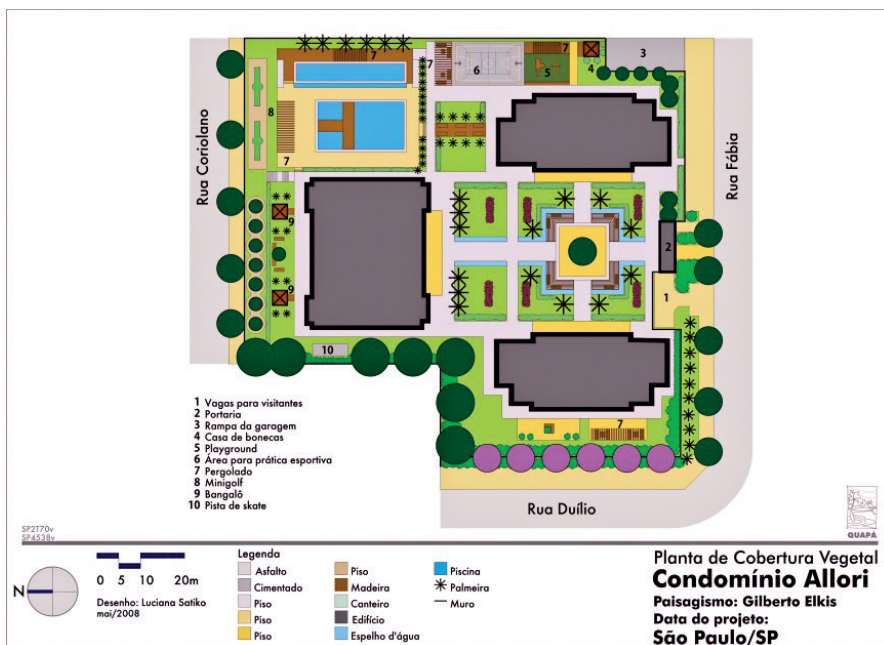


Figura 11



Figura 12



Figura 13



Figura 14



Figura 15

Figuras 11 a 15: Condomínio Paradiso Vila Romana.
Fonte: Acervo QUAPA.

Terrenos longitudinais, que condicionam a uma distribuição em linha tanto das torres como dos equipamentos de lazer. A circulação, como nos outros casos, liga os equipamentos localizados ao redor dos edifícios, mas também, é formada por caminhos que acompanham a maior dimensão do terreno. Essa configuração ocorre em áreas recentemente valorizadas pelo mercado imobiliário ao longo de avenidas ou ferrovias (figuras 16 a 20).

O desenho dos espaços livres permanece tendo como determinantes as regras de ocupação do lote. Na forma mais comum, o da torre isolada no lote, o espaço livre é o resultante dos recuos obrigatórios do edifício, gerando jardins frontais e corredores com canteiros, espaços de recreação e estar. A mesma lógica ocorre em terrenos maiores, porém, há maiores possibilidades de implantação do(s) edifício(s), com ampliação do programa de lazer para fazer uso do terreno. Quão maiores as dimensões do terreno, maiores as possibilidades de desenhos dos espaços livres.

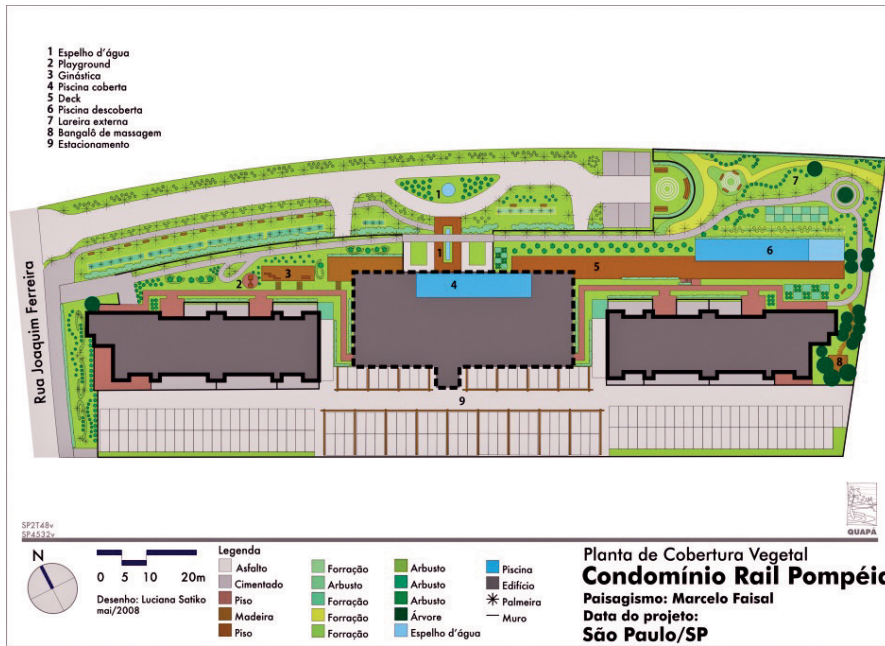


Figura 16



Figura 17



Figura 18



Figura 19



Figura 20

Figuras 16 a 20: Condomínio Raul Pompéia.
Fonte: Acervo QUAPA

CONSIDERAÇÕES

Os grandes lançamentos, observados na cidade de São Paulo, apresentam o desenho de seus espaços livres semelhante a um clube ou de um bosque em meio aos edifícios. A implantação de conjuntos residenciais em grandes terrenos, a variedade de equipamentos de lazer e a alusão da “vida junto à natureza” devem ser entendidos como uma estratégia do mercado imobiliário diante do grande vulto de capital que vem recebendo para produzir retorno a esses investimentos.

Como resultado a este superequipamento das áreas privadas verticalizadas, em um flagrante processo de compensação das carências locais de espaços públicos, pode-se considerar tais áreas como de baixa demanda dos mesmos para recreação e lazer, apesar de por vezes serem apontadas como áreas carentes de tais equipamentos. Outra questão levantada foi o questionamento sobre a real utilização dos equipamentos e espaços de lazer e estar nos conjuntos residenciais pelos seus moradores. São equipamentos destacados nos anúncios publicitários e parecem importantes na decisão da compra de um imóvel. Porém, seria interessante analisar, o que não era o objetivo deste trabalho, a apropriação dos espaços livres desses conjuntos e as demandas reais de espaços livres e equipamentos de lazer nos espaços privados.

O estudo dos agentes da produção desse espaço, principalmente do poder público, através da legislação urbana e do mercado imobiliário, permite compreender a produção desses conjuntos e, assim, as condicionantes de desenho desses espaços. O aumento do porte dos conjuntos residenciais e a complexidade do programa de seus espaços livres trazem novas possibilidades de projeto, assim como novas formas de apropriação e percepção, tanto do espaço privado, como do espaço público e, por fim, da cidade.

Notas

- 1 A Pesquisa de Iniciação foi realizada entre 2006 e 2008, com análise de conjuntos residenciais verticais produzidos em São Paulo no período 1994 a 2007. Teve com objetivo, entre outros, dar continuidade a pesquisa de Iniciação Científica realizada por Francine Gramacho Sakata, que analisou o desenho dos espaços livres dos edifícios de apartamento em São Paulo até 1994.
- 2 Entrevista realizada com Prof. Dr. João Meyer, da Faculdade de Arquitetura de Urbanismo da Universidade da São Paulo.
- 3 Estudo realizado através da consulta ao catálogo QUAPA de anúncios de empreendimentos imobiliários residenciais (catálogos de rua e de stands de venda e imagens dos sites das construtoras e incorporadoras), principalmente os divulgados no ano de 2007.
- 4 Entre os distritos com os maiores percentuais de estoque residencial comprometido destacavam-se o Cambuci (100%), Liberdade (97%), Lapa (63%), Rio Pequeno (42%), Vila Leopoldina (40%). Fonte: Apresentação de Nilza Souza Antenor. Ciclo de Palestras QUAPASEL – novembro de 2007.
- 5 VAZ, Lilian. In: MENEH, Marcia. **Morfologia da Paisagem Verticalizada: Conflitos e padrões urbanísticos**. 1997. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 1997. p. 32 e 33.
- 6 São referências os trabalhos de Silvio Soares Macedo, de 1984, e de Solange Aragão, de 2005. Ambos classificaram os conjuntos residenciais verticais paulistanos em tipos. Assim, alguns dos tipos apresentados aqui são iguais aos identificados por eles e outros são novas configurações, observadas durante a realização desta pesquisa.

Bibliografia

- ARAGÃO, Solange Moura Lima de. **Espaços livres urbanos**: A produção da caracterização das áreas de uso comum dos conjuntos de edifícios de apartamentos paulistanos (1990-2004). 2005. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2005.
- BARBON, Ângela Luppi. Mercado formal privado. In: **Mobilidade residencial intraurbana em grandes centros**: RMSP. 2003. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Orientador: Raquel Rolnik. Campinas. 2003.
- FERREIRA, Nadia Somekh M.. **A (des)verticalização em São Paulo**. 1987. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1987.
- MACEDO, Sílvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: Edição do autor, 1999. (Coleção Quapá.)
- _____. **São Paulo, paisagem e habitação verticalizada**. Os espaços livres como elemento de desenho urbano. 1987. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1987.
- MAGNOLI, Miranda M. E. M.. **Espaços livres e urbanização**: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. São Paulo: FAUUSP, 1983.
- MENNEH, Márcia Unti Halluli. **Morfologia da paisagem urbana verticalizada**: Conflitos e padrões urbanísticos. 1997. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1997.
- SAKATA, Francine Gramacho. **As linhas projetuais da arquitetura paisagística no desenho dos espaços livres nos edifícios de apartamentos**. 1994. Relatório (Iniciação Científica). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo/ FAPESP. São Paulo. 1994.
- SÃO PAULO. Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria de Planejamento Urbano. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo 2002-2012**. São Paulo: Editora Senac/ Prefeitura Municipal de São Paulo, 2002.
- _____. Secretaria de Planejamento Urbano. **O novo zoneamento ao alcance de todos**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.
- _____. Lei n. 13.430 de 2002.
- _____. Lei n. 13.885 de 2004.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A identidade da metrópole**: A desverticalização em São Paulo. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1994.
- VILLA, Simone Barbosa. **Apartamento metropolitano**: Habitações e modos de vida na cidade de São Paulo. 2002. Dissertação (Mestrado). Orientador: Prof. Dr. Marcelo Tramontano. - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos. 2002.
- _____. O produto imobiliário paulistano. Uma crítica à produção de apartamentos ofertados no mercado imobiliário a partir de 2000. In: **Morar em Apartamentos**: A produção dos espaços privados e semiprivados nos apartamentos ofertados pelo mercado imobiliário no século XXI, na cidade de São Paulo. Critérios para Avaliação Pós-Ocupação comportamental. 2008. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

UMA EXPERIÊNCIA DE ESTUDO COLABORATIVO DE PAISAGENS NA BRASILÂNDIA, SP

AN EXPERIENCE OF COLLABORATIVE STUDY OF LANDSCAPES IN BRASILÂNDIA, SP

Cecília Maria de Moraes Machado Angileli

Arquiteta e Urbanista, Mestre e Doutoranda pela FAUUSP – Área Paisagem e Ambiente. Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Paisagem, com bolsa de doutorado da FAPESP. e-mail: cica_morais@yahoo.com.br

Euler Sandeville Júnior

Arquiteto e Urbanista, Arte-Educador, Pós-graduado em Ecologia, Mestre e Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAUUSP. Professor Livre-Docente do Departamento de Projeto da FAUUSP, Vice-coordenador da Área Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP. Coordenador do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade, FAUUSP. e-mail: esandeville@gmail.com. URL: <http://espiral.net.br>

RESUMO

Neste texto são apresentadas possibilidades de compreensão de paisagens e de interferência nos processos que as produzem, a partir de experiências realizadas em comunidades localizadas na pré-Serra da Cantareira – Distrito de Brasilândia – zona norte do município de São Paulo. Entende-se que o estudo colaborativo da paisagem mostra-se para o morador como uma ação com potencial emancipatório. Contribui com as comunidades envolvidas na mudança de suas realidades a partir da reflexão sobre os aspectos da produção de sua paisagem. Possibilita ao pesquisador a construção de um novo referencial urbanístico, social e ambiental, para estudo da paisagem, elaborado de modo dialógico. Esta estratégia tem como base a criação de frentes do Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) nas áreas de estudo, como um projeto-piloto, no qual pesquisadores e população são parceiros na investigação da realidade, compartilhando e produzindo conhecimentos, organizando ações e difundindo estes conhecimentos através de meios de comunicação social.

Palavras-chave: Paisagem, Participação social, Habitação

ABSTRACT

In this text we present some possibilities of comprehension of landscapes as well as of interference in those processes which produce them, from experiments carried out in communities located at the pre-Serra da Cantareira – district of Brasilândia – North Zone of São Paulo city. We understand that the collaborative study of landscape presents itself to residents as an action with a potential of emancipation. It is accessory to communities which take part in the change of their realities from a reflection on aspects of production of their landscape. It makes it possible for researchers the construction of a new urban, social and environmental referential for the study of landscape, created in a dialogical way. Such strategy has as its basis the creation of fronts from the Landscape Studies Group (LSG) in areas of study as a pilot project in which researchers and residents are partners in the investigation of reality, sharing and producing knowledge, organizing actions, and spreading such knowledge by media.

Keywords: Landscape, Social Participation, Housing

INTRODUÇÃO

A produção colaborativa do conhecimento sobre paisagens parte do princípio de que a paisagem não deve ser compreendida e planejada apenas com procedimentos de estudo e intervenção prontos/padronizados, concebidos a partir de um enfoque universalista e distanciado, excluindo seu caráter local. Ao contrário, pode ser decisiva a inserção do pesquisador na realidade que pretende conhecer e dos interlocutores desses estudos como protagonistas de sua realização.

A paisagem seria então estudada sob dois aspectos, das vivências do cotidiano e das estruturas socioeconômicas na configuração do espaço. Sua compreensão passa pelo entendimento de suas peculiaridades, ligadas diretamente a diversos patamares de significações culturais¹, bem como pelo domínio de um quadro de referências teóricas sobre o processo de produção social² dessa paisagem. Desse modo, o conhecimento da experiência de vida dos moradores é cotejado com as contradições sociais em que se dá, tornando possível perceber, no acontecer da vida cotidiana, os modos como as pessoas experimentam o mundo que compartilham e constroem em interação.

Sob essa ótica, a paisagem urbana e sua gente são inseparáveis, sendo as práticas, os comportamentos, os laços afetivos com a paisagem, bem como a sensibilidade do pesquisador para essas percepções, condicionantes fundamentais para que esta seja compreendida (SANDEVILLE JR., 2004). As pessoas que percorrem esses lugares diariamente, que vivem nesses lugares, detêm o saber de quem constitui a própria paisagem e que deve ser valorizado. Um conhecimento que dialoga com as ligações emocionais³ que as pessoas têm com a paisagem (ANGILELI, 2007).

Essa relação fundamental entre indivíduo e paisagem é apresentada por Berque (2004) como a necessidade das pessoas de materializar suas identidades no espaço em que estão englobadas, baseado na ideia de influências recíprocas, relação que denomina de *trajetivité*. Sandeville Jr. (2004, 2005), nessa perspectiva, inclui o pesquisador na paisagem por meio de sua concepção de “paisagem enquanto experiência partilhada”, reforçando a possibilidade do pesquisador apreender impressões e símbolos ao repartir, conjuntamente com quem produz e vive a paisagem estudada, sentimentos, memórias, práticas e conhecimentos. Abandona a comum, mas impossível, separação entre quem observa (o corpo no espaço vivido) e o observado (o espaço), reconhecendo-se ambos em interdependência e interação.

“O observador-sujeito distanciado e desapassionado torna-se vivente, em interação complexa e afetiva com a paisagem. Paisagem torna-se, portanto, subjetividade, não mais a do ponto de vista individual (cada um vê o que quer), torna-se complexa, decorrente da intersubjetividade, da experiência, da existência. Torna-se interatividade, ou como quer Berque (2000), “trajetividade”. Torna-se experiência de vida: experiência partilhada.” (SANDEVILLE JR.; BOERING, ANGILELI, 2010, p.3).

Mesmo ainda não tendo métodos totalmente reconhecidos para avaliar a paisagem sob esta orientação, é grande o interesse do estudo da paisagem enquanto experiência.

Não é só a valorização do sujeito que a observa e a constitui⁴ que está sendo proposta. É a descoberta da paisagem ou das paisagens aos poucos, e a partir de uma contínua troca entre pesquisador e pesquisado, no qual ambos são transformados (SANDEVILLE JR., 2005; ANGILELI, 2007).

Essa “simbiose” se dá pela experiência e pelo partilhar, o que exige do pesquisador mais do que se envolver, exige fazer parte, sem, no entanto, deixar de compreender seu papel de pesquisador. Nesta reflexão, o partilhar tem grande influência da educação libertária⁵, porque para construir junto o conhecimento é preciso reconhecer-se na própria incompletude (FREIRE, 1996). Não existe, deste modo, ensinar (ou conhecer) sem aprender, e vice-versa, é uma troca, que também representa uma intenção de superar as desigualdades de acesso e produção de conhecimento de parte da população⁶.

“Conhecer sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a sua história de classe. Aprender a reescrever a História através da sua história. Ter no agente que pesquisa uma espécie de gente que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a pesquisa participante – onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos do mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes – pretende ser um instrumento a mais da reconquista popular.” (BRANDÃO, 1999, p.11)

Esta proposição de estudo da paisagem mostra-se com grande potencial, pois se trata de uma possibilidade de conexão entre universidade e comunidade, onde se fundem diferentes saberes. Para a universidade, permite o acesso a conhecimentos locais essenciais para entender as reais dinâmicas da paisagem e nelas reconhecer, ou não, processos mais estruturais, bem como nos desafia a entendimentos novos a partir da prática dialógica nessas paisagens, nos provocando enquanto pesquisadores a problematizar as ações da própria universidade. Por outro lado, é importante também para a população, que passa não só ter acesso ao conhecimento que é produzido sobre ela e seu meio, como também passa a produzir junto com pesquisadores este conhecimento, fortalecendo-a perante processos bruscos de transformações da paisagem, sobretudo através de grandes intervenções públicas.

Os estudos realizados na pesquisa de doutorado de Cecília Angileli (Chão) nas comunidades da pré-Serra da Cantareira (figura 1), discutidos neste artigo, fundamentam-se na proposição de entendimento das paisagens como experiências partilhadas e na metodologia da pesquisa-ação, por pressupor ao longo da pesquisa a existência comum, a comunicação e produção recíproca, e o aprendizado com a experiência. A metodologia foi adotada sob uma perspectiva interventiva-crítica e também emancipatória, na qual as transformações necessárias à paisagem foram percebidas ao longo de uma imersão de campo de oito anos nas comunidades.

Nessa pesquisa, a perspectiva crítica foi entendida como *“decorrente de um processo que valoriza a construção cognitiva da experiência, sustentada por reflexão crítica coletiva, com vistas à emancipação dos sujeitos e das condições que o coletivo considera*

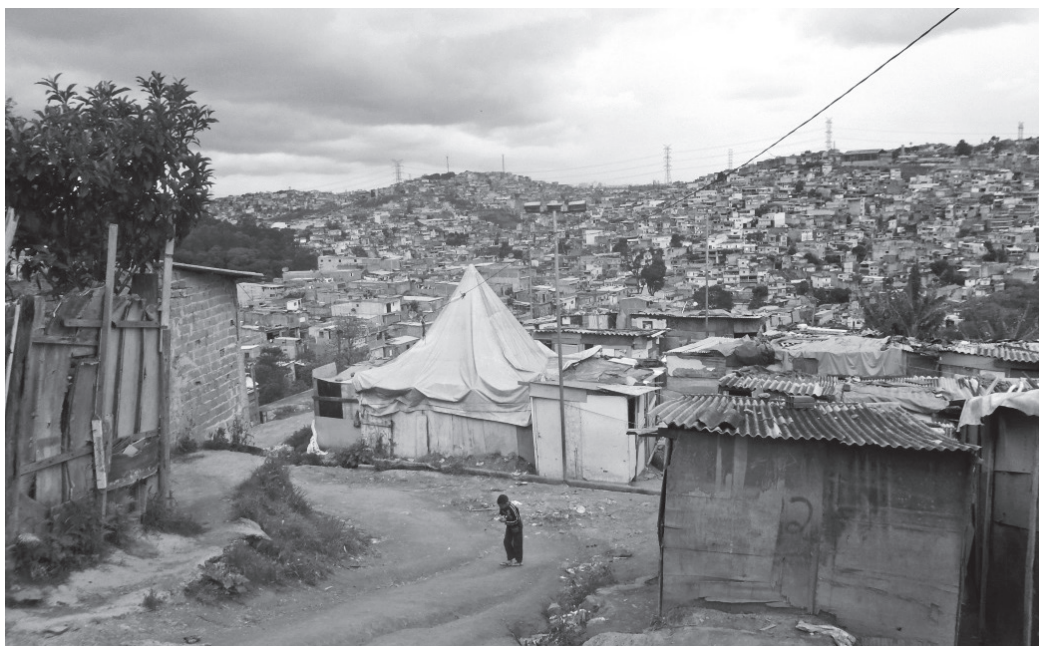


Figura 1 - Vista a partir da Comunidade Ordem e Progresso.
Foto: Cecília Machado Angileli, 2010.

opressivas, essa pesquisa vai assumindo o caráter de criticidade e, então, tem se utilizado a conceituação de *pesquisa-ação crítica*.” (FRANCO, 2005, p.485) A dimensão emancipatória foi entendida pela pesquisadora como “dar aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação que vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora.” (THIOLLENT, 2001, p.8)

As pesquisas puderam acompanhar, deste modo, a partir de métodos participantes⁷, as transformações urbanas locais durante a última década, tendo se iniciado em 2004 com a pesquisa de mestrado *Paisagens Reveladas no Cotidiano da Periferia*⁸. No doutorado (início em 2008), adotou-se como referência a proposição da pesquisa-ação, realizando-se, como uma de suas etapas, estudos colaborativos com moradores e organizações políticas locais. Participaram, desta etapa, moradores e representantes de organizações sociais dos bairros: Vista Alegre, Jardim Damasceno, Jardim Paraná, Vila Brasilândia, Vila Serralheiro, Jardim Princesa, Vila Izabel, Ordem e Progresso e Fazendinha.

Esses estudos pautaram-se por observação participante e estudos de interpretação dos problemas urbanos a partir das questões propostas por esses colaboradores da pesquisa e com eles aprofundadas. Os temas foram: Expansão Urbana sobre a Serra da Cantareira e Memória. Resultaram da coincidência das intenções entre universidade e comunidade. Podemos dizer que, mesmo com a participação da população na seleção dos temas, não houve uma forma homogênea de participação no projeto. Na verdade, formou-se uma rede orgânica de participantes que se encontraram e se reencontraram, em vários momentos, sem linearidade, mas conscientes de suas transformações e dos

processos de participação que se estabelecem. As comunidades que participaram desse estudo tiveram papel ativo e decisivo em todas as suas etapas.

A PROBLEMÁTICA DA PAISAGEM

As áreas em estudo foram ocupadas principalmente por loteamentos clandestinos, irregulares e favelas, que se intensificaram a partir da década de 1990. Essas ocupações urbanas não respeitaram as características físicas da região e ocuparam solos frágeis, extremamente erosivos, gerando muitos problemas ambientais (HERLING, 2002, p.91).

Na zona norte de São Paulo, a Brasilândia é o segundo distrito com maior crescimento populacional no período de 2000 a 2010, sendo o primeiro o distrito de Jaraguá que teve seu crescimento relacionado com a implantação de Conjuntos Habitacionais, novas favelas, loteamentos irregulares e loteamentos coordenados pela Associação dos Sem Terra (PEREIRA, 2005). Porém, o distrito de Brasilândia se destaca nesse processo por ser o principal vetor de expansão urbana irregular na borda do Parque Estadual da Serra da Cantareira, área denominada Zona de Fronteira.

Quadro 1: Distritos da região noroeste por área, número de bairros, população.

Distrito	Área (em km ²)	Número de Bairros	População CENSO 2000	População CENSO 2010	Crescimento populacional no período de 2000 a 2010
Anhanguera	33,3	10	38.427	53.266	14.839
Brasilândia	21	47	247.328	280.069	32.741
Cachoeirinha	13,3	23	147.649	157.408	9.759
Casa Verde	7,1	23	83.629	75.687	-7.942
Freguesia do Ó	10,5	78	144.923	138.101	-6.822
Jaraguá	27,6	26	145.900	195.824	49.924
Limão	6,3	27	82.045	80.571	-1.474
Perus	23,9	17	70.689	85.002	14.313
Pirituba	17,1	51	161.796	163.696	1.900
São Domingos	10	13	82.834	90.777	7.943

Fonte IBGE - Censo Demográfico 2000 e 2010.

Dos 21 km² do distrito, 7 km² pertencem à Reserva Florestal da Cantareira e o outros 14 km² são caracterizados por ocupação urbana. A área urbana possui 280 mil pessoas⁹ distribuídas por 47 bairros, são cerca de 20.000 moradores por km². O aumento de 13% da população, entre 2000 e 2008, é visível na paisagem local. Áreas que até 2005 não eram ocupadas na Serra, passaram a ser fortes vetores de expansão urbana e pressão ambiental. Hoje o distrito possui 109 favelas e 38 loteamentos

irregulares, só nas áreas limdeiras ao Parque Estadual da Cantareira, estão localizados 22 destes loteamentos e 52 destas favelas.

A taxa de crescimento populacional no período de 1991 a 2000 foi bastante significativa. O distrito ganhou cerca de 20.000 novos habitantes, paralelamente ao desmatamento de 23 ha na zona de fronteira no distrito; e no período seguinte de 2000 a 2010, o distrito ganhou cerca de 30.000 novos habitantes, porém o desmatamento de novas áreas reduziu perfazendo um total de 8 ha. Mesmo com a redução, o desmatamento é preocupante por ter sido diretamente fortalecido pela implantação de obras públicas na região, onde as novas áreas abrigaram parte da população removida por essas ações públicas na cidade e na região.

As ocupações irregulares, que se intensificaram nas últimas duas décadas no distrito, representaram uma mobilidade particular em cada período. Na década de 1990 a expansão urbana na região da pré-Serra reproduziu um processo de expansão periférica comum a todo o município, momento em que este ampliou sua área em mais de 30% (ATLAS AMBIENTAL, 2002), sendo que a maior parte dos novos moradores vinham de outros estados, bem como de outras regiões da cidade.

Na década de 2000, dando ênfase aos anos com maior desmatamento no distrito, entre 2005 e 2010, os estudos de campo revelaram uma outra dinâmica, em que a maior parte destes moradores vem do próprio distrito, de áreas muito próximas da ocupação atual¹⁰. São pessoas que não conseguiram pagar aluguel, nas antigas áreas consideradas vetores de expansão urbana na década de 1990 e que estão atualmente sendo valorizadas com a implantação de obras públicas, ou são moradores que foram removidos para a implantação de obras públicas na região (ANGILELI e SANDEVILLE JR., 2011) e com a indenização compraram um novo lote na Serra¹¹.

Até 2005, o Jardim Paraná era o principal vetor de expansão urbana irregular sobre a Serra no distrito, porém nos últimos seis anos quatro novas comunidades foram criadas: Tribo, Ordem e Progresso, Fazendinha e Vila Esperança (figura 2). Estas ocupações se dão em glebas consideradas fruto do desmembramento de uma propriedade denominada originalmente como "Sítio Bananal"¹², que tem um processo de ocupação caracterizada por ações contraditórias do Estado. O cotidiano dessas comunidades apresenta diversos conflitos, principalmente de ordem urbana e ambiental. Além dos riscos geotécnicos de escorregamento de encostas e de enchentes, os moradores sofrem os constantes incêndios devido ao grande adensamento habitacional, a precariedade das moradias e das ligações clandestinas de energia.

Alguns desses moradores aguardam o despejo por processos de reintegração de posse, outros estão sendo processados por crime ambiental. Por viverem a espera da remoção não consolidam suas casas, o que não significa que não ampliem os espaços. O material para uma parte das construções nas ocupações pioneiras são restos de cidade, recolhidos ao lado em um aterro de resíduos inertes, o Aterro Itaberaba. Assim, restos de móveis, pedaços de placas, resíduos da construção civil, são matéria-prima das construções. Com as sobras da cidade formal, ampliam-se as moradias em áreas de risco na linguagem da urgência e da sobrevivência, parafraseando BUENO, 2000,

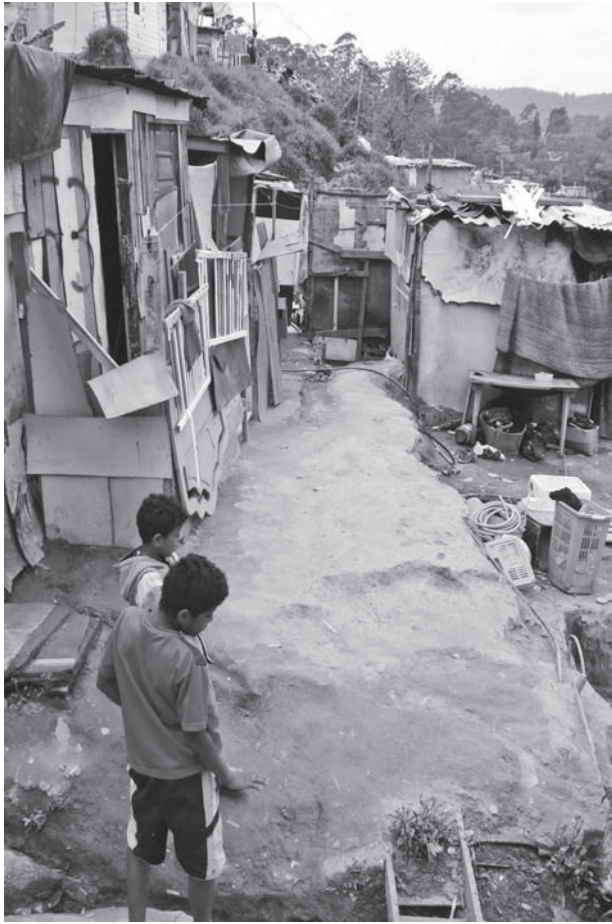


Figura 2 - Crianças na comunidade Ordem e Progresso, Brasilândia.
Foto: Euler Sandeville Jr, 2010.



Figura 3 - Antonio Berni (1905-1981), "El mundo prometido a Juanito Laguna", 1962. Colagem com pigmentos dissolvidos, papel, gesso, madeira, cartão, lixo industrial e sobras, 280 x 399,5 cm. Disponível em <http://boverijuanCarlosPintores.blogspot.com/2011/05/antonio-berni.html> Acesso em 03/11/2011.

p.29. O que encontramos dá uma realidade dura aos trabalhos do artista argentino Antonio Berni, que desde os anos 60 denunciou em seus quadros-colagens a situação da infância em países latinoamericanos, através do personagem Juanito Laguna (figura 3), obrigado a construir o seu mundo com os refugos da sociedade de consumo.

A ação da prefeitura, frente às novas ocupações, é de recolhimento dos materiais de construção: pedra, areia e cimento. Deste modo, quem pode comprar para consolidar a casa não compra, para não ser levado pela prefeitura, e aguarda a indenização para ser removido. Essa ação da prefeitura não controla a expansão urbana, nem a degradação ambiental. Surgem a cada dia novos barracos. As moradias continuam sendo ampliadas, só que de uma forma ainda mais precária.

O mercado imobiliário informal, de caráter especulativo, contribui com esta dinâmica com conhecimento dos órgãos públicos. Há quem lucre com o processo de reintegração de posse. Moradores que vendem terrenos por no mínimo R\$1.700,00 garantem para o comprador que, caso seja removido, ele pode receber da prefeitura até R\$5.000,00: "um investimento". Alguns moradores durante a ocupação demarcaram mais de um lote, já pensando na venda do mesmo ou no recebimento de indenizações decorrentes da implantação de obras públicas. Uma das situações que se apresentam antes do início das obras é o surgimento de novas áreas desmatadas para a implantação de barracos que alimentam uma "máfia" de indenizações, que segundo denúncias beneficiam agentes de dentro e de fora das comunidades.

Essa urbanização se dá sob a ameaça de grandes deslocamentos populacionais para implantação de obras públicas. O problema das remoções é tratado como uma questão imediata de engenharia, sem uma política social que perceba as condições e necessidades dessa população e que se considere a "compensação social" como um conceito central nessas obras. Estão previstos para os próximos anos obras de grande impacto social e ambiental para a zona norte, que devem agravar a situação. Obras como o Parque da Cantareira, Parques Lineares, Trecho Norte do Rodoanel Mario Covas e Ferroanel. Algumas destas obras já foram implantadas como, por exemplo, o Parque Linear do Córrego Canivete. Para a implantação do projeto, 547 famílias foram removidas. Em uma parceria com a CDHU, 70 famílias foram realocadas em conjuntos habitacionais de Cidade Tiradentes e 120 em conjuntos habitacionais do Sítio Jaraguá. As 357 famílias restantes receberam uma verba de apoio de R\$5.000,00, poucas famílias receberam o auxílio para compra de imóvel que seria de R\$8.000,00.

Com esse recurso, muitos moradores voltaram a ocupar áreas de fragilidade ambiental no distrito, fortalecendo o processo de desmatamento na pré-Serra da Cantareira, que já havia sido intensificado com a implantação de outros equipamentos públicos¹³. Hoje a pré-Serra também parece ser um grande estoque de terras para o poder público. Mesmo as obras que ainda não foram implantadas causam grande impacto social, como é o caso do Trecho Norte do Rodoanel Mario Covas, que já tem a Licença Prévia e pode ser implantado a partir de 2012. Essa rodovia classe 0 de contorno da Região Metropolitana de São Paulo, destinada a interligar as rodovias de acesso a RMSP, tem previsto para os seus 42,8 km de extensão, mais de 4.000 remoções¹⁴, sendo 2.000

irregulares. Seu traçado corta alguns loteamentos clandestinos e em processo de regularização, favelas da região, loteamentos regulares, além das poucas áreas verdes que resistem a essas ocupações. No distrito serão mais de 800 edificações removidas, destas, mais de 90% são irregulares.

As edificações devem ser atendidas por indenizações ou apartamentos do CDHU, segundo o Programa de Remoção e Reassentamento apresentado no EIA. Nas situações irregulares, as indenizações estarão baseadas no valor gasto pelo morador para a construção da casa sem incluir o valor do terreno, porém, como muitas casas são barracos de madeira, as avaliações e indenizações podem ser mínimas, assim não garantem a compra de um imóvel em situação regular ou fora de áreas frágeis ambientalmente. Além disso, a compensação será por edificação e não por família, sendo o impacto social da obra nestas comunidades, em que são comuns as situações de coabitação, muito maior do que o previsto. Ao desconsiderar a dinâmica local de expansão urbana, o potencial indutor de ocupação do projeto é maior do que se alega, sobretudo decorrente da valorização imobiliária e de obras complementares, como a duplicação do sistema viário local, que também demandarão remoções. Principalmente porque no distrito está prevista uma ligação entre o Rodoanel e a Marginal Tietê pela Avenida Inajar de Souza. O Trecho Norte contribuirá provavelmente para ampliar significativamente a mancha urbana irregular sobre a pré-Serra e a Serra da Cantareira.

A população fica fragilizada ao não ter clareza sobre o projeto, sobre o número de remoções e as formas de compensação. Isto porque não foram chamados a participar das discussões do planejamento da obra. Quando tentam resistir são ameaçados por grupos que disputam poder local e anseiam os benefícios que virão com a implantação da obra. Outra situação é a ação de grupos políticos que cooptam lideranças envolvidas na resistência do projeto, tanto para enfraquecer a ascensão do movimento em que este sujeito está inserido, como para usufruir do campo de forças deste mesmo movimento. Alguns moradores se mantêm na luta pela moradia, outros, envoltos ao fatalismo, permitem-se ser oprimidos. Problema que se intensifica com a ação de organizações que trabalham de forma assistencialista, que não vão à raiz dos problemas, tratam a miséria e suas consequências com soluções superficiais, como algo emergencial e não estrutural (DEMO, 2009, p.11-13), e se aproveitam destas situações para defender suas “bandeiras” de forma verticalizada, exercendo uma certa domesticação. Por vezes, induzem somente a crença na liberdade e não nas ações para conquistá-la, produzindo somente verbalismos¹⁵.

Em meio às disputas de poder e frente a este grande impacto sobre a paisagem, a pesquisa teve como principal estratégia o fortalecimento da população perante esses processos. Para isso, foi implantado no distrito um projeto piloto denominado NEP-Brasilândia, uma extensão do NEP/LabCidade FAUUSP. Este núcleo tem como premissa a “*educação para a compreensão e transformação da paisagem*”, tendo como base a organização de grupos e polos de reflexão e ação. Para isso, deveriam estabelecer uma dinâmica de pesquisa com a universidade, mas também com movimentos sociais, culturais e ambientais locais e regionais, gerando uma sinergia de diversos esforços.

Assim, não seriam polos fechados de produção de conhecimento e sim instrumentos articuladores de diversos espaços de produção de conhecimento e cultura, espaços de encontro e de fertilização de saberes. Também teriam que irradiar estes conhecimentos e buscar construir uma gestão integrada entre universidade e comunidade. Essa demanda fez com que a comunicação desse conhecimento se tornasse tão importante quanto sua produção. Sua divulgação por sites, jornais locais, rádio comunitária, documentários e materiais de ensino, garantiu o acesso e circulação das informações, bem como colaborou com a integração contínua de novos sujeitos/pesquisadores no processo de pesquisa.

“(...) a produção da comunicação deve ser considerada como direito humano a ser exercido por todas as pessoas, bem como as tecnologias e linguagens midiáticas serem utilizadas como instrumentos que possibilitam aos envolvidos no processo de criação reconhecer-se nas próprias palavras e imagens que produzem. No exercício de envolvimento consigo e com o outro nasce a possibilidade de re-significarem suas histórias pessoais e coletivas.” (LOPES, 2009)

Nessa perspectiva, foram implantados três polos pela pesquisadora: o Polo Rádio Cantareira – espaço para reflexão e difusão dos estudos a partir de mídias comunitárias, que foi organizado com os moradores e a Associação Canteira, entidade local que cedeu espaço e infraestrutura para a implantação; o Polo Jardim Paraná – espaço de debate sobre questões de moradia, meio ambiente e atendimento jurídico, que foi organizado em parceria com moradores e disponibilizado pela Paróquia Sagrado Coração de Maria; e o Polo Esquina da Memória – espaço de debate e produção de estudos de memória e cultura, foi organizado em parceria com moradores, movimentos sociais e culturais locais, cujo espaço foi cedido por uma moradora. São colaboradores nesses polos: Esquina da Memória - Regicidas, José Carlos, Luciane, Bruno, Thais e Mitiko¹⁶; Jardim Paraná - Severino, Duília, Sonia, Tairton, Rita, Kátia e Rosa; Rádio Cantareira - Juçara, José Eduardo, Sandra, Cícera, Sérgio, Júlia Campos (*in memoriam*), Black Gero, João Carlos, Renan, Rafael, Élcio (*in memoriam*) e Letícia.

Em todos os polos são sistematizados dados sobre as comunidades, sua memória e seu cotidiano. A intenção é que sejam espaços de expressão democrática, bem como centro de referência na formação de moradores e pesquisadores externos acerca das questões sociais, culturais, históricas e ambientais da região. A implantação dos polos sempre foi entendida na pesquisa como a principal etapa a ser concluída. Por um lado, facilita processos de conversação e colaboração entre pesquisadores e moradores e, por outro, leva a todos a cocriar soluções para as problemáticas estudadas.

Essas ações foram potencializadas pela articulação constante de diversos atores com a pesquisa. Esta articulação se deu inicialmente entre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e comunidades do Jardim Paraná, Vila Serralheiro, Vila Izabel, Jardim Princesa, Jardim Vista Alegre e Jardim Damasceno, através da pesquisa Chão, do Programa de Extensão e Cultura PROEXT e da disciplina Arte, Projeto e Paisagem. Posteriormente, com o desenvolvimento da pesquisa e o uso

de ferramentas de comunicação social (*site, blog, e-mail*) ampliou-se, o conhecimento passou a ser construído também em rede, e fez interfaces com outros atores na cidade como a Comissão do Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil, Escritório Modelo da PUC, Defensoria Pública de São Paulo, União de Movimento de Moradia, Movimento em Defesa das Favelas, Assembleia Popular, Casa da Biosfera (RBCV), Rede de Cooperação da Cantareira, Fórum do Rodoanel (Câmara Municipal), Associação Brasileira de Gestores Ambientais; grupos de cultura e comunicação comunitária local e regional, como o Espaço Cultural do Morro, Do Morro Produções, Sarau da Brasa e Literatura Andante, Pastore Grafite, Ponto de Memória da Brasilândia, Associação Cantareira e ZN na Linha, bem como a Igreja Católica da Região Brasilândia.

A problematização desses procedimentos traz ganhos para a população local, compreensão de processos que permaneceriam velados ao pesquisador, possibilidades de verificação crítica dos procedimentos em campo, com vistas ao aprofundamento e aprimoramento das atividades do NEP.

Uma série de ações colaborativas foi realizada, das quais indicamos algumas a seguir: Intercâmbio de experiências com outros movimentos sociais e de moradia que enfrentam as mesmas questões urbanas e ambientais em outros locais da cidade, através de seminários, mobilizações, passeatas e abaixo-assinados. Realização com a população de diagnósticos sobre a expansão urbana na Serra na região do distrito de Brasilândia, sobre os impactos sociais do Aterro de Resíduos Inertes Itaberaba e pareceres técnicos sobre os impactos do Trecho Norte do Rodoanel, usados para compor o parecer Casa da Biosfera (IF), denúncias ao BID, e para apresentar nas audiências públicas. Cooperação com a Comissão de Meio Ambiente da OAB, resultando em uma representação pública do Jardim Paraná, acerca do convênio da CDHU e DERSA, e articulação com o escritório Modelo da PUC, que passou a dar atendimento jurídico e social à população do Jardim Paraná. Elaboração de uma série de ações culturais onde se encontram diversos artistas locais de literatura, grafite, cinema e música. Realização do Projeto de Extensão e Cultura À Margem do Cinema: Vidas imaginadas na Brasilândia e do Debate Cinema e Periferia FAUUSP. Artigos sobre os diagnósticos socioambientais para meios de comunicação oficiais e comunitários e sua difusão (TV's, Rádios, Sites e Blog), 6 documentários, material didático para as escolas e exposições dando acesso aos resultados parciais da pesquisa, além da criação de um acervo público sobre memória local, com estudos da USP e de moradores, disponibilizado no Polo Esquina da Memória (figura 4) e pelo site da pesquisa.

As análises que resultaram desta articulação de saberes foram a base emancipatória da pesquisa, e podemos dizer que contribuíram com a mudança de postura de muitos moradores, que se mantinham em um pessimismo passivo perante aos conflitos da paisagem. O processo deu início à criação de um novo grupo de lideranças no Jardim Paraná (área atingida pelo Trecho Norte do Rodoanel). Esta população, que no início dos estudos estava desmobilizada, apropriou-se das informações do EIA do Trecho Norte do Rodoanel. Promoveram discussões na comunidade, inseriram-se nas redes sociais, que debatem este projeto, e participaram das audiências públicas com



Figura 4 - Esquina da Memória, Brasilândia.
Foto: Cecília Machado Angileli, 2011.



Figura 5 - Ato contra os despejos em São Paulo, com participação de várias comunidades afetadas e movimentos sociais, como moradores do Jardim Paraná, Brasilândia.
Foto: Cecília Machado Angileli, 2011.

autonomia, discutindo com representantes da DERSA questões técnicas do projeto, e dos programas de remoção propostos no estudo (figura 5). Ao se reconhecerem como sujeitos sociais, que produzem a paisagem em que moram (já que resulta de um território de luta autoconstruído), comprometeram-se com esta paisagem¹⁷.

Assim, a fusão do saber acadêmico ao saber popular, questionando com todos os envolvidos esses conhecimentos e os reinventando, foi uma tarefa de educação, ou mesmo de formação humana¹⁸. Para Galvani (2005) é a partir deste cruzamento de saberes de um e de todos, que se pensa junto com o sujeito e não sobre ele. Entender que o sujeito não é objeto, não é cliente e nem obstáculo, só é possível se o trabalho estiver em uma perspectiva de generosidade, como coloca Frei Betto:

“Só existe generosidade na medida em que percebo o outro como outro e a diferença do outro em relação a mim. Então sou capaz de entrar em relação com ele pela única via possível – porque, se tirar essa via, caio no colonialismo, vou querer ser como ele ou que ele seja como sou – a via do amor, se quisermos usar uma expressão evangélica; a via do respeito, se quisermos usar uma expressão ética; a via do reconhecimento dos seus direitos, se quisermos usar uma expressão jurídica; a via do resgate do realce da sua dignidade como ser humano, se quisermos usar uma expressão moral. Ou seja, isso supõe a via mais curta da comunicação humana, que é o diálogo e a capacidade de entender o outro a partir da sua experiência de vida e da sua interioridade.” (BETO, 2010)

A participação efetiva não é só uma conquista do sujeito, mas do pesquisador. Ser generoso passa por ser autocrítico, passa pelo entendimento de que como pesquisadores fazemos parte dessa estrutura desigual e por vezes a alimentamos (DEMO, 2009).

Notas

- 1 A esse entendimento Machado (1988, p. 3) acrescenta que são necessários estudos interativos sobre o homem e a paisagem que ultrapassem o enfoque científico tradicional, já que este não dá conta de resolver os problemas humanos mais importantes, por resultarem de questões perceptivas.
- 2 Marques e Torres (2005, p.10) mostram, em estudos sobre a pobreza na metrópole paulista, o quanto os espaços periféricos são heterogêneos e o quanto o seu tecido é complexo. Mostram o desgaste das macronarrativas, principalmente a partir dos anos 1980, já que as mesmas não apresentam modelos explicativos para as transformações urbanas recentes, ao contrário dos recursos de pesquisa empírica. Ou seja, indivíduos que sofrem influência dos mesmos processos de segregação podem ter condições diferentes.
- 3 Edward C. Relph (1979) refere-se à paisagem como fenômeno da experiência (geograficidade), que não pode ser apreendido somente através dos sentidos. Tuan, ao entender a paisagem como uma construção da mente e dos sentidos, propõe estudos das pessoas e de suas relações com o espaço, mas introduz um novo elemento além da subjetividade, a imaginação. Meneses (2002, p. 32) traz outro questionamento, que ultrapassa a compreensão da paisagem como um dado ou um percepto, ou algo a ser estudado de forma objetiva ou subjetiva. Ele fala da paisagem como um fragmento do mundo sensível, um fenômeno próprio da cultura.
- 4 Distanciamento histórico: no séc. XV, a paisagem era um enquadramento da natureza “a moldura que circunda o quadro substituí, na representação, a janela através da qual se efetuava a observação”. No século XVII, desaparece a ideia de um observador estático, mas ainda fora da paisagem.
- 5 No Núcleo de Estudos da Paisagem, coordenado pelo Prof. Euler Sandeville Jr., o desafio teórico e metodológico é desenvolver de modo exploratório a fundamentação das pesquisas na ação transformadora e participante em processos e ações colaborativos com a população, reconhecendo suas dimensões perceptivas e cognitivas, e elaborando processos participantes de gestão do espaço, criação artística e educação popular. Para tanto, a

- educação foi proposta como um tema central (SANDEVILLE JR. 2007, 2010), alimentando atividades de ensino, aprendizagem e pesquisa em ação, incluindo parcerias com diversas instituições e comunidades. Os trabalhos fundam-se ainda na proposição da Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento (SANDEVILLE JR. 2003a).
- 6 “(...) desde o período colonial, nos foi obstada ou até usurpada a possibilidade de avançar nessa prática. Nossas tradições e nossos costumes apontam mais para o autoritarismo e a delegação de poder do que para assumir o controle e a co-responsabilidade na solução dos problemas (...). O certo é que o autoritarismo é resultado histórico da formação econômica, social, política e cultural brasileira e, como produtos dessa dinâmica, estamos impregnados de alienação e de acomodação.” (PERUZZO, 1998, p. 74)
 - 7 Por uma questão de comunicação, temos distinguido, seguindo Thiollent (2002), entre pesquisa participante e pesquisa ação. Basicamente, aquela utiliza métodos de imersão do pesquisador no campo, enquanto a pesquisa ação volta-se, também a partir da imersão do pesquisador no campo, para a solução de problemas. No caso deste doutorado, como já foi mencionado, foi caracterizada como pesquisa-ação crítica, no sentido dado por Franco (2005).
 - 8 O conhecimento dessa área no doutorado tem como antecedentes não só a pesquisa acadêmica (Mestrado FAUUSP, 2004-2007), mas também a participação em trabalhos de planejamento urbano na região (PLANO DE AÇÃO HABITACIONAL E URBANO - Cities Alliance - BIRD Banco Mundial, 2003 – Prêmio Milton Santos, 2004), bem como em documentários sobre a história local (Vídeo documentário *Brasilândia e suas histórias* - Prêmio Projeto História dos Bairros de São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura).
 - 9 CENSO 2010 – IBGE.
 - 10 Ainda não podemos afirmar os impactos deste aumento populacional, já que não temos dados atualizados referentes à fecundidade e à migração.
 - 11 Esse processo também foi observado nos estudos realizados na zona de mananciais ao sul da metrópole pelo Núcleo de Estudos da Paisagem (SANDEVILLE JR e RADOLL, 2010), e tem sido identificada em diversos estudos urbanos de campo, indicando a necessidade de se aprofundar os estudos sobre os impactos socioambientais das obras públicas em seu processo de aprovação.
 - 12 Segundo Manente (2001), o Sítio Bananal são terras na região que foram desapropriadas em 1895 para formar o Sistema de Captação de Águas da Cantareira. Hoje estão implantadas, nesta região, 26 favelas, 5 loteamentos irregulares e um loteamento clandestino.
 - 13 Equipamentos como CEU PAZ, Piscinão do Córrego Bananal, Telecentro, Escolas Estaduais, Posto de Saúde.
 - 14 A estimativa inicial apresentada no RIMA (2010) era de 2,7 mil remoções, mas houve um aumento de 52% no número previsto de remoções, segundo *O Estado de São Paulo*, de 9 de Junho 2011.
 - 15 Sem a dimensão da ação a palavra torna-se verbalismo, como coloca Freire (2005, p.90). “É uma palavra oca, da qual não se pode esperar a denúncia do mundo, pois que não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação.”
 - 16 José Carlos e Mitiko passaram também a participar da reunião do grupo de estudos e disciplinas na Cidade Universitária e iniciaram um programa de treinamento em pesquisa junto ao Núcleo.
 - 17 Neste sentido, é referência a obra de Paulo Freire neste trabalho, já que seu método de alfabetização também era de conscientização. Para ele, alfabetizar-se, mais do que aprender a repetir palavras, é poder dizer sua própria palavra (FIORI in FREIRE, 2010). (...) “essa consciência histórica, objetivando-se reflexivamente, surpreende-se a si mesma, passa a dizer-se, torna-se consciência historiadora: O homem é levado a escrever sua história”.
 - 18 Para Maturana apud Alvarez (2011), “a formação humana tem a ver com o desenvolvimento do ser humano como pessoa capaz de ser cocriadora com outros de um espaço humano de convivência social desejável”.

Bibliografia

ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza. **Psico-sócio-formação de pessoas envolvidas com a questão do morador de rua**: Pesquisa-formação-ação. Pesquisa (Pós-Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado. **Paisagens reveladas no cotidiano da periferia**. Dissertação (Mestrado) - FAUUSP. São Paulo, 2007.

ANGILELI, C. M. M. M.; EULER SANDEVILLE JR. Remoções na Serra da Cantareira. **São Paulo**: Caros amigos. Disponível em <http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/artigos-e-debates/1842-remocoes-na-serra-da-cantareira>. Acesso em 04/08/2011, 2011a.

BETO, Frei. **Alteridade, subjetividade e generosidade**. Disponível em: <<http://www.freibetto.org/index.php/artigos/72-alteridade>>. Acesso em: out. de 2011.

- BRANDAO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
- BUENO, Laura Machado de Mello. **Projeto e favela**: Metodologia para projetos de urbanização. Tese (Doutorado) - FAUUSP. São Paulo, 2000.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista. Noções de Política Social Participativa**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.
- FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- Fundação SOS Mata Atlântica e INPE. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica**. 2005 a 2008. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica: INPE, 2008.
- _____. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica. 2008 a 2010**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica: INPE, 2010.
- GALVANI, Pascal. Approche transdisciplinaire en recherche-formation interculturelle. In: CONGRESSO MUNDIAL DE TRANSDISCIPLINARIDADE, 2, 2005, Vila Velha, Vitória. **Anais...** Vila Velha: UFES, 2005.
- GTA Assessoria Técnica. **Diagnóstico – Plano de Ação Habitacional de Urbano para o Distrito de Brasilândia**, 2003. São Paulo: GTA, 2003.
- _____. **Diretrizes e prioridades – Plano de Ação Habitacional de Urbano para o Distrito de Brasilândia**, 2003. São Paulo: GTA, 2003.
- HERLING, Tereza. **A floresta em São Paulo, a cidade na Cantareira**: Fronteiras em transformação. Tese (Doutorado) - FAUUSP São Paulo, 2002.
- JGP Consultoria Ambiental. **Estudo de impacto ambiental**. Trecho Norte Rodoanel Mário Covas. São Paulo: JGP Consultoria Ambiental, 2011.
- KAPLÚN, Mario. Processos educativos e canais de comunicação. Revista **Comunicação & Educação**. São Paulo: Moderna / ECA-USP, p. 68-75, jan./abr. 1999.
- LOPES, Gracia Lima. **Educação pelos meios de comunicação**: Produção coletiva de comunicação na perspectiva da educomunicação. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- MACHADO, Lucy. **A Serra do Mar paulista**: Um estudo de paisagem valorizada. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, 1988.
- MAFRA, Jason; ROMÃO, José Eustáquio; SCOCUGLIA, Afonso Celso & GADOTTI, Moacir (Orgs.). **Globalização, educação e movimentos sociais**: 40 anos da pedagogia do oprimido. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire/Esfera, 2009.
- MANENTE, Fábio César Moreira. **A moradia popular chegou à Serra da Cantareira**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- MARQUES, Eduardo César Leão & TORRES, Haroldo da Gama. **São Paulo**: Segregação, pobreza urbana e desigualdade social. São Paulo: Senac, 2005.
- PERUZZO, Círcia M. K.. **Comunicação nos movimentos populares**: A participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998a.
- PIMENTA, Selma Garrido. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: Construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 521-539, set./dez. 2005.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Plano de habitação do município de São Paulo 2009-2024**. São Paulo: PMSP, 2009.
- _____. **Atlas ambiental do município de São Paulo, 2001**. São Paulo: PMSP: SMMA: SMPU, 2001. Disponível em: <<http://www.prod.am.gov.br/svma/atlas>>
- RELPH, Eduard C.. As bases fenomenológicas da geografia. In: **Geografia** 4. São Paulo: Abril, 1979.
- RODRIGUES, M.. Introdução ao Geoprocessamento. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOPROCESSAMENTO, 1990, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

_____. Instrumentos urbanísticos: Concepção e gestão. Revista **Oculum ensaios**. Campinas, v.1, dez. 2000.

SANDEVILLE JR., Euler. Paisagem. **Paisagem e ambiente**, v. 20. São Paulo, p. 47-60. 2005.

_____. Paisagens e métodos. Algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intraurbana. In: Revista eletrônica **Paisagens em debate**, v. 2. São Paulo: FAUUSP, p. 1. 2004.

_____. Participação e universidade. Universidade e participação In: SEMINÁRIO NACIONAL PAISAGEM E PARTICIPAÇÃO: PRÁTICAS NO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO. **Anais...** São Paulo, 2007.

_____. Paisagens vivenciadas, educação-pesquisa-aprendizado em ação. In: 10 ENEPEA - ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2010.

_____. **Espiral da sensibilidade e do conhecimento** (memorial 2003). Disponível em <http://espiral.net.br>, acesso em 01 de março de 2010. 2003a.

_____; BROERING, Andréia; MACHADO, Cecília Maria de Moraes. Paisagem, cultura e participação Social. In: 10 ENEPEA - ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2010.

_____; RADOLL, Gabriella. Dinâmicas da paisagem: espaço público, infraestrutura verde e participação social nas políticas públicas. **Arq.Urb** - Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, v. 4, p. 55-79, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: Uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

Sites:

www.ibge.gov.br

www.seade.gov.br

www.habisp.inf.br

www.cultura.gov.br

www.recanta.org.br

www.znnalinha.com.br

cinemabrazilandia.wordpress.com

www.cetrans.com.br

A PAISAGEM ORIGINAL DAS CAPITALS PLANEJADAS DO CERRADO

THE ORIGINAL LANDSCAPE OF THE NEW TOWNS IN THE BRAZILIAN CERRADO

Júlio Barêa Pastore

Agrônomo pela UFG, mestre em Paisagismo pela Università degli Studi di Firenze - Dipartimento di Urbanistica e Pianificazione del Territorio e doutorando pela FAUUSP
e-mail: jbpastore@gmail.com

RESUMO

As mais novas capitais brasileiras, Goiânia (1933), Brasília (1960) e Palmas (1989), foram erguidas “di sana pianta” como parte de um impulso de ocupação do centro do país. Neste artigo ressalta-se que elas corporificam projetos de vida urbana e moderna no contexto específico que é o do Cerrado do interior do Brasil.

Buscamos, nos planos originais dessas capitais, como cada um deles respondeu à percepção da natureza da região, e o modo como o Cerrado - vivenciado enquanto paisagem - foi, porventura, neles representado.

Palavras-chave: Paisagem, Cerrado, Goiânia, Brasília, Palmas

ABSTRACT

The most recent Brazilian capitals, Goiânia (1933), Brasília (1960) and Palmas, were built “di sana pianta” as part of an intent to occupy the central area of the country. In this article it is emphasized that they embody urban modern life projects in the specific context of the Brazilian’s Cerrado.

We seek, in the original plans of these capitals, how each one of them responded to the perceptions of the region’s nature, and how the Cerrado - experienced as landscape – was, perhaps, in them represented.

Keywords: Landscape, Cerrado, Goiânia, Brasília, Palmas

1. INTRODUÇÃO

Planejar uma capital, uma nova capital, em pleno Cerrado do Planalto Central do Brasil. Desta maneira, pelo traço do urbanista, surgiram Goiânia, Brasília e Palmas. Neste artigo buscaremos compreender se, e de que maneira, o Cerrado pôde ser paisagem para essas cidades nascentes, através do modo como seus planos originais se voltaram ao território que os acolheria. Nisto, acreditamos, poderá estar contida a proposta inaugural de paisagem dessas capitais.

Dentro da profusão de significados do termo “paisagem”, privilegiamos aqui seus significados mais íntimos, ressaltados pela fenomenologia: modo primordial de experimentação da Terra pelo homem. Impressão que emerge ao olhar quando este reconhece no campo que se abre à vista uma unidade de sentido nova, independente da soma dos seus elementos particulares tomados isoladamente. Experiência de cunho estético, posto que radicada numa impressão dos sentidos. Experiência que depuramos - especialmente através do trabalho das almas mais sensíveis - e que por fim se mobiliza culturalmente.

Por reconhecer a apreensão e representação de novos valores de paisagem, a partir da realidade que encontramos, abre-se justamente a esperança de encontrar, no trabalho dos arquitetos que sonharam uma capital moderna imersa na natureza do Cerrado, um gesto fundador.

Na qualidade de cidades planejadas, a primeira realidade de Goiânia, Brasília e Palmas foi, com efeito, o sítio a que pertenceriam¹. Veremos adiante que, em diversas de suas passagens, os memoriais descritivos dessas capitais indicam que aspectos físicos do sítio escolhido para sua construção foram tomados em consideração e fizeram parte de uma análise objetiva dos potenciais a serem explorados em projeto pelos arquitetos. Poderíamos dizer que tais aspectos chegaram mesmo a influenciar a morfologia geral do desenho urbano: a cidade que se alonga entre elevações e o lago, como Palmas; que se espraia numa longa campina, como Goiânia; ou encaixa-se entre os braços do Lago Paranoá, como Brasília.

Nosso objetivo, porém, não é atestar o nível de adequação ou proveito direto que cada projeto auferiu de determinadas características presentes em seu respectivo sítio. O que nos interessa não é a exploração sumária de “recursos naturais” porventura enumerados. Antes, isto será, para nós, material de estudo para o que pretendemos encontrar: como esses projetos se dirigem à paisagem, e como a paisagem, eventualmente, está representada neles.

A questão que colocamos parece pertinente aos três casos selecionados. Para o tipo de análise que pretendemos desenvolver neste artigo, decidimos tratar individualmente – nos itens 3, 4 e 5 – de cada uma das capitais citadas. Não ignoramos que nosso assunto exigiria tratamento mais extenso e vários dos temas que perpassam estas linhas merecem uma análise mais completa. Esperamos poder fazê-lo posteriormente. Não obstante, optamos por tentar desenvolver os três casos neste artigo porque as conclusões a que chegamos, expostas no item 6, pareceram delimitar um caminho mais claro de análise justamente pela exposição desta variedade de casos. De qualquer forma, algumas chaves de reflexão se mostraram importantes nos três casos e acabaram por contribuir na abordagem do problema proposto. São elas:

- O modo como o plano urbanístico responde à localização do sítio escolhido;
- O modo como o plano urbanístico se dispõe sobre o sítio e se relaciona com o entorno imediato;
- Se, e como, o plano urbanístico possui representações paisagísticas do Cerrado.

Por fim, cumpre esclarecer que não faremos, neste artigo, referências às questões ligadas à implantação e ao desenvolvimento das capitais erguidas. Atemo-nos aos planos originais de Goiânia, Brasília e Palmas e, portanto, os principais documentos utilizados foram seus mapas e memoriais. Privilegiamos também outros documentos que fizessem falar os próprios autores: seus textos e entrevistas.

2. DOCUMENTOS UTILIZADOS

No caso de Goiânia (1933), o projeto original consiste do “Relatório do Plano Diretor da Cidade”, de Attilio Corrêa Lima, entregue ao interventor federal no Estado de Goiás, Pedro Ludovico, como parte do Plano Diretor da Cidade, em 1935. Este texto foi depois revisto e publicado com algumas modificações, nos três primeiros números da revista *Arquitetura e Urbanismo* de 1937, como “resumo de um estudo a ser editado futuramente”, intitulado “Goiânia: a nova capital de Goiás”.

Sobre Brasília utilizamos o projeto entregue em 1957 por Lúcio Costa, para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, que inclui a planta da cidade, denominada Plano Piloto de Brasília (PPB) e o texto “Memória Descritiva do Plano Piloto”, ilustrado com croquis esquemáticos do próprio arquiteto. Também foram particularmente úteis diversos textos e entrevistas de Lúcio Costa, parte deles reunidos no livro *Lúcio Costa: Registro de uma vivência*, de 1995.

De Palmas (1989) tomamos por referência o texto “Memorial do projeto da capital do estado do Tocantins: Palmas/Plano Básico”, de Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho, além dos mapas e croquis que fizeram parte da entrega oficial do Plano ao governo do estado durante o lançamento da pedra fundamental de Palmas, em 20 de maio de 1988. Sobre Palmas também citaremos, em especial, a entrevista que me foi concedida pelo arquiteto Luiz Fernando Cruvinel Teixeira, no dia 24 de maio de 2011.

3. ANÁLISE DOS PLANOS

3.1 Goiânia

Attilio teve a oportunidade de visitar a região escolhida para receber a futura capital em 1932, um ano antes da assinatura do contrato para a elaboração do projeto de Goiânia, de 1933¹. O arquiteto – recém-chegado de uma pós-graduação no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris - uma vez contratado, mudou-se para o que era então apenas um canteiro de obras, permanecendo ali pelos três primeiros anos de construção da cidade (1933, 34 e 35). O Plano Diretor da Cidade, redigido por ele, foi entregue ao governador em 1935 - três anos depois de começadas as obras de implantação da cidade - quando então o urbanista se afastou das mesmas e retornou definitivamente ao Rio de Janeiro.

Na publicação do plano de Goiânia, em 1937, o arquiteto expôs as razões da mudança da capital e apreciações sobre o Estado de Goiás. A impressão positiva das terras goianas sobressai no memorial escrito:

“A tarefa de escolha do local sob o ponto de vista físico, foi relativamente fácil, porque não há carência dentro do Estado de sítios salubres, aprazíveis, férteis e ricos em matéria prima.”²

Testemunha do interesse do arquiteto pela paisagem goiana é uma passagem do memorial em que se discorre sobre a antiga capital, Vila Bôa. Em meio à discriminação dos variados problemas que justificavam a decisão de construir-se novo centro administrativo, Attilio cede a um impulso discordante ao demorar-se num quadro onde registra o gosto pela paisagem vilaboense:

“Milita a natureza em seu favor apenas, pelo aspecto deliciosamente pitoresco. Sua topografia torturada pelo rio encachoeirado, pelos altos morros, pelos vales profundos e sombrios, pelas rochas que emergem em via pública, dão-lhe um aspecto pitoresco, dificilmente igualado (...) suas casas ingenuamente alinhadas com irregularidade e sem interrupção, muito brancas, sobressaindo no fundo imensamente verde, de uma exuberante flora tropical, apaixonava mas não a ponto de obstruir a razão.”³

O olhar registrado acima contrasta com as palavras duras com que Vila-Bôa costumava ser caracterizada (algumas das quais citadas no mesmo documento pelo próprio arquiteto).

Attilio, acreditamos, lançava àquelas terras um olhar que não era desprovido de intimidade e interesse pela paisagem. O arquiteto trabalhou profissionalmente também como paisagista e lecionou “Urbanismo - Arquitetura paisagística” na Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Rio de Janeiro, entre 1936 e 37. Na sua biblioteca, preservada, se encontram 31 livros sobre paisagismo, a maioria dos quais sobre a flora brasileira, 14 livros sobre arquitetura e 23 sobre urbanismo (ACKEL, 2007).

Goiânia foi pensada com sua parte central estendida sobre uma longa e suave campina, de solo argiloso e profundo. Tinha por limites os córregos Botafogo e Capim Puba. As características do local, de sua geomorfologia, dos cursos dos rios e das águas pluviais, das qualidades do solo e da cobertura vegetal, foram criteriosamente observadas pelo arquiteto, que se decidiu por redefinir o sítio escolhido originalmente para a urbanização:

“Tendo sido escolhido pelo engenheiro João Argenta, encarregado do levantamento topográfico, o local denominado de Paineira, para o assentamento do núcleo inicial, discordamos dessa opinião [...]. Um núcleo urbano construído na Paineira assentaria sobre um terreno de três a quatro por cento de declividade. Ao passo que mais baixo, no local por nós escolhido, essa declividade é em média dois por cento; portanto, muito mais propício para conter a parte central da cidade.”⁴

Attilio se valeu da topografia para ampliar o caráter monumental que desejava imprimir à cidade e a edifícios específicos:

“Da topografia tiramos partido também para obter efeitos perspectivos com o motivo principal da cidade, que é o centro administrativo. Domina este a região e é visto de todos os pontos da cidade e principalmente por quem nela chega.”

De fato, no desenho de Attilio, a Praça Couto Magalhães (hoje Praça Cívica) domina a malha urbana estruturada por três grandes avenidas que dela partem, formando um vértice de 60° com a avenida principal - Avenida Pedro Ludovico, hoje Avenida Goiás - em posição central em relação às outras duas. Essas avenidas descem em direção aos fundos de vale, cortando o eixo rodoviário da cidade (Avenida Anhanguera) - formando com esta um triângulo equilátero -, e prolongando-se mais abaixo até a Avenida Paranaíba (que possui forma de arco centrado na Praça Cívica). A Avenida Couto Magalhães se estende ainda mais, alcançando a Estação Ferroviária (figura 1).



Figura 1 - Planta da Nova Capital de Goiás.
Fonte: JUNIOR, 1960.

A cidade foi dividida em zonas, e no entorno das duas avenidas principais, a Avenida Couto Magalhães e a Avenida Anhanguera, ficou definida a zona comercial-industrial. Ao redor dela, a parte destinada ao uso residencial urbano engloba todo o centro da cidade.

Attilio previu setores de expansão além do córrego Botafogo, mas o núcleo inicial de Goiânia terminava nos fundos de vale mais próximos, a leste pelo córrego Botafogo e a oeste pelo córrego Capim-puba. Estas áreas deveriam ser transformadas em *parkways*, respeitando sempre mais de 50 metros de área verde em cada margem do córrego, além de possuir suas matas mais frondosas preservadas como extensos parques públicos:

"[...] de preferência procuramos incluir e preservar certos sítios, já beneficiados pela natureza, para servir de parques ou jardins, evitando, tanto quanto possível, a sua destruição." ⁵

O principal bosque transformado em parque (Parque do Botafogo) foi assim descrito:

*“[...] é o principal parque da cidade, pela sua área de 54 ha, e pela sua vegetação luxuriante, onde medram espécies frondosas das nossas madeiras de lei. Atravessado pelo córrego de mesmo nome, que serpenteia em toda sua extensão, formando algumas corredeiras, presta-se admiravelmente para ser conservado ao natural, tirando-se partido apenas com alguns caminhos e picadas de passeio. A simples conservação da mata e uma rigorosa vigilância contra a devastação é o bastante para preservar este rico patrimônio que se encontra dentro do perímetro urbano.”*⁶

No texto de 1937, já afastado das obras, Attilio faz referência ainda a outras áreas de igual valor, que deveriam ser preservadas da “especulação desenfreada em torno da venda das terras”:

*“É preciso, portanto, que desde já fiquem bem estabelecidas as reservas. Embora só muito mais tarde poderá a administração transformar essas matas em parques, nem por isso poderá dispor delas para outros fins que não os previstos.”*⁷

Em contraste com a sugestão de preservação quase ao natural das matas mais densas próximas aos cursos d’água, ao pé da cidade, as áreas mais altas - descritas como “campina” ou “pastos extensivos” - consideradas propícias à urbanização, formam a base para o tecido urbano propriamente dito. Nestas áreas, o projeto de Goiânia previu 186 ha de espaços livres, compostos de vias públicas, jardins, praças, playgrounds, etc.. São espaços dispersos no tecido da cidade, alguns deles centrais, íntimos à vida metropolitana. São espaços de acentuada urbanidade - em alguns casos, de monumentalidade e luxo. Sobre a principal avenida da cidade, Attilio escreveu:

*“A av. Pedro Ludovico tem um caráter pitoresco e monumental, constituindo uma avenida jardim. [...] [nela] só deverá ser tolerado o comércio de luxo, casas de modas, joalherias, cafés, bares e restaurantes, com instalações de gosto.”*⁸

Os jardins da Avenida Pedro Ludovico levavam ao centro administrativo e cívico, a Praça Couto Magalhães. Esta, dando continuidade à avenida, devia se apresentar:

*“Toda ela tratada com jardins baixos, à francesa (...) conterà em seu centro de simetria, um grande monumento, comemorativo da fundação do Estado, e das grandes bandeiras.”*⁹

É notável a intenção do urbanista em unir, ainda no início da década de 1930, a beleza que viu nas matas autóctones à sua capital que tinha de Versalhes, de Carlruhe e Washington. Mas, se as matas contíguas ao tecido urbano faziam às vezes de contraponto exótico à cidade – talvez uma versão tropical dos grandes bosques parisienses – dificilmente poderiam funcionar como seu verdadeiro contexto territorial. Em verdade,

ao acolher e ambientar a cidade, os bosques a protegem daquilo cuja perspectiva interdita: os gerais que se estendem indefinidamente ao redor da cidade, a verdade aterradora da sua dramática localização nas distâncias do interior do Brasil do início da década de 1930. Distâncias que Attilio teve de percorrer em trens, caminhões, carroças e picadas, que mediu nas próprias dificuldades de ali viver e dali comandar a implantação da capital.

E como pensar uma cidade moderna em lugar terrivelmente distante, em meio a um Cerrado muito grande, tanto maior quanto parcamente povoado, de difícil acesso e praticamente sem referências reconhecíveis para um viajante estrangeiro? A resposta de Attilio parece apontar para um redimensionamento dos horizontes de relação espacial da cidade. De fato, a opção por construir Goiânia em cota mais baixa suavizou sua exposição aos espaços de grande escala, privilegiando a ambiência local, o contato mais direto, carnal, entre a cidade e seus elementos vizinhos: os fundos de vale e os bosques. Ou seja, este reposicionamento do tecido urbano, coloca os limites de compreensão da cidade mais próximos do seu corpo construído, isolando-a e protegendo-a de relações espaciais mais amplas com um território excessivamente grande.

O confronto com o externo também se espelha, de certo modo, no próprio desenho da capital, que protege seus espaços mais vivos e íntimos do seu exterior. Com efeito, no centro de Goiânia, na Praça Couto Magalhães e nos amplos bulevares que dela partem, se previram espaços modernos, dignos de uma metrópole, ornados com jardins “à francesa”. Ao seu redor, as áreas residenciais e, além delas, belas matas e cursos d’água - a serem protegidos e visitados, posto que verdadeiros parques de feitura natural - servem de limites à cidade. Da praça cívica às áreas rurais, um gradiente de urbanidade.

A localização das partes mais monumentais envoltas por áreas residenciais não permite uma relação visual com seu entorno. Suas perspectivas mais valorizadas, suas praças e avenidas (com a exceção do eixo rodoviário de ligação intermunicipal) estão enclausuradas dentro do seu próprio corpo. A Avenida Araguaia vai da Praça em direção ao Parque dos Buritis, e a Tocantins, da Praça ao Aeródromo. A Avenida Pedro Ludovico, exemplo maior, liga a Praça Cívica à *gare*. Aliás, o desenho da própria Praça Couto Magalhães, com os edifícios administrativos dispostos em arco oposto às avenidas citadas, evidencia o objetivo - e os limites - que a vista deveria buscar.

A tudo quanto vimos, parece ser grande a distância entre as referências notadamente clássicas de Goiânia e a realidade daquela região. Acreditamos que esta distância se reflete na separação entre os espaços mais monumentais de Goiânia e o Cerrado. Tal separação, de certo modo, conserva o significado dessas áreas de tratamento clássico e seus jardins à francesa, pois os valores ali representados esmoreceriam no contato direto com a realidade em que a capital se insere. Isto, acreditamos, assinala as dificuldades que o urbanista pode ter enfrentado em reconhecer, para além dos bosques mais próximos, uma possibilidade de paisagem para a própria criação.

Mas entre a conservação ao natural dos bosques mais frondosos do perímetro da cidade e seus jardins barrocos - alguns desenhados pelo próprio urbanista¹⁰ (figura 2)

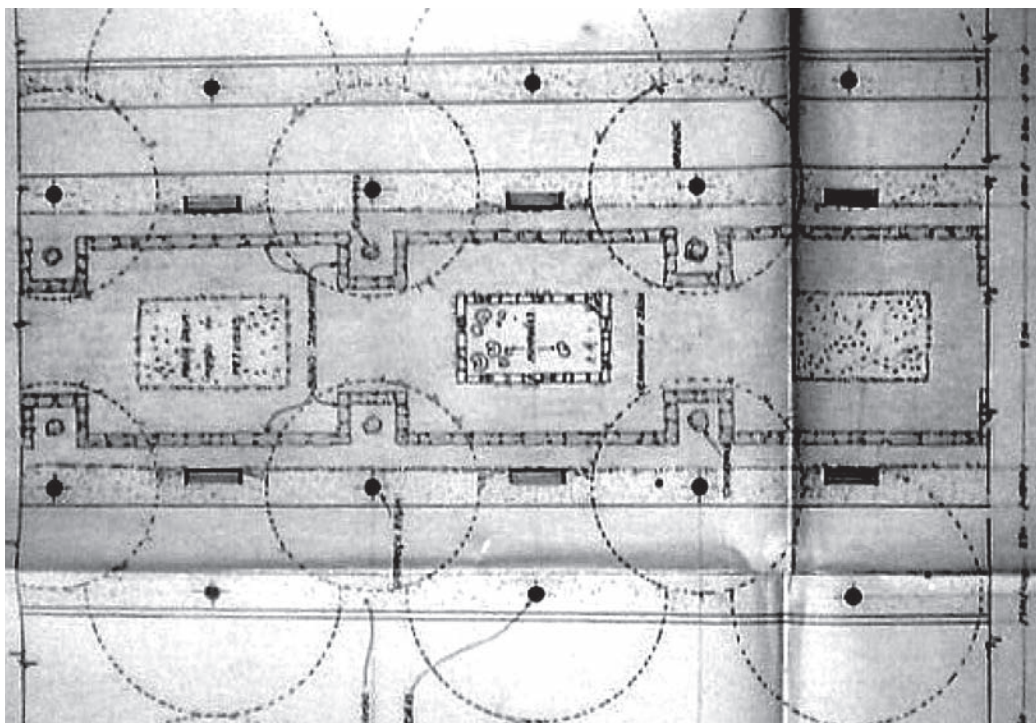


Figura 2 - Projeto para os Jardins da Avenida Goiás.
Fonte: DINIZ, 2007.

-, um parque parece sugerir uma solução de composição que incorpora um pouco daquilo que este vivenciou nos anos em que viveu e viajou por Goiás. Referimos-nos ao Parque dos Buritis, previsto por Attilio a poucas centenas de metros do centro cívico, onde havia uma vereda povoada por buritis (*Mauritia flexuosa* Mart.):

“O buritizal localizado na extremidade da rua 26 será transformado em pequeno parque. Para isso será necessário drená-lo convenientemente, conduzindo as águas pelo talweg, em canal descoberto, tirando partido deste para os efeitos de pequenos lagos recreativos.”

Seu interesse pelo lugar ficou registrado em foto onde se encontra anotado, de próprio punho, além do nome científico da palmeira, os dizeres: “*Buritizal em Goiânia, antes da construção da cidade.*” O reconhecimento de uma beleza com a qual ele provavelmente não era familiarizado levou-o mesmo a desenhar o parque, o que não fazia parte das atribuições originais previstas no contrato que firmara com o governo do estado¹¹.

Mas, se a vista da vereda original pode ter encantado o urbanista o bastante para decidi-lo a fazer um parque, que se servisse desse sítio “já beneficiado pela natureza”, certamente as soluções propostas de se drenar a área, organizando suas águas em lagos, cascatas e efeitos diversos remetem mais aos *tivoli* franceses e aos parques americanos do começo do século que ao Cerrado. Podemos supor, de qualquer modo, que nessa

concepção ao menos alguns elementos do Cerrado, como os buritis, permaneceriam no processo de ajardinamento do parque.

O parque dos Buritis nasce, assim, como construção algo híbrida: apresenta soluções típicas de jardins urbanos, com cascatas e lagos, não obstante tirando proveito da ambientação das majestosas palmeiras. Este é um passo além daquele que foi dado na preservação dos bosques de Goiânia, onde se tinha em vista somente a criação de passeios para o acesso e contemplação de suas belezas naturais.

Ainda que a incorporação de determinados elementos, em si, não pode nos dar prova maior da representação da paisagem do Cerrado, parece justo supor que ali Attilio encontrou um motivo para o parque, e que procurou preservá-lo em alguma medida no projeto. E isto significa dizer que aquela representação “jardinística” da paisagem procurou promover, além de valores variados, ligados aos parques e jardins urbanos, certa ligação com a natureza autóctone de Goiás.

Acreditamos que o Parque dos Buritis é, assim, no plano de Goiânia, a margem de intersecção entre a vivência do Cerrado e as referências estéticas importadas da capital. Contudo, como vimos, esse impulso não foi suficientemente importante para promover uma organização “paisagística” entre a cidade e seu território. Não podemos afirmar, com efeito, que o plano original de Goiânia propõe ou representa o Cerrado como paisagem. Mais justo seria dizer que o Cerrado permaneceu excluído, não só dos seus espaços livres centrais, mas também dos horizontes da cidade.

3.2 Brasília

Lúcio Costa desenvolveu sozinho a proposta que submeteu ao “Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil”, durante os poucos meses entre a publicação do edital do concurso - em 19 de setembro de 1956 - e a data limite para a entrega, de 11 de março de 1957. A apresentação sumária do plano lhe custou a censura de outros concorrentes, mas não impediu que tivesse a melhor avaliação entre os membros do júri.

Para o desenvolvimento do plano, o arquiteto dispunha, por certo, dos documentos disponibilizados pela “Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal”, que incluíam mosaico aerofotográfico na escala 1:50.000 de todo o distrito federal e, especificamente, sobre o sítio escolhido para a construção de Brasília, mapas topográficos com curvas de nível de metro em metro e a cota alagada do lago Paranoá¹². São justamente a topografia e o desenho do lago que centram os vetores do traço inicial, o gesto *primário da Cruz*.

Na planta entregue por Lúcio Costa, o plano ocupa uma área aproximadamente triangular, com um dos vértices encaixado entre os braços da margem oeste do lago Paranoá (figura 3). Dentro desse espaço, o eixo monumental deita-se sobre um espigão que vai do lago em direção ao cume de uma colina suave, onde deveria ser construída uma torre radioemissora, chegando depois até a rodovia que ligaria a capital a Anápolis e Patrocínio, que delimita o lado oeste da área triangular citada.

O eixo rodoviário corta o eixo monumental na perpendicular, abrindo-se em duas asas simétricas (norte e sul), praticamente planas e arqueadas a oeste, acompanhando

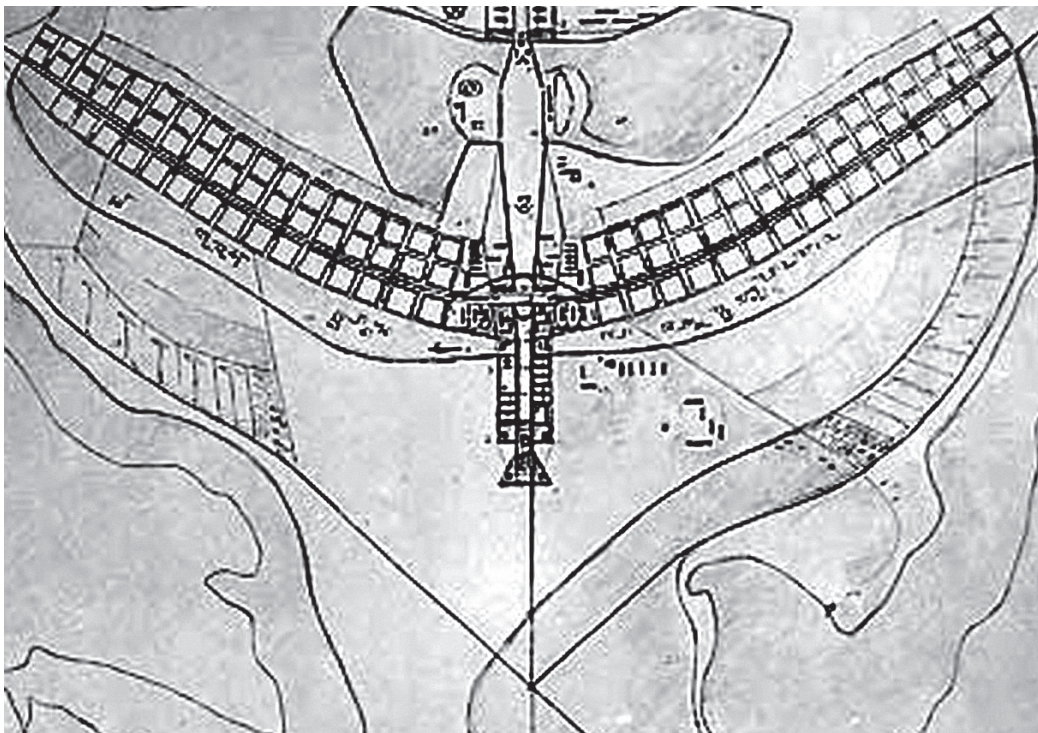


Figura 3 - Original do Plano Piloto de Brasília.
Fonte: LEITÃO, 2009

o desenho do lago Paranoá. Essa primeira ossatura da cidade mostra uma conformação que se delineia também a partir dos aspectos físicos do sítio escolhido, não por acaso, para a construção da nova capital¹³

Na “Memória Descritiva do Plano Piloto” o arquiteto apresenta as partes componentes da sua cidade, começando por seus dois eixos principais. As relações espaciais entre a topografia e a arquitetura atuam como princípio norteador da descrição da parte principal do eixo monumental¹⁴:

“Destacam-se, no conjunto, os edifícios destinados aos poderes [...] [sobre] um terrapleno triangular, com arrimo de pedra à vista, sobrelevado na campina circunvizinha [...]. Em cada ângulo dessa praça — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base, a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma esplanada ampla, disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro. A aplicação, em termos atuais, dessa técnica oriental milenar dos terraplenos garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista. Ao longo dessa esplanada — o Mall dos ingleses, extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias. [...] A Catedral ficou igualmente localizada nessa esplanada, mas numa praça autônoma disposta lateralmente, não só por questão de protocolo [...] [mas] principalmente por outra

razão de ordem arquitetônica: a perspectiva de conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedida até além da plataforma, onde os dois eixos se cruzam.”

Domina o conjunto, a oeste, a “[...] torre monumental das estações radioemissoras e de televisão tratada como elemento plástico integrado na composição geral”.

Do cruzamento em desnível do eixo monumental com o eixo residencial-rodoviário, sobre a rodoviária ou do centro de diversões próximo a ela - em meio a enormes luminosos de reclame, restaurantes com paredes envidraçadas, cafés sobre arcadas “(mistura, em termos adequados, de Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées)” -, se abriria a vista da esplanada, de um lado, e da torre, do outro, num ambiente “adequado ao convívio e à expansão”, centro “gregário” da capital.

Na parte residencial, a opção por grandes quadras (as superquadras) perfiladas em torno dos braços do eixo rodoviário, “concilia a escala monumental, inerente à parte administrativa, com a escala menor, íntima, das áreas residenciais”.

Seriam quadras de 300 por 300 metros, compostas por “prédios soltos do chão sobre pilotis, no gabarito médio das cidades européias tradicionais - antes do elevador -, harmoniosas, humanas, tudo relacionado com a vida cotidiana; as crianças brincando à vontade ao alcance do chamado das mães”¹⁵. Essas superquadras se queriam “emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens”, para resguardar seu interior, amortecer o impacto visual dos edifícios e garantir a ordenação urbanística da sequência de superquadras.

Faixas mais ao externo das superquadras garantiriam a coesão do tecido urbano e a transição para o espaço não ocupado pela cidade. Do lado oeste, as superquadras faziam fundo com uma via de serviços seguida por “uma faixa de terreno equivalente a uma terceira ordem de quadras para floricultura, horta e pomar”. Do lado leste, depois da via de serviços contígua às superquadras, estava o setor de embaixadas, de baixa densidade de edifícios envoltos por áreas verdes muito provavelmente ajardinadas e arborizadas. Depois das embaixadas, uma alameda arrematava o conjunto, e dali, ao se olhar em direção ao lago, ter-se-ia “a vista desimpedida sobre a paisagem, excetuando-se o hotel principal localizado nesse setor e próximo do centro da cidade”.

Alguns setores residenciais foram ainda previstos à parte do conjunto constitutivo das asas, localizados próximos à orla do lago:

“Previram-se igualmente setores ilhados, cercados de arvoredo e de campo, destinados a loteamento para casas individuais, sugerindo-se uma disposição dentada em cremalheira para que as casas construídas nos lotes do topo se destaquem na paisagem [...]. E admitiu-se igualmente a construção eventual de casas avulsas isoladas, de alto padrão arquitetônico — o que não implica tamanho — estabelecendo-se, porém, como regra, nestes casos, o afastamento mínimo de um quilômetro de casa a casa, o que acentuará o caráter excepcional dessas concessões.”

Sobre a orla do lago, o arquiteto decidiu por *“preservá-la intata, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana”*. Apenas construções específicas, como o Palácio da Alvorada, o hotel e a cidade universitária seriam ali permitidas, entremeadas por bosques que iriam até a margem da represa, *“bordejada nesse trecho pela alameda de contorno que intermitentemente se desprende da sua orla para embrenhar-se pelo campo que se pretende eventualmente florido e manchado de arvoredos”*.

Brasília é, para Lúcio Costa, *“deliberadamente aberta aos 360 graus do horizonte que a circunda”*, e incorpora o *“imenso céu do planalto, como parte integrante e onipresente da própria concepção urbana”*¹⁶. Disso dão testemunho várias das passagens citadas acima, da Memória Descritiva do Plano Piloto e de outros documentos do próprio Lúcio Costa¹⁷.

A abertura de Brasília ao horizonte beneficia-se da posição topográfica do sítio escolhido para a construção da capital. De fato, o projeto de Brasília tira proveito da topografia e estabelece relações espaciais privilegiadas com seu entorno, notadamente como suporte para assinalar a monumentalidade de sua parte administrativa. A cuidadosa relação de perspectivas que se abrem no eixo monumental, como vimos nas passagens do Memorial citadas acima, é potencializada justamente pela sua posição de crina. Essa posição de domínio do entorno explorada pelo plano, poderíamos dizer, serve como indício de relações espaciais de caráter amplo, que mobilizam a percepção das distâncias do país inteiro.

Eis aí uma diferença notável em relação à Goiânia. A amplidão do interior do Brasil, na capital de Lúcio Costa, não constitui ameaça. Antes, situa a capital como centro do território nacional e dá-lhe relevo. Brasília não se perde na profundidade do Cerrado, antes o contrário: toma posse do interior do Brasil. Essa é a potência subjetiva do seu horizonte: o domínio de todo o Planalto Central.

Este domínio do território numa escala tão ampla é possibilitado pela ideia de todo o Planalto Central como um vazio imenso, de *“deserto a perder de vista”*¹⁸. Um tal vazio, que parece reforçar a amplidão do espaço, se reflete na invocação ao céu. É a esse espaço, vasto e deserto, representado pelo próprio céu, que se abre Brasília. Nele sobressai sua monumentalidade.

Esta ideia de vazio imenso nos convida à percepção do contexto territorial mais amplo, a que o plano de Brasília responde. Ele encontra eco nos seus espaços abertos - desde o conjunto da Esplanada dos Ministérios, os grandes eixos viários, até os gramados contínuos, em meio aos blocos sobre pilotis das superquadras.

A organização dos espaços residenciais da capital reflete a concepção da sua parte mais central, com superquadras *“apenas niveladas [...], sem calçamento de qualquer espécie nem meios-fios”* nas vias tratadas *“como caminhos de parque”*¹⁹ e grandes blocos de apartamentos horizontais dispostos num gramado amplo. Mas, por constituírem espaços dedicados à vida mais íntima da população, estes parques, como vimos, se queriam protegidos por renques uniformes de grandes árvores em seu perímetro (figura 4).



Figura 4: Superquadras – Memorial do Plano Piloto de Brasília
 Fonte: COSTA, 1995

Essas árvores, queremos ressaltar, protegem o interior das superquadras dos abertos, não somente intraurbanos, como o do amplo tapete de asfalto e gramado do eixo rodoviário-residencial²⁰, mas, também, e principalmente do vazio do território além da cidade. Neste sentido, a proteção do tecido residencial é complementada pelas faixas de horticultura e pomar a oeste; e o setor de embaixadas a leste. Assim, *“o ritmo e a harmonia dos espaços urbanos se faz sentir na passagem, sem transição, do ocupado para o não-ocupado – em lugar de muralhas, a cidade se propôs delimitada por áreas livres arborizadas”*²¹

A tensão exterior-interior, que opõe a amplidão da paisagem à ideia de pátios delimitados, dá relevo ao aconchego e à intimidade dos espaços residenciais. Dentro deles, os grandes blocos horizontais continuam a lembrar e promover Brasília como uma cidade monumental, aberta a um vasto território, para o qual, com efeito, os apartamentos mais altos permitem uma vista privilegiada.

No entanto, a solução de gramados e arborização densa se distancia da impressão da constituição da natureza do interior do Brasil. De fato, essas áreas, assim como outras mais dedicadas à fruição, privilegiaram soluções paisagísticas que lembrariam mais parques urbanos à inglesa, entremeando bosques e gramados. E elas reaparecem em outras áreas descritas no plano como o Jardim Botânico e o Jardim Zoológico, *“constituindo essas duas imensas áreas verdes, simetricamente dispostas em relação ao eixo monumental, como que pulmões de nova cidade”*; os cemitérios, com *“chão de grama e [...] convenientemente arborizados, com sepulturas rasas e lápides singelas, à maneira inglesa”*, o setor de residências individuais entre as asas e o lago, *“cercado de arvoredo e de campo”*, e a orla do lago, *“tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica”*, onde os poucos edifícios permitidos seriam *“entremeados por denso bosque que*

se estende até a margem da represa, bordejada nesse trecho pela alameda de contorno que intermitentemente se desprende da sua orla para embrenhar-se pelo campo que se pretende eventualmente florido e manchado de arvoredo”.

No mapa do Plano Piloto submetido ao concurso, as áreas citadas acima foram coloridas na cor verde. As menções aos campos “*de feição naturalística e rústica*”, “*eventualmente floridos e manchados por arvoredo*”, dificilmente poderiam representar a incorporação da vegetação nativa do cerrado - que não vem mencionado no memorial descritivo - no contexto bucólico da capital. Em todos esses casos, contudo, os gramados abertos e o uso de árvores mais frondosas em formações densas parecem deixar, aos olhos do arquiteto, essas áreas mais aprazíveis - e mais distantes dos campos originais daquela região.

No mapa do Plano Piloto, a área ao redor de toda a Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes permanece em branco, como indicação de que ali a vegetação nativa seria mantida intacta. Sobre essa área, o eixo monumental da cidade projeta-se deliberadamente para fora do tecido urbano, sobrelevado em terraplano que chega a atingir 5 metros de altura. Nas palavras do próprio Lúcio Costa:

“O normal seria o centro envolvido pela área urbana. Mas na concepção de Brasília, ele foi levado ao extremo da composição urbanística da cidade [...] [com] o objetivo de acentuar o contraste da parte civilizada, de comando do País, com a natureza agreste do cerrado... O cerrado representaria o povo, a massa de gente sofrida, que estaria ali junto ao poder da democracia que lhe é oferecido.” ²²

A mobilização do Cerrado no Plano Piloto vem evidenciada justamente no contato do ponto mais simbólico da capital com a natureza do Planalto Central. Se a monumentalidade de Brasília se apoia na vastidão de seu horizonte, sua modernidade se torna mais contundente contra a “*natureza agreste*”.

É a esse território que se abre Brasília: uma significação de vastidão que lhe realça a razão e a monumentalidade. Uma realidade agreste vivenciada como estrutura e cenário de seus conjuntos mais simbólicos e modernos - e da qual a vida cotidiana, representada nas zonas residenciais, deve ser protegida.

O problema que afligia Attilio, por ocasião da construção da capital para o distante e atrasado estado de Goiás, nos anos 1930, para Lúcio Costa, em 1957, se coloca como oportunidade para a capital de um grande país em pleno desenvolvimento. Brasília, como vimos, se abre e se apropria do Cerrado: de suas enormes distâncias e de seu aspecto árido. Mas se é verdade que Brasília se abre ao território, resta ainda saber se o mesmo se apresenta enquanto paisagem viva, ou traduzido em valores já fixados, distantes de uma experimentação estética daquela natureza que o autor poderia ter encontrado, se não *in situ*, em representações artísticas, onde a paisagem de Cerrado se faz apreender ainda viva e pulsante. Para buscar responder, ainda que de maneira sucinta, a esta questão, tratemos daquelas ideias relacionadas ao território, às quais o Plano Piloto parece se referenciar:

A ideia de vastidão, de deserto a perder de vista, como procuramos expor acima, transparece no desenho da cidade. Brasília, como a viu Lúcio Costa, é uma cidade aberta, com efeito, a um horizonte imenso. Desta imensidão se apropria a cidade, realçando a monumentalidade de seu partido urbanístico. Essa ideia certamente concorre para a magnitude atingida pela proposta de Lúcio Costa. Mas convém perguntar o quanto ela pode ainda resguardar de uma estética da imensidão, construída diretamente pela imersão no Cerrado.

É nossa opinião que, ao elevar a potência do olhar à magnitude em que este, objetiva e subjetivamente, apresenta em Brasília, esta ideia resta excessivamente límpida, descarnada de um sentimento mais vivo de imensidão sentida *de dentro* do Cerrado, imensidão sofrida, como a sofreu Attilio. Assim, perde-se o gosto próprio da paisagem que se dá a ver, pois a ele se sobrepõe um conceito. Com efeito, ainda que a vista domine grandes extensões, ao rés do chão, o Cerrado pode não se apresentar tão cristalino. Enfim, a percepção do Cerrado como um vazio imenso parece estar calcada numa perspectiva demasiado ampla, demasiado distante das tonalidades de uma experiência de imersão nesta paisagem.

O território a que se abre Brasília, contudo, não é amplidão simplesmente. Ele é agreste, tal qual o arquiteto o apresenta no entorno da Praça dos Três Poderes. Esta ambientação do conjunto principal da cidade pela vegetação nativa dá cor à amplidão a que se abre Brasília. Mas note-se: se a ideia de vastidão encontra-se no próprio corpo da cidade, a “natureza agreste” é incorporada apenas como cenário, sua impressão estética não está nele (no corpo da cidade) *representada*. Antes, serve-lhe de contra-ponto. Permanecem estanques, no campo das representações, os dois polos: a natureza autóctone e a capital moderna.

3.3 Palmas

Em dezembro de 1988, ainda antes de tomar posse como primeiro governador do recém-criado Estado do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos já se tinha decidido por construir uma nova cidade para sediar a capital no centro geográfico do estado. Para tanto, convidou o arquiteto Luiz Fernando Cruvinel Teixeira - que se associou ao arquiteto Walfredo Antunes de Oliveira Filho - para coordenar a “Comissão Especial de Estudos da Nova Capital”, com o objetivo de selecionar um sítio adequado para construir Palmas²³ No dia 15 de janeiro de 1989, o governador e os arquitetos contratados fizeram o primeiro sobrevôo para o levantamento dos sítios mais propícios, que seriam depois melhor estudados pela comissão técnica²⁴

A comissão coordenada pelos arquitetos apontou inicialmente quatro sítios aptos: Mangues, Carmo, Santa Luzia e Canela. Estes foram então comparados entre si por critérios técnicos como topografia, disponibilidade de água para abastecimento e facilidade de acesso. Dentre os classificados – Mangues e Canela – a comissão optou pelo primeiro, principalmente por estar na mesma margem do Rio Tocantins que a rodovia Belém-Brasília (BR 153). O governador, no entanto, requisitou aos arquitetos que revertessem a decisão em favor da localidade Canela:

“Ele falou assim: ‘O trabalho é muito bom, mas você vai mudar o ranqueamento da Mangues, com Canela.’ [...] ‘No Tocantins tudo foi construído na margem esquerda: Belém-Brasília, cidades, tudo. A margem direita não tem nada, só deserto.’”²⁵

Os arquitetos acataram a decisão do governador e, durante a apresentação dos levantamentos técnicos, no dia 28 de janeiro, Canela foi defendida também por Luiz Fernando - mesmo em desacordo com o próprio relatório - pelas características extraordinárias do sítio:

“No dia da apresentação eu disse: ‘Vou começar esse filme pelo fim; se me fosse dado o direito de escolher eu escolheria a área número dois [Canela]. [A área Mangues] é a mais técnica, seria pra uma cidade mais eficiente. Mas a da direita é a mais bonita.’ [...] ‘A cidade aqui no Mangues vai ser uma cidade comum. Em Canela vai ter uma serra como pano de fundo e um lago do outro lado. Qual cidade no mundo tem isso?’”²⁶

A escolha final da localidade cabia à Comissão da Assembléia Estadual, que referendou a decisão por Canela no dia 09 de fevereiro de 1989, quando teve início o planejamento da cidade.

Posteriormente foi definida pelos arquitetos a “Área de Urbanização” na margem direita do rio Tocantins, que consistia numa faixa de declividade suave entre a Serra do Lajeado e o espelho da futura “Represa do Lajeado” (formada pela Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, cuja construção já estava definida anteriormente).

O Plano de Palmas foi publicamente apresentado pelos arquitetos no dia 20 de maio de 1989, decorridos apenas pouco mais de três meses da sua contratação. Também nesta etapa houve ingerência de Siqueira Campos, e ao se analisar o plano de Palmas não se pode deixar de considerar as suas intromissões na locação de importantes elementos do desenho urbano, notadamente o palácio do governo e a avenida principal que lhe deveria dar importância^{27 e 28}

No plano apresentado, a Avenida Principal (Avenida Teotônio Segurado, hoje “Avenida Governador Siqueira Campos”), corta no sentido norte-sul, centralizada entre a serra e a represa, toda a Área de Urbanização. Seria este o eixo mais importante, a “espinha dorsal” da urbanização, com 150 metros de largura total e uma faixa verde central de 40 metros de largura, “cuja arborização abundante deverá humanizar o impacto do sol do centro-oeste nas pistas asfaltadas”²⁹. Paralelas à avenida principal, e nos limites da área a ser urbanizada, foram previstas a Avenida Parque, a oeste, seguindo os contornos da represa, e a Perimetral Leste, junto à Serra do Lajeado.

A avenida principal se cruza perpendicularmente com o eixo leste-oeste (Avenida Juscelino Kubitschek), que vai da serra até a represa, para onde se previu a construção de uma futura ponte suspensa. No cruzamento entre essas duas avenidas está localizada a Praça dos Girassóis, no alto de uma pequena colina, onde a quis o governador (figura 5).

Os eixos longitudinais de Palmas cruzam os cursos d’água que descem da serra em direção ao Rio Tocantins. Em torno deles, o projeto previu parques lineares, delimitados

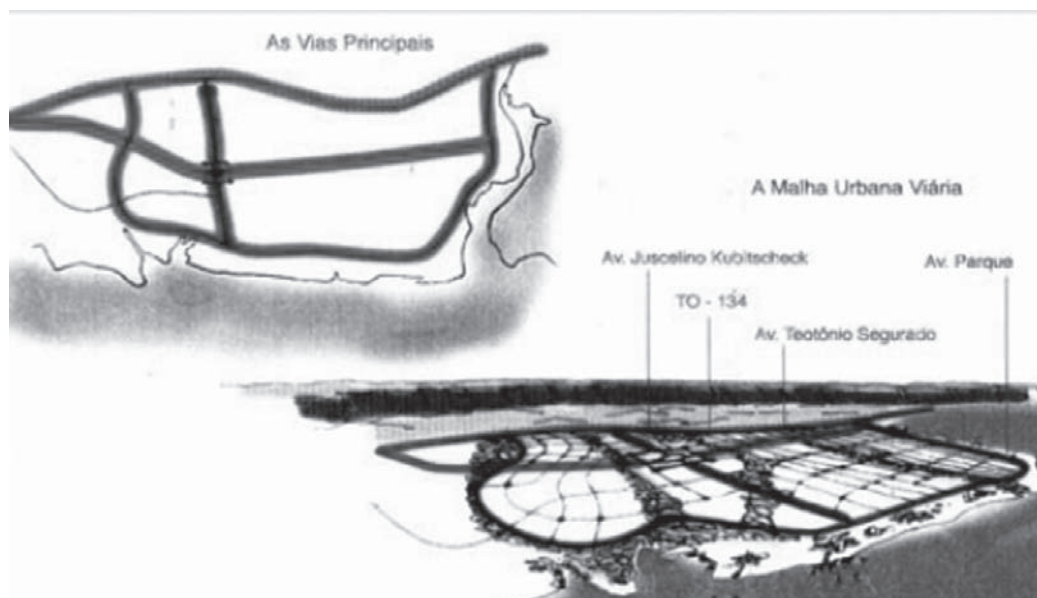


Figura 5 - Croquis do plano de Palmas
 Fonte: GRUPOQUATRO S/C

por “vias de fundo de vale”, que “sugerem uma relação constante entre os habitantes e os parques lineares”. Nestas áreas verdes, “escolas, pequenos centros culturais e outros que necessitem de espaços verdes e cuidem de preservá-los”.

Vias secundárias formam um quadriculado ortogonal adaptado às curvas da orla do lago e à interferência dos fundos de vale. O desenho do traçado proposto deve-se principalmente à praticidade e à busca de redução de custos na implantação da cidade. Essa escolha respondeu também à melhor circulação dos ventos e, segundo o autor, ainda “*tinha como princípio [permitir] a vista da serra e do lago. Isto é, quando se vai para o leste se vê a serra, e quando se vai para o oeste, o lago*”³⁰

Essa malha viária delimitou “grandes quadras” residenciais com cerca de 700 por 700 metros de lado, isoladas das vias arteriais e com trânsito apenas local. Para tais quadras não foram previstas cintas arborizadas, gabarito ou desenho específico para a urbanização: “*Democraticamente, poderão ter expressões arquitetônicas individualizadas, com recantos e bosques que deverão regular a boa composição final.*” Alguns croquis exemplificativos indicavam, de toda forma, certa centralidade dos equipamentos urbanos, como creches, postos de saúde e praças. Ao seu redor, edifícios residenciais de gabaritos variados, incluindo residências unifamiliares e geminadas. O plano básico fixou somente a densidade populacional em 300 hab./ha (“1.600 famílias por quadra”) e o percentual de 15% de áreas verdes:

“A gente imaginou que aqui dentro [das grandes quadras] você teria uma cidadela de oito a dez mil habitantes, que fora dela é uma cidade moderna, com

*avenidas largas. [...] Brasília tem superquadras construídas, aqui não, aqui é uma cidadela com lote, com prédio, com comércio.”*³¹

Na linha do eixo principal se reúnem os setores de serviços (*“Vamos imaginar [as avenidas] L2, a W3, a W4 e a W5, onde fica aquela série de escolas, igrejas, lojas, hospitais, clínicas, clubes, e imagine tudo isso no eixão de Brasília.”*³²) e dois parques urbanos foram previstos onde a avenida principal cruza os cursos d’água. Estes parques urbanos seriam, portanto, integrados aos parques lineares de fundo de vale da cidade.

Ao leste da rodovia estadual, a área situada entre a cidade e a Serra do Lajeado foi declarada Parque Ecológico, perfazendo 1.000 hectares e *“valorizando a vegetação existente”*. Dentro do parque, o Jardim Botânico (destinado ao *“cultivo e estudo das plantas nativas, particularmente as do cerrado”*), ao lazer e às atividades didáticas) e o Zoológico.

Ao oeste da cidade, a Avenida Parque guarda uma distância de aproximadamente 400 metros da orla da represa. Esta faixa *“permite a instalação dos equipamentos que caracterizem o aspecto de transição entre a cidade e o futuro lago”*, constituindo lugar adequado para *“clínicas, clubes, escolas maiores e a universidade”*³³. Além desta faixa, o grande espelho do lago, que ainda não existia.

O desenho da malha urbana de Palmas atesta a criação de uma cidade a partir das conformações do sítio visitado, como se os arquitetos comesçassem o projeto justamente pelo mapeamento dos elementos preexistentes:

*“Então, quais foram os elementos que determinaram o desenho dessa cidade? Primeiro a Serra. Segundo, uma área entre a cidade e a Serra que queríamos considerar como o Parque, [...] com preservação da natureza. Depois, os rios que nasciam na Serra. E, finalmente, o lago que era algo construído. Quando você pega esse desenho, é o desenho da cidade de Palmas.”*³⁴

Aí se apresenta o ponto de partida da nossa reflexão: a participação dos arquitetos na escolha do sítio para a construção de Palmas, com os métodos de reconhecimento do território de que fizeram uso, incluindo as mais de 40 horas de sobrevôo em helicóptero, incursões por terra e fotos de satélite³⁵, parece ter dado a Palmas sua principal motivação. O memorial do plano de Palmas ressalta esse motivo e, efetivamente, o desenho da cidade o comprova.

Este reconhecimento do sítio, contudo, poderia ganhar em relevância exatamente quando os elementos citados, a serra, os fundos de vale, o lago (a expectativa do lago), todos eles se animassem, ganhando unidade de significado independente, outra que a simples soma dos elementos naturais do sítio onde se inserirá a cidade. Uma passagem do memorial parece justamente tentar compor para o leitor uma visão daquele lugar em chave paisagística:

“Os vapores das nascentes da sinuosa Serra do Lajeado e do curso do Tocantins se fundem em nuvens, de cuja integração da energia positiva, emanada

das águas correntes, com a massa calma do plano de água da futura represa do Lajeado sobressaem os terrenos da cidade.”

Se Palmas foi desenhada a partir do sítio, o memorial busca nele verdadeiro acolhimento num vislumbre de paisagem. A citação acima parece fazer referência ao olhar que aprecia das alturas as terras da capital, que contempla a grandiosidade da serra, a sinuosidade dos cursos d’água, os recantos mais planos. Um olhar que reúne numa só visada a peculiaridade do sítio escolhido³⁶. Essa visada delimita o sítio de Palmas e o destaca do contexto geral de território. Proporciona à cidade - assim o querem seus autores - genuína vantagem. A cristalização dessa unidade é o primeiro ponto que queremos ressaltar.

Neste trabalho, entretanto, interessa interrogar como essa paisagem aparece no plano, para além da conformação direta de seu tecido pela realidade topográfica e pelos corpos d’água. Interessa-nos saber se a cidade estrutura uma relação de cunho paisagístico com o território e se este vem representado enquanto paisagem em seu plano. Para tanto, parece mais relevante o caso do eixo principal de Palmas.

A Avenida Teotônio Segurado, com seus 150 metros de secção transversal, funciona como elemento central no desenho da cidade - nela se encontram o centro comercial e administrativo. A interferência da Praça dos Girassóis, no desenho da avenida principal, a quanto consta, não pode ser imputada aos arquitetos. De qualquer modo, nota-se que sua posição dominante, no alto de uma colina, interfere drasticamente na continuidade do traçado do eixo principal³⁷ (figura 6).

Esta avenida queria-se “densamente arborizada” - tendo em vista as condições climáticas - divergindo do amplo plano gramado pretendido por Lúcio Costa. Por

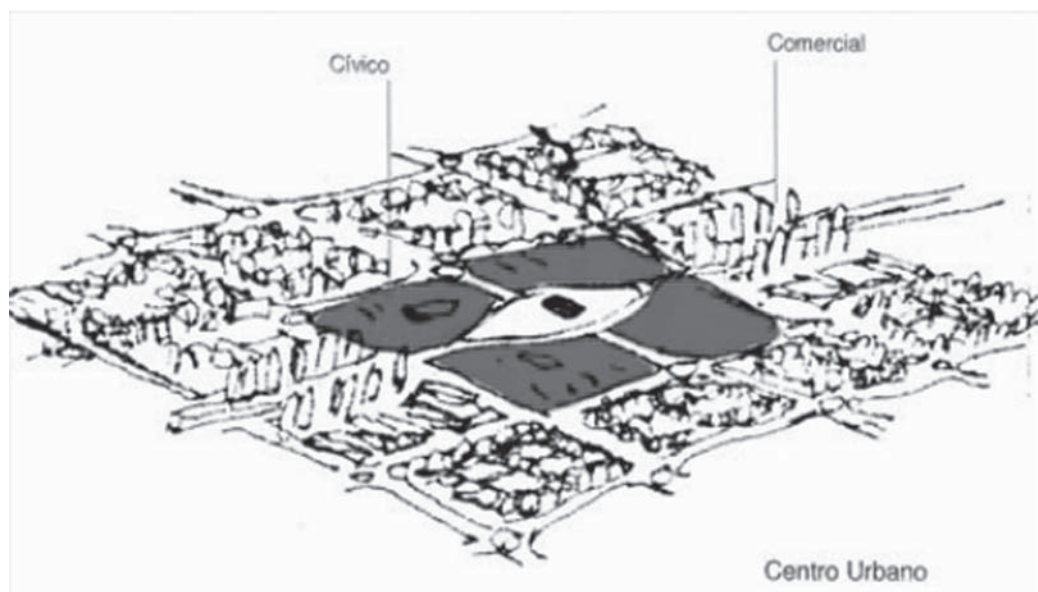


Figura 6 - Croqui Praça dos Girassóis
Fonte: GRUPOQUATRO S/C

muito que se deva levar em conta os aspectos práticos desta configuração, é preciso reconhecer que ela altera completamente a percepção do espaço e da cidade. De qualquer modo, por “arborização densa” não compreendemos um ajardinamento que privilegie a organização de perspectivas ou a proposição de ambiências baseadas em um plantio de árvores mais criterioso.

As quadras que estão contíguas à avenida também não tiveram seu conjunto melhor definido, Os arquitetos decidiram-se por não estabelecer um gabarito para os edifícios no interior das quadras, nem uma organização dos espaços no interior das mesmas ou tratamento especial para seu perímetro. Sendo assim, a largura avantajada da avenida principal - como também dos principais eixos de circulação - em Palmas, não parece espelhar a organização das perspectivas para quem transita naquelas vias.

A disposição da avenida principal, paralela à Serra do Lajeado e à orla da represa, também não privilegia a perspectiva desses elementos. Ocorre, em verdade, certa independência do conjunto principal e mais simbólico da cidade em relação ao seu sítio. Um indício pontual disto é o edifício do palácio do governo, que fica centralizado em relação ao eixo principal e à Avenida Juscelino Kubitschek, de sentido leste-oeste. Este edifício, ao invés de se voltar para o eixo que vai do lago à serra, e então ter sua perspectiva apoiada na grandiosidade dos marcos naturais, dá a preferência de sua melhor fachada à avenida principal.

A Avenida Juscelino Kubitschek é o principal eixo transversal de Palmas. Contudo, seu traçado não difere substancialmente das demais vias arteriais de Palmas, sendo interrompido a intervalos regulares por rotatórias. A vista da serra e do lago resta ainda mais prejudicada no que seria o principal eixo leste-oeste pela interferência da Praça dos Girassóis, que a divide em dois tratos praticamente independentes. Com efeito, a Praça dos Girassóis se impõe como motivo principal não só da Avenida Norte-Sul quanto da Leste-Oeste, conquanto esta última abra caminho à serra e ao espelho d'água. Isto fica ainda mais ressaltado porque o desenho destas avenidas não parece ter proposto outras referências visuais que não a da praça principal.

O tecido residencial da capital também não parece delinear maiores relações com o sítio que a própria pertença e proximidade. A malha externa das “grandes quadras” é homogênea e privilegia a lógica de implantação e funcionamento da capital. As quadras em si não foram mais bem definidas, mas, em passagem citada acima, foram descritas como pequenos núcleos relativamente autônomos para a vida cotidiana, nos moldes de “uma cidadela de oito a dez mil habitantes”. Nos desenhos apresentados pelos arquitetos, seus espaços livres parecem referenciados unicamente pela constituição de um núcleo central para estas “cidadelas” isoladas.

Sem organizar uma relação autenticamente visual com o entorno, as ligações mais fortes com o sítio são, em Palmas, do signo da fruição e da integração, temas recorrentes no seu Plano Original. Catalisadores desta relação são o Parque Ecológico, a faixa protegida à orla do lago e os parques lineares: lugares que propõem a integração da natureza ao corpo e à vida da cidade:

“Na cidade que será criada como a Capital do Tocantins existem condições favoráveis para incorporar o verde em sua realidade, permitindo integrá-lo de maneira harmônica à paisagem urbana e garantir a necessária integração entre o homem e a natureza.”

Se o desenho de Palmas não desenvolve uma apropriação paisagística do território, seu memorial busca ressaltar a proposta de uma integração à natureza. Uma integração que abdica de estabelecer uma relação estética com a natureza da região, conservando apenas a vantagem da pertença àquele contexto privilegiado. Ou seja, se a paisagem, aos olhos dos arquitetos, pode eventualmente cristaliza-se a partir daquele sítio privilegiado, tal como comparece na retórica do Plano Original, nas contingências do planejamento da capital ela volta a dissolver-se em natureza.

O plano de Palmas, tampouco, parece desenvolver representações do Cerrado. Em verdade, a descrição sumária do partido da cidade se abstém de delinear a construção e o caráter de seus espaços urbanos. Nota-se, também aqui, a proposta dominante de proteger e integrar o tecido urbano à natureza preservada. Neste sentido podemos comparar as áreas verdes previstas em Palmas com aquelas do Parque do Botafogo, de Goiânia, onde a natureza se integra ao conjunto urbano integralmente, sem receber o crivo do processo de apropriação e representação que confirmariam seu *status* de paisagem.

4. CONCLUSÃO

A construção de novas capitais – Goiânia, Brasília e Palmas – ao longo do século XX, foi aqui tratada num mesmo estudo por terem sido cidades planejadas num contexto específico que é o do Cerrado brasileiro.

É certo que a percepção da natureza do Cerrado e das condições de vida no Planalto Central se alterou consideravelmente ao longo do último século, com o desenvolvimento econômico e social do país. O que equivale a dizer que, para o arquiteto Attilio Corrêa Lima, a construção de uma capital para o estado de Goiás colocou desafios que não subsistiram com a mesma intensidade quando da construção de Palmas. Também as questões relativas à preservação do meio ambiente se impuseram ao longo do século e, se comparam - de forma admirável - no caso de Goiânia, acabam por tornar-se uma das razões mais anunciadas no memorial de Palmas. Em que pese tudo isso, acreditamos que nosso problema se coloca nos três casos: como essas cidades, em seus planos, se abrem à paisagem do Cerrado; e como esta paisagem, eventualmente, vem nelas representada.

A partir do estudo dos casos pudemos observar que a apropriação do Cerrado enquanto paisagem, por muito que não se efetive em nenhum dos planos das capitais, neles está presente como uma *tensão* nas relações entre essas capitais e o território. Relações de ambiência, de pertença, de fruição ou negação.

Ao resumir os resultados encontrados, podemos dividi-los em duas correntes principais, a saber: a proposição do Cerrado enquanto paisagem, através intencionalidade

das perspectivas que as cidades abrem do seu entorno; e a representação do Cerrado nos planos, isto é, a apropriação de seus valores que vêm depois incorporados no planejamento dos espaços urbanos das cidades.

Como vimos, o plano de Goiânia não se abre à paisagem, não a oferece à vista. Tal fato indica a dificuldade de apropriação de uma natureza muito distante dos padrões estéticos da cidade. Mas é nessa tomada de posição que vamos colher a nossa questão: a paisagem do Cerrado, em verdade, está no desenho de Goiânia como uma negação. Uma negação que nasce do problema que se impunha ao arquiteto: como construir espaços modernos *aqui*? E estar *ali* significava, para Attilio, estar imerso naquela paisagem, nela habitar, mover-se, receber seus influxos. Resultado desta tensão, acreditamos, é a proposta do Parque dos Buritis: uma sobreposição de valores paisagísticos, ainda, talvez, embrionariamente representada.

Em Brasília a questão se inverte. A abertura deliberada ao território mostra que a localização no Planalto Central já não é uma ameaça – é, antes, um desafio estimulante ao gênio moderno. Daí o plano da capital, apto a mobilizar tanto as enormes distâncias para ressaltar sua monumentalidade, quanto o caráter da natureza local para fazer contraponto à sua modernidade. Porém, se o arquiteto soube construir magistralmente um discurso para o olhar, o Cerrado, em Brasília, se apresenta como cenário que pode não ter a profundidade da experiência paisagística original. Indício, talvez, que o Cerrado não se apresentou como genuína paisagem para os planos de Lúcio Costa, talvez seja o fato de que a paisagem não alcance aqui o *status* de representação: a experiência direta da paisagem não é depurada esteticamente e incorporada no próprio traço da cidade. Se Brasília se abre ao entorno, seus espaços livres ainda não fazem referência à paisagem que se apresenta.

Palmas, a mais nova das capitais, parece colocar questões bastante diversas. O Cerrado vem nominado em seu memorial, à diferença dos outros dois casos, e a sua preservação e a integração da cidade na “natureza” é ventilada como a vantagem maior da futura capital. Mas esta, como vimos, é uma integração direta, que não passa por uma mediação estética - que seria comprovada pela intencionalidade do olhar que a cidade lança ao seu território. Se em Goiânia e em Brasília a resposta fora clara, negativa ou afirmativa, em Palmas a questão parece não ter se colocado com a mesma força. No plano de Palmas não conseguimos encontrar referências à representação do Cerrado em seus espaços urbanos.

Notas

- 1 DINIZ, Anamaria. *Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935) - Ideal estético e realidade política*, 2007. (Ver Bibliografia para referências completas.)
- 2 LIMA, Attilio Corrêa. *Goiânia: A nova capital de Goiás*. 1937. In: *Revista de Arquitetura e Urbanismo*. mai./jun. de 1937. p. 140.
- 3 LIMA, Attilio Corrêa. *Goiânia: A nova capital de Goiás*. 1937. In: *Revista de Arquitetura e Urbanismo*. jan./fev. de 1937. p. 34.
- 4 Todas as citações sem indicação do documento de origem deste capítulo referem-se ao “Relatório do Plano Diretor da Cidade”, de Attilio Corrêa Lima (1935).

- 5 LIMA, Attilio Corrêa. Goiânia: A nova capital de Goiás. 1937. In: *Revista de Arquitetura e Urbanismo*. mai./jun. de 1937. p. 144.
- 6 Op. Cit. p. 145.
- 7 Idem.
- 8 Op. Cit. p. 141-142.
- 9 Op. Cit. p. 144.
- 10 A planta dos jardins da Avenida Pedro Ludovico, concebida por Attilio Corrêa Lima, foi publicada em DINIZ, 2007, p. 139. Nela se vê um *parterre* a ocupar o canteiro central da avenida, com calçamento e arborização nas extremidades. O tapete de grama é delimitado por cerca de buxinho (*Buxus sempervirens* L.), pontuada por coníferas. No centro do gramado se desenham leitos retangulares para receber flores - petúnias (*Petunia x hybrida*) ou flocos (*Phlox drummondii* Hook.) - ou pequenos espelhos d'água com ninfeas (*Ninffhaea* sp.).
- 11 A foto do Buritizal e o esboço do Parque dos Buritis (hoje Bosque do Buritis), são parte do acervo de Attilio Corrêa Lima. A foto foi publicada em ACKEL, 2007, p. 203, e o desenho da planta do parque em DINIZ, 2007, p. 140.
- 12 BRASIL. Edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 set. 1956. In CODEPLAN. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: GDF, 1991. Disponível em: < http://web.brasiliapoetica.blog.br/site/media/relatorio_plano_piloto_de_brasilia_web2.pdf>. Acessado em: 10 jul. 2011.
- 13 A escolha do sítio para a construção de Brasília se baseou no *Relatório Técnico sobre a Nova Capital da República*, o Relatório Belcher (documento que foi também disponibilizado pela comissão organizadora do concurso), que por sua vez, concordou com as indicações feitas nos relatórios das missões lideradas pelo belga Luiz Cruls (Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, 1892-1893 e Comissão de Estudos da Nova Capital da União, 1894-1895).
- 14 Todas as citações sem indicação do documento de origem deste capítulo referem-se ao texto de Lúcio Costa, "Memória Descritiva do Plano Piloto", de 1957.
- 15 COSTA, Lúcio. Eixo Rodoviário-Residencial. In: COSTA, Lúcio. *Lúcio Costa: Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p. 308.
- 16 COSTA, Lúcio. *Brasília Revisitada, 1985-1987: Complementação, adensamento, preservação e expansão urbana*. p 72.
- 17 Os dois grandes eixos de Brasília foram concebidos com suas áreas verdes apenas gramadas. Na Memória do Plano Lúcio Costa descreveu o centro do eixo monumental como uma "esplanada – o Mall, dos ingleses –, extenso gramado destinado a pedestres [...].", e sobre o eixo rodoviário-monumental, que teria "sempre campo livre nas faixas verdes contíguas às pistas de rolamento". No texto *Brasília 57-85: Do plano-piloto ao Plano Piloto*, redigido sob sua coordenação, afirma que "A proposta paisagística para o canteiro central da Esplanada se restringe ao gramado contínuo e às massas laterais de paineiras já plantadas" (LIMA e COSTA, 1985, p. 49), e depois sobre o eixo rodoviário-monumental: "No que diz respeito ao paisagismo, a diretriz original, do próprio Lúcio Costa, previa o canteiro central apenas gramado, sendo arborizada a área em torno das "tesourinhas" de forma livre, e as cercaduras das Superquadras de forma disciplinada. A sequência das faixas verdes das quadras, que deveria ser interrompida pelas entrequadras, tornaria legível o próprio plano através da ordenação das massas verdes. (LIMA e COSTA, 1985, p. 101).
- 18 Entrevista de Lúcio Costa à *Revista Manchete*, em 1974, republicada em COSTA, Lúcio. *Considerações fundamentais*. In: COSTA, Lúcio. *Lúcio Costa: Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p. 323.
- 19 COSTA, Lúcio. *Brasília Revisitada, 1985-1987: Complementação, adensamento, preservação e expansão urbana*. p 71.
- 20 COSTA, Lúcio. *Memória do Plano Piloto de Brasília, 1957*.
- 21 COSTA, Lúcio. *O urbanista defende sua cidade, 1967*. p. 14.
- 22 COSTA, Lúcio. *Considerações em torno do Plano Piloto de Brasília. (1974)*. In: *Anais. I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília. Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal, 1974. p.23. apud SCHELLE, Andrey Rosenthal e DONATO, Lila. *A praça do maquis. Anais. 7º Seminário Docomomo Brasil*. Porto Alegre, 2007.
- 23 No dia 7 de dezembro de 1988, o governador ligou para o arquiteto Luiz Fernando: "Eu queria que você viesse aqui no meu gabinete com o centro geográfico do Estado do Tocantins." "Aí ele desenhou o quadrilátero de 90 por 90 km em cima do mapa que eu levei pra ele, e falou assim: 'Eu vou ali, eu acho que nós vamos fazer uma capital.'" (Teixeira, 2011). Nesse mesmo dia Siqueira "entrou em contato de imediato com o Deputado eleito, Raimundo Boi, a quem revelou a intenção de escolher Miracema como capital provisória, desde que o mesmo deputado e o prefeito eleito da cidade, Sebastião Borba, concordassem com a condição de provisória até 15 de setembro de 1989" (Almeida e Meneses, 1999). À noite, o próprio Siqueira fez um pronunciamento na televisão sobre a escolha de Miracema do Norte como capital provisória, sem se referir nessa ocasião à construção de uma capital.
- 24 ALMEIDA, Américo Ricardo Moreira de; MENEZES, Pedro Luiz. *Ecologia e População: Palmas, a Última Capital Planejada do Milênio*. (Ver Bibliografia para a referência completa.)

- 25 TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel. Entrevista concedida ao autor em Goiânia, no dia 24 de maio de 2011.
- 26 Idem.
- 27 TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel. Entrevista concedida ao autor em Goiânia, no dia 24 de maio de 2011: "O resto, aí vem um pouco do Siqueira Campos, pois lá tinha um morrinho, ele me chamou e falou assim: 'Tá vendo esse morrinho aí? Eu quero meu palácio em cima.' O Walfredo disse assim: 'Governador, quem vai dizer pro senhor onde vai ficar o palácio sou eu.' Então o Siqueira respondeu: 'Então você está demitido hoje'. E ainda falou assim: "E eu quero uma avenida de 300 metros pra levar no palácio!" A gente informou a ele que bastaria ser de 150 metros, como Brasília. E ele disse: 'Eu quero!' Então, com esse feito, você tinha os fundos de vale, o lago e a serra, e aí ele chegou e colocou o palácio dele e uma avenida."
- 28 Na entrevista concedida à SILVA (2008): "Nós tínhamos essa grande avenida aqui, que era a Avenida do Siqueira, que nós não podíamos deixar de atendê-lo. Então nós fizemos a avenida, não com os 300 m dele, mas tinha que, de certa forma, ainda marca muito, e marcamos o centro dela onde ia ser o Palácio." Em SILVA, Valéria Cristina Pereira da. "Girassóis de pedra": Imagens e Metáforas de uma cidade em busca do tempo, 2008. p. 80.
- 29 Todas as citações não referenciadas sobre Palmas se referem ao *Projeto da Capital do Estado do Tocantins: Plano Básico/Memória*, de 1989, documento elaborado pelo Grupo Quatro S/C e que faz parte do Projeto da Capital do Estado do Tocantins, de 1989.
- 30 TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel. Entrevista concedida ao autor em Goiânia, no dia 24 de maio de 2011.
- 31 Em SILVA, Valéria Cristina Pereira da. "Girassóis de pedra": Imagens e Metáforas de uma cidade em busca do tempo. 2008. p. 79.
- 32 TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel e FILHO, Walfredo Antunes de Oliveira. *O ideal e o real*. Entrevista a Hugo Segawa, 1991. p. 105.
- 33 TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel e FILHO, Walfredo Antunes de Oliveira. *O ideal e o real*. Entrevista a Hugo Segawa. 1991. p. 105.
- 34 TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel. Entrevista concedida ao autor em Goiânia, no dia 24 de maio de 2011.
- 35 TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel e FILHO, Walfredo Antunes de Oliveira. *O ideal e o real*. Entrevista a Hugo Segawa. p. 103.
- 36 "A gente pega o helicóptero e aí você vê bem essas coisas [a conformação topográfica], porque não tinha Google". TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel. Entrevista concedida ao autor em Goiânia, no dia 24 de maio de 2011.
- 37 "O Siqueira nos obrigou a desenhar isso aqui [a antiga ligação entre os trechos norte e sul da Avenida Principal, que cortava a praça dos girassóis circundando o Palácio do Governo]. Quando ele entrou no segundo governo ele viu o erro que tinha cometido, e pediu que fizesse esse desenho e a praça ficou sem essa passagem no meio, ficou uma praça inteira." TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel. Entrevista concedida ao autor em Goiânia, no dia 24 de maio de 2011.

Bibliografia

- ACKEL, Luiz Gonzaga Montans. **Atilio Corrêa Lima**: Uma trajetória para a modernidade. 2007. 342 p. Tese (Doutorado) - Faculdade da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.
- ALMEIDA, Américo Ricardo Moreira de, e MENEZES, Pedro Luiz. **Ecologia e População**: Palmas, a última capital planejada do milênio. Palmas, 1999. Disponível em: <http://www.ricardoalmeida.adm.br/palmas.php>>. Acesso em: 01 jun. 2011.
- BARKI, José. **O Risco e a Invenção**: Um Estudo sobre as notações gráficas de concepção no projeto. 2003. 270 p. Tese (Doutorado) -. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2003. Disponível em: <http://teses.ufrj.br/FAU_D/JoseBarki.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2011.
- BRASIL. Edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 30 set. 1956. Disponível em: <http://www.infobrasilia.com.br/documentos.htm>. Acesso em 10 dez. 2005. Acessado em 14 jun. 2011.
- CARVALHO, Luiz de. **História de Palmas em capítulos**. Sem data. Disponível em: <<http://portalaqui.com/index.php/palmas-a-capital.html>>. Acesso em 02 de maio de 2011.
- COSTA, Lúcio. Brasília revisitada (1987). In COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa**: Registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p. 330-331.
- _____. Brasília Revisitada, 1985-1987: complementação, adensamento, preservação e expansão urbana. Anexo I do Decreto 10.829. **Diário Oficial do Distrito Federal**, 14 de outubro de 1987. In: LEITÃO, Francisco (Org.). **Brasília 1960 - 2010**: Passado, presente e futuro. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Am-

biente, 2009. p. 69-78. Disponível em: <<http://docomomobsb.files.wordpress.com/2010/04/brasilia-1960-2010.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2011.

_____. Memória descritiva do plano piloto. (1957). In: COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa**: Registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. P. 283-297. Disponível em: <<http://docomomobsb.files.wordpress.com/2010/04/brasilia-1960-2010.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2011.

_____. O urbanista defende sua cidade (1967). In: LIMA, Adenildo Viegas de; COSTA, Maria Elisa. **Brasília 57-85**: Do plano-piloto ao Plano Piloto. Brasília: Terracap, 1985. Disponível em: <http://www.sedhab.df.gov.br/005/00502001.asp?#CD_CHAVE=15812>. Acesso em: 04 jun. 2011.

DINIZ, Anamaria. **Goiânia de Atilio Corrêa Lima (1932-1935)** - Ideal estético e realidade política. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília. 2007.

GRUPOQUATRO S/C. **Projeto da capital do Estado do Tocantins**: Plano Básico/Memória. Palmas, 1989 (Mimeo.).

GUSMÃO, Cristiane. Escala bucólica: Os três mosqueteiros são quatro. In: LEITÃO, Francisco (Org.). **Brasília 1960 - 2010**: Passado, presente e futuro. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009. p. 159-182. Disponível em: <<http://docomomobsb.files.wordpress.com/2010/04/brasilia-1960-2010.pdf>>. Acessado em: 12 de jun. de 2011.

JUNIOR, Oscar Sabino (Org.). **Goiânia documentada**. São Paulo: Edigraf, 1960.

LEITÃO, Francisco (Org.). **Brasília 1960 - 2010**: Passado, presente e futuro. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009. p. 159-182. Disponível em: <<http://docomomobsb.files.wordpress.com/2010/04/brasilia-1960-2010.pdf>>. Acessado em: 12 de jun. de 2011.

LIMA, Adenildo Viegas de; COSTA, Maria Elisa. **Brasília 57-85**: Do plano-piloto ao Plano Piloto. Brasília: Terracap, 1985. Disponível em: <http://www.sedhab.df.gov.br/005/00502001.asp?#CD_CHAVE=15812>. Acesso em: 04 jun. 2011.

LIMA, Atilio Corrêa. Relatório do Plano Diretor da Cidade. 1935. In: JUNIOR, Oscar Sabino (Org.). **Goiânia documentada**. São Paulo: Edigraf, 1960. p. 95-111.

_____. Goiânia: A nova capital de Goiás. 1937. In: **Revista de Arquitetura e Urbanismo**. jan./fev., mar./abr. e mai./jun. de 1937.

Revista **PROJETO**, n. 146. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., 1991.

SHELLE, Andrey Rosenthal; DONATO, Lila. A praça do maquis. 7º Seminário Docomomo Brasil. In: **Anais...** Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%20pdfs/001.pdf>>. Acesso em 02 de mai. 2011.

SILVA, Valéria Cristina Pereira da. **"Girassóis de pedra"**: Imagens e metáforas de uma cidade em busca do tempo. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/08/valeriacristina.pdf>. Acesso em 20 jun. 2011.

SIMMEL, G.. Filosofia da paisagem. In: SIMMEL, G. **La tragédie de la culture et autres essais**. (1913). Trad. Cornille S. e Ivernel P. Paris: Editions Riveges, 1988. (Trad. Bartalini, V. para uso exclusivo na disciplina AUP 5882, FAUUSP, 2008.)

TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel. Entrevista concedida em Goiânia no dia 24 de maio de 2011.

_____; FILHO, Walfredo Antunes de Oliveira. O ideal e o real. Entrevista a Hugo Segawa. In: Revista **Projeto**, n. 146. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., 1991.

_____. A formação de Palmas. Dossiê Cidades Planejadas na Hinterlândia. In: Revista **UFG**, ano XI, jun. 2009, n. 6, p. 91-99. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2009/Palmas.pdf>. Acesso em 28 mai. 2011.

MORADORES-EM-AÇÃO: CONSTITUIÇÃO DA PAISAGEM NO BAIRRO RIBEIRÃO VERDE, EM RIBEIRÃO PRETO, SP

DWELLERS IN ACTION: BUILDING THE LANDSCAPE AT THE RIBEIRÃO VERDE AREA, IN RIBEIRÃO PRETO, SP

Laura Barzaghi de Laurentiis

Eng. Agrônoma (ESALQUSP), mestre em Paisagem e Ambiente (FAUUSP)
e-mail: lauralaurentiis@uol.com.br

RESUMO

Este artigo foi baseado na dissertação de mestrado defendida na FAUUSP, trata-se dos problemas constituídos pela conjunção do crescimento das cidades sobre áreas periféricas ambientalmente frágeis, da ocupação dessas áreas por uma população desenraizada do espaço e não pertencente ao lugar e da formação de sentido de paisagem, por alguns moradores que, mediante ações paisagísticas pontuais – apropriações particularizadas do espaço livre do bairro – constroem laços afetivos, um sentido de identidade e a própria paisagem do lugar.

Palavras-Chave: Paisagem - Ribeirão Preto (SP), Paisagem – Formação, Assentamentos humanos, Periferia, Áreas de conservação

ABSTRACT

This article is based on master's thesis defended at FAUUSP AND deals with attempts at landscape building in peripheral housing settlements in an environment-sensitive area, through specific actions of a group of dwellers—the dwellers in action. The study attempted to unravel the process of value formation regarding the landscape space by means of different ways of space appropriation.

Keywords: *Landscape Ribeirão Preto (SP), Landscape – Shaping, Housing settlements, Periphery, Preservation areas*

INTRODUÇÃO

Neste trabalho trata-se dos problemas constituídos pela conjunção do crescimento das cidades sobre áreas periféricas ambientalmente frágeis, da ocupação dessas áreas por uma população desenraizada do espaço e não pertencente ao lugar e da formação de sentido de uma paisagem, por alguns moradores que, mediante ações paisagísticas pontuais – apropriações particularizadas do espaço livre do bairro – constroem laços afetivos, um sentido de identidade e a própria paisagem do lugar.

Para tanto, considerou-se o bairro Ribeirão Verde, na periferia da cidade de Ribeirão Preto, interior de São Paulo.

O problema em questão origina-se com a construção de dois loteamentos de interesse social em uma área rural, desprovida de infraestrutura, distante do centro da cidade (e fora do tecido urbano), e ambientalmente sensível, por ser área de recarga do aquífero Guarani.

Tem início aí a polêmica em torno da aprovação dos loteamentos, envolvendo o Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDEMA), organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas, representantes da sociedade civil e o Ministério Público, que solicitou a paralisação das obras por entender que a construção dos loteamentos era irregular uma vez que não tinham as aprovações necessárias em nível administrativo estadual.

Como consequência da intervenção do Ministério Público foram feitas uma série de exigências técnicas pelos órgãos responsáveis para a aprovação dos loteamentos. Entre estas se destacam: o cercamento, a preservação e a conservação da mata, a recuperação e a proteção dos fragmentos florestais da área de proteção permanente (APP) do córrego das Palmeiras, a implantação de 208.390,39 m² de área verde em forma de praças, além da arborização viária e a criação de um programa de educação ambiental que auxiliasse na redução do impacto ambiental causado pela urbanização.

Os benefícios das medidas compensatórias, do ponto de vista ambiental, são claros; além da preservação e da conservação dos fragmentos de vegetação nativa, da recuperação e do reflorestamento da área de proteção permanente (APP) do córrego das Palmeiras, as áreas verdes implantadas também garantiriam a permeabilidade do solo, abrigo para fauna local, benéficos do ponto de vista do microclima, além de seus potenciais recreativos e estéticos. No entanto, as dificuldades da implantação dessas medidas não se encontram só em sua execução, mas principalmente em sua manutenção.

Em relação à mata e à área de preservação permanente (APP), o fato de estarem sob proteção legal não significa qualquer tipo de garantia de sua conservação, ou mesmo sobrevivência. A mata foi cercada para que não houvesse qualquer tipo de uso. No entanto, foram inúmeros os incêndios que a atingiram. O último, ocorrido em agosto de 2008, durante o andamento desta pesquisa, queimou extensa superfície e causou severos danos à vegetação.

Percebe-se, assim, que a manutenção destas áreas de preservação e mesmo das áreas verdes em geral dependem da existência de uma certa receptividade pelos moradores em relação às mesmas. Como exemplo do que se afirmou, em um quadro de abandono geral das áreas destinadas como “sistema de lazer” no bairro estudado, destacam-se parcelas cuidadas por moradores, os “moradores-em-ação”. O que motiva tais práticas? O que elas representam? O que revelam? Seria possível pensar na formação de uma “sensibilidade paisagística” decorrente das ações praticadas pelos moradores-em-ação?

Diante do problema exposto, desenvolveu-se uma pesquisa dentro do campo teórico da Percepção Ambiental, onde se propôs desvelar a relação entre os moradores-em-ação e o ambiente do bairro Ribeirão Verde, para verificar a formação de valores paisagísticos.

Aqui vale delimitar as noções de paisagem e percepção utilizadas neste trabalho. Entende-se paisagem como expressão sensível da relação do homem com seu ambiente de vida (*milieu*), e, portanto, inseparável do olhar que a constitui e de uma realidade física. Nem uma projeção do sujeito sobre o objeto, nem um objeto autônomo em si,

exterior ao sujeito; a paisagem se revela numa experiência em que o sujeito e objeto são inseparáveis (DARDEL, 1990; BERQUE, 2000). Já percepção ultrapassa o significado meramente sensorial e inclui vários aspectos como cognição, imaginário, significado, avaliação e valorização. Esse sentido mais amplo do termo está de acordo com os estudos de Percepção Ambiental, aqui tomados como referência. Nessa posição, o ambiente não é entendido só como fonte de estímulos ou informações sensoriais, derivadas de suas propriedades intrínsecas (arquitetural, espacial, funcional, etc.), mas inclui elementos simbólicos, normativos e oportunidades de ações, além de um sistema de relações sociais. Esses fatores se tornam constitutivos do ambiente, primeiro por meio de uma atribuição de significado socialmente partilhada. De modo semelhante, as pessoas são partes constituintes de contextos sociais, culturais e ambientais e têm respostas variadas não só por suas características individuais, mas também em relação às suas posições no contexto social.

A partir dessas considerações, os objetivos estabelecidos neste estudo foram:

- verificar as formas de percepção e apropriação de um espaço que não tem “histórico” para seus moradores;
- estudar os meios pelos quais a identidade e os laços afetivos com o lugar se dão no tempo;
- contribuir para o desenvolvimento de um método de aproximação das questões que envolvem a apropriação de espaços e a constituição de paisagens.

Em busca da consecução dos objetivos descritos foi feita uma pesquisa empírica no bairro Ribeirão Verde. As estratégias para coletas de dados foram escolhidas em categorias metodológicas propostas por White (1978), baseadas no ouvir, no observar e no perguntar, triangulação metodológica que objetiva abranger a máxima amplitude na descrição, na explicação e na compreensão do objeto de estudo.

RIBEIRÃO VERDE

O bairro Ribeirão Verde é resultado de uma parceria com a iniciativa privada para a construção de 3.461 lotes urbanizados. A área escolhida para o empreendimento foi a fazenda Santa Maria, com 1.555.823,16 m², distante 17 quilômetros do centro de Ribeirão Preto e localizada no bairro das Palmeiras, que está situado a leste da rodovia Anhanguera, no setor leste do município, pertencendo à microbacia do córrego das Palmeiras, à margem esquerda do rio Pardo.

O Zoneamento Ambiental de Ribeirão Preto define a área em questão como ZUE 1 – Zona de Uso Especial – caracterizada por sua localização sobre a área de ocorrência das formações geológicas Botucatu e Piramboia. Por suas características geológicas de contato com o aquífero subterrâneo, a legislação prevê: maior controle em relação às possíveis contaminações da água, que abastece 100% da cidade, bem como resguarda suas áreas de infiltração, garantindo a recarga do lençol freático.

A vegetação natural da área do bairro e suas adjacências consistem em: um fragmento de Floresta Mesófila ou Estacional Semidecidual com 10 mil m²; a mata do Ribeirão

Verde; uma pequena mancha de mata ciliar na várzea do córrego das Palmeiras; e a Reserva Legal Mata Sinhá Junqueira fragmento de Floresta Estacional Semidecidual com 550 mil m² de área.

○ Sistema de Lazer ocupa uma área de 208.390,39 m² dividida em 25 locais; são rotatórias, canteiros centrais, “praças” e duas grandes áreas: a área “A”, de aproximadamente 55 mil m², cujo destino seria um “parque esportivo”; a área da antiga sede, com 67.497,44 m², que abrigava o núcleo residencial da antiga fazenda, composto por oito casas, pomar, campo de futebol, parquinho infantil, muito arborizada e vizinha à Mata e à APP.

Algumas praças foram parcialmente arborizadas pelos empreendedores, mas a morte ou retirada das árvores é da ordem de 90%. Até a data deste estudo, nenhuma das áreas de lazer havia sido implantada pela Prefeitura. De algumas, no entanto, cuidam os moradores, que plantam mudas, fazem as regas de manutenção, controle de plantas invasoras, através de capina do terreno e cercamento da área. Como não há pontos de água nessas áreas, os moradores regam as mudas com garrafas “pet”, baldes, mangueiras, ou o que for mais adequado.

Essas parcelas de áreas cercadas e cultivadas contrastam com as áreas vizinhas, sem dono e abandonadas, ou ainda com a função de depósito de entulhos, lixo e objetos sem serventia. Das 25 áreas do sistema de lazer, treze “pertencem” a algum morador, que as tomou para cuidar e cultivar. Com esse novo *status* de “quintal de alguém” passam a exibir uma vegetação densa, plantada em pequeno espaçamento, resultando em bosques e maciços arbóreos, em grande parte formada por frutíferas, na maioria das vezes entremeadas por pés de milho, mandioca, abóbora, hortaliças, legumes, temperos e ervas.

○ envolvimento de moradores com as áreas verdes do bairro foi percebido por representantes do Programa de Educação Ambiental do Ribeirão Verde (PEARV), que vislumbraram a possibilidade de usá-lo como promotor de comportamento pró-am-

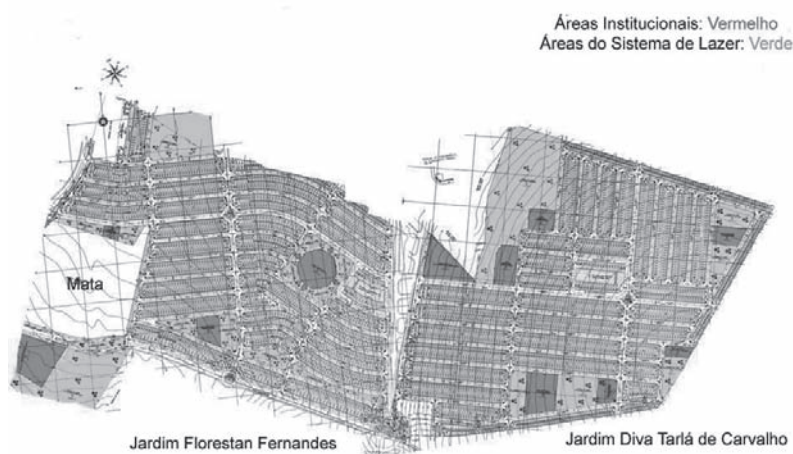


Figura 1 - Mapa das áreas de lazer
Fonte: Autora

biental. Assim, foi criada uma coluna no informativo mensal do PEARV, *O Verdinho*, denominada de “Moradores-em-ação” dedicada aos moradores que contribuem, com ações, para a melhoria do bairro.

COLABORADORES DA PESQUISA: MORADORES-EM-AÇÃO

Dentro do universo empírico foram escolhidos 20 moradores-em-ação como sujeitos da pesquisa. A escolha dos moradores-em-ação justifica-se por possibilitar claramente o universo pesquisado e permitir uma aproximação, ou comparação, com os estudos de Bernard Lassus sobre os “moradores-paisagistas”.

Em pesquisas feitas a partir da década de 1960, em regiões suburbanas na França, Bernard Lassus descobriu e identificou uma arte de jardins praticada por alguns moradores. Esses moradores foram denominados moradores-paisagistas, por atribuírem maior importância à elaboração de relações de paisagem do que aos objetos em si. Em seus jardins-paisagens cada objeto tem seu lugar e seu significado em conexão com o outro, estabelecendo uma relação que pode ser chamada de paisagística.

Essas relações são mais ou menos materializadas, em parte visíveis e em parte ocultas, mas que, se não são apreendidas imediatamente, podem vir a ser pelo conhecimento de sua narrativa fundadora (LASSUS, 1977, p. 137). Os jardins-paisagens reúnem duas diferentes escalas: a escala tátil – da proximidade do lugar –, e a visível – da ordem do inatingível, da matéria imaginada, nunca verificada, essas distintas escalas se articulam no imaginário, chave de entendimento das criações dos moradores-paisagistas¹.

Os moradores-em-ação e os moradores-paisagistas são habitantes da periferia das cidades que, mediante práticas espaciais de jardinagem, criam novas paisagens. Eles “fazem porque gostam”, destinam boa parte de seu tempo livre a isso, têm forte envolvimento afetivo com suas criações.

Têm em comum um “estado de insatisfação” com os espaços de origem, ressalvadas as diferentes condições que contribuem para esse estado. A insatisfação transforma-se em práticas de intervenção e modificação do substrato paisagístico² e a criação de um espaço próprio.



Figura 2 - Área morador-em-ação
Fonte: Autora



Figura 3 - Área morador-em-ação
Fonte: Autora

Quanto às criações propriamente ditas, o sonho e o imaginário são comuns a ambos os grupos pesquisados. Pode-se afirmar que os moradores-em-ação diferenciam-se dos moradores-paisagistas porque expressam os valores relacionados à paisagem mais verbalmente que *in situ*. Aqueles não representam as relações paisagísticas materialmente como os moradores-paisagistas franceses, mas são “afetados” por valores ambientais, morais, estéticos, etc., com base em seus aportes no substrato paisagístico.

METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL: “PERCURSO FOTOGRÁFICO”

O trabalho foi desenvolvido no campo teórico da Percepção Ambiental, fundamentado numa abordagem fenomenológica, uma vez que se busca mais do que uma descrição conceitual, mas, sim, o entendimento de como se configuram as leituras que os sujeitos estabelecem a partir da vivência do lugar.

O embasamento para a elaboração e o direcionamento da pesquisa de campo foi obtido com autores que tratam de metodologia de pesquisa e construção de conhecimento, como Dulce Critelli (2006) e Mirian Goldenberg (2005).

O trabalho empírico, realizado entre maio e dezembro de 2008, objetivou verificar a percepção e apropriação do espaço pelos colaboradores da pesquisa-bairro. As estratégias para a coleta de dados foram selecionadas entre categorias metodológicas baseadas no ouvir, no observar e no perguntar, com base na triangulação metodológica proposta por White (1978).

Assim, com o aporte teórico dos autores da psicologia ambiental, como Willian Ittelson (1973) e Amos Rapoport (1978), e autores que estudam o uso de história oral e narrativa dos sujeitos como fonte de dados em pesquisas, como Ecléa Bosi (2004), foi possível elaborar um instrumento de coleta de dados denominado de “Percurso Fotográfico”.

Perguntou-se aos colaboradores: “Se algum de seus parentes, que não conhecesse o lugar onde você mora, lhe pedisse para mandar fotografias do seu bairro, que lugares você fotografaria?” Em seguida, em data combinada com a pesquisadora, solicitava-se que tirassem fotografias dos locais/objetos escolhidos.

A ideia inicial dos “Percurso Fotográficos” era que seriam feitos a pé. Mas alguns fatores, como a dimensão do bairro, as grandes distâncias entre os locais escolhidos, o pouco tempo disponível dos colaboradores e os poucos horários disponíveis destes para colaborar na pesquisa, entre outros, nos levaram a fazê-los de carro.

Foram feitos dezenove “Percurso Fotográficos” com vinte colaboradores³. Forneceu-se a câmera fotográfica digital e pretendia-se, no primeiro momento, que os colaboradores fotografassem, o que não ocorreu. Dos dezenove “Percurso Fotográficos” apenas em dois as fotografias foram tiradas por eles. Nos demais casos, dada a resistência dos colaboradores em manusear a câmera sob a alegação de “não saber tirar fotografias”, pediu-se a eles que apontassem o enquadramento, o ângulo da fotografia, e, depois de tiradas, as imagens eram mostradas na tela da câmera digital.

Entre outubro e novembro de 2008 voltou-se a campo para a devolução e discussão das fotografias obtidas no “Percurso Fotográfico” e para aplicação de um “Questionário” (cujo objetivo era ampliar o quadro empírico do trabalho, para obter mais dados sobre percepção, atitudes e valores dos sujeitos da pesquisa).

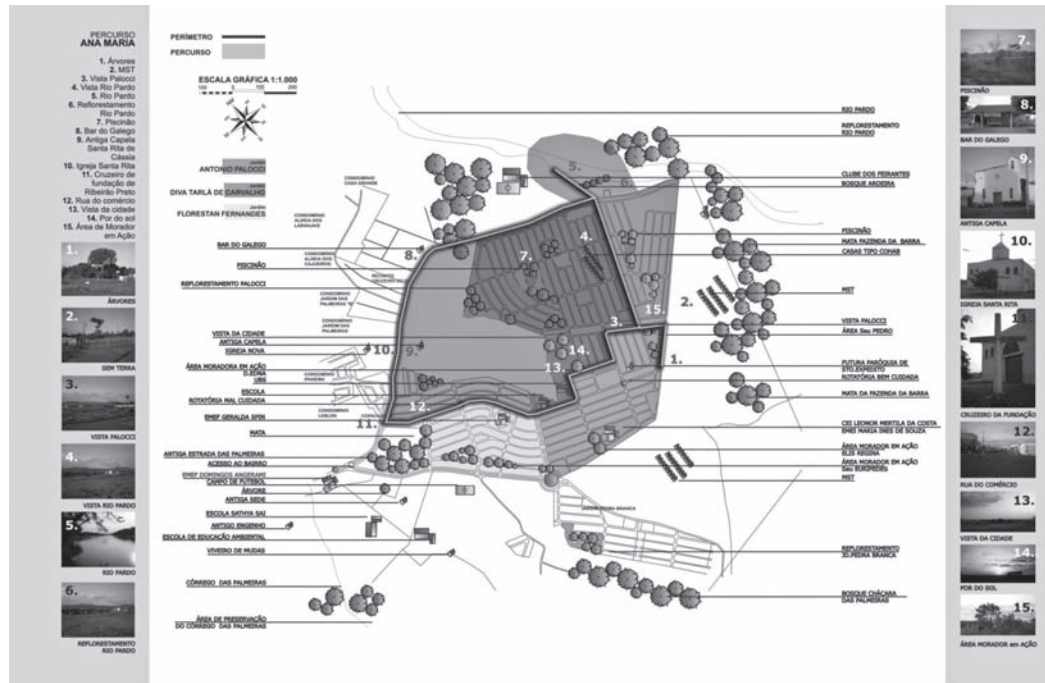


Figura 4 - Mapa de “Percurso Fotográfico”
Fonte: Autora

ANÁLISE DO MATERIAL

A “diferença” do Ribeirão Verde

O bairro Ribeirão Verde é identificado primeiro pela presença de vegetação. Os colaboradores da pesquisa percebem o bairro como um local bem arborizado, com forte presença de “verde”. O bairro também é identificado como um local mais fresco, mais arejado, com o ar mais puro e mais úmido que no centro da cidade, qualidades atribuídas, pelos colaboradores, à presença de vegetação.

Também é percebido como um lugar calmo, sossegado, onde se pode ter uma vida mais tranquila, com mais espaço para se viver, “uma sensação de amplidão”, de “se ver longe”, parecendo que se está em uma “cidadezinha do interior”. Ao lado dessa “amplidão de vista e de espaço para se viver” há também uma percepção de acolhimento. É o lugar onde “Tenho a minha casa”, afirma um; “Onde criei meus filhos”, explica outra; “Eu cresci junto com o bairro”, diz a terceira.

Mas, também, é percebido como o lugar do não pertencimento, do abandono, da exclusão dos espaços racionais da cidade luminosa. Por um lado, a carência de

equipamentos sociais, possibilidades de trabalho e de lazer, Por outro, é lugar dos excessos – de lixo e entulho espalhado nos espaços livres, de queimadas urbanas, de gado solto e de abandono das áreas verdes.

○ abandono das áreas verdes, o acúmulo de lixo e de entulho, e as queimadas urbanas, são problemas inter-relacionados, pois se joga entulho e lixo nas áreas “abandonadas” e a solução encontrada para limpar essas áreas, por muitos moradores, é atear fogo nesses terrenos, queimando, conseqüentemente, vastas áreas e, com elas, as árvores plantadas. Tal encadeamento de acontecimentos é uma realidade desde os primórdios do bairro.

As Geografias Pessoais

A partir dos dados coletados – fotografias, anotações de campo - foram construídos mapas individuais com informações como o trajeto percorrido, a delimitação espacial do bairro e os marcos referenciais da paisagem fotografados. A intenção era a construção de mapas narrativos, ou seja, representações gráficas que informassem sobre a paisagem percebida por colaborador.

Depois de feitas a análise e a comparação desses mapas individuais, notaram-se certas semelhanças e aproximações de modos de apropriação do espaço, em particular em relação aos trajetos percorridos e ao território abrangido. Os mapas individuais foram agrupados segundo essas similaridades, obtendo-se cinco padrões de espacialização chamados de Rotas.

Além de diferentes escalas de apropriações espaciais, que revelam, entre outros aspectos, as modalidades de domínio ou de controle do ambiente (MOSER, 2005, p. 17), as Rotas, como experiências geográficas, evocam uma imagem própria (DARDEL, 1990, p. 60), com uma qualidade característica.

Na Rota I, por exemplo, a imagem evocada remete ao “vilarejo”, forte referência ao passado rural do local. Apesar da qualidade de um espaço rural estar presente nos outros conjuntos, neste primeiro conjunto analisado é a qualidade prevalente.

Já na Rota II – Paisagem Institucional – a imagem evocada é da apresentação oficial do bairro, com prevalência de elementos ligados ao espaço urbano.

Em relação à Rota III – a fruição estética, as relações afetivas, a valoração da história anterior ao Ribeirão Verde – sugerem uma imagem que conjuga o passado rural e o presente urbano pelos usos atuais. ○ “passado” é visto a partir de seu potencial atual de uso e apropriação na escala do cotidiano, inserido no contexto urbano do tempo presente, como elemento estruturador da paisagem em uma conjugação harmônica, isto é, sem clara distinção entre “a natureza” e a cidade.

A Rota IV – Vistas Panorâmicas – evoca uma imagem com vistas amplas, com forte presença de vegetação: Mata, área de preservação permanente (APP), reflorestamentos, bosques do entorno, árvores e o rio. Os marcos referenciais urbanos foram escolhidos por valores estéticos, mas principalmente pelos afetivos: assim foi selecionada a Igreja que frequenta, a escola dos filhos, as áreas de morador-em-ação.

E, finalmente, a escala intimista, os espaços privados, as memórias pessoais dão a Rota V – Paisagem Interior – a imagem do “lugarzinho fechado” do mundo próprio, o local do sossego e da segurança.

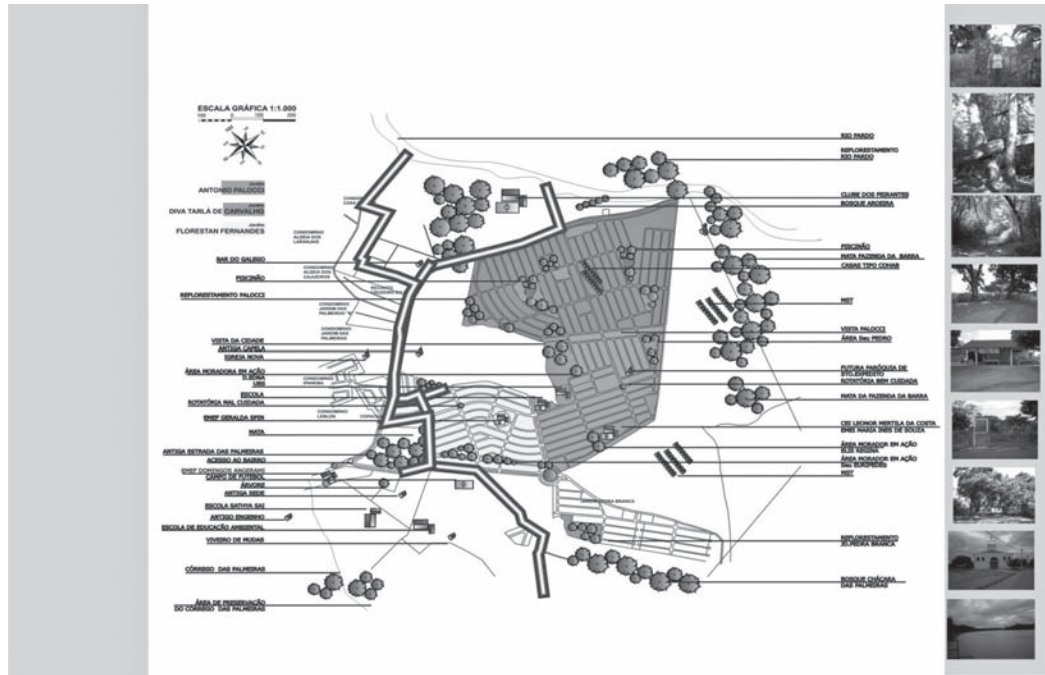


Figura 5 - Mapa de Rota I
Fonte: Autora



Figura 6 - Mapa de Rota II
Fonte: Autora

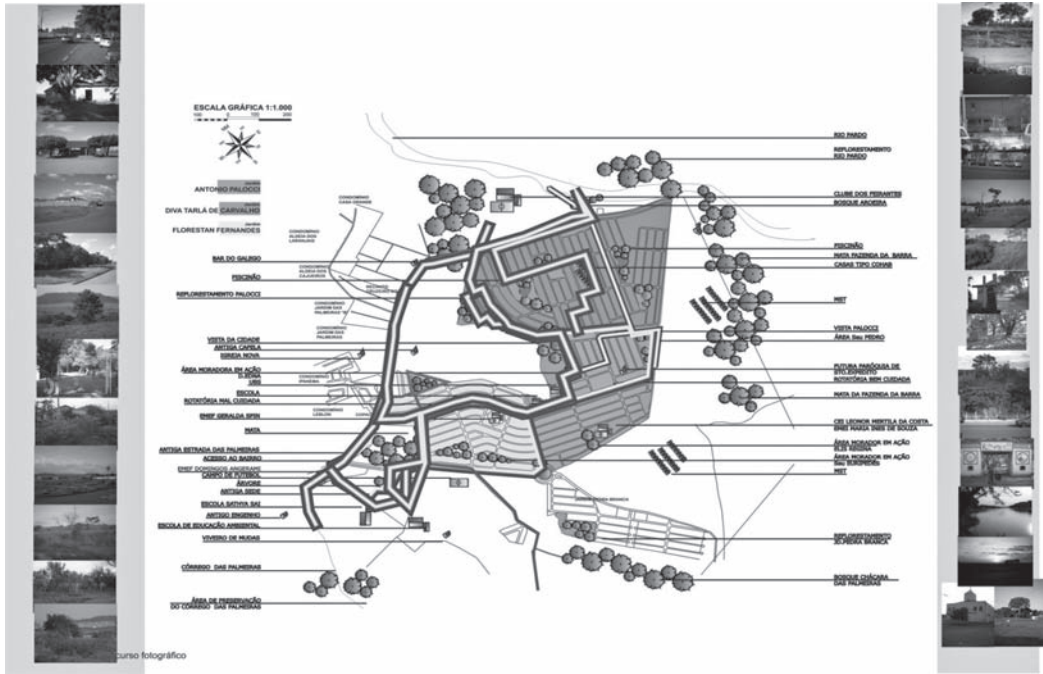


Figura 7 - Mapa de Rota III
Fonte: Autora

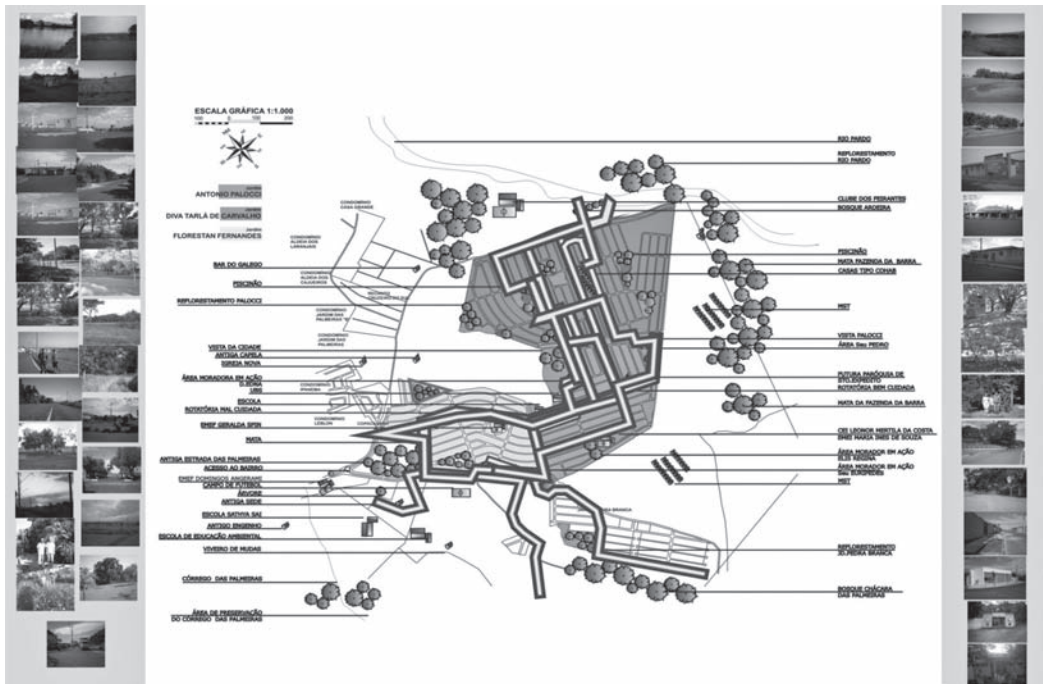


Figura 8 - Mapa de Rota IV
Fonte: Autora

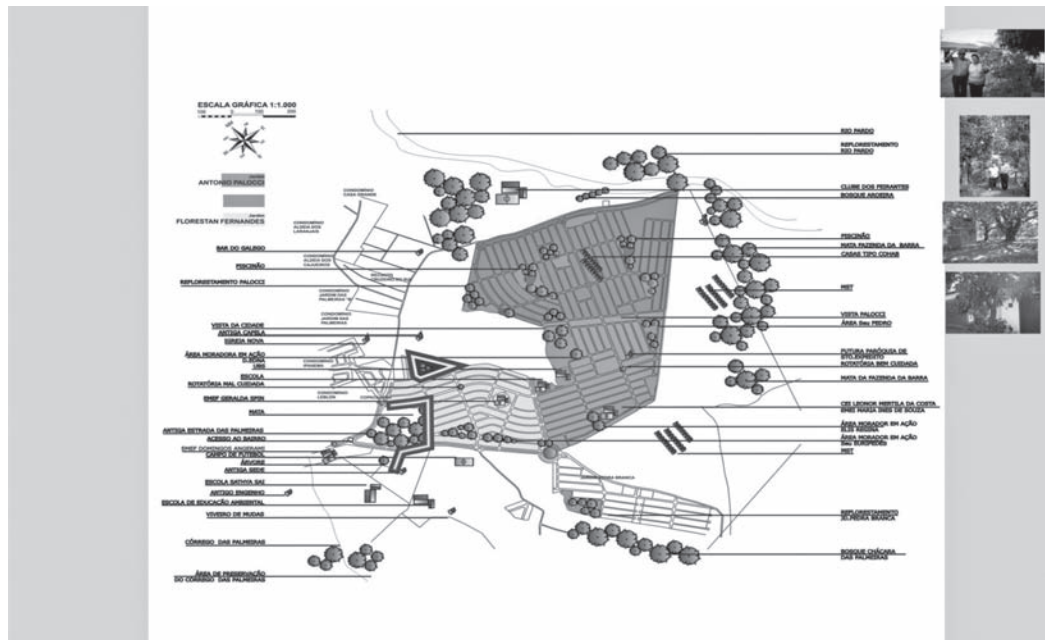


Figura 9 - Mapa de Rota V
Fonte: Autora

ÁRVORE - ÁREA DE MORADOR-EM-AÇÃO E ANTIGA SEDE: VALORES DA PAISAGEM, PAISAGEM VALORADA

Na perspectiva de Dardel, compreender uma paisagem é interpretar um significado imediatamente percebido, uma vez que pregnante ao próprio lugar. A compreensão de uma paisagem ocorre quando os diferentes aspectos ou diferentes momentos do fenômeno são reunidos na unidade de uma ideia ou imagem, que buscam no fenômeno sua característica de totalidade. Encontra-se no fenômeno percebido a unidade de um tema, de uma intenção, de tal sorte que cada aspecto iluminado por essa tradução seja compreendido como uma parte expressiva do todo ao qual ela se reporta (BESSE, 1990, p. 163).

Com fundamento nas ideias do autor citado, propõe-se considerar as cinco Rotas como diferentes traduções da paisagem percebida. Cada uma ilumina um aspecto da paisagem, sendo também parte expressiva desta, isto é, partilham da unidade de um tema. Existiria uma narrativa fundadora desta paisagem? E qual seria?

O caminho encontrado foi buscar o denominador comum a todas as rotas, os marcos referenciais fotografados presentes em todas as Rotas, e encontrou-se três: área da antiga sede, árvores e área de morador-em-ação.

A área da antiga sede é uma área que pertencia ao núcleo habitacional da Fazenda Santa Maria, cedida à Prefeitura, onde atualmente está a área de lazer do bairro Ribeirão Verde. Seu conjunto de casas abriga a Associação de Moradores, a sede do Programa de Educação Ambiental (PEARV), o viveiro de mudas, a sede de uma ONG

ambientalista, uma escola infantil particular, tendo ainda um parquinho infantil e um campo de futebol, usados pelos moradores.

Os colaboradores da pesquisa que escolheram a área da antiga sede para ser fotografada compartilham, de modo geral, a opinião de que aquele é um lugar bonito, agradável, bem arborizado e, também, que é parte da história do Ribeirão Verde. Para alguns, o lugar faz parte de suas histórias de vida.

Nos primórdios do bairro, a área da antiga sede servia de ponto de referência e ponto de apoio para os moradores, até mesmo como endereço de correspondência para o correio. Alguns colaboradores recordam-se do tempo em que o local era usado para sediar as festas juninas, as quermesses da igreja e outras comemorações do bairro, além de servir como ponto de encontro dos moradores. Com o tempo, essas atividades deixaram de acontecer. Atualmente, o local está sendo mais usado pelos moradores que têm vínculos com as instituições ali sediadas.

Uma vez que a construção da identidade do lugar⁴ e memória são elementos que andam juntos na construção de significados da paisagem, propõe-se pensar que a área da antiga sede “conta” aos novos moradores do local uma história sobre aquele espaço, e esse conhecimento pode contribuir para a desalienação, que significa também enraizamento.

○ outro marco referencial da paisagem comum a todas as Rotas são as árvores. No caso desta pesquisa os oito espécimes de árvores fotografados foram escolhidos por valores estéticos e afetivos.

Alguns colaboradores optaram por fotografar as árvores plantadas por eles, ao passo que outros por fotografar árvores frondosas, bonitas, imponentes, antigas. Mas por que fotografar árvores? ○ que elas indicam sobre a paisagem percebida?

As árvores são admiradas por valores estéticos, valorizadas por razões utilitárias, além de estarem ligadas a um amplo universo de simbolismos. No caso estudado, para lá de todos estes possíveis sentidos, as árvores também são signos da “natureza”, representam o “verde” do bairro, e não se pode esquecer a forte valorização que plantar e cuidar de árvores tem entre os moradores-em-ação.

Em relação ao último marco referencial em comum – as áreas de moradores-em-ação – as próprias práticas de plantar, cultivar, cuidar, mostram a direção, uma vez que traz em si a imagem de enraizamento, a construção de laços de afeto com o lugar.

Tem-se, então, um conjunto que aponta para a construção de raízes, uma apropriação da história do lugar, uma harmonização com a paisagem anterior, a construção de laços afetivos com o ambiente de vida, sugerindo uma paisagem onde os sujeitos se reconhecem, e reconhecem como sua, ou são biografias tecidas com a história do bairro, dando um sentido de identidade e pertencimento (BOSI, 2004, p. 73).

SENSIBILIDADE PAISAGÍSTICA

Entre as perguntas essenciais às quais se tentou responder neste trabalho, nos limites a que se propõe, como uma primeira e abrangente aproximação a esses problemas

complexos, foi se partilhando a princípio uma condição comum de desenraizamento em relação ao lugar, os moradores-em-ação podem, supostamente, por suas próprias ações, desenvolver uma noção de paisagem na formação de uma “sensibilidade paisagística”, de uma certa noção de paisagem.

Apoiando-se na delimitação de noção de paisagem como a percepção de um conjunto, que é mais que a soma de seus componentes, que encerra certo investimento afetivo e ao qual se atribui um valor estético, acredita-se que eles possam estar desenvolvendo uma noção de paisagem que se aproximaria antes do espaço objetivo da existência, que uma vista abarcada pelo sujeito.

Retoma-se a própria história dos usos do termo. A palavra *landschap* (neerlandês), *landschaft* (alemão), *paese* (italiano) antes de adquirir uma significação, sobretudo estética ligada ao gênero específico de pintura a partir dos séculos XVII e XVIII, tem uma significação que se pode dizer territorial e geográfica (BESSE, 2006, p. 20).

Tomada em um sentido jurídico-político e topográfico, a paisagem é de início a província, a pátria, a região. Nessa perspectiva geográfica, a paisagem não é definida de início como a extensão de um território que se descortina num só olhar de um ponto de vista elevado, mas espaço objetivo da existência, mais do que uma vista abarcada pelo sujeito (BESSE, 2006, p. 20). Um *landschaft* define-se por seu *sitium*, isto é, uma posição e uma vizinhança características, designadas como objetivas, que podem ser cartografadas por sua qualidade ou natureza própria, um conjunto de propriedades naturais ou humanas.

O termo *landschaft* e seus cognatos eram usados para descrever regiões administrativas no noroeste da Europa. Essas sempre foram regiões relativamente pobres, marginais aos interesses de monarcas e aristocratas, cujas riqueza e poder dependiam do controle, propriedade e tributação dos territórios mais férteis e acessíveis. A localização dessas regiões em zonas fronteiriças reforçou as oportunidades para maior autonomia local do que em regiões mais centrais e bem administradas⁵.

A hipótese do desenvolvimento de uma noção de paisagem pelos moradores-em-ação, que se aproxima da noção de *landschaft*, encontra subsídios nos dados empíricos coletados.

Primeiro, encontra-se no bairro Ribeirão Verde uma situação de isolamento, propícia ao desenvolvimento de autonomia social e territorial. Periferia de uma cidade média que guarda certas semelhanças com as “regiões distantes – relativamente empobrecidas, fronteiriças e marginais aos interesses dos monarcas e governantes”.

Nos depoimentos colhidos há várias indicações da percepção dos moradores de não pertencimento à cidade, sujeitos a carências materiais e imateriais. Mas ao mesmo tempo, o depoimento dos colaboradores revela a percepção de que não pertencer à cidade de Ribeirão Preto pode ser algo favorável, talvez morar em uma “cidadezinha do interior”, um lugar calmo, menos violento, bom de se viver, mais fresco, mais amplo, com mais lugar para se viver, solidário, quando comparado aos outros bairros nos quais moraram ou que conheceram. Alguns colaboradores chegam até a sonhar com a “independência do bairro” de Ribeirão Preto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada ressaltou que, ao se tratar de questões de conservação de recursos naturais e preservação de áreas protegidas envolvendo população, além das ações normativas e técnicas, é necessário que se leve em conta as pessoas envolvidas. Sejam reservas legais, áreas de preservação permanente ou recursos naturais, entende-se que esses elementos objetivos da paisagem não devem ser tratados como objetos isolados, mas pensados como elementos articulados em um conjunto, uma trama narrativa, uma história que faça sentido para as pessoas para quem essa paisagem existe. É preciso, pois, que os elementos da paisagem sejam reunidos em um conjunto significativo, “um tema”.

Se, no entanto, a realidade das coisas não lhes é inerente, e, sim, inerente à nossa relação com as coisas (BERQUE, 1994), e cada indivíduo determina a própria paisagem pela identificação de algumas relações e possíveis significados entre os diversos elementos que a compõe, como propor um substrato paisagístico que acolha tanto as “áreas de preservação”, os aportes dos sujeitos e a conservação dos recursos naturais?

Uma direção pode estar em substratos paisagísticos plásticos, receptivos, que possam acolher a heterogeneidade dos moradores, seus aportes e diferentes usos e apropriações – materiais, afetivos, simbólicos. Uma proposta em que as diversas escalas – material, social e mental – sejam articuladas ou, em outras palavras, as medidas normativas, técnicas e educacionais, sejam articuladas com as subjetividades, e mediadas por um substrato paisagístico fértil, onde o habitar poético possa florescer. É preciso, pois, pensar em termos de paisagem, isto é, relações, e não em termos de objetos isolados.

No que diz respeito aos estudos de paisagem vale destacar que, para se aproximar da paisagem percebida por um grupo de pessoas, é preciso tentar conhecer o que elas valorizam, onde encontram significado, como são afetadas por aquele ambiente de vida. Conhecer uma paisagem não se esgota nem em abordagens objetivas, nem em abordagens psicológicas. A paisagem, volta-se a dizer, é trajetual, é tanto matéria quanto espírito. E é nessa ambiguidade constituinte da paisagem, sujeito e objeto, representação e representado, marca e matriz, que se encontra seu sentido profundo (BERQUE, 2008, p. 69).

Notas

- 1 Sobre as criações dos moradores-paisagistas ver LASSUS, Bernard. *Jardins Imaginaires. Les habitants paysagistes*, 1977.
- 2 Sobre a noção de substrato paisagístico ver FERRIOLO, Massimo, 2006, p. 95.
- 3 Um dos “Percurso Fotográficos” foi feito por duas colaboradoras.
- 4 Sobre o papel do ambiente construído na constituição das identidade pessoal e social ver Proshansky, Ittelson e Rivlin (Orgs.). **Environmental psychology: man and his physical setting**. Nova York: Holt Rinehart & Winston, 1976.
- 5 COSGROVE, Denis. **Landscape and Landschaft**. Spatial Turn in History Symposium German Historical Institute, February 19, v. 35, 2004. Disponível em: <<http://www.ghi-dc.org/publications/ghipubs/bu/035/35.57.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2010.

Bibliografia

- BERQUE, Augustin. **La pensée paysagère**. Paris: Archibooks Sautereau. Editeur, 2008.
- _____. **Mediance**. Paris: Belin, 2000.
- BESSE, Jean. Marc. **Ver a terra**: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Trad. Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- _____. Géographie et existence. In: DARDEL, E. **L'homme e la terre**: Nature de la réalité géographique. Paris: Editions du CTHS, 1990, p. 135-175.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: Ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- CRITELLI, Dulce Maria. **Análítica do sentido**: Uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- DARDEL, Eric. **L'homme e la terre**: Nature de la réalité géographique. Paris. Editions du CTHS, 1990 p. 135-175.
- FERRIOLO, Massimo Venturi. **Paesaggi rivelati**. Passeggiare con Bernard Lassus. Milão: Guerini e Associati, 2006.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- ITTELSON, William. **Environment and cognition**. Nova York: Academic Press, 1973.
- _____; PROSHANSKY, H.; RIVLIN, L.; WINKEL, G. H. Homem ambiental. **Textos de psicologia ambiental do Instituto de Psicologia**. Universidade de Brasília. Brasília: Editora da UnB, 2005.
- LASSUS, Bernard. Une poétique du paysage: le démesurable. In: **Le Dantec**: Jardins et paysages. Paris: Larousse, 1996.
- _____. **Jardins imaginaires**. Les habitants paysagistes. Paris: Les Presses de la Connaissance, 1977.
- MOSER, Gabriel; WEISS, Kate. **Espaces de vie aspects de la relation homme-environnement**. Paris: Armand Colin/VUEF, 2003.
- PROSHANSKY, Harold; ITTELSON, William; RIVLIN, Leanne (Orgs.). **Environmental Psychology**: Man and his Physical Setting. Nova York: Holt Rinehart & Winston, 1976.
- RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana**: Hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana. Barcelona: Gustavo Gilli, 1978.



PESQUISA

POR PEDAGOGIAS PARTICIPANTES E CRIATIVAS NA PAISAGEM E NO AMBIENTE

*FOR PARTICIPATORY AND CREATIVE PEDAGOGY
IN LANDSCAPE AND ENVIRONMENT*

Euler Sandeville Júnior

Arquiteto e Urbanista, Arte-Educador, Pós-graduado em Ecologia, Mestre e Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAUUSP. Professor Livre-Docente do Departamento de Projeto da FAU-USP, Vice-coordenador da Área Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP, Coordenador do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade, FAUUSP.

e-mail: esandeville@gmail.com. URL: <http://espiral.net.br>

RESUMO

Este trabalho apresenta o Núcleo de Estudos da Paisagem do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade, que se funda na proposição da Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento e na conceituação da paisagem como experiências partilhadas e produção social do espaço. O trabalho argumenta sobre formas de aprender na e com a cidade, vivenciando coletiva e colaborativamente suas possibilidades, esperanças, dramas, contradições. Essa proposição estabelece um “objeto de pesquisa” relacional em muitos sentidos. Agrega a possibilidade poética a par da possibilidade de pensar a paisagem em suas estruturas territoriais, entrelaça sua dinâmica histórica com os modos de sua apropriação e transformação, exigindo a cooperação interdisciplinar, convidando à reflexão sobre a dimensão artística e sensível que mobiliza, tanto quanto da dimensão social, técnica e política. Como anexo, apresentamos a relação de pesquisas realizadas no NEP.

Palavras-chave: Paisagem, Ambiente, Processos colaborativos, Aprendizagem

ABSTRACT

This work presents the Landscape Studies Group of the Laboratory of Public Space and Right to the City, which is based on the proposition of the Spiral of Sensibility and Knowledge and on the conception of landscape as partaken experiences as well as a social production of space. The article argues for ways of learning in and with the city, experiencing collectively and collaboratively its possibilities, hopes, dramas, contradictions. Such proposition establishes an “object of research” which is relational in many ways. It aggregates the poetical possibility along with the possibility of thinking of landscape in its territorial structures; it interlaces its historical dynamics with ways of its appropriation and transformation, requiring the interdisciplinary cooperation, inviting to the reflection of the artistic and sensible dimension that it mobilizes, as much as of its social, technical and political dimension. Attached to this text, we present the list of research carried out within the Landscape Studies Group.

Keywords: Landscape, Environment, Collaborative process, Learning

A PAISAGEM ENQUANTO OBJETO DE ESTUDOS E PRÁTICAS

“O meu conceito de arquitetura está na união e colaboração das artes, de modo que cada coisa esteja subordinada às outras e com essas em plena harmonia e, quando uso essa palavra, esse será o significado, não um mais restrito. É uma

concepção ampla, porque abraça o inteiro ambiente da vida humana: não podemos nos subtrair da arquitetura enquanto somos parte da civilização, pois que representa o conjunto de modificações sobre a superfície terrestre, em vista das necessidades humanas. Nem podemos confiar nossos interesses a uma elite de homens preparados, pedindo a eles que investiguem, descubram e criem o ambiente destinado a nos hospedar, para depois nos admirarmos perante a obra pronta, apreendendo-a como coisa acabada. Isso cabe a nós mesmos; a cada um de nós cabe empenhar-se no controle e na proteção da orientação justa da paisagem terrestre, cada um com seu espírito e suas mãos, na parte que lhe cabe, para evitar que deixemos a nossos filhos um tesouro menor do que aquele que nos foi deixado por nossos pais.”
(WILLIAM MORRIS)¹

O Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP, <http://espiral.net.br>) foi concebido entre 2002 e 2003 como Grupo de Pesquisa na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP². Nosso objetivo é contribuir para a *Discussão da Cultura Contemporânea na Valoração e Transformação das Paisagens* por meio de formação de pesquisadores³, estudos, ações experimentais e educativas integradas. *Pretendemos aprender em ação com outros parceiros*. Para tanto, realizamos estudos da história da cultura e dos modos de produção e apropriação do espaço através de práticas colaborativas e participantes, e de gestão partilhada.

Os nossos fundamentos estão colocados na proposição da Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento⁴ e no entendimento da paisagem como experiências partilhadas⁵. O que significa, para nós, compreendê-las como o modo de **habitar** o espaço em nossa sociedade. Os desdobramentos intelectivos dessa proposição exigem reconhecê-las plenas de tensões, como espaço social, espaço vivenciado e natureza⁶. Nesse sentido, interessa-nos mais a contribuição que os diversos saberes disciplinares e críticos podem trazer aos estudos do ambiente e a um pensamento livre na indagação do mundo⁷ do que suas fronteiras, genealogias ou intransponibilidades.

A nossa aproximação da paisagem como espaço habitado, porém, não se completa na contribuição das ciências, posto que a paisagem, para ser espaço habitado, é também espaço poético e criativo. É nessa perspectiva que procuramos inseri-las em uma discussão mais ampla da cultura. Afirmá-las como experiência indica mais do que uma relação com a paisagem que seja contemplativa (teorética) ou discursivo-ideológica (que é idealização) que, por si só, podem se autonomizar como verbalismos. Propõe uma relação existencial e ativa, participante⁸, tanto no processo de conhecimento quanto no de sua produção social, reconhecendo-se o pesquisador um sujeito inconcluso entre outros igualmente inconclusos⁹. Paisagens são então realidades processuais e relacionais, cujo destino está por ser definido.

Essa proposição convida a dar atenção às representações, aos projetos e às práticas (individuais e sociais), contraditórios e não raro tensos, em ambientes que transcendem a duração da vida humana. Abre, ainda, um enorme campo de experimentações sensíveis e cognitivas, no qual a discussão da cultura na transformação do espaço comum e do social conduzem a uma dimensão política ativa (altern-ativa)¹⁰. Pensar a paisagem

em sua abrangência social, ambiental e existencial, significa pensar o modo como habitamos o mundo (*o inteiro ambiente da vida humana de Morris*), sob a ótica de sua espacialidade e temporalidade indissociáveis, que diz respeito diretamente ao avanço dos saberes no campo da arquitetura, do urbanismo¹¹ e das questões ambientais.

O ato de habitar, essencial e solidário para os viventes, é depositário de todos os nossos saberes, das contradições que engendramos em sua construção, apropriação e transformação. Para Heidegger (2008), habitar é o modo como os mortais são na terra¹². O plural - *os mortais são* - sugere que habitar implica conviver. No entanto, geralmente se pensa a habitação não como uma condição do ser entre e com os outros, mas como uma coisa singular¹³, como uma unidade individualizada e *desistoricizada*, esvaziada de sua produção como espaço social, existencial e cultural. Habitar, ao contrário, é fazer parte de uma história que nos antecede e nos ultrapassa, inscrita material e imaterialmente nas paisagens e nos discursos sobre suas configurações e eventos.

O fruto material e imaterial do nosso fazer, do nosso trabalho, é um registro contundente de nosso aprendizado. Fala de como nos representamos. Habitar é, portanto, habitar valores, representar o mundo, escolher, aprender, ser, conhecer, partilhar, amar. Podemos reconhecê-lo como uma partilha tensa e contraditória do nosso saber/fazer em um espaço comum, ao nos apropriarmos dele de modo desigual e violento. Nosso habitar tanto tem sido indiferente ao outro, desrespeitoso, brutal, desleal, quanto tem sido afetivo, solidário, criativo, celebrativo. No fluxo cotidiano, não nos damos conta das implicações de estabelecermos entre nós uma partilha conflitiva ao realizar nossas ambições e sonhos.

Habitar é existir e, portanto, também aprender a existir, em uma paisagem em trânsito contínuo. O espaço habitado, urbano ou rural, nos abriga e, na nossa imaginação, memória, trabalho e experiência, criamos fluxos de subjetividade e de sociabilidade nesse estar contraditório ou solidário com os outros. Que tipo de educação (em sentido amplo) sustenta essas paisagens? Qual formação necessitam os sujeitos que a qualificam? O que ensinam sobre nós mesmos, e sobre nossas práticas, as paisagens e os projetos de sua transformação?

Como construir esse processo de aprendizagem? Que oportunidades temos diante de nós?

UM GRUPO COLABORATIVO DE APRENDIZAGEM

“Até o pensamento, até a invenção, são realizações coletivas, produtos do passado e do presente. Milhares de inventores prepararam a invenção de cada uma dessas máquinas, nas quais admira o homem seu gênio. Milhares de escritores, poetas e sábios têm trabalhado para elaborar o saber, extinguir o erro e criar essa atmosfera de pensamento científico, sem a qual não havia podido aparecer nenhuma das maravilhas de nosso século. Porém esses milhares de filósofos, poetas, sábios e inventores, não foram também inspirados pelo trabalho dos séculos anteriores? Não foram durante sua vida alimentados e sustentados assim no físico como no moral por

legiões de trabalhadores e artesãos de todas as classes? Não adquiriram sua força impulsiva no que lhes rodeava?” (KROPOTKIN, 2006, p.9)

Nossos trabalhos se pautam na importância da ação individual (ela mesma devedora e suportada por inúmeros outros processos que são coletivos), mas se reconhecem, e são tecidos, em processos de cooperação. Adotamos cinco eixos, propostos na Espiral, para caracterizar nossas estratégias de conhecimento em ação e para pensar nossas próprias práticas e razões: valorização da capacidade criativa ampliando a sensibilidade ao mundo e ao outro no processo de entendimento; adoção de uma postura indagativa diante dos fenômenos; aprimoramento em processos participantes, participativos e colaborativos; compromisso social na produção de conhecimento e nas práticas, favorecendo a ação solidária a partir de um ideário pacifista e autônomo; valorização da celebração, da alegria, do prazer e da afetividade em nossas práticas¹⁴. A carta de princípios assumida pelo NEP pode ser resumida na Figura 1:

espiral da sensibilidade e do conhecimento	
este projeto deseja propor	este projeto deseja se opor
o desejo de amar	à violência
a alegria	à padronização
o entendimento	ao preconceito
a fraternidade	ao racismo
a paz	à guerra
o respeito	à indignidade
a participação	à exploração do trabalho
a valorização humana	à miséria
a integridade	à corrupção
a justiça	à injustiça
a compreensão	à maldade
o desejo de crescer junto	à ambição
o respeito à diversidade	à exclusão
a generosidade	ao enimesmamento
a simplicidade	à camuflagem

Figura 1 - Princípios da Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento partilhados para ação do NEP

Espera-se que as relações entre sensibilidade artística, experiência e a história vivida sejam fundamentais a essa proposição perante o outro e o ambiente, sobretudo a partir de projetos de educação e formação integral¹⁵. Trata-se de construir processos experimentais e afetivos de aprendizagem, sociabilidade e decisão, em ação. Espera-se reunir um conteúdo que estimule a refletir sobre o ensino e a prática social, ao indagar posturas no conhecimento das paisagens e do ambiente. Não se pode desprezar as tensões que surgem entre as diversas experiências com a paisagem e a discussão de uma nova inserção da universidade, quer no ensino, quer na produção de conhecimento, com implicações de caráter ético e político no saber e na ação, **na aprendizagem**¹⁶ (Figura 2).

A cidade, com suas desigualdades, demanda formas de conhecer-atuar, que exigem o confronto de contribuições teóricas com procedimentos experienciais. O campo em que se dá a experiência é espaço socialmente produzido, mas as relações que se es-



Figura 2 - Oficinas realizadas pelo NEP em diversos projetos.
Acervo: NEP.

tabelecem exigem sujeitos reais, conhecer e ser conhecido pelo nome, pelas práticas, pelas representações, pelas ideologias. Compreender a paisagem como história e como lugar de experiências, significações, intersubjetividades e contradições, a torna o *locus* privilegiado no processo de aprendizagem, reflexão, ação criativa e da educação como construção da liberdade, do afeto e da alegria. Sabemos em ação e agimos no que sabemos, em aprendizado contínuo. As contradições dos nossos saberes são aquelas engendradas em nosso fazer e vice-versa. Fazer é acessar seletivamente nosso acervo de saberes e transformá-los em ato, dar-lhes novas configurações, torná-los um novo conhecimento, e é nesse sentido que se faz aprendizado.

Numa primeira fase (2004-2008) dos trabalhos de pesquisa do NEP procuramos desenvolver estudos exploratórios e métodos qualitativos de campo e de interpretação convergentes com a proposição de paisagem adotada. As temáticas deveriam permitir a investigação empírica promovendo o avanço metodológico. Desde o início estabelecemos estratégias de interface e vários procedimentos coletivos de cooperação entre as pesquisas¹⁷, ampliados na fase atual. Utilizamos métodos de estudo qualitativos e participantes, sobretudo a observação direta, imersão no campo¹⁸, narrativas de vida e oficinas temáticas, construídos os procedimentos no diálogo participante, buscando o entendimento dos modos locais de construir e significar paisagens em sua dimensão de realização humana e social.

Focamos prioritariamente grupos submetidos a processos de exclusão ou preconceito (comunidades rurais de agricultores e quilombolas, assentamentos urbanos periféricos, grupos com necessidades especiais)¹⁹, em áreas de interesse socioambiental, com forte sentido de lugar na maior parte das pesquisas. Foram realizados, também, alguns trabalhos que visavam estudar as dinâmicas sistêmicas da paisagem²⁰. No âmbito das

Retribui para a Universidade, aplicando em disciplinas de modo direto os conhecimentos que vêm sendo desenvolvidos nas pesquisas e ações do Núcleo (como relatado em Sandeville Jr., 2010a, 2010c), cria uma relação do ensino na Universidade com parceiros externos, que se aproximam nesse momento dessas atividades, contribuindo também para a sua formação. Nesse sentido, nossos trabalhos podem ser reunidos em duas linhas de pesquisa e ação, que se interpenetram, tendo como referência principal a compreensão dos processos locais e estruturais da produção do espaço na metrópole paulistana, bem como uma capacidade de cooperação com grupos empenhados em sua transformação.

ESTUDOS DE TRANSFORMAÇÃO E VALORAÇÃO DAS PAISAGENS

Essa linha tem como foco a Região Metropolitana de São Paulo. Seu eixo principal são estudos com grupos locais, visando entender suas representações e valores próprios diante da apropriação e transformação da paisagem. Essas discussões se inserem em grupos de trabalho, que devem contribuir para o entendimento das diversas escalas implicadas nesses estudos da paisagem. As pesquisas se organizam em três arcos territoriais até o momento, que permitem estabelecer processos colaborativos entre as pesquisas: Cantareira (abrangendo estudos realizados em localidades nos distritos da zona noroeste de São Paulo²⁴, Figura 4); Mananciais (abrangendo estudos realizados na zona sul, nas bacias Billings e Guarapiranga²⁵); e, Centro (ainda inicial, abrangendo estudos no arco Centro-Lapa-Butantã²⁶). Os trabalhos organizam-se em dois eixos principais de pesquisa, visando adicionalmente seu reatamento em processos educativos e participativos:

- o da construção individual e coletiva do vivido e de seus significados (no que estudos da memória e das narrativas de vida revelam-se construção do lugar);
- o da formação de capacidade interpretativa dos processos urbanos e ambientais nas escalas implicadas em que interagem suas estruturas e suas estratégias de gestão.

ESTUDOS DAS ARTES, CULTURA E NATUREZA

Essa linha dá continuidade a estudos anteriores mais gerais sobre cultura²⁷, que visaram fundamentar discussões sobre apropriações simbólicas da natureza e da cidade. A partir de 2010, articula-se crescentemente com os trabalhos de pesquisa do NEP²⁸. Esta linha visa a cooperação com movimentos culturais urbanos, principalmente periféricos, de resistência ou “de borda” (no que a arte²⁹, a cultura e a educação livres, como as entendemos, têm um papel central como uma capacidade de ação urbana). Estuda movimentos contraculturais, manifestações artísticas, culturais e formas de ativismo contemporâneas que colocam em causa o espaço urbano e o espaço público, direcionando-se para a aproximação com movimentos de cultura de periferia na cidade. No entanto, são realizados também estudos que visam contribuir para a compreensão

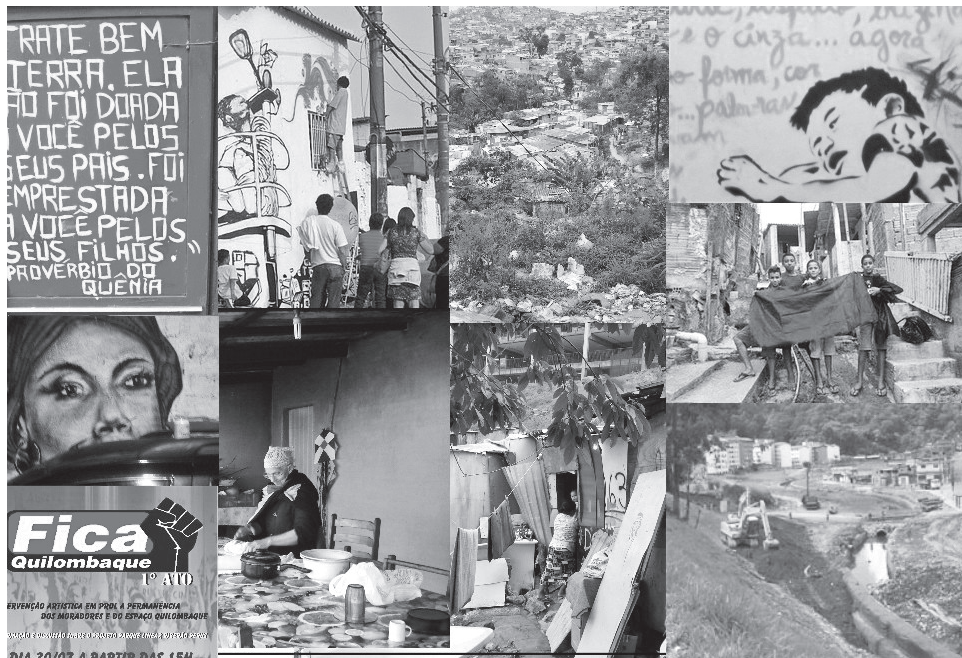


Figura 4 - Pannel com frentes de atuação na zona norte: Brasilândia, Perus, Jardim Julieta, e coletivos Esquina da Memória, Comunidade Cultural Quilombaque, Centro Independente de Cultura Alternativa e Social.
Fonte: <http://espiral.net.br/cantareira/norte.html>.
Acesso em 10/11/2011.



Figura 5 - Cidade e Periferia Viva. Conversa em Roda entre coletivos de arte periféricos e alunos da FAU.
Compareceram: Núcleo Tembua, Projeto Cicas, Imagem, Sinfonia de Cães, Projeto Espremedor, Comunidade Cultural Sambaqui, Mutirão Cultural na Quebrada, Comboio.
Foto: Acervo NEP, 18/11/2011.

histórica em uma longa duração, e estudos temáticos de natureza mais teórica³⁰.

Na reunião de planejamento do NEP, em agosto de 2011, reafirmamos a caracterização do Núcleo como um centro de pesquisa e formação, que é entendida como a contribuição social primeira da Universidade. Organizamos subgrupos de trabalho e de estudos sobre essas linhas conforme vinculação das pesquisas. Discutimos os princípios fundadores do NEP, iniciando a reflexão sobre algumas palavras recorrentes e, portanto, estruturantes do nosso discurso. Esses termos expressam conceitos comuns aos pesquisadores e estão demandando uma maior discussão no conjunto de práticas que estamos envolvidos. Isso nos permitiu reafirmar os princípios da Espiral como fraternidade, pacifismo, não violência, não alinhamento partidário, construção de um pensamento autônomo e formas de fazer política fundadas na afetividade, na amizade, na celebração, na confiança. A discussão dos nossos processos de trabalho coloca também em questão a ampliação da elaboração de produtos acadêmicos do grupo³¹, tanto nos termos demandados pela academia como no retorno aos parceiros locais.

Adotamos, com base na experiência acumulada no NEP, três focos para interpretação do material de campo (sempre uma das grandes dificuldades das pesquisas qualitativas): FORMAS DE ORGANIZAÇÃO (inclusive as formas de expressão que engendram); REPRESENTAÇÕES (em discursos, narrativas, posicionamento no espaço, documentos diversos); APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS (entendida em sua dimensão pública e nas diferentes localizações e conexões). Esses três nexos, ou campos interpretativos, são entendidos como formas de aprendizagem e abrigam possibilidades poéticas e contradições. São propostas como uma possibilidade de avanço sobre as conceituações inicialmente assumidas sobre paisagem e aprendizagem em ação e serão objeto de reflexão e fundamentação em outro artigo.

Abaixo, indicamos as pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Estudos da Paisagem, a formação dos pesquisadores, sua temática de pesquisa, bolsas obtidas, ano de início e conclusão quando é o caso³².

“Nossa primeira ideia: é preciso mudar o mundo.” (DEBORD, 1957)³³

QUADRO 2: PESQUISAS DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA PAISAGEM			
Início	Conclusão	Pesquisador	Pesquisa
		PÓS-DOCTORADO	
2011		Solange Aragão (Arquiteta, Pós-Doutorado em História Social)	Arte e Cidade. Representações no período colonial e no Império.
		DOCTORADO	
2008	2012	Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli (Arquiteta)	Chão. Bolsa FAPESP
2007	2012	Silvia M. R. Valentini (Artista Plástica)	Os Sentidos da Paisagem nas pessoas que não enxergam.
		MESTRADO	

QUADRO 2: PESQUISAS DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA PAISAGEM			
Início	Conclusão	Pesquisador	Pesquisa
2004	2007	Cecília Maria de Morais Machado Angileli (Arquiteta)	Paisagens Reveladas no Cotidiano da periferia. Distrito de Brasilândia, zona norte do Município de São Paulo
2004	2007	Flávia Tiemi Suguimoto (Turismóloga)	Paisagens do Médio Tietê: Formas de Uso e Apropriação de suas Águas para o Lazer
2005	2008	Catarina Faria Alves Silveira (Bióloga)	Lá e aqui: Estudo das práticas de transformação da paisagem em comunidades rurais da Zona da Mata Mineira
2005	2008	Rosana Silva Vieira (Arquiteta)	Paisagens Invisíveis: os Sertões de Ubatuba
2006	2009	Juliana Cavalheiro Moreno (Arquiteta)	Temporalidades da Paisagem: Uma análise das temporalidades que emergem no espaço de vida da comunidade quilombola Pedro Cubas, Vale do Ribeira, SP
2004	2007	Ana Paula Veras de Paiva (Arquiteta)	Urbanização e Impactos na Paisagem Litorânea: Um estudo de caso com a população no Município de São Sebastião
2005	2007	Lucía Beatriz Bernardi de León (Agrônoma)	Aporte das áreas verdes à conservação da natureza em Parque Natural Municipal, Montevideú, Uruguai Bolsa PEC/PG
2007	2010	Cláudia Cruz Soares (Pedagoga)	Heliópolis - Práticas educativas na Paisagem
2008	2011	Andreia Broering (Geógrafa)	Mecanismos de envolvimento comunitário e gestão da Paisagem do entorno de reserva particular de patrimônio natural - RPPN: Estudo de caso Paulo Lopes, Santa Catarina Bolsa CAPES
2008	2011	Mônica Y. Bierwagen (Advogada)	Sociedade de Consumo e Sustentabilidade Bolsa CAPES
2010	em curso	Simone Miketen (Socióloga)	O processo de transição agroecológico no contexto urbano: O caso da apa Bororé-Colônia Bolsa CAPES
2011	em curso	Henrique Pozo (Biólogo)	Reconstruindo paisagens: o caso da pesca no Parque Estadual Xixová-Japuí, São Vicente e Praia Grande, SP
2011	em curso	Priscila Ikematsu (Engenheira Ambiental)	A gestão participativa das áreas de mananciais da Região Metropolitana de São Paulo: O caso Área de Proteção e Recuperação da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga (APRM-G)
2011	em curso	Gabriella Raddoll (Arquiteta)	Potencialidades para criação de sistema de espaço público de conservação e lazer na área de interflúvio da Guarapiranga e Billings

QUADRO 2: PESQUISAS DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA PAISAGEM			
Início	Conclusão	Pesquisador	Pesquisa
2011	em curso	Lucia Omar (Geógrafa)	Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano no contexto do Patrimônio Cultural: Caso da ilha de Moçambique Bolsa fundação FORD
		MESTRADO EM PROCESSO SELETIVO	
2011		Melissa Matsunaga (Arquiteta)	A Paisagem em intervenções de requalificação urbana, o caso do Cantinho do Céu
		INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
2004	2005	Roberto Rüsche (graduação, FAU)	Potencialidades para a criação de um Sistema de Espaços Públicos de Conservação e Lazer na sub-bacia do Córrego Padre Simplício, Jundiaí, SP
2008	2009	Gabriella Raddoll (graduação, FAU)	Sistemas de Espaços Livres e População em bacia no Município do Embú (menção honrosa no 17 SIICUSP)
2011	em curso	Rafael Siqueira (graduação, FAU)	Transformação da Paisagem e apropriação dos espaços públicos no Jardim Julieta, Vila Maria, São Paulo
2011	em curso	Larissa Nebesnyj (graduação, FAU)	A margem do centro: Representações da cidade em duas ocupações no centro de São Paulo
		TRABALHO DE GRADUAÇÃO ASSOCIADO À PESQUISA	
2009	2010	Gabriella Raddoll (graduação, FAU)	Projeto participativo em bacia urbana, Embu, SP
2011	em curso	Gabriel Fernandes (graduação, FAU)	Somos todos arquitetos
		ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM PROJETOS INTERUNIDADES	
2010	2011	Rafael Siqueira (graduação, FAU)	Bolsa Convênio Dersa/USP
2008	2009	Gabriella Raddoll (graduação, FAU)	Projeto de Políticas Públicas FAPESP
2010	2011	Larissa Nebesnyj (graduação, FAU)	Bolsa Convênio Dersa/USP
2010	2010	Gabriella Raddoll (graduação, FAU)	Bolsa Convênio Dersa/USP
2010	2010	José Muñoz (graduação, intercambista)	Bolsa Convênio Dersa/USP
2010	2010	Andréa Conard (graduação, FAU)	Bolsa Convênio Dersa/USP
2010	2010	André Manfrin (graduação, ECA)	Bolsa da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
2011	em curso	Giovana Aiello (graduação, FAU)	Bolsa Convênio Dersa/USP

QUADRO 2: PESQUISAS DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA PAISAGEM			
Início	Conclusão	Pesquisador	Pesquisa
		FORMAÇÃO DE PESQUISADORES - SEGUNDO GRAU	
2011	em curso	Tainá Salvador	Bolsa Secretaria de Educação
2011	em curso	Letícia Santos	Bolsa Secretaria de Educação
2011	em curso	Isabella Fontolam	Bolsa Secretaria de Educação
		FORMAÇÃO DE PESQUISADORES SEM GRADUAÇÃO	
2011	em curso	Caio Castor (Fotógrafo)	Formas de apropriação do espaço, relações de poder e sociabilidade em ocupações na área central de São Paulo
		PROJETOS DE PESQUISA EM ELABORAÇÃO	
2011		Gisele Porto (Psicóloga)	Saraus da periferia, redes e cultura urbana em São Paulo
2011		Claudia Soares (Pedagoga)	Quando a casa vira parque. Os moradores do São Vito (título sugerido)
2011		J.C. Silva (Assistente Social)	Memória dos negros na Brasilândia
2011		Mitiko Yamamoto (Pedagoga)	Memória dos japoneses na Brasilândia

Notas

- 1 A citação foi feita pela Profa. Miranda Martinelli Magnoli (1987) como indicativo de uma pauta de pesquisa.
- 2 O NEP deu origem, em 2005, ao LABESPAÇO, quando também foi registrado no Diretório de Grupos do CNPQ, denominado, a partir de 2010, LABCIDADE (Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade, <http://labcidade.net.br>), sendo um dos dois centros de pesquisa que estrutura esse Laboratório: o Núcleo de Estudos da Paisagem, sob coordenação do Prof. Euler Sandeville, e o de Direito à Cidade, sob coordenação da Profa. Raquel Rolnik.
- 3 O Núcleo acolhe pesquisadores dos níveis de segundo grau à pós-doutorado, com um grupo de estudos que se reúne regularmente há cerca de 8 anos, com 10 mestrados concluídos, 5 em curso, 2 doutorados e 1 pós-doutorado em curso, 2 iniciações científicas concluídas e 2 em curso, 3 pré-iniciações científicas em curso, entre outras atividades de formação de pesquisadores. Desenvolvemos trabalhos em interface com outros núcleos de pesquisa da Universidade em projetos e convênios científicos, parcerias com instituições públicas, associações e comunidades, cursos e programas de formação, atividades de interesse cultural e ações de natureza artística.
- 4 A Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento (SANDEVILLE JR., 2003^a, 2008, 2011^a, 2011^b) é a proposição (a partir de 2002) de vivências poéticas baseadas em princípios criativos, colaborativos e solidários, que ultrapassam o âmbito acadêmico, mas nele se entrelaçam. Concebe o conhecimento como uma construção na existência com outros, tendo como lema um conhecimento livre e sensível, um mundo livre e em paz. Estabelece vários princípios que estão na fundação do NEP e são partilhados por seus integrantes.
- 5 Conforme desenvolvido em Sandeville Jr. (2004, 2005, 2011^a). Veja-se também Sandeville JR., 1987, 1993, 1999, 2010^a, 2011^b, 2004/2011 inédito; Sandeville JR. & Hijioka, 2007.
- 6 Por espaço social pensamos em Santos (2002), Lefebvre (1991; 2001). Santos (2002), propõe o espaço como sistemas de ações e sistemas de objetos imbricados. Entretanto, não seguimos esse autor em sua forma de entender a paisagem porque a entendemos como espaço no sentido que atribui a essa palavra, como o é território, lugar, região. Nesses casos (paisagem, região, etc.), o que modifica não é a natureza ou amplitude do fenômeno, é a intencionalidade como o espaço é estudado. Para a abordagem como espaço vivenciado colhemos contribuições em Vogel e Santos (1985), Caldeira (1984), Rapoport (1978), Tuan (1980; 1983), Machado (1988), Menezes (2002), e Bosi (1987). No entanto, essa dimensão inclui também possibilidades poéticas, cujas referências ultrapassam os títulos acadêmicos, encontrando-se no próprio processo existencial (por exemplo, KEROUAK, 2006; GINSBERG, 2006; RILKE, 2007; DEBORD, 1997, 2003; SMITHSON, 2003; PIVA, 2009). Para a abordagem da natureza, seguimos, por exemplo, Sandeville JR., 1999; Rosset, 1989; Belluzzo, 1994; Dean, 1996; Lenoble, 1990; Hadot, 2004; Schama, 1996. Para a abordagem ambiental colhemos contribuições em

- McHarg, 2000; Bernáldez, 1981; Spirn, 1995; Hough, 2004; entre outros. Ao tratar de experiência tomamos como referência Bondía, 2002; em alguns sentidos Dewey, 2010; Popper, 2003 (mas não propomos seu empirismo). Entendemos pesquisa participante como uma das possibilidades da pesquisa qualitativa (DENZIN e LICOLN, 2006), que inclui (mas não se resume a ela) a possibilidade da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2009).
- 7 Feyerabend, 1977; Morin, 2005.
 - 8 Indicamos que as abordagens estritamente teóricas apresentam certos riscos, mas isso não quer dizer que a vivência no processo de conhecimento esteja desprovida destes e de outros riscos também, inclusive com a absorção do senso crítico por práticas, particularidades e projetos locais. O que fazemos é discutir essas tensões no processo de conhecimento e ação.
 - 9 Freire, 2001.
 - 10 Arendt (2004) e Queiroga (2001; 2003) contribuem para pensar as esferas de vida pública como ação política no espaço urbano. Temos em mente, também, novas formas de fazer política como problematizado por Parra e Adams (2011).
 - 11 Daí também se entende o papel de destaque e crítica ao urbanismo nas formulações de Henri Lefebvre e dos letristas e situacionistas.
 - 12 “El modo como tú eres, yo soy, la manera según la cual los hombres somos en la tierra es el Buan, el habitar. Ser hombre significa: estar en la tierra como mortal, significa: habitar.” (HEIDEGGER, 2008, s.p.)
 - 13 O habitar não se define na casa, ou conjunto delas ou de outros programas construtivos, como no pensamento analítico-decompositivo de elementos autônomos. Mas não a menospreza, a casa não está condenada a ser elemento morfológico ou design (produto). É nosso olhar que a define. Pode ser vista, por exemplo, na dimensão do habitar, da cultura (como na oposição entre a casa e a rua, em MATTA, 1987), ou da cidade (como em VOGEL e SANTOS, 1985). A casa e a paisagem, como experiência, não são antônimos como cheio e vazio, são ambos paisagem, enquanto habitar o mundo. O que significa que a paisagem não pode ser definida por cheios e vazios, e não pode ser pensada opondo-se e excluindo alternativamente interior e exterior. O interior é uma existência na paisagem.
 - 14 Sandeville JR., 2003^a.
 - 15 Daí nossa atenção às artes e à memória não como instrumento, mas como construção partilhada de sensibilidades e saberes.
 - 16 Sandeville JR., 1987, 1989, 1990, 1999, 2002, 2003^b, 2007^a, 2007^b, 2007^c, 2007^d, 2010^a, 2010^b, 2010^c.
 - 17 Sandeville JR., 2011; Sandeville JR., Broering & Angileli, 2010.
 - 18 Em alguns casos definimos protocolos de pesquisa e até procedimentos estruturados como questionários, entendendo-os construídos a partir do campo.
 - 19 Angileli, 2007; Sugimoto, 2007; Silveira, 2008; Vieira, 2008; Moreno, 2009; Soares, 2010; Valentini, em curso; Broering, 2011. Ainda assim, esses trabalhos relatam diferentes durações dessa relação de imersão, que implicam em diferentes procedimentos de pesquisa.
 - 20 Rüsche, 2005; Bernardes, 2007; Radoll, 2009.
 - 21 Destacam-se a ação em Salto da Divisa (MG, 2002, com a comunidade e com o Grupo de Defesa dos Direitos Humanos de Salto da Divisa, MG, através da aluna Poliana Adachi); a colaboração com moradores e associações no contexto da Operação Urbana Butantã-Vila Sônia (2006); a colaboração em torno da preservação do Patrimônio Natural da Pedra Grande em Atibaia (2007, com colaboração do Professor Sérgio Tadeu do Departamento de Ecologia da USP). Nesse período foram importantes também as ações e convívios independentes da Universidade, com coletivos de arte, cultura livre e ativismo, podendo-se destacar a colaboração ativa na rede Coro (2004-2010); o Festival Reverberações (2008); e o Jogo Urbano proposto pelo EIA (2008). Essas experiências geraram grupos de discussão autônoma, voltados para a questão do conhecimento livre e processos coletivos de criação, muitos sem qualquer vínculo organizativo que não fatores de afetividade, amizade e convicção, em que trocamos questões essenciais às nossas práticas.
 - 22 No horizonte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo.
 - 23 A primeira atividade, articulando as pesquisas e as ações do NEP, foi realizada em 2009 em uma disciplina no Heliópolis, com Cláudia Soares, em parceria com a União de Moradores do Heliópolis, que resultou, em 2009, no curso livre de História da Arte e, em 2010, na Oficina da Cidade, ambos realizados colaborativamente com lideranças do Heliópolis (SANDEVILLE JR., 2010, <http://paisagemheliopolis.wordpress.com>). Em 2010, na Brasilândia, realizamos com Cecília Angileli nova integração entre as atividades didáticas e de pesquisa, elaborando, também em parceria com a pesquisadora, o projeto Vidas Imaginadas na Brasilândia (<http://cinemabrasilandia.wordpress.com>). Em 2011, realizamos disciplina na região de mananciais, com Gabriella Radoll, Simone Miketen, Henrique Pozo, mais focada no aspecto de planejamento da paisagem.
 - 24 Está em fase de conclusão do doutorado, de Cecília Angileli, que deu continuidade ao mestrado, permitindo-nos avançar com uma base empírica mais cuidadosa nas questões de pesquisa-ação (<http://arquiteturana-favela.blogspot.com>), com a gradual implantação a partir de 2009 de um núcleo piloto do NEP, na Brasilândia. A partir de 2011, iniciamos um outro núcleo de trabalho participativo com moradores de Perus e região.
 - 25 A partir de 2008 um conjunto de trabalhos foi desenvolvido na zona sul, através inicialmente da cooperação

- no projeto Gov. Águas (Aprendizagem Social na Gestão de Recursos Hídricos, projeto de Políticas Públicas da FAPESP, 2008-2010, e o Convênio de Cooperação Técnica na elaboração do Plano de Manejo dos 9 parques nos municípios de Embu, Itapeverica, São Paulo, Santo André e São Bernardo, decorrentes da compensação ambiental do Rodoanel Trecho Sul (com o Laboratório de Biogeografia do Departamento de Geografia, 2009-2012). Várias pesquisas são desenvolvidas nessa região: Radoll, 2009, 2010; Soares, 2010, em curso Simone Miketen, Gabriella Radoll, Priscila Ikematsu, Henrique Pozo, este na Região Metropolitana de Santos, em fase inicial Melissa Matsunaga e Gisele Porto.
- 26 Temos os estudos de Larissa Nebesnyj e Caio Castor nas ocupações verticais na área central, em 2004-2007, nas subprefeituras do Butantã e Lapa, que necessitam ser retomados.
- 27 Sandeville JR., 1993, 1999, entre outros.
- 28 Isso possibilitou na cooperação institucional com alguns grupos (EIA e outros artistas independentes na disciplina Arte e Projeto da Paisagem, realizada no Heliópolis, 2009), parcerias com coletivos periféricos como o Cicas e Sinfonia de Cães (2010), a comunidade Quilombaque de Perus (2011), o Núcleo Tembuá (2011), o coletivo Comboio (2011), o coletivo Do Morro Produções (2011), a Rede Periferia Viva (2011, que integramos a fundação) e outros coletivos com interfaces mais eventuais, que integram uma ampla rede de ativismo e ação cultural na cidade. Alguns trabalhos já se desdobram desses: a iniciação científica de Siqueira, em parceria com o Cicas no Jardim Julietta, e a iniciação científica de Larissa Nebesnyj, em ocupações verticais em área central.
- 29 Em uma próxima etapa de trabalhos, prevemos a alternativa de produzir as ações artísticas e retomar os trabalhos de interpretação das dinâmicas da natureza, seus significados e suas possibilidades poéticas, ampliando o alcance dessa linha de atuação.
- 30 Poderíamos remontar a Sandeville JR., 1993, 1999, e a uma série de artigos e disciplinas de pós-graduação. No âmbito da orientação à pesquisa destacam-se Bierwagen, 2011, sobre o terceiro setor e a reorganização contemporânea do consumo, em curso pós-doutorado de Solange Aragão sobre as representações da cidade brasileira na arte até o século XIX, e o Trabalho de Conclusão de Curso de Gabriel Fernandes sobre os processos participativos na arquitetura nos anos 1970.
- 31 Temos 19 artigos produzidos conjuntamente sobre as pesquisas até o momento, indicados na bibliografia sob esta rubrica. Destes, 13 foram escritos em 2010 e 2011.
- 32 Informações mais detalhadas sobre essas pesquisas, atividades didáticas e de cooperação com parceiros externos à Universidade podem ser obtidas em Sandeville JR., 2011^b.
- 33 Com essa afirmação, Gui Debord abre o Relatório sobre a “Construção de Situações...”. O Relatório foi apresentado na conferência de Corsio d’Arroscia, julho de 1957, na fundação da Internacional Situacionista. Pudéssemos nós fazer relatórios assim. O que nos impede? Até onde a padronização das atividades acadêmicas, enquanto prática e forma e, portanto, linguagem (que é pensamento), é uma padronização do pensamento e da capacidade indagativa e propositiva?

Bibliografia

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2004. [1958].
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo: Odebrecht, 1994.
- BERNÁLDEZ, Fernando González. **Ecología y paisaje**. Madri: Blume, 1981.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. São Paulo: Edusp, 1987. [1973].
- CALDEIRA, Teresa P. R.. **A política dos outros** - O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: A história e a devastação da mata atlântica brasileira. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- _____. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional [1957]. In: BERENSTEIN JACQUES, Paola (Org.). **Apologia da deriva**: Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- DENZIN, Norman K. & LCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Teorias e abordagens. Trad. Sandra Regina Neyz, Porto Alegre: Artmed, 2006.

- DEWEY, John. **Experiência e educação**. Trad. Renata Gaspar. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010. [1938].
- FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento. Trad. Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977. [1975].
- FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Instituto Paulo Freire: Cortez, 2001. [1959].
- GINSBERG, Allen. **Uivo e outros poemas**. Tradução: Claudio Willer. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- HADOT, Pierre. **O véu de Isis**. Ensaio sobre a história da ideia de natureza. Trad. Mariana Sérvulo. São Paulo: Loyola, 2004.
- HEIDEGGER, Martin. **Construir, habitar, pensar**. Disponível em: <http://www.heideggeriana.com.ar/textos/construir_habitar_pensar.htm> Acesso em: 2008.
- HOUGH, Michael. **Naturaleza y ciudad**: Planificación urbana y procesos ecológicos. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.
- KEROUAK, Jack. **On the road**. Trad. Eduardo Bueno. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- KROPOTKIN, Pedro. **La conquista del plan**. Trad. Léon-Ignacio. E-BooksBrasil, 2006.
- LEFEBVRE, Henry. **Marxismo**. Trad. William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2010. [1948].
- _____. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. **The production of space**. Trad. D. Nicholson-Smith. United Kingdom: Blackwell, 1991.
- LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990.
- MACHADO, Lucy Marion C. P. **A Serra do Mar paulista**: Um estudo de paisagem valorizada. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências da Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1988.
- MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Memorial de titulação**. Memorial. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.
- MATTA, Roberto da. **A casa e a rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MCHARG, Ian.L.. **Projectar com la natureza**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2000.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.
- MORIN, Edgar. **Amor, poesia, sabedoria**. Trad. Edgar de Assis Carvalho. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- PARRA, Henrique & ADAMS, Gavin. **Nem eixo nem seixo** (26 junho 2011). Disponível em: <<http://www.trezentos.blog.br/?p=6070>>. Acesso em: outubro de 2011.
- PIVA, Roberto & LEE, Wesley Duke Lee. **Paranóia** [1963]. Rio de Janeiro: Instituto Walter Moreira Salles, 2009.
- POPPER, Karl R.. **Conjecturas e refutações**. Trad. Benedita Bettencourt. Coimbra: Almedina, 2003. [1962].
- QUEIROGA, Eugenio F.. Praças e pracialidades em design: da visualidade da paisagem à visibilidade dos lugares. In: Seminário de Semiótica aplicada ao Design, 1, 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003.
- _____. **A megalópole e a praça**: O espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, Perspectiva, 1978. (Colección *Arquitectura*.)
- RILKE, Rainer Maria. **Cartas a um jovem poeta**. Tradução Pedro Sússekind. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- ROSSET, Clément. **A anti-natureza**. Elementos para uma filosofia trágica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SMITHSON, Robert. Um passeio pelos monumentos de Passaic. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 43-44, p.120-128, 2003.
- SPIRN, Anne W.. **O jardim de granito**. São Paulo: Edusp, 1995.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VOGEL, Arno; SANTOS, Carlos Nelson F. dos (Coord.). **Quando a rua vira casa**. Apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3.ed. Rio de Janeiro: IBAM, 1985. [Pesquisa: 1979].

Artigos Citados em Coautoria no NEP

ANGILELI, Cecília M. M. M. & SANDEVILLE JR., Euler. Remoções na Serra da Cantareira. *Caros Amigos*, São Paulo. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/artigos-e-debates/1842-remocoes-na-serra-da-cantareira>. Acesso em: 04/08/2011, 2011^a.

ANGILELI, Cecília Machado; SANDEVILLE JR, Euler. Chão: Uma experiência de estudo colaborativo de paisagens, Brasilândia, São Paulo. São Paulo, 2011^b, inédito.

ARAGÃO, Solange de & SANDEVILLE Jr., Euler. Expressões de tropicalidade na pintura dos viajantes, na fotografia de paisagens e na literatura brasileira do século XIX - contrapondo olhares. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 7, Campinas, 2010. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2010^a, p.434-444.

ARAGÃO, Solange de & SANDEVILLE Jr., Euler. Um passeio pelo jardim popular paulistano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA, 10, Porto Alegre, 2010. *Anais...* Porto Alegre: PUC-RS, 2010^b.

ARAGÃO, Solange de & SANDEVILLE JR, Euler. O Passeio Público do Rio de Janeiro na literatura, na pintura e na fotografia do século XIX. São Paulo, 2011, inédito.

BIERWAGEN, Mônica & SANDEVILLE JR., Euler. Ecologização do consumo ou consumo do ecológico? Reflexões sobre o consumo consciente como estratégia de enfrentamento da crise ambiental. São Paulo, 2011, inédito.

BROERING, Andréia & SANDEVILLE JR., Euler. RPPN uma contribuição sociocultural na paisagem. In: SEMINÁRIO DE ÁREAS VERDES, III, São Paulo, 2010. *Livro dos Trabalhos*. São Paulo: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2010, v. 1, p. 61-68.

IKEMATSU, Priscila & SANDEVILLE JR., Euler. Obstáculos, conflitos e desafios no planejamento e gestão da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga (APRM-G). In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA GOVERNANÇA DA ÁGUA: DESAFIOS INTERDISCIPLINARES, III, São Paulo, 2011. *Anais...* São Paulo: PROCAM-USP, 2011.

MORENO, Juliana & SANDEVILLE JR., Euler. Território e barragem: as lutas nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. In: Seminário Internacional Governança da Água na América Latina, i, São Paulo, 2007. *Anais...* São Paulo: PROCAM-USP, 2007.

SANDEVILLE JR., Euler; BROERING, Andréia; MACHADO, Cecília Maria de Moraes. Paisagem, Cultura e Participação Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA, 10, Porto Alegre, 2010. *Anais...* Porto Alegre: PUC-RS, 2010.

SANDEVILLE JR. Euler & RADOLL, Gabriella. Dinâmicas da paisagem: Espaço público, infraestrutura verde e participação social nas políticas públicas. *Arq.Urb- Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, v. 4, p. 55-79, 2010.

SANDEVILLE JR., Euler & ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado. Paisagem e Lazer: Representações da metrópole (para os brasileiros de Brasilândia). *Revista OLAM*, Rio Claro, 2005.

SANDEVILLE JR., Euler & HIJOKA, Akemi. Flores da cerejeira e da paineira (paisagens). *Paisagem e Ambiente*, São Paulo, v. 24, p. 201-207, 2007.

SANDEVILLE JR., Euler & SUGUIMOTO, Flávia Tiemi. A Natureza do Ecoturismo. In: SEMITUR - SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, V, Caxias do Sul, 2008. *Anais...* Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2008, p.1 – 12.

SANDEVILLE JR., Euler & SUGUIMOTO, Flávia Tiemi. Ecoturismo e (Des) Educação Ambiental. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v.3, p.1, 2010.

SANDEVILLE JR., Euler; IKEMATSU, Priscila; MIKETEN, Simone; RADOLL, Gabriella. Dinâmicas urbanas e pesquisas do núcleo de estudos da paisagem na área de mananciais. 2011, inédito.

SANDEVILLE JR., Euler; SIQUEIRA, Rafael Gustavo Silva; NEBESNYJ, Larissa. Por espaços de cultura livre e ativa na cidade de São Paulo. In: *A cultura em luta pela paz*. São Paulo: Sinfonia de Cães, Centro Independente de Cultura Alternativa e Social, Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso, Secretaria de Cultura de São Paulo, 2011.

VAZ, Daniela & SANDEVILLE JR., Euler. Passeios no Parque - Acesso a todos. In: Seminário Nacional - Acessibilidade no Cotiano I, Rio de Janeiro, 2004. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ - Núcleo Pro-Arq, 2004.

VIEIRA, Rosana & SANDEVILLE JR., Euler. A construção das paisagens dos sertões litorâneos. *OLAM*, Rio Claro, v. 7, p. 1, 2007.

Pesquisas Citadas Desenvolvidas no NEP

ANGILELI, Cecília Machado. *Paisagens reveladas no cotidiano da periferia. Distrito de Brasilândia, zona norte do município de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

BERNARDI, Lucia. *O aporte das áreas verdes à conservação da natureza em Parque Natural Municipal, Montevideú, Uruguai*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

BIERWAGEN, Mônica. *Sociedade de consumo e sustentabilidade*. Dissertação (Mestrado) - PROCAM. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

BROERING, Andéia. *Mecanismos de envolvimento comunitário e gestão da paisagem do entorno de reserva particular de patrimônio natural - RPPN: Estudo de caso Paulo Lopes, Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado) - PROCAM. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

MORENO, Juliana Cavalheiro. *Comunidades quilombolas do Vale do Ribeira*. Relatório de pesquisa de aperfeiçoamento. *Revista Cidade Sem Nome*, São Paulo, v. 3, 2006.

MORENO, Juliana Cavalheiro. *Comunidades quilombolas no entorno do parque estadual intervalas: Análises das relações e transformações da paisagem*. Dissertação (Mestrado) - PROCAM. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

PAIVA, Ana Paula. *Urbanização e impactos na paisagem litorânea: Um estudo de caso no município de São Sebastião*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

RADOLL, Gabriela. *Sistemas de espaços livres e população em bacia no município do Embú*. Iniciação Científica - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

RÜSCHE, Roberto. *Potencialidades para a criação de um sistema de espaços públicos de conservação e lazer na sub-bacia do Córrego Padre Simplicio, Jundiá, SP*. Iniciação Científica - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

SILVEIRA, Catarina Faria Alves. *Paisagem: Lá e aqui: estudo das práticas de transformação da paisagem em comunidades rurais da Zona da Mata Mineira*. Dissertação (Mestrado) - PROCAM. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SOARES, Cláudia Cruz. *Heliópolis: Paisagem que educa*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SUGUIMOTO, Flávia Tiemi. *Paisagens do médio Tietê: Formas de uso e apropriação de suas águas para lazer*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

VIEIRA, Rosana. *Paisagens invisíveis: os sertões de Ubatuba*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

Bibliografia Citada do Autor

SANDEVILLE Jr., Euler. *Des-vendar é explicar e explicitar, mas é também insinuar e instigar. Paisagem e paisagismo: questões de teoria e método*. Trabalho Final de Disciplina. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987. (mimeo)

SANDEVILLE JR., Euler. *Relatório. Proposta de desenvolvimento de Plano de Paisagem, Convênio com a Universidade e Formação de Quadros na PMSP*, doc. 1, 23.08.89. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1989. (mimeo)

- SANDEVILLE JR., Euler. Paisagem e Meio Ambiente. Colaboração Universidade - Poder Público: frente e verso. In: Seminário Natureza e Prioridades de Pesquisa em Arquitetura, São Paulo, 1990. *Anais...* São Paulo: FAUUSP, 1990.
- SANDEVILLE JR., Euler. *A Herança da Paisagem*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.
- SANDEVILLE JR., Euler. *As Sombras da Floresta. Vegetação, Paisagem e Cultura no Brasil*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.
- SANDEVILLE JR., Euler. *O que sabem os que sabem? O universo simbólico das quantidades na educação*. São Paulo: Ambiente Brasil, 2002.
- SANDEVILLE JR., Euler. *Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento (memorial 2003)*. Disponível em: <<http://espiral.net.br>>. Acesso em: 01 de março de 2010. 2003^a.
- SANDEVILLE JR., Euler. O que fazer com a universidade e o ensino de paisagismo agora? In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA, 6, Recife, 2003. *Anais...* Recife: UFPE, 2003^b.
- SANDEVILLE JR., Euler. Paisagens e métodos. Algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intraurbana. *Paisagens em Debate*, São Paulo, v. 2, p. 1. 2004.
- SANDEVILLE JR., Euler. Paisagem. *Paisagem e Ambiente*, São Paulo, v. 20, p. 47-60. 2005.
- SANDEVILLE JR., Euler. Disciplina e Conhecimento. In: SEMINÁRIO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 1, 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FAUUSP, 2007^a.
- SANDEVILLE JR., Euler. Fundamentos. In: SEMINÁRIO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 1, 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FAUUSP, 2007^b.
- SANDEVILLE JR., Euler. Participação e universidade. Universidade e participação. In: Seminário Nacional Paisagem e Participação: Práticas no Espaço Livre Público, São Paulo, 2007. *Anais...* São Paulo, 2007^c.
- SANDEVILLE JR., Euler. Fórum Permanente da Paisagem: Bacia Pirajussara. Pós. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, São Paulo, v. 21, 2007^d.
- SANDEVILLE JR., Euler. Manifesto espiral. *Revista digital Cidade sem Nome*, São Paulo, n. 6. 2008. Disponível em: <<http://www.cidadesemnome.org.br/indice5.html>>. Acesso em: 01/05/2010, 2008.
- SANDEVILLE JR., Euler. A Paisagem do Município como Território Educativo. In: PADILHA, Paulo R.; CECCON, Sheila e RAMALHO, Priscila (Orgs.). *Município que Educa: Fundamentos e propostas*. São Paulo: EDL, vol. 1, nov., 2010^e.
- SANDEVILLE JR., Euler. Paisagens vivenciadas, educação-pesquisa-aprendizado em ação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA, 10, Porto Alegre, 2010. *Anais...* Porto Alegre: PUC-RS, 2010^b.
- SANDEVILLE JR., Euler. Aprender sobre a cidade ou aprender com a cidade? Projeto Arte no Heliópolis (2009). Pós. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, v. 1, p. 70, 2010^e.
- SANDEVILLE JR., Euler. *Paisagens são experiências partilhadas*. São Paulo, 2004-2011 inédito.
- SANDEVILLE JR., Euler. *As Paredes, A Paisagem, As Formas da Morte, As Possibilidades da Vida*. São Paulo: Plêiade: AION, 2011^a.
- SANDEVILLE JR., Euler. *Paisagens Partilhadas*. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011^b.

DINÂMICAS URBANAS E PESQUISAS DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA PAISAGEM NA ÁREA DE MANANCIASIS

URBAN DYNAMICS AND RESERCHS OF THE CENTER OF LANDSCAPE STUDIES IN THE WATER SUPLLIES AREA

Euler Sandeville Júnior

Arquiteto e Urbanista, Arte-Educador, Pós-graduado em Ecologia, Mestre e Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAUUSP. Professor Livre-Docente do Departamento de Projeto da FAUUSP, Vice-coordenador da Área Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP, Coordenador do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade, FAUUSP.

e-mail: esandeville@gmail.com. URL: <http://espiral.net.br>

Priscila Ikematsu

Engenheira Ambiental, Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, Mestranda pela FAUUSP – Área Paisagem e Ambiente. Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Paisagem.

e-mail: pri_ike@yahoo.com.br

Gabriella Roesler Radoll

Arquiteta e Urbanista, Mestranda pela FAUUSP – Área Paisagem e Ambiente. Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Paisagem.

e-mail: gabriella.radoll@gmail.com

Simone Miketen

Socióloga, Mestranda pelo PROCAM-USP – Conservação e Desenvolvimento Socioambiental - Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Paisagem.

e-mail: simonemiketen@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta os estudos do Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) desenvolvidos nas áreas de importantes reservatórios de água utilizados para o abastecimento público: as represas Billings e Guarapiranga. Os trabalhos são realizados em diferentes escalas de análise e estão focados na necessidade de compreender os processos urbanos e ambientais, além de formas de participação social. Os métodos utilizados são bastante diversos, incluindo trabalhos de campo, mapeamentos temáticos, cartografia de atores, entrevistas e observação participante, a fim de discutir as transformações da paisagem na escala regional e conflitos decorrentes, correlacionando-as com as escalas locais no cotidiano da população. Os resultados de tais estudos reforçam a urgência de ações voltadas à melhoria da qualidade socioambiental e urbana dessa região, mas indicam a necessidade de ampliação da equipe para trabalhos colaborativos com grupos locais, considerando a complexidade e a escala espacial dos fenômenos urbanos e ambientais. Com isso, é possível trazer nova compreensão desses processos, bem como iluminar e problematizar aspectos que contribuam para a análise das implicações das políticas públicas e dos processos de construção do urbano, de seus contextos políticos, e esclarecer as atuais condições para uma efetiva participação da população no planejamento e gestão das áreas de mananciais intensamente urbanizados.

Palavras-chave: Paisagem, Planejamento da paisagem, Participação social, Mananciais

ABSTRACT

This paper presents the researchers developed at the Center for Landscape Study (NEP) focused on important water source areas for public supply – the Guarapiranga and Billings reservoirs. The studies regard different analysis scales and align with the necessity to comprehend the urban and environmental processes, besides the social participation. Diverse methods are used, including field work, thematic and stakeholders mapping, interviews and participant observation, in order to discuss the regional landscape changes and it's caused conflicts, correlating them with the local scales. The results of such researches reinforce the urgency of actions directed to the socioenvironmental and urban quality improvement on the area, the necessity to enlarge the team to collaborative works with local groups, considering the complexity and the scope of the urban and environmental phenomenon. Thereby, it's possible to bring new comprehension of the processes, as well as to illuminate and expound aspects which contributes to the analysis of public policies implications and of the urban construction processes, of its political contexts, and to clarify the actual conditions for effective popular participation on planning and management of urbanized water source areas for public supply.

Keywords: *Landscape, Landscape planning, Social participation, Water source areas for public supply*

APRESENTAÇÃO

Os estudos na região de mananciais dos reservatórios Billings e Guarapiranga, do Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP), iniciaram-se com a participação no projeto de Políticas Públicas (FAPESP), coordenado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM/USP). Realizado entre 2008 e 2010, nos municípios de Embu e Taboão da Serra, teve foco na Aprendizagem Social na gestão de recursos hídricos. Outras pesquisas foram a Iniciação Científica e o trabalho de graduação de Gabriella Roesler Radoll no município do Embu (2009-2010). A participação desde 2010 (em curso) no Convênio de Cooperação Técnico-Científica para elaboração do Plano de Manejo dos Parques da Compensação do Rodoanel Trecho Sul, coordenado pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) trouxe a possibilidade de organizar uma equipe de trabalho na área dos mananciais (participaram sob coordenação de Euler Sandeville os pesquisadores Gabriella R. Radoll, Larissa Nebesnyj, Rafael Siqueira, José Muñoz, Andréa Conard, Giovana Aiello, Simone Miketen e Henrique Pozos).

Dessas atividades resultaram as primeiras pesquisas de pós-graduação na zona sul do município de São Paulo com os mestrados de Simone Miketen (início em 2010, sobre as áreas rurais em processo de conversão agroecológica no contexto urbano), de Gabriella R. Radoll (início em 2011, sobre as potencialidades para a criação de sistema de espaços públicos de conservação e lazer), e de Priscila Ikematsu (início em 2011, sobre os desafios e conflitos relacionados ao planejamento e gestão na Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga (APRM-G). Alguns resultados iniciais podem ser acompanhados em Sandeville Jr. & Radoll (2010) e Ikematsu & Sandeville Jr. (2011). A partir de 2012 inicia-se também o mestrado de Melissa Matsunaga, estudando as intervenções de requalificação urbana no núcleo Cantinho do Céu, localizado na bacia do Reservatório Billings.

Esse conjunto de trabalhos está permitindo gerar um fluxo de cooperação entre as pesquisas de modo a favorecer a compreensão dos processos da dinâmica da paisa-

gem determinantes a cada escala. Com isso, é possível o aprofundamento da nossa percepção em relação à realidade extremamente complexa da área de mananciais da metrópole paulistana e a integração das visões de diferentes profissionais em uma mesma área de estudo. As pesquisas procuram relacionar os métodos de planejamento da paisagem com a compreensão dos processos de produção social do espaço, traduzido pela dinâmica da estrutura urbana e pelas condições locais, em quadros existenciais percebidos e valorizados. Essas sucessivas aproximações escalares têm uma grande importância para o planejamento das ações a serem pensadas para as regiões de estudo. Isso porque é na macroescala que se constroem mudanças significativas para a reestruturação urbana, porém, é na escala local que se dá o entendimento da estrutura de valores da sociedade, fornecendo a base e a instrumentação necessária para se tomar decisões coerentes, respeitando realidades e necessidades locais.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Estão sendo desenvolvidos estudos que visam monitorar e verificar a efetividade das intervenções em curso na região, observando como a população se insere na gestão das ações para o equacionamento dos conflitos socioambientais decorrentes da expansão da urbanização. Os estudos preveem procedimentos técnicos de análise da paisagem e pesquisa qualitativa. O objetivo é a compreensão das relações urbanas, suas potencialidades de articulação socioambiental, situações de pressão sobre mananciais e remanescentes vegetais, além de formas de participação social. São utilizados indicadores sociais, econômicos e ambientais para avaliação do uso e ocupação; a interpretação das informações provenientes da sobreposição de mapas temáticos, de acordo com a metodologia proposta por McHarg (1992) e Santos (2004); estudos cartográficos e de campo da integração de áreas livres como corredores ecológicos e de uso público em sua conexão com as tipologias urbanas; cartografia de atores e observação participante para verificar as relações de poder e os vínculos de interesses envolvidos nesse complexo sistema de gestão.

Efetuam-se observações de campo nas áreas de expansão urbana ao longo dos principais vetores identificados, dos espaços de uso público e de conservação ambiental, dos usos agrícolas e das diferentes tipologias urbanas. São considerados, nos campos realizados, diversos aspectos: as características da paisagem como articulação do tecido urbano com os espaços livres, tipos de uso e ocupação do solo, eixos de circulação, potencialidades para preservação de áreas verdes, entre outros. Para enriquecer o entendimento, utiliza-se coleta de dados qualitativos, por meio de entrevistas com gestores (representantes das Prefeituras Municipais e Secretarias envolvidas) e moradores, além do acompanhamento de reuniões dos conselhos consultivos e deliberativos incidentes na área (Comitê Gestor da APA Bororé-Colônia; Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – CBH-AT e Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Cotia-Guarapiranga – SCBH-CG).

São realizadas análises verificando tipologias das manchas de expansão urbana e áreas de supressão de vegetação, utilizando como base o mapeamento de uso e ocu-

pação do solo realizado pela Emplasa (2005) na RMSP; e ISA (2003, 2006) nas bacias Billings e Guarapiranga. Os resultados são confrontados com as previsões disponíveis sobre crescimento da população a fim de identificar vetores e tipologias da expansão e seu impacto sobre áreas verdes e mananciais. Estão sendo feitas avaliações do uso e ocupação da bacia Guarapiranga no momento anterior à elaboração da legislação de mananciais vigente (1989, 1999, 2003), por meio do mapeamento realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2006) e no momento posterior (2010, mapeamento a ser elaborado) a fim de avaliar as dinâmicas regionais em curso.

Entretanto, a aproximação de um sistema e sua efetiva possibilidade de gestão sobre o urbano depende da relação integrada que se estabeleça entre esses espaços, seus programas de uso e, principalmente, a compreensão e inclusão da população local. Para isso, é necessário discutir as transformações da paisagem na escala regional e conflitos decorrentes, correlacionando-as com as escalas locais no cotidiano da população, formas de apropriação dos espaços e acesso a recursos. Prevemos, com esse fim, a ampliação dos procedimentos de campo que se encontram em uma fase exploratória para processos mais dialógicos com a população, buscando a análise de elementos advindos dos protagonistas locais e gestores públicos. Nesse caso, são utilizadas a observação direta, observação participante, entrevistas com interlocutores-chave junto ao poder público e aos moradores identificados nas pesquisas.

OCUPAÇÃO NAS ÁREAS DE MANANCIAIS E O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES

Os mapas de evolução da mancha urbana permitem observar que a região sul de São Paulo apresentou grande crescimento de sua área urbanizada no período de 1950 a 1974, estabelecendo firmemente o vetor de expansão sobre a área de mananciais até meados da década de 1970 (figura 1). Não tendo acesso às ofertas do mercado imobiliário, a população passou a se deslocar em direção às regiões de mananciais, por meio de processos informais de construção, apresentando, até o final da década de 1990, enorme aumento populacional e da área urbanizada. As favelas e os loteamentos irregulares foram a forma de enfrentar o déficit habitacional, ampliando a ocupação da cidade até praticamente circundar os reservatórios em questão. Meyer et al. (2004); Martins (2006), entre outros, sintetizaram alguns dos fatores a serem considerados no processo de metropolização e de expansão periférica em São Paulo, cujas consequências influenciaram sobremaneira a conformação atual das áreas no entorno dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

As pesquisas do NEP nessa região e no setor noroeste da cidade identificam uma complexificação das atividades econômicas e funcionais, bem como de serviços no espaço intraurbano, em paralelo a investimentos públicos crescentes em espaços periféricos nos anos recentes, até então mais afastados da valorização imobiliária. Essas intervenções indicam um novo quadro institucional e econômico com conseqüente diversificação em curso na estruturação da metrópole. A decorrente valorização do preço da terra nessas

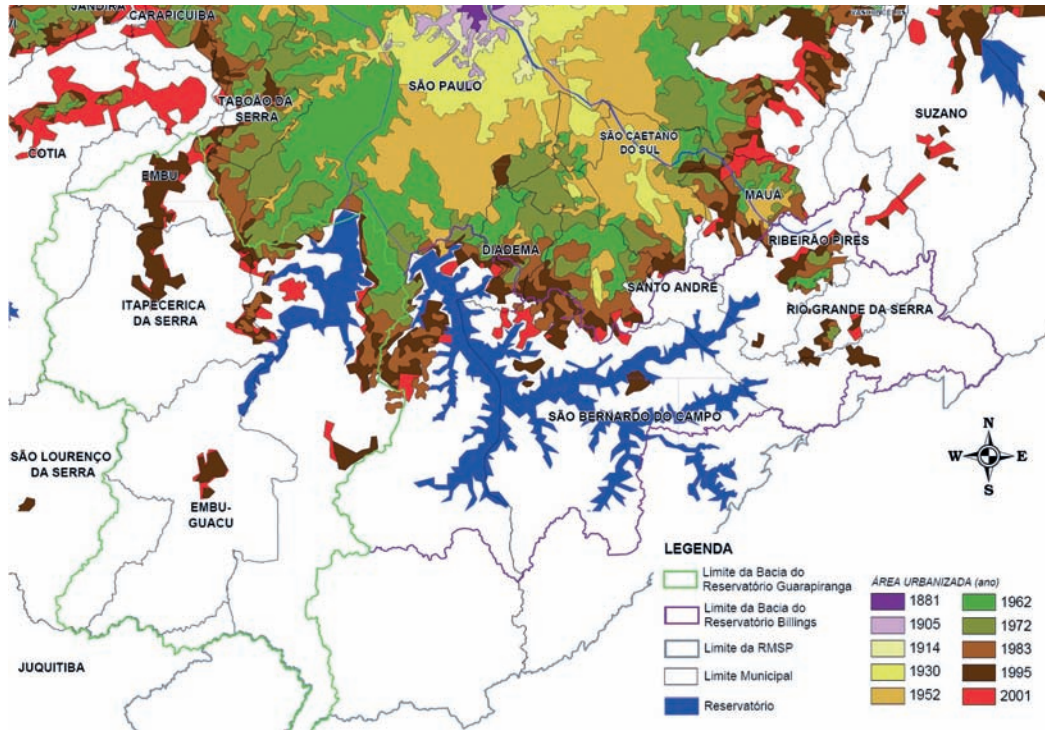


Figura 1 – Evolução da mancha urbana nas bacias Billings e Guarapiranga. Fonte: CESAD/FAUUSP. Elaboração: Priscila Ikematsu - NEP/FAUUSP

áreas, nova acessibilidade e vantagens locais, torna a atrair investimentos públicos e privados, gera oportunidades de negócio, mas não enfrenta o quadro habitacional na metrópole. A exemplo de períodos anteriores, essas mudanças, desvinculadas de estudos de paisagem e da dinâmica socioambiental nas diversas escalas, além de uma série de elementos conjugados como a ausência de programas habitacionais efetivos, a carência e má qualidade dos serviços públicos de educação, cultura e saúde, têm conduzido ao agravamento das condições de vida de populações mais pobres. A expansão da mancha urbana em direção às periferias permanece associada, também, à forte especulação imobiliária informal, ou seja, a atuação de loteadores clandestinos decorrentes da segregação urbana, orquestrando de modo dramático processos de interesses particulares mais diversos com as ações e omissões do poder público.

Outro aspecto da dinâmica de expansão urbana, verificado pelas pesquisas do NEP, é o processo relevante de migração interna. A população, sem poder arcar com os custos resultantes da valorização dos terrenos que antes ocupavam (com a chegada de infraestrutura, melhorias urbanas, entre outros), migra para novas frentes de expansão em áreas de fragilidade ambiental. Ocorre que estudos realizados na zona norte e sul do município indicaram que muitas vezes a ocupação de novas fronteiras e áreas de fragilidade ambiental é promovida diretamente pela remoção de moradores por obras públicas e, menos perceptível, pelos impactos indiretos dessas obras no tempo maior do que o de sua execução.

Os estudos conduzidos pelo NEP indicam, ainda, que ao menos entre os anos 2002 e 2009, nos municípios de Embu, Itapecerica e São Paulo, relativamente a anos anteriores, não houve expansão significativa da área urbanizada sobre novas frentes e, quando ocorreu, se deu de modo fragmentado e aparentemente em áreas já desmatadas ou inseridas na mancha urbana. Se confrontadas essas imagens com os dados de crescimento populacional, entretanto, verifica-se que a região ainda está em fase bastante intensa de adensamento da ocupação urbana já existente.

É importante destacar que a região está submetida a influências do Rodoanel Trecho Sul. Nossos estudos indicam que o Rodoanel não atuará como barreira à expansão da mancha urbana, na medida em que essa dinâmica decorre da continuidade do processo das décadas anteriores, a partir dos eixos de circulação viária já existentes e bastante sobrecarregados. Já ocorre uma tendência de adensamento urbano por todo um arco que se estende pelo M'Boi-Itapecerica-Embu-Guaçu-Parelheiros, ainda que atualmente muito disperso e pulverizado e menos intensa no município de São Paulo. Embora os acessos do Rodoanel estejam localizados apenas em Embu e no ABC, observa-se, mesmo no município de São Paulo, uma valorização imobiliária crescente desde sua implantação. Além disso, essa obra promove a segmentação do tecido urbano preexistente e, pelo menos nos casos observados em Itapecerica e Embu, pode contribuir para processos de segregação espacial da população de baixa renda.

A região, com grande potencialidade de valorização paisagística, tem seu potencial reduzido ou extinguido pela fragmentação de seus espaços públicos, distribuídos desigualmente pela região. A falta de uma visão de conjunto, com inexistência de um sistema estrutural de áreas livres públicas, decorre da configuração do tecido urbano - não exclusivo da zona sul de São Paulo. Resulta de adições sucessivas de loteamentos, em grande parte irregulares, e da deficiência do poder público em promover melhoria à qualidade de vida e desenvolvimento humano e ambiental, através de habitação, saneamento, saúde, educação, transporte, mas também através de áreas de conservação e lazer.

A cidade de São Paulo, como outros municípios da região metropolitana, não dispõe até hoje de um plano de sistema de espaços livres de uso e conservação ambiental. No entanto, em que pesem essas dificuldades históricas, alguns avanços institucionais na direção da constituição de um sistema de espaços públicos vão timidamente se realizando, infelizmente muitas vezes sem uma adequada atenção às implicações sociais dessas intervenções. Atualmente, o poder público vem respondendo a esse cenário a partir de diferentes programas, dos quais se destacam: Programa Parques Lineares, Programa Córrego Limpo, Operação Defesa das Águas – trabalho intersetorial de quatro secretarias estaduais e quatro municipais, retomar controle e reverter degradação dos mananciais, criação de Unidades de Conservação e Projeto 100 parques. Muitos dos projetos anunciados revelam antagonismos com a população local, remoções nem sempre necessárias e sem a devida atenção às implicações sociais que acarretam, bem como as obras apresentam-se inconclusas, entre outras questões que têm sido apontadas nos mais diversos fóruns de discussão da cidade. Tais projetos estão resultando na implementação de alguns parques na zona sul – Shangrilá, Jacques Costeau (atualmente

com suas obras embargadas), Parque da Guarapiranga (estadual) e Parques Lineares como o Caulim e o Cocaia e as intervenções no Núcleo Cantinho do Céu. Nesse contexto, é importante citar a instalação dos parques decorrentes da Compensação Ambiental do Rodoanel Trecho Sul, protegendo as margens da rodovia, que também são objeto de estudo pelo NEP.

Como pode ser observado na figura 2, a região é caracterizada por uma área de transição entre o contínuo urbanizado e áreas de matas, chácaras, agricultura e outros usos. As áreas com presença de fragmentos vegetacionais permitem ainda constituir corredores e trampolins ecológicos ao sul do Rodoanel, contribuindo para a necessária permeabilidade do solo e qualidade dos recursos hídricos. No entanto, os parques decorrentes da compensação ambiental em implantação estão inseridos em meio a uma dinâmica urbana muito intensa e com marcada ausência do Estado. Entendemos que essa condição urbana deva ser assumida positivamente na formulação dos seus programas de uso, aliando a função de conservação a um papel social atento às necessidades dos moradores de seu entorno. No mesmo sentido, entendemos que sua gestão deva propor programas articulados com outros equipamentos e políticas urbanas em seu entorno.

Na medida em que se consolida o tecido urbano, os impactos nos recursos naturais eliminam gradualmente sua funcionalidade ecológica e deixam, quando deixam, poucas opções para a criação de espaços públicos de lazer e de conservação ambiental. Nesse sentido, os parques decorrentes da compensação ambiental, nessa fronteira



Figura 2 – Trecho Sul do Rodoanel, parques de compensação e mananciais. Fonte: DERSA (2009); EEMPLASA (2005).
Elaboração: Priscila Ikematsu NEP-FAUUSP.

entre o contínuo urbanizado e áreas ainda parcialmente ocupadas, apresentam um potencial estratégico forte, mas insuficientes em si mesmos para salvaguardar uma função ambiental, se os considerarmos apenas no interior de seus perímetros. Devem-se observar limites à funcionalidade ecológica desses parques, que são dados por sua forma, extremamente fragmentada, o que vem a ampliar o “efeito de borda”, por suas dimensões reduzidas, pela crescente pressão urbana no entorno, pela vegetação que abrigam bastante alterada, além de deixar fora de seus limites nascentes próximas. Isto é, sua eficácia, em termos de conservação biológica, só virá a existir se houverem políticas e ações públicas consorciadas que consigam atuar em um contexto mais amplo da paisagem.

Vale ressaltar que os parques do Embu e de Itapecerica, por proposição dessas prefeituras, não são unidades de conservação como os demais parques, mas sim Parques Urbanos, voltados a suprir uma grande carência por espaços verdes públicos nesses dois municípios. A configuração de paisagem em Embu e Itapecerica sugere, segundo o entendimento da nossa equipe, a concepção dos parques nesses municípios como um elemento central e articulador de gestão urbana. No entanto, em ambos é perceptível que o Rodoanel, e possivelmente os parques, agravem a segregação dos setores urbanos de baixa renda. Em Itapecerica, uma importante conexão apontada pelas equipes de uso do Plano de Manejo do parque com o Jardim Cinira foi ignorada nos entendimentos da Prefeitura e da DERSA, o que compromete consideravelmente a potencialidade de integração social, promovendo uma área de convívio e lazer desconectada da comunidade que a usufruía antes das obras do Rodoanel.

Ao norte do Rodoanel, no município de São Paulo (como a leste em Itapecerica e Embu), observa-se a ocupação mais consolidada, com notável adensamento na ocupação do solo e populacional, tornando extremamente custosas e problemáticas, do ponto de vista social, as intervenções reparadoras de situações críticas. Em relação ao sistema de espaços livres e de lazer, considerada, sobretudo, a região ao norte do Rodoanel, a situação é crítica, uma vez que o intenso processo de urbanização não vem acompanhado da implantação de áreas e equipamentos públicos. O que se observa atualmente é a implantação de alguns parques, como o Parque da Guarapiranga, o Caulim e o Cocaia, em área de interesse do Plano de Manejo dos Parques da compensação ambiental do Rodoanel. Esses parques, no entanto, são insuficientes para a crescente demanda na região e sua localização também não favorece, em vários casos, uma articulação funcional com os parques decorrentes da compensação ambiental. Nesse sentido, é de suma importância pensar o Parque do Itaim juntamente com o Parque Linear Caulim, em implantação pela municipalidade, bem como dos cursos d’água que o atravessam, mas que não estão inteiramente compreendidos em seu perímetro (e sujeitos a pressões por urbanização), o que tem consequências para suas finalidades de conservação e uso em área de mananciais.

No Parque Itaim há expansão de ocupações de baixa renda muito próximas às suas fronteiras, como no bairro Jardim São Norberto e nas expansões no sul dos seus limites, que em alguns pontos já ocorrem lindeiras ao parque. A dinâmica observada em campo

indica que a ocupação dessas áreas está em curso, de modo que as pressões podem se intensificar a curto prazo, não só com invasões de seu perímetro, mas com o uso inadvertido, ou sem orientação, de seus recursos pela população moradora no seu entorno.

Por sua inserção peculiar em contextos de pressão urbana, pelos recursos ainda existentes em infraestrutura edificada pelo potencial paisagístico e sua acessibilidade, a proximidade com núcleos urbanos pode se tornar um importante recurso na caracterização da função e do papel social desses parques, definindo sua contribuição em um possível sistema de áreas de conservação e uso público nessa região. Se, por um lado, esses processos podem representar riscos para a integridade dos recursos naturais do parque e sua conectividade na paisagem, por outro lado, como temos insistido, poderá se constituir em oportunidade, através de um programa social articulado e de longo prazo, para definir o papel que os parques poderão vir a ter na região. Destaca-se, ainda, a importância do Parque Itaim como unidade de conservação dentro do contexto urbano, apesar dos demais também o serem. O Itaim, devido a sua relação tão próxima com o entorno urbanizado, a proximidade com vias estruturais e transporte público, a proximidade com importantes equipamentos públicos e com o centro comercial de Parelheiros, poderá cumprir um papel inovador como unidade de conservação e promotor da integração social¹.

Já no Parque Varginha, o relatório diagnóstico da APA Bororé-Colônia (SÃO PAULO, 2004) indica uma pressão crescente na porção norte do parque. Trata-se de uma ocupação irregular precária, com uma maior carência, em relação aos outros parques, de equipamentos e organização sociais, se considerarmos que não existe nenhuma representação no Conselho Gestor da APA Bororé-Colônia ou alguma Associação de Bairro cadastrada. Dentro do parque foram encontradas diversas edificações e espaços com potencial de contemplação, configurando um grande potencial para o uso turístico e lazer. Apresenta, ainda, áreas verdes e propriedades agrícolas em seu entorno, além de uma grande extensão ao sul margeada pela represa. Como o Itaim, também poderá ser direcionado para um importante diálogo e contribuição à população do entorno.

Destaca-se, finalmente, a urgência de um programa de fiscalização e monitoramento nesses parques. A depredação dos imóveis tem se intensificado e compromete a integridade desse patrimônio público, sobretudo no Parque do Itaim, como já ocorreu também no Parque do Embu. Isso tem dois efeitos graves: o aumento dos custos de implementação e o comprometimento de importante patrimônio edificado, favorecendo justificativas pela demolição de edificações ainda há pouco tempo em bom estado de conservação, que reduzem o potencial de uso e limitam imensamente as potencialidades desses parques.

A QUESTÃO URBANA E O QUADRO INSTITUCIONAL

A análise desse quadro socioambiental na zona sul indica que tem continuidade o comprometimento acelerado das funções ecológicas e de serviços ambientais na região,

porém uma visão estritamente preservacionista não sustentará a potencialidade e a complexidade para a gestão pública nesse contexto de imensas necessidades sociais. As primeiras tentativas de obstar a degradação das áreas de manancial ocorreram na década de 1970, com a conclusão do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado – PMDI. Nessa década foram formuladas as Legislações de Proteção de Mananciais (Leis Estaduais n. 898/75, 1.172/76 e Decreto n. 9.714/77), que visavam compatibilizar as ações de uso da terra com a proteção dos mananciais utilizados para o abastecimento público. Naquele momento optou-se por restringir a expansão urbana na direção dos mananciais (vetor sul), liberando-a na direção leste-oeste, conforme preconizado pelo PMDI.

Os objetivos propostos, contudo, não foram concretizados, tendo, inclusive, efeitos contrários ao que se propunha (SOCRATES et al., 1985; MARCONDES, 1999; ISA, 2006; MARTINS, 2006; ISA, 2008). Esses estudos, geralmente, entendem que as dificuldades decorreram do caráter restritivo da Lei e de seu inflexível arcabouço normativo, com conseqüente redução do valor daquelas terras. A legislação e a ação pública não ponderaram as dinâmicas urbanas e as realidades e condições de vida da população de baixa renda, que seguiam um padrão diferente daquela proposta pela Lei, tornando-a ineficaz para lidar com a ilegalidade das ocupações e a concentração da população nessas regiões.

A urgência de revisão da legislação supracitada resultou na promulgação da Lei n. 9.866/97, destinada a proteger e recuperar os mananciais de interesse estratégico do Estado de São Paulo. Essa Lei constitui-se como um instrumento de planejamento ambiental, baseado no ordenamento territorial, considerando a gestão descentralizada, participativa e integrada e adotando o conceito de bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão². Prevê a elaboração de leis específicas para a definição de Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRMs), a serem aprovadas no âmbito desse novo modelo de ordenamento e planejamento. A Lei n. 12.233/06 – que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga (APRM-G) e a Lei n. 13.579/09 – que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings (APRM-B) foram as primeiras aprovadas para esse fim, ambas com a proposta de integração de políticas regionais, setoriais e municipais. O mapeamento, das áreas de intervenção nas APRM-G e APRM-B, está apresentado na figura 3 e ilustra a proposta de preservação, recuperação e conservação dos mananciais Billings e Guarapiranga.

A compreensão da efetividade da proposta de proteção preconizada pela Lei n. 9.866/97 e respectivas leis específicas é de suma importância na atual conjuntura de degradação que caracteriza as áreas de mananciais da RMS. A identificação dos conflitos, obstáculos e desafios no planejamento e gestão das APRMs pode auxiliar sobremaneira na identificação de entraves, a fim de ponderar a possibilidade de aperfeiçoar os instrumentos propostos. Apesar de representar avanços notáveis em relação às leis anteriores na incorporação de instrumentos de gestão, do ponto de vista da governança, deve ser considerado que a atual Lei de proteção aos mananciais se

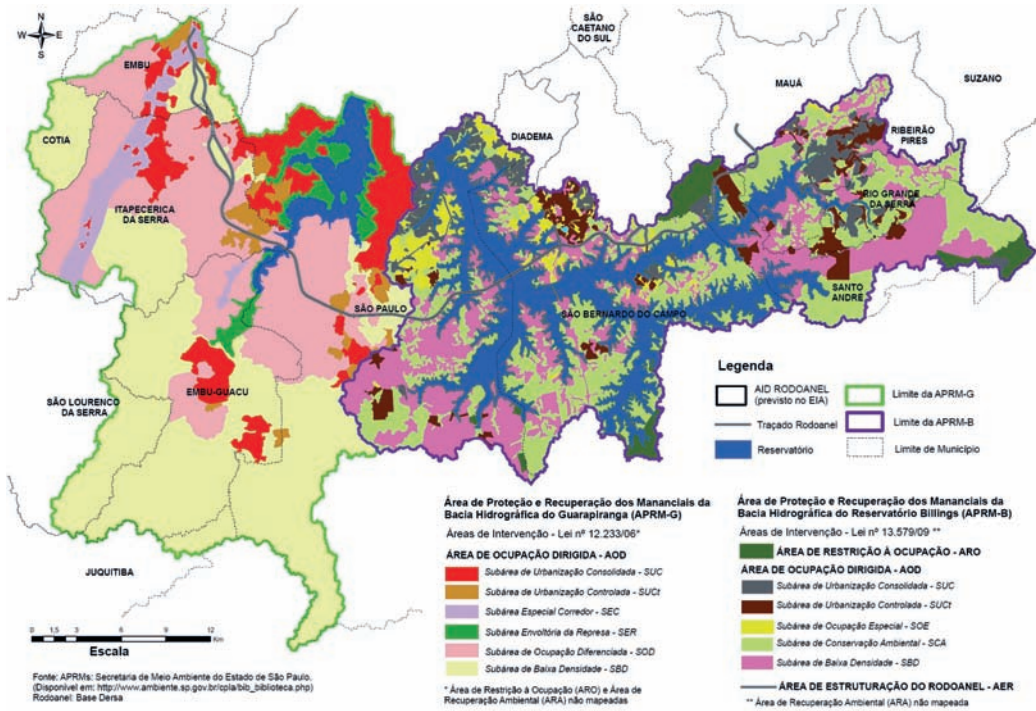


Figura 3 – Áreas de proteção e recuperação dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, criadas por meio de Lei específica: APRM-G e APRM-B e respectivas áreas de intervenção.

Fonte: SÃO PAULO (2006); SÃO PAULO (2009). Elaboração: Priscila Ikematsu/ NEP-FAUUSP

insere num quadro marcado por inúmeros conflitos relacionados ao uso da água. A existência de interesses divergentes implica na necessidade de uma constante política de negociação dentro da relação paradoxal entre a proteção das águas e as formas de ocupação do território.

Outro aspecto importante no uso e ocupação de áreas de mananciais, pouco abordado nas discussões acerca das dinâmicas urbanas, é a questão dos usos rurais ainda existentes na metrópole paulista. A porção sul do município de São Paulo, além de uma área urbanizada extensa e concentrada, apresenta, ainda, características de ruralidade, pois sua paisagem é composta de propriedades agrícolas conjugadas a áreas verdes ricas em biodiversidade, indicando o potencial da região para a conservação dos recursos hídricos e contenção da expansão urbana irregular. Os espaços rurais integrados a sistemas urbanos passam a ser delimitados cada vez menos como áreas apenas de produção agrícola, sendo incorporado também a sua relevância na preservação e proteção de recursos naturais (ABRAMOVAY, 2000).

Na tentativa de proteger o caráter rural da localidade foram criadas, pelo município de São Paulo, duas Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC: as Áreas de Proteção Ambiental (APA) Capivari-Monos (Lei Municipal n. 13.706/04) e Bororé-Colônia (Lei Municipal n. 14.162/06). O estabelecimento dessas APAs vem ampliando o contato

entre as comunidades locais por meio das reuniões do Conselho Gestor, estabelecendo mecanismos que ainda são insuficientes de diálogo da população com a gestão pública, mas já permitindo levantar problemas locais e soluções conjuntas. O NEP desenvolve estudos na APA Bororé-Colônia (figura 2). Constituída por uma dimensão territorial de 90km², caracterizada pelo contraste entre o tecido urbano e a paisagem rural, essa APA é ocupada por aproximadamente 40 mil habitantes que, em sua maioria, vivem de atividades agrícolas. Sua localização é estratégica porque está situada no limite do adensamento populacional paulistano, sendo uma potencial barreira de contenção da expansão urbana. Está delimitada, em sua maioria, na bacia hidrográfica da Represa Billings, coincidente com a APRM-B, inclusive em sua margem, porém também abrange a região de interflúvio e uma pequena porção da bacia hidrográfica da Represa Guarapiranga, cujos limites são os mesmos da APRM-G.

Os produtores locais passam por um processo de adequação às normas de uso sustentável de acordo com uma série de leis estaduais e municipais no que concerne à conversão de sistemas de produção agrícolas convencionais para sistemas agroecológicos. Esse processo de conversão agroecológico é regulamentado pela Resolução Conjunta-08 entre SAA (Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento) / SMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente), de 21 de dezembro de 2009, sendo estabelecida a determinação e o incentivo a práticas de agricultura sustentável nas APRMs do Alto do Tietê. Como consequência, os produtores locais terão quatro anos para praticar o manejo sustentável do solo. Esta Resolução Conjunta prevê que o poder público deve dar apoio ao processo de conversão dos sistemas de produção, principalmente à agricultura familiar, que constitui cerca de 80% dos agricultores na região. Verifica-se que poucos produtores locais efetivamente buscaram o processo de conversão para orgânicos anteriormente a essa série de leis e programas ambientais, existindo apenas ações pulverizadas e não organizadas que pouco foram fortalecidas. Contudo, o processo de conversão para uma produção agrícola orgânica, baseada em ajustes tecnológicos de baixo impacto ambiental e fortalecimento da rede social local, promove a agricultura familiar como uma potencial forma de conservação para prestação de serviços ambientais no território periurbano (CARVALHO, 2006).

Todo esse aparato normativo e institucional, que incide sobre as regiões em estudo, ainda é relativamente recente e não logra articular todas as instâncias públicas envolvidas. Além das instâncias dos Comitês de Bacia Hidrográfica e Comitês Gestores, cujas ações estão sendo acompanhadas, verifica-se que, gradualmente, há a necessidade de descentralizar determinadas funções, como ocorre com a criação das Subprefeituras (Lei n. 13.399/02), sem assegurar uma forma democrática de gestão. Isso vem ocorrendo em diversas outras instâncias no município de São Paulo, por exemplo, com o Departamento de Gestão Descentralizada (DGD), ou ampliação do número de Conselhos (e Conselheiros), como com o Cades - Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Lei n. 11.426/93), que em sua versão local não é deliberativo, o Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz das Subprefeituras (Lei n. 14.887/09).

Em tese, essas e outras estruturas existentes poderiam favorecer potencialmente um papel articulador mais próximo à população local, diferentemente de práticas públicas mais comuns como coleta de dados estatísticos e análise em gabinete distantes da diversidade da realidade local. No entanto, apesar de alguns esforços de descentralização, como a criação de conselhos com representantes da sociedade civil, ainda estamos muito longe de uma prática participativa na gestão do território. Essa multiplicidade de instrumentos de políticas públicas existentes e de núcleos diversos de decisão leva a uma imensa multiplicação das instâncias colegiadas que são desarticuladas entre si, pela inexistência de um planejamento de integração entre as diversas ações locais. Também é fundamental analisar a sobrecarga de atividades cotidianas que dificultam a participação dos moradores da região nestas múltiplas instâncias, pois o deslocamento para os postos de trabalho e residência muitas vezes tem a mesma duração da jornada de trabalho.

Outra característica dessa complexificação da gestão pública pode ser notada nas formas de acesso e distribuição de recursos, que a exemplo do que ocorre na área da cultura e da saúde, na gestão ambiental também são acessadas pelo chamado terceiro setor no provimento de questões sociais através da captação desses recursos, como se dá, por exemplo, pelos editais do Fundo Especial do Meio Ambiente (FEMA). Essa nova realidade administrativa, comum aos diversos níveis de governo, corresponde à necessidade de ampliação das interfaces político-administrativas (e partidárias, portanto) com a população e das formas de distribuição de recursos que adquire feições mais capilarizadas.

Os diversos estudos realizados pelo NEP indicam uma recorrente oposição à participação popular no planejamento da paisagem e na sua relação com as ações públicas em curso, apesar do poder público aparentar uma vontade na crescente participação popular. A partir dos estudos realizados ficou clara a falta de adequabilidade de diversos projetos à situação real, resultando em planos, por vezes, formalmente bem elaborados e estruturados, mas não aplicáveis à situação local. Essas observações justificam a necessidade de discutir como a participação popular poderia ser estimulada e potencializada nas ações de planejamento. Entende-se, portanto, que necessitamos superar as políticas públicas baseadas apenas em legislação de controle de uso do solo, e em comando e controle, pois são necessários ações e investimentos voltados para educação e capacitação dialógica da população, favorecendo a cidadania e o pertencimento.

CONCLUSÃO

Os estudos realizados na área de mananciais dos reservatórios Billings e Guarapiranga reforçam a urgência de ações voltadas à melhoria da qualidade socioambiental e urbana dessa região. É de suma importância a fiscalização e o monitoramento das dinâmicas no âmbito da complexidade da metrópole paulista, e que se inclua também a população em processos educativos e participantes em torno dessa questão, sob o risco de comprometimento de importantes trechos nessas áreas.

Os trabalhos indicaram que o Rodoanel pode operar como uma barreira que reforça a exclusão social por um lado, e por outro pode favorecer processos mais especulativos ligados a loteamentos fechados. Estes tendem a entrar em conflito com novas plantas industriais e do setor terciário, que por sua vez não são pensados em uma política que considere a criação de oportunidades de emprego para a população já residente nessas regiões. Por outro lado, essas dinâmicas novas, que já se notam alterando a estrutura do uso do solo na região, tendem a levar a uma sobrecarga do viário de uma importante rede de circulação, que conecta fluxos entre os diversos municípios desse setor da metrópole. Nesse sentido, parece-nos bastante grave a não consideração de um sistema de circulação que reconecte o tecido urbano, gerando simultaneamente acesso a oportunidades de lazer e trabalho para as populações de baixa classe de renda, residentes nessas áreas mais sensíveis do ponto de vista social e ambiental.

Há também carência de áreas de uso público, como parques e praças, e de uma política de conservação ambiental consistente e continuada, embora haja importantes áreas remanescentes ou com potencial para criação de um sistema de espaços livres, e os Planos Diretores recentes tendam a incorporar essa visão nas diretrizes de uso do solo no município.

Esses estudos em curso irão se direcionar, em uma próxima etapa, a uma abordagem priorizando a observação direta de situações apresentadas na realidade local de acordo com as opções metodológicas do NEP. A interação entre o pesquisador e os atores locais, de forma dialógica, deverá orientar o detalhamento da investigação. Esses procedimentos, ao lado dos estudos em curso de estrutura urbana, políticas públicas e sistemas da paisagem, visam uma aproximação da percepção do espaço vivido, relacionando a estrutura urbana e ambiental na escala regional e sua correspondência na escala local e no cotidiano da população. No entanto, a complexidade e a escala espacial dos fenômenos colocam problemas adicionais à pesquisa, sendo, no momento, necessária a ampliação da equipe para trabalhos colaborativos com grupos locais. Essa frente de trabalhos das pesquisas em curso, em vias de se iniciar (foram realizados até o momento basicamente campos exploratórios), poderá trazer nova compreensão dos processos acima descritos, bem como iluminar e problematizar aspectos que contribuam para a análise das implicações das políticas públicas e dos processos de construção do urbano, de seus contextos políticos, e esclarecer as atuais condições para uma efetiva participação da população no planejamento e gestão das áreas de mananciais intensamente urbanizados.

Notas

- 1 O Parque do Itaim também está sendo discutido no âmbito da disciplina de graduação da FAUUSP AUP 667 - Análise Paisagístico-Ambiental, tendo como monitores os pesquisadores Gabriella Radoll, Simone Miketen e Henrique Pozo. O objetivo da disciplina é elaborar, no contexto do Plano de Manejo da APA do Bororé-Colônia, trabalhando na forma de um escritório de projeto, envolvendo alunos de graduação, de pós-graduação, colaboradores e docentes, o diagnóstico e estratégias de implantação do Parque Itaim, que serão encaminhadas como contribuição aos gestores públicos, técnicos e entidades envolvidas.

- 2 Princípios estabelecidos na Lei Estadual n. 7.663 de 30 de dezembro de 1991, que indica as normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH).

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R.. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- CARVALHO, Y.M.C. et al. Agricultura: Serviço ambiental para a bacia do Alto Tietê-Cabeceiras. **São Paulo em perspectiva**. v. 20, n. 2. São Paulo: Fundação Seade, 2006. p. 118-135. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.
- DERSA. **Informações vetorizadas dos Planos de Manejo dos Parques de Compensação Ambiental**. DERSA, 2009. Cd-rom.
- EMPLASA – EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S.A. **Uso e ocupação do solo da região metropolitana de São Paulo (ano: 2002)**. Escala 1: 25.000. EMLPASA, 2005.
- IKEMATSU, P.; SANDEVILLE JR., E. Obstáculos, conflitos e desafios no planejamento e gestão da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga (APRM-G). III Encontro Internacional da Governança da Água: Desafios Interdisciplinares. **Anais... PROCAM-USP**. São Paulo, 2011. Cd-Rom. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Seminário Billings 2002. Avaliação e identificação de áreas prioritárias para conservação, recuperação e uso sustentável da Bacia Hidrográfica Billings**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003. (Formato shapefile, CD-rom.)
- _____. **Guarapiranga 2005: Como e por que São Paulo está perdendo este manancial**. Resultados do diagnóstico socioambiental participativo da bacia hidrográfica da Guarapiranga. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. (Formato Shapefile, Cd-Rom.)
- _____. **Lei específica da Guarapiranga: Contribuições para sua compreensão e implementação**. São Paulo: ISA, 2008.
- MARCONDES, M.J.A.. **Cidade e natureza: Proteção dos mananciais e exclusão social**. São Paulo: Studio Nobel, 1999. 238p. (Coleção *Cidade Aberta*.)
- MARTINS, M. L. R. R.. **Moradia e mananciais**. São Paulo: FAUUSP/Fapesp, 2006. 206p.
- MCHARG, I. L.. **Design with nature**. Nova York: John Wiley, 1992.
- MEYER, R.M.P.; GROSTEIN, M.D.; BIDERMAN, C.. **São Paulo metrópole**. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial, 2004.
- SANDEVILLE JR., RADOLL, G. R.. Dinâmicas da paisagem: Espaço público, infraestrutura verde e participação social nas políticas públicas. **Arq.Urb** - Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, v. 4, p. 55-79, 2010.
- SANTOS, R.F. **Planejamento ambiental: Teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
- SÃO PAULO (Estado). Lei n. 12.233, de 16 de Janeiro de 2006. Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga, e dá outras providências correlatas. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 17 jan. 2006. Seção I, p. 1. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/doc/12233.pdf>>. Acesso em jul. 2011.
- _____. Lei n. 13.579, de 13 de Julho de 2009. Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga, e dá outras providências correlatas. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, São Paulo, 14 jul. 2009. p. 1-7. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=156946>>. Acesso em: jul. 2011.
- _____. Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. **APA Bororé-Colônia: diagnóstico socioambiental preliminar**. São Paulo, 2004
- SÓCRATES, J.R., GROSTEIN, M.D.; TANAKA, M.M.S.. **A cidade invade as águas: Qual a questão dos mananciais?** São Paulo: FAUUSP, 1985. 296p.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AS FORMAS DE OCUPAÇÃO URBANA: PROCESSO DE CRIAÇÃO DE CENÁRIOS SOCIOAMBIENTAIS

*CLIMATE CHANGES AND THE URBAN FORM:
THE PROCESS OF DEVELOPING SOCIOENVIRONMENTAL SCENARIOS*

Laura Machado de Mello Bueno

Doutora, Professora do PosUrb da PUC-Campinas – CEATEC
email: laurab@puc-campinas.edu.br

Vera Regina Tangari

Doutora, Professora do ProArq-UFRJ
email: vtangari@uol.com.br;

Jonathas Magalhães Pereira Silva

Doutor, Professor do PosUrb da PUC-Campinas – CEATEC
email: jonathas.silva@puc-campinas.edu.br;

Cláudia Cotrim Pezzuto

Doutora, Professora da PUC-Campinas – CEATEC
email: claudiapezzuto@puc-campinas.edu.br;

Rita de Cássia Martins Montezuma

Doutora, Professora da PUC-Rio
email: montezum@puc-rio.br;

Andrea de Queiroz Rego

Doutora, Professora do ProArq-UFRJ
email: aqrego@yahoo.com.br.

RESUMO

Este artigo é fruto de reflexões desenvolvidas a partir de encontros entre pesquisadores vinculados ao PROARQ-FAU/UFRJ, ao Departamento de Geografia da PUC-Rio e ao Mestrado em Urbanismo da PUC Campinas, integrado ao Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias – CEATEC. Por meio das pesquisas produzidas isoladamente por estas instituições, buscou-se, após um intenso trabalho de diálogo entre os pesquisadores, elaborar um método para novas investigações. Ele foi construído a partir das argumentações teóricas que levaram o grupo a uma busca pela integração de pesquisas de diferentes áreas e subáreas do conhecimento, concretizando-se em um projeto de pesquisa interinstitucional. Agora inicia-se a realização dessas pesquisas, com apoio da FAPESP e FAPERJ, que terão dois anos de duração. As investigações estão voltadas para espaços urbanos e periurbanos em suas dimensões socioambientais relacionadas a: comportamento de variáveis climáticas nos espaços urbanos consolidados; avaliação da qualidade da cobertura vegetal nas florestas contíguas a áreas urbanizadas; avaliação de intervenções em áreas de alta vulnerabilidade; localização dos investimentos públicos em habitação e infraestrutura em espaços não

edificados; dinâmica das águas urbanas e sua relação com o uso e ocupação do solo e legislação urbanística. O artigo discute as bases teóricas e propõe questões metodológicas aplicáveis a estudos comparativos para a realização de cenários futuros visando a adaptação dos espaços urbanos e periurbanos a mudanças climáticas em curso. O intercâmbio entre os pesquisadores permitiu um primeiro avanço tendo como resultado a construção de um método aqui apresentado. O objetivo do artigo é a apresentação da metodologia para ampliação do debate referente às questões teóricas e metodológicas envolvidas.

Palavras-chave: Mudanças climáticas, Clima urbano, Uso e ocupação do solo urbano, Indicadores socioambientais, Parâmetros urbanísticos

ABSTRACT

This article is based on ideas developed from meetings hold by researchers linked to PROARQ-FAU/UFRJ, Department of Geography at PUC-Rio and Master of Urban Design, PUC Campinas, integrated to the Center for Science, Technology and Environment - CEATEC. Through the research made by these institutions we present in this text, after an intense dialogue, the method built up from the theoretical arguments that led the group seek the integration of the studies developed in different fields and subfields of knowledge. An interinstitutional research, has been undertaken from 2011 until 2013, with support of the agencies of São Paulo and Rio de Janeiro provinces. The ideas discussed here are focused on urban and peri-urban areas and their social and environmental dimensions related to: climate variables in consolidated urban areas; evaluation of the vegetation quality in forests adjacent to urban areas; evaluation of urban interventions in areas of high vulnerability; public investment allocation in housing and infrastructure projects; urban water dynamics and its relation to land use and occupation and to urban legislation. The article discusses the theoretical and methodological issues relevant to propose comparative studies for the realization of future scenarios in order to adapt the urban and peri-urban climate changes in progress. The exchange among the researchers has allowed a first progress resulting in the construction of the method presented. The aim of this paper is to expand the debate concerning the theoretical and methodological issues involved.

Keywords: Climate change, Urban climate, Use and occupation of urban land, Social and environmental parameters

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto do esforço de integrar pesquisas de diferentes áreas de conhecimento, voltadas para os espaços urbanos e periurbanos, para desenvolver prospecções sobre o futuro dos assentamentos humanos com maior justiça socioambiental. Parte de estudos já existentes sobre territórios nos quais há grandes desigualdades nas condições de conforto e acesso a serviços urbanos, em uma conjuntura de mudanças climáticas globais. Foram adotados diferentes recortes territoriais visando representar as principais tipologias de ocupação. Como recorte territorial principal optou-se pelas regiões metropolitanas de Campinas (RMC) e Rio de Janeiro (RMRJ) por terem sido objeto de investigação dos autores do presente texto. Além destes, foi incluído o município de Friburgo/RJ, por estar sob a influência indireta da RMRJ. Os estudos relacionados, elaborados por pesquisadores das equipes, abarcam: a localização dos investimentos recentes em habitação e infraestrutura (SILVA, 2011; BUENO et al., 2009) e sua interface nos sistemas de espaços não edificados (SILVA, 2010^a; TANGARI, SCHLEE e ANDRADE, 2009); a legislação urbanística vigente (SCHLEE e TANGARI, 2008 e 2009; BUENO e CYMBALISTA, 2007; SILVA, 2011, 2010b); a avaliação de intervenções em áreas

de alta vulnerabilidade (OLIVEIRA e BUENO, 2009); a dinâmica das águas urbanas e sua relação com o uso e ocupação do solo (BUENO, 2008; BUENO e MARTINS, 2007; TANGARI, SCHLEE e ANDRADE, 2005; TANGARI, SCHLEE, ANDRADE e DIAS, 2007; TANGARI, DIAS e AMORIM, 2007; SILVA, 2007); o comportamento de variáveis climáticas nos espaços urbanos consolidados (PEZZUTO, LABAKI e FRANCISCO FILHO, 2008; DACANAL, PEZZUTO e LABAKI, 2008; e, PEZZUTO, 2007); e avaliação da qualidade da cobertura vegetal nas florestas contíguas (MONTEZUMA, 2005; SANTOS, MONTEZUMA e MARANHÃO, 2009; MONTEZUMA e OLIVEIRA, 2010; e, MONTEZUMA e SESANA, 2010).

As políticas públicas relacionadas ao meio urbano pouco têm considerado a problemática ambiental, em especial as novas demandas associadas ao risco de efeitos das mudanças climáticas globais (BUENO, 2008, 2010) e locais. Os estudos climáticos consideram as diferentes escalas, considerando-se os espaços urbanos como clima local e microclima (ANDRADE, 2005). Esses não teriam necessariamente relação direta com efeitos climáticos globais. Porém, a literatura recente já relaciona impactos entre condições de segurança e conforto urbanos e os efeitos de mudanças climáticas globais em curso. Esse fenômeno fica mais perceptível em grandes aglomerados urbanos como as metrópoles, nas quais os efeitos entre o mesoclima e o microclima devem ser considerados. Segundo Nobre et al. (2010), no caso da Região Metropolitana de São Paulo, há uma previsão de duplicação do número de dias com chuvas intensas, entre 2070 e 2100, e, a mais curto e médio prazos, o aumento do número de dias quentes, diminuição do número de dias frios, aumento de noites quentes e diminuição do número de noites frias. Prevê-se, também, uma intensificação da ilha de calor, com prejuízo da dispersão de poluentes atmosféricos. Hunt e Watkiss (2010) fazem uma revisão abrangente da literatura mundial sobre grandes cidades e mudanças climáticas. Mostram que a maior parte dos estudos avalia a dinâmica da vulnerabilidade e das situações e populações em risco. Há pouquíssimos estudos prospectivos com vistas à adaptação dos espaços urbanos.

As diversas condições adversas ao conforto e à segurança humana nos assentamentos urbanos em grande parte das cidades brasileiras, em especial nas metrópoles, devem se agravar em decorrência de mudanças climáticas globais e locais. São previstas repercussões como o aumento da vulnerabilidade do espaço construído e de seus usuários, do custo de manutenção e adaptação da infraestrutura, dos espaços urbanos e das edificações, com efeitos socioeconômicos de diversas ordens, desde a perda de vidas humanas ao aumento do custo dos seguros dos bens localizados em determinadas parcelas das áreas urbanas (HOAF, 2009).

Na legislação urbanística, na gestão urbana e nos processos socioeconômicos de urbanização, não se tem computado os problemas socioambientais e as mudanças climáticas. A ação do poder público na implantação de sistemas de mobilidade, infraestrutura urbana e equipamentos é geralmente morosa e incompleta, com a ocorrência de solos expostos e instabilizados, comprometimento da dinâmica hidrológica e adensamentos populacionais desprovidos de serviços. Os modelos de desenvolvimento urbano formais

(verticalização, alta impermeabilização do solo, preponderância de áreas com alta amplitude térmica, tendência ao uso de iluminação e climatização artificial) e informais (solos expostos e instáveis devido à infiltração de água residuais, infraestrutura e edificações frágeis) aumentam o risco de impactos negativos relacionados às consequências de eventos climáticos extremos nas cidades, bem como sua maior dependência de insumos externos e distantes (energia, água, materiais de construção e abastecimento de forma geral). O planejamento territorial urbano e periurbano, de forma geral não se baseiam em condicionantes topográficos, geomorfológicos e geoecossistêmicos na definição do uso e ocupação do solo futuro, bem como nas características de desempenho das edificações. O estudo dos fundos de vale e encostas torna-se de grande importância, pois, além de seu papel na dinâmica das águas urbanas, influencia nas condições dos fluxos hídricos, cobertura vegetal e estabilidade do solo (dado que o aumento da energia de escoamento altera o poder destrutivo da água pelo aumento do arraste) e oferece oportunidades de circulação do ar, resfriamento e dissipação de poluentes. A associação das características geomorfológicas e as tipologias vegetacionais definem e regulam os processos hidrológicos que afetam as encostas e planícies, que, em resposta aos regimes climáticos, são remodeladas por movimentos de massa ou perdas erosivas (MONTEZUMA, 2005).

No caso de áreas metropolitanas, não há mecanismos institucionais que garantam a elaboração de planos territoriais integrados, mesmo em situações de conurbação, de bacias hidrográficas e fragmentos vegetais contínuos. Os Planos Diretores, elaborados a partir da Lei Federal do Estatuto das Cidades, são de abrangência municipal e pouco responderam à problemática atual, tendo, em muitas situações, apenas consagrado a concentração de investimentos públicos e privados nos mesmos moldes urbanísticos, morfológicos e tecnológicos (PINTO, 2006). Na sua regulamentação são utilizados modelos urbanísticos e processos de produção nocivos, tais como: a expansão urbana através do parcelamento e infraestrutura paulatina, com construção de unidades individualizadas ou conjuntos habitacionais desprovidos de integração urbanística; a verticalização em áreas consolidadas; a ampliação do sistema viário sobre áreas frágeis, em especial, fundos de vale, encostas, áreas alagadas e alagáveis. A falta de um setor público eficaz e equipado no controle do uso e ocupação do solo urbano compromete ainda mais o espaço urbano, pois são aplicados modelos urbanísticos que não correspondem mais às características de vulnerabilidade do ambiente construído. A implementação recente de bases institucionais, legais e políticas mais abrangentes, como a criação do Ministério das Cidades e a aprovação de diversas legislações relacionadas à habitação e saneamento, baseadas na compreensão do passivo urbanístico e social, não reflete uma cultura de planejamento futuro, que considerasse, além dos problemas herdados, a dinâmica socioambiental recente e as prospecções de mais longo prazo relacionadas às mudanças climáticas (BUENO, 2010). A falta de preparação dos espaços urbanos para essas novas situações poderá levar a uma deterioração crescente das cidades, com perda dos investimentos públicos e privados, desvalorização de patrimônio imobiliário, ampliação de reformas urgentes, além das perdas de vidas humanas.

2. OBJETIVO

Esse artigo tem como objetivo compartilhar os resultados de um processo coletivo e interinstitucional de aprimoramento de metodologias de pesquisa sobre o ambiente construído.

Essa experiência resultou em uma metodologia que será aplicada em uma pesquisa que tem como objetivo principal contribuir para a implementação de processos de adaptação dos espaços urbanos ao contexto das paisagens em que estão inseridos, visando a mitigação de impactos resultantes das mudanças climáticas. A pesquisa, denominada “Mudanças Climáticas e as Formas de Ocupação Urbana: Estudos comparativos de tipos de ocupação e indicadores socioambientais para adaptação de situações de vulnerabilidade e risco das regiões metropolitanas de Rio de Janeiro e Campinas”, recebeu apoio da FAPESP e da FAPERJ¹ e terá duração de dois anos. Serão realizadas pesquisas empíricas em áreas selecionadas do Rio de Janeiro e São Paulo, com a mesma metodologia, que será aprimorada através da troca de experiências entre as equipes de cada local.

A pesquisa tem como objetivos específicos:

- indicar a relação entre parâmetros socioambientais (urbanísticos), físico ambientais (geoecológicos) e de conforto no uso dos espaços urbanos, no caso das novas situações climáticas associadas às mudanças climáticas;
- gerar novas concepções de formulação da legislação urbanística e de planos urbanos que considerem os condicionantes climáticos (de conforto e de risco);
- resultar no aprimoramento dos pesquisadores e alunos, em inovações no ensino e pesquisa na área de Geografia, Ecologia Urbana, Arquitetura e Urbanismo, com a incorporação de metodologias de elaboração de cenários tridimensionais conforme aspectos socioambientais (urbanísticos), físico ambientais (geoecológicos) e de conforto e clima associados.

3. MÉTODO (PARA CHEGAR AO MÉTODO)

A originalidade do método construído reside na oportunidade de integrar simultaneamente parâmetros geobiofísicos, socioambientais e urbanísticos. A transdisciplinaridade possibilita a geração de modelos de planejamento urbano integrados a um diagnóstico das condições físicas e sociais, que constituem o espaço urbano, através de análises multiescalares dos processos ambientais. A contribuição de cada pesquisador no conhecimento disciplinar, nos questionamentos, proporcionou a estruturação de passos metodológicos que se adequam a cada enfoque escalar e disciplinar. A localização das áreas de estudos é representativa das principais condições geográficas mais vulneráveis aos eventos extremos, associados às mudanças climáticas, uma vez que apresentam diferentes atributos, variados e conjugados em diferentes formas, comportando compartimentos do relevo plano, montanhoso, florestal, rural, urbano e em diferentes graus de desenvolvimento, em alguns casos, na mesma bacia hidrográfica. Essa heterogeneidade

de áreas e condições corrobora o desenvolvimento de cenários mais abrangentes, ampliando a capacidade de modelos que promoverão o aprimoramento do método desenvolvido até o presente momento que envolve:

- delimitação de unidades espaciais de interesse para o planejamento de ações visando à diminuição de vulnerabilidades e a adaptação do meio urbano, partindo da delimitação de bacias hidrográficas;
- estudo das encostas, dos fundos de vale e baixadas, no meio urbano, sob o aspecto socioambiental e físico ambiental com foco no aspecto climático;
- percepção do impacto dos grandes projetos, financiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na: gestão do solo urbano, evolução da ocupação, manutenção das condições da cobertura vegetal das florestas urbanas;
- identificação dos principais processos e funções ecossistêmicas de florestas urbanas;
- acompanhamento da crescente transformação do padrão de uso do solo de ambiente rural para urbanizado;
- localização dos investimentos públicos recentes e na legislação urbana atual, verificando processo de intensificação ou não da vulnerabilidade;
- elaboração de cenários e de avaliação de paisagens e espaços urbanos com vista a sua adaptação a mudanças climáticas;
- reavaliação metodológica a partir dos resultados em cada etapa nas duas regiões.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Os resultados obtidos, a partir da experiência de uma avaliação mais transversal dos processos ambientais, permitiram a construção de uma estratégia de ação, que passa a ser aqui detalhada para que seja possível ampliar o debate com outras instituições e pesquisadores interessados na abordagem aqui construída. O processo foi iniciado através de discussões presenciais e remotas, leituras e discussão de *papers* dos pesquisadores. E deverá ser alimentado continuamente, com a realização de atividades de campo conjuntas e trocas periódicas de resultados parciais.

Após uma primeira aproximação foram definidos os recortes territoriais macro e mesoescolares – as áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de Campinas, SP, abrangendo contextos geomorfológicos e funcionais de interesse para os estudos sobre vulnerabilidade e adaptação. No caso da RMC devem-se estudar as dinâmicas do contexto das bacias hidrográficas. No caso do Rio de Janeiro serão estudadas as relações com a região serrana.

Partiu-se, então, para a seleção de áreas para levantamentos de campo específicos, potencializando a interpretação de imagens de satélite e um aprofundamento analítico das pesquisas realizadas anteriormente.

Para levantamento de indicadores socioambientais e climáticos definimos três recortes selecionados em cada estado.

Na RMC tomou-se a área estudada por Pezzuto, em 2007, de forma a realizar-se uma atualização e comparação com os resultados daquela pesquisa, inserindo outros



Figura 1 - Polígonos de interesse na Região Metropolitana de Campinas: Imagem satélite Geoeye, tipo WorldView-2
Fonte: GlobalGeo, julho/2011

elementos de importância na dinâmica climática. Trata-se de área central da região metropolitana parcialmente verticalizada, com intensa impermeabilização, no município de Campinas. Encontra-se na bacia hidrográfica do rio Atibaia, sub-bacia do ribeirão Anhumas. Serão selecionadas mais duas áreas fora da área urbana consolidada da metrópole, uma área urbana com intensa modificação do uso do solo. Recentes mudanças na legislação dos municípios têm viabilizado a urbanização de terras rurais, tanto a norte/noroeste (bacias hidrográficas do ribeirão Quilombo, um dos mais importantes receptores de dejetos urbano-industriais, e do rio Atibaia) quanto a sul/sudoeste (bacia hidrográfica do rio Capivari). Além dos empreendimentos públicos em andamento (Programa MCMV e obras de ampliação do Aeroporto Viracopos), prevê-se a implantação do trem de alta velocidade ligando São Paulo ao Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro foram selecionadas duas áreas na Região Metropolitana (Rio de Janeiro, Magé e Guapimirim) e uma área de influência indireta (Nova Friburgo). No município do Rio de Janeiro, selecionou-se uma área de expansão urbana, situada na zona oeste, mas especificamente na área conhecida como Vargens, a qual compreende os bairros do Camorim, Vargem Grande e Pequena, onde está incluída parte do Parque Estadual da Pedra Branca, com recente mudança na legislação urbanística e forte pressão do mercado imobiliário, devido à influência de investimentos relacionados às Olimpíadas de 2016. No segundo recorte, nos municípios de Magé e Guapimirim, nosso interesse é aplicar o método de simulação dos cenários em outra pesquisa em andamento, sobre a influência da implantação do Arco Rodoviário Metropolitano na paisagem e nos sistemas de espaços livres. O interesse do estudo em Nova Friburgo será o de elaborar cenários em município de influência indireta da Região Metropolitana e do empreendimento do Complexo Petroquímico da Petrobrás-COMPERJ, em Itaboraí. Nesse caso, além de também já ter sido objeto de pesquisa anterior já finalizada (REGO et al., 2009), a área foi recentemente atingida por eventos climáticos extremos, sendo sua análise integrada à pesquisa de Vulnerabilidade Florestal.

A experiência nos mostrou que a abordagem adotada aproximou pesquisadores de diversas instituições, localidades e realidades na análise de problemas comuns, o que propicia a formação de um método sob um novo paradigma, possibilitando, desde o início, a vivência da realização de pesquisas integradas, multiescalares e multidisciplinares.

A interdisciplinaridade permite estabelecer melhores bases conceituais polissêmicas, ajustar determinados procedimentos e métodos e dar clareza a algumas definições



Figura 2 - Polígonos de interesse na área metropolitana do Rio de Janeiro – Imagem Satélite Geoeye, Tipo WorldView-2
Fonte: GlobalGeo, julho/2011

insuficientemente fundamentadas, tais como risco, vulnerabilidade, adaptação e sustentabilidades. Percebeu-se a necessidade da produção de um glossário que esclareça ou estabeleça as fronteiras entre essas diversas bases conceituais.

A metodologia proposta integra diferentes métodos e ferramentas analíticas das áreas de conhecimento envolvidas, para interpretação dos processos de produção do espaço urbano e de elaboração de hipóteses de sua adaptação. Fundamenta-se: no levantamento de indicadores socioambientais (dentre os quais os urbanísticos), socioeconômicos e físico ambientais; na sua avaliação através do uso do geoprocessamento como ferramenta de apoio à tomada de decisão no processo de planejamento; e na elaboração de cenários futuros através da simulação computacional, cotejando a dinâmica urbana com a climática.

Construímos, coletivamente, o método de pesquisa, com cinco etapas, representado na Figura 3, na qual (In.) representa a atividade contínua de troca entre as equipes, os intercâmbios.

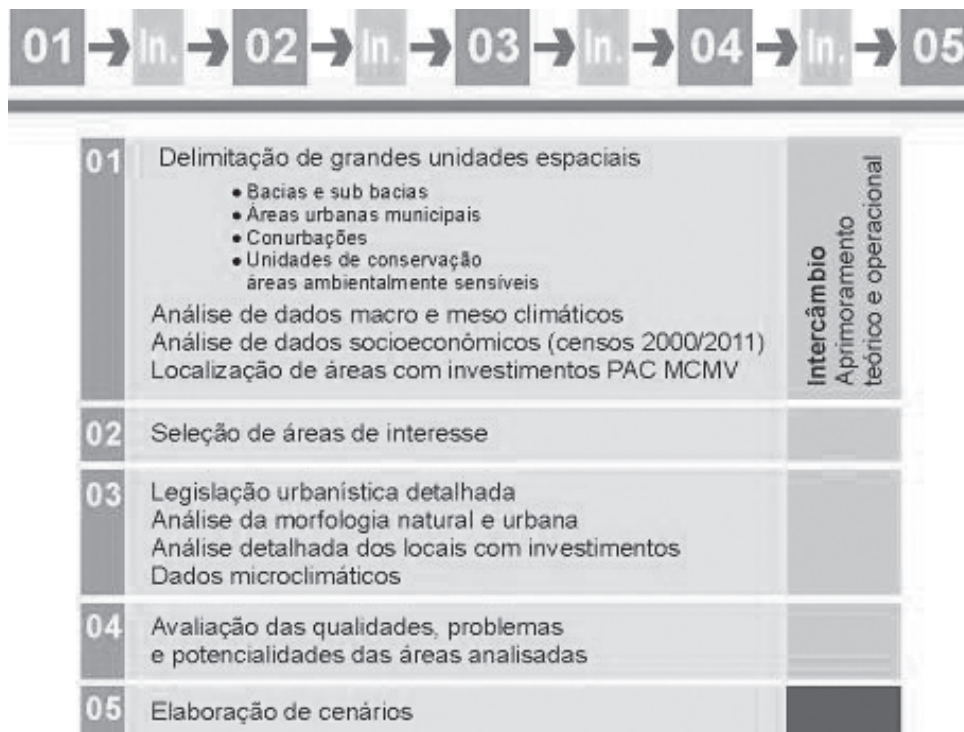


Figura 3 - Metodologia da pesquisa.
 Fonte: Gráfico elaborado pelos autores

O Intercâmbio corresponde às atividades de embasamento teórico e treinamento, entre os diferentes saberes e contextos específicos, a partir da atividade da pesquisa empírica. Os levantamentos de campo nas áreas - urbana e rural/florestal – são acompanhados pelos pesquisadores e alunos das instituições envolvidas para conhecimento sobre as especificidades metodológicas decorrentes, através das missões de intercâmbio.

bio. As equipes recebem treinamento para trabalho de campo e uso de *software* de georreferenciamento para processamento e cruzamentos dos dados. Tem um caráter de continuidade, que perpassa as demais etapas.

A Etapa 1 consiste na sistematização de estudos em macroescala. Prevê-se a elaboração de bases cartográficas gerais, fundamental para consolidar a sistematização analítica dos dados conforme os objetivos de análises espaciais tridimensionais. A análise destes contextos territoriais e sua discussão resultarão no passo seguinte.

A Etapa 2 consiste na seleção de áreas de estudo para levantamentos sobre uso e ocupação do solo, cobertura vegetal e indicadores urbanísticos, climáticos e geológicos. Serão estudados, também, os dados dos censos demográficos de 2000 e 2010, para caracterização socioeconômica das áreas e das densidades populacionais e habitacionais. Pretende-se estudar três áreas em diferentes contextos urbanos e periurbanos, em cada região metropolitana, incluindo-se locais nos quais estejam ou tenham sido realizados investimentos públicos recentes. Mas a primeira delas, em cada um dos estados, já está definida, pois foi objeto de pesquisas anteriores. Nosso interesse é usar resultados de outras pesquisas realizadas, para a definição da primeira área, e desta forma poder efetuar, com base nos dados já produzidos, os estudos de simulação de cenários sobre o clima urbano, parâmetros urbanísticos, assim como conjugar esses cenários à avaliação de produtividade florestal, testando desta forma as inovações metodológicas propostas, logo no primeiro ano da pesquisa. Serão também selecionadas, após a realização da Etapa 3 na primeira área.

As etapas 3, 4 e 5 serão realizadas para cada área selecionada.

Na Etapa 3 serão realizados, nas áreas do Rio de Janeiro, os levantamentos de indicadores físico ambientais a fim de avaliar os mecanismos de transformação da paisagem, que contemplam a substituição das florestas por outros tipos de cobertura e a resposta dos remanescentes florestais frente às transformações. Na metrópole campineira serão levantados indicadores sobre clima urbano e morfologia de fundos de vale urbanos. Serão levantados e analisados, detalhadamente, a legislação urbanística e as características morfológicas dos processos de urbanização destas áreas. Os dados climáticos e urbanísticos servirão para calibrar o programa ENVI-MET, que será usado na etapa seguinte.

Na Etapa 4 pretende-se selecionar polígonos, com aproximadamente 500 x 500 metros, dentro das áreas delimitadas previamente. Essa área se encontra no limite recomendável para a simulação computacional através do programa ENVI-MET. Estas áreas serão então monitoradas com sensores de temperatura e umidade relativa do ar. Dessa forma, para cada uma das três áreas serão feitas avaliações relacionando os resultados sobre as características urbanas de uso e ocupação, demográficas, comportamento climático e, nas áreas periurbanas, também o florestal.

Na Etapa 5 serão elaboradas hipóteses, relacionando diferentes processos socioespaciais que resultem em cenários alternativos, nos quais serão cotejados os resultados de dados climáticos com diferentes usos e formas de ocupação do solo, com parâmetros urbanísticos e ambientais relacionados.

Para este estudo utiliza-se o programa ArcGis, o qual apresenta um conjunto de ferramentas capaz de gerenciar, explorar e armazenar dados georreferenciados. Neste momento, através do uso do geoprocessamento, é possível realizar o cruzamento de todos os indicadores urbanos coletados, imagens de satélites, dados do IBGE, dados ambientais, entre outros, com o objetivo de subsidiar o planejamento urbano. Para a elaboração dos cenários futuros, visando averiguar os impactos positivos e negativos de morfologias urbanas e o conforto em situações de mudanças climáticas, propõe-se elaborar hipóteses de variação de parâmetros climáticos baseadas nos levantamentos, executando-se parâmetros urbanísticos que demonstrem novos modelos espaciais.

Para este fim utiliza-se o programa ENVI-MET, programa gratuito, que simula as interações entre as superfícies urbanas, vegetação e atmosfera. Para estas simulações são utilizados recortes urbanos representativos dos polígonos com áreas com aproximadamente 500m x 500m, conforme apresentado anteriormente. Esta especificação do tamanho da área foi baseada em estudos já realizados com o referido programa. Este programa computacional utiliza modelos de simulação dos fluxos de ar, turbulências, perfis de temperatura e umidade e fluxos de radiação, que ocorrem entre a atmosfera e as superfícies próximas ao solo. Os dados de saída do programa, na forma de mapas ou gráficos, facilitam ao usuário analisar a interação entre os parâmetros físicos do ambiente construído com o microclima. Dessa forma, o programa constitui uma ferramenta no processo de desenho urbano, sendo útil na comparação de cenários que contemplam variações na morfologia, tipologia e densidade construtivas, permeabilidade do solo e índice de vegetação.

Assim, nesta etapa, com o objetivo de gerar recomendações para o planejamento urbano, através da sobreposição de dados ambientais com a estrutura urbana, serão elaborados os modelos interativos, como ferramenta de auxílio ao planejamento urbano e projeto, enriquecidos pelo suporte de tecnologias provenientes do desenho assistido por computador, pelo sistema de informação geográfica e pela realidade virtual. Utilizam-se tanto o geoprocessamento como ferramenta de análise e suporte a avaliação do ambiente térmico urbano como a simulação computacional.

5. CONCLUSÕES

Acredita-se que a construção de um método não termina com a sua elaboração intelectual, mesmo quando é fruto da experiência empírica de pesquisas anteriores. Portanto, o presente artigo abre a possibilidade de uma contínua construção do método adotado pelo grupo. Trata-se de uma estratégia onde os procedimentos que compõem o método deverão ser revistos a cada novo conceito apreendido pelo grupo e a cada contexto que aponte para questões até então não abordadas.

A troca de experiências resulta em maior abrangência dos estudos, no aprimoramento metodológico e na possibilidade de realização de cenários futuros, visando à adaptação dos espaços urbanos e periurbanos a mudanças climáticas. A discussão teve como objeto a adaptação de cidades às mudanças climáticas em curso, com foco

na relação entre indicadores climáticos selecionados e parâmetros, físico ambiental e socioambiental, entre os quais os urbanísticos, aplicáveis no planejamento e projetos urbanos. O foco das análises físico ambientais é o ciclo das águas em áreas de cobertura de solo urbano e florestal, não incluindo análises químicas e bioquímicas. Os resultados são baseados em estudos teóricos e empíricos sobre a influência dos diferentes usos e tipos de morfologia urbana, a qualidade da cobertura vegetal e dos ecossistemas em suportes físicos distintos (encostas, fundos de vale, baixadas) e o efeito climático nos ambientes rural, florestal e urbano, atuais e futuros, em áreas selecionadas nas regiões metropolitanas de Campinas (SP) e Rio de Janeiro (RJ).

Nesse contexto, que lida com integração de áreas do conhecimento e diferentes assuntos territoriais, a elaboração de simulações e cenários espacializados é um recurso fundamental para a pesquisa sobre a compreensão dos impactos negativos e positivos decorrentes de decisões de planejamento e projeto urbano. A exploração de modelos para os cenários da morfologia e crescimento urbanos auxilia o conhecimento sobre o futuro, possibilitando ao poder público o aprimoramento de políticas públicas, otimizando o ensino e a formação de profissionais ligados à produção do espaço urbano, na gestão pública ou privada.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, pelo apoio.

Notas

- 1 O projeto foi desenvolvido em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP, Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e concorreu aos recursos FAPESP, dentro da Chamada de Propostas de Pesquisas nas áreas de Mudanças Climáticas Globais Convênio FAPESP-FAPERJ, e aos recursos da FAPERJ, dentro do Edital FAPERJ 23/2010, sendo exigências, da Chamada e do Edital, a participação de instituições dos dois estados. A equipe é composta pelos autores deste artigo. O projeto foi aprovado em setembro de 2011 e tem dois anos de duração.

Bibliografia

- ABREU, J. R. S. P.; OLIVEIRA, R.R. e MONTEZUMA, R.C.M.. Dinâmica da serrapilheira em um trecho de floresta atlântica secundária em área urbana do Rio de Janeiro. **Pesquisas Botânicas**, n. 61, 2010. p. 279-291.
- ANDRADE, H.. O clima urbano – Natureza, escalas de análise e aplicabilidade. In: **FINISTERRA**, XL, 80, 2005. p. 67-91.
- BRUSE, M.; FLEER, H.. Simulating surface-plant-air interactions inside urban environments with a three dimensional numerical model. **Environmental Modelling & Software**, 13, 1988. p.373-384.
- BUENO, L. M. M.; CYMBALISTYA, R. (Orgs.). **Planos diretores municipais**: Novos instrumentos de planejamento territorial. São Paulo: AnnaBlume, 2007.

_____; MARTINS, M. L. R.. **Introdução - Caderno de Resumos do Seminário APPUrbana 2007**. São Paulo: ANPUR/ANAMMA/ FAUUSP/FAU-PUC Campinas, 2007. CdRom e Papel.

_____; OLIVEIRA G. O.; ALMEIDA E. R.; ALMEIDA V. M.. Intervenção em favelas na perspectiva de uma regularização fundiária sustentável: Limites e avanços. In: V Encontro Nacional e III Encontro Latino Americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. **Anais...** Recife, 2009.

_____. O tratamento dos assentamentos urbanos na política para as mudanças climáticas. In: V Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS. **Anais...** Florianópolis, 2010.

_____. Reflexões sobre o futuro da sustentabilidade urbana a partir de um enfoque socioambiental. **Cadernos Metrópole**, São Paulo: PUC, v. 19 p. 99-122, 2008.

DACANAL, C.; PEZZUTO, C. C.; LABAKI, L. C.. Microclima em fundos de vale: Análise de diferentes ocupações urbanas em Campinas, SP In: XII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído e XII Encontro Nacional De Tecnologia Do Ambiente Construído. **Anais...** Fortaleza, 2008.

HUNT A.; WATKISS, P. Climate change impacts and adaptation in cities: A review of the literature. *Climate Change*. DOI 10.1007/s10584-010-9975-6, Dezembro, 2010.

MONTEZUMA, R. C. M.; SESANA, E.G.. Conectando cidades e florestas: O caso do município de Nova Iguaçu. In: VI Seminário Latino Americano e II Seminário Ibero Americano de Geografia Física, **Anais...** Coimbra, 2010.

_____; FIALHO, E. S.; IMBROISI, E. G.. O papel da serrapilheira como agente regulador de fatores físicos em ambientes florestais: Implicações na reabilitação ecossistêmica. In: XI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. **Anais...** São Paulo: USP, 2005b.

_____. **Produção e reabilitação funcional do piso florestal de cicatriz de deslizamento/PNt, Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) - IGEO/CCMN/UFRJ. Rio de Janeiro, 2005a. 294p.

_____; OLIVEIRA, R. R.. Os ecossistemas da Baixada de Jacarepaguá e o PEU das Vargens. **Arquitextos**, v. 3, artigo n. 116, 2010.

NOBRE, C. et. al. **Vulnerabilidade das megacidades brasileiras às mudanças climáticas**: A região metropolitana de São Paulo. Junho de 2010. Disponível em <http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/megacidades.pdf>

OLIVEIRA G. O.; BUENO L. M. M.. Assentamentos precários em áreas ambientalmente sensíveis. **Arquitextos**, v. 16, artigo n. 114, 2009.

PEZZUTO, C. C.; LABAKI, L. C.; FRANCISCO FILHO, L. L.. Influence of land use and occupation in the urban heat island. In: **PLEA - 25th Passive and Low Energy Architecture International Conference**. Dublin, 2008.

_____. **Avaliação do ambiente térmico nos espaços urbanos abertos**: Estudo de caso em Campinas, SP. Tese (Doutorado) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Campinas. Campinas, 2007.

PINTO, V. C.. O Plano Diretor Brasileiro à Luz do Direito Comparado. In: FERNADES, Edesio e ALFONSIN, Betania. **Direito Urbanístico: Estudos brasileiros e internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

REGO, A. Q.; SOUZA, J.; CARDEMAN, R. G.; SCHLEE, M. B.; DIAS, M. A. & TANGARI, V. R.. The open spaces system in the Rio de Janeiro State in Brazil: The administrative frontiers shaping the territorial landscape. In: International Seminar on the Urban Form Conference Proceedings. **Anais...** ISUF: Guangzhou, 2009.

ROAF, S. et al. **A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

SANTOS, A. H.; MONTEZUMA, R. C. M.; MARANHÃO, M. S.. A transformação da paisagem fluminense: Influência da orientação de encosta na funcionalidade ecológica do maciço da Pedra Branca/RJ. In: VIII Encontro Nacional da ANPEGE, 2009. **Anais...** Curitiba: Ponto4 Digital, 2009.

SILVA, J. M. P. da. Habitação de interesse social e as legislações municipais da região metropolitana de Campinas. In: **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 55-71, jul./set. 2011.

_____. Percepção e transformação da paisagem: Planejamento, apropriação e ações públicas na região metropolitana do Rio de Janeiro. In: TÂNGARI, MONTEZUMA, REGO e SOUZA. **O arco metropolitano do Rio de Janeiro**: Integração e fragmentação da paisagem e dos espaços livres de edificação. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU-UFRJ, 2010a. (no prelo)

_____. How can tomorrow's cities become more socially equal if the current master plan does not correctly deal with the property's social function? In: **54° IFHP - World Congress**. Porto Alegre, 2010b.

_____. O planejamento participativo e a transformação da paisagem: Planos diretores em onze municípios do Espírito Santo, um estudo de caso. In: TÂNGARI, Vera R.; Schlee Mônica B.; Andrade, Rubens de; DIAS, Maria Ângela

(Org.). **Águas urbanas**: Uma contribuição para a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ-PROARQ, 2007, p.173-214.

TÂNGARI, V. R.; DIAS, M. A.; AMORIM, F. P. Projeto do Parque da Orla da Ilha do Fundão no Rio de Janeiro. In : BUENO, L.; MARTINS, M. L. R. (Org.). **Anais do APPUrbana 2007**. São Paulo: ANPUR/ANAMMA/ FAUUSP/FAU-PUC Campinas, 2007. CdRom

_____; SCHLLE M. B.; Andrade, Rubens de; DIAS, Maria Ângela (Org.). **Águas urbanas**: Uma contribuição para a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ-PROARQ, 2007.

_____. I Seminário Nacional sobre Regeneração Ambiental de Cidades - Águas Urbanas. **Anais...** Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2005. CdRom.

_____. **Sistema de espaços livres**: O cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ-PRO-ARQ, 2009.

OS SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES NA CONSTITUIÇÃO DA FORMA URBANA CONTEMPORANEA NO BRASIL: PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO (QUAPÁ-SEL II)

*THE OPEN SPACES SYSTEMS IN THE BRAZILIAN URBAN FORM CONSTITUTION:
PRODUCTION AND APPROPRIATION (QUAPÁ-SEL II)*

Silvio Soares Macedo

Professor Titular do Paisagismo do Departamento de Projeto FAUUSP, Coordenador Laboratório QUAPÁ – Quadro do Paisagismo no Brasil / AUP/FAUUSP
email: ssmduck@usp.br

Eugenio Fernandes Queiroga

Professor Livre docente de Paisagismo do Departamento Projeto da FAUUSP, Vice-coordenador do Laboratório QUAPÁ – Quadro de Paisagismo no Brasil
email: queiroga@usp.br

Fany Cutcher Galender

Professora Arquiteta – PMSP/FAUUSP, pesquisadora Laboratório QUAPÁ – Quadro de Paisagismo no Brasil
email: fgalender@uol.com.br

Ana Cecília de Arruda Campos

Professora Doutora FAUUSP, arquiteta paisagista pesquisadora Laboratório QUAPÁ – Quadro de Paisagismo no Brasil
email: arrudacampos@terra.com.br

Vanderli Custódio

Professora e pesquisadora do IEB, professora FFLCH/USP, pesquisadora Laboratório QUAPÁ – Quadro de Paisagismo no Brasil
email: vanderli@usp.br

Helena Degreas

Professora Arquiteta da FMU, pesquisadora Laboratório QUAPÁ – Quadro de Paisagismo no Brasil
email: hdegreas@uol.com.br

Fabio Mariz Gonçalves

Professor Doutor Arquiteto do Paisagismo do AUP/FAUUSP, pesquisador Laboratório QUAPÁ – Quadro de Paisagismo no Brasil
email: fmgoncalves@usp.br

RESUMO

Esta proposta é continuação do projeto temático de pesquisa “Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil”, desenvolvido nos anos de 2006-2011 no Laboratório QUAPÁ da FAUUSP em conjunto com o Grupo de Pesquisa “Requalificação Urbana” do CEATEC/ PUC-Campinas, processo FAPESP n. 2006/56623-2 com o envolvimento da Rede Nacional de Pesquisa QUAPÁ-SEL. Trata-se de novo Projeto Temático que visa investigar as relações entre os sistemas de espaços livres e a produção da forma urbana das cidades brasileiras na atualidade. O objeto é complexo (MORIN, 2008): não são os espaços livres nem a forma urbana em si, mas as relações que se estabelecem entre ambos que constituem o foco desta pesquisa. Tais relações constituem sistema, apresentam estrutura e organização que contêm em seu interior, dialeticamente, as relações que a estabelecem e que a desestabilizam. Impõe-se abordagem crítica para apreender o processo socioespacial de constituição das formas, e o que é comum à produção do espaço a nível nacional e para cada local investigado. Aprofunda-se o entendimento do papel dos principais agentes da produção do objeto investigado – do espaço concebido ao espaço vivido (LEFÈBVRE, 1974) – e estabelecer critérios de qualidade que considerem as especificidades locais – do clima às manifestações culturais – e as possibilidades de arranjo dos espaços livres e edificados integrantes do sistema espacial quanto às suas formas, funções e apropriações. Não se trata de criar manual da boa forma urbana, mas de estabelecer princípios teóricos e consolidar métodos de avaliação contribuindo para as diversas escalas de planejamento e de projeto do espaço urbano, com ênfase na vida pública.

Palavras-chave: Sistema de espaços livres, Forma urbana, Cidade brasileira

ABSTRACT

This proposal continues the thematic research project “The Open Spaces Systems and the Constitution of the Contemporary Public Sphere in Brazil”, developed by the QUAPÁ Laboratory at FAUUSP together with the Urban Renewal Research Group at CEATEC-PUC-Campinas, FAPESP process nº 2006/56623-2 in the years 2006-2011. It is a new thematic research project that aims to investigate the relationship between the open spaces systems and the urban form production in the Brazilian cities today. The object is a complex one (MORIN, 2008): it is not the open spaces, neither the urban form itself, but the relationship established between them that are the focus of this research. This relationship constitutes a system, presents a structure, and an organization which contains, dialectically, the relationship that establishes and destabilizes it. A critical approach is mandatory in order to comprehend the social and spatial process that constitutes the urban forms, and what it is common in national basis and for each investigated area. Continuing the national research network QUAPÁ-SEL, the objective is to understand the main stakeholders’ role that produces the investigated object – the conceived space and the living space (LEFÈBVRE, 1974) – and to establish quality criteria that considered the local specificities – from weather to cultural manifestations – and the open spaces and buildings arrangements possibilities that integrated the spatial system related to forms, functions and appropriations. It is not a goal to develop another good urban form guide, but to establish theoretical principles and consolidate evaluation methods to contribute to urban planning, with emphasis in public life.

Keywords: *Open spaces systems, Urban form, Brazilian city*

INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa dá continuidade ao Projeto Temático de Pesquisa “Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil – QUAPÁ-SEL”. Tal projeto foi concluído no quadriênio entre março de 2007 e abril de 2011, sendo formulado pelo Laboratório QUAPÁ da FAUUSP, e teve como coordenadores nacionais os doutores Silvio Soares Macedo e Eugenio Queiroga (respectivamente coordenador e vice-coordenador do Laboratório QUAPÁ). O QUAPÁ-SEL foi apoiado, no Estado de São Paulo, pela FAPESP (Projeto Temático de Pesquisa e bolsas de iniciação científica, mestrados e doutorados, para vários integrantes do projeto, orientados por Macedo e Queiroga) pelo CNPq (bolsas de produtividade em pesquisa – ambos – e bolsas de iniciação científica para orientandos) e da CAPES (bolsas de mestrado e outros auxílios a integrantes do projeto).

O QUAPÁ-SEL criou e consolidou a maior rede nacional de pesquisa na subárea de Paisagismo, contando, atualmente com núcleos de pesquisadores nas seguintes universidades: UFSM, UFSC, UFPR, USP, PUC-Campinas, UFRJ, UFMG, UFES, UFAL, UFPE, UFRN, UNIFOR, UNAMA e UFMS. Nestes núcleos foram realizadas inúmeras pesquisas desde o nível da iniciação científica até mestrados e doutorados. Realizaram-se 23 oficinas de pesquisa em todas as regiões do país e, até 2010, foram 5 Colóquios QUAPÁ-SEL – encontros anuais dos pesquisadores da Rede QUAPÁ-SEL. Os resultados parciais da pesquisa foram publicados na forma de artigos em revistas científicas da área, inclusive em número especial da Revista *Paisagem e Ambiente* (n. 26); no livro organizado por Vera Tângari, Rubens de Andrade e Mônica Schlee (2009) e em vários trabalhos apresentados em eventos científicos internacionais – ISUF e IFLA; e nacionais – ENEPEAs, ENANPARQ e ENANPURs.

Os resultados finais constituirão três livros, o dedicado à apresentação do quadro sobre os sistemas de espaços livres das cidades brasileiras (no prelo), o que apresenta os resultados do V Colóquio QUAPÁ-SEL (no prelo) e o terceiro, de síntese, apresentando os avanços conceituais e de método que permitem estabelecer princípios de avaliação da qualidade de sistemas de espaços livres com intuito de subsidiar a formulação de políticas de intervenção referentes à qualificação de sistemas de espaços livres urbanos no Brasil (em processo de avaliação pela Edusp).

Livro 1 – Quadro do sistema de espaços livres nas cidades brasileiras. Coletânea de textos finais produzidos pelos nossos parceiros de todo o Brasil, que trazem sínteses formuladas por cada grupo de pesquisa sobre o sistema de espaço livres de sua cidade.

Livro 2 - Sistema de espaços livres - conceitos, conflitos e paisagens. Em processo de edição pela FAUUSP, contém os 17 textos produzidos para o V Colóquio QUAPÁ-SEL, realizado na FAUUSP em outubro de 2010, que congregou mais de 50 pesquisadores.

Livro 3 – Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil. Texto referência, dividido em cinco capítulos, objetiva mostrar as conclusões da equipe de pesquisadores do projeto derivadas dos estudos

efetuados no período. Este livro não abrange todo o material coletado e nem coloca todo o material gráfico elaborado, é sim a síntese do que discutimos e analisamos nestes anos do Projeto.

DOS PONTOS DE REFLEXÃO DURANTE O PROJETO

- i. A conceituação dos espaços livres;
- ii. A compreensão das bases técnicas e conceituais dos gestores e as iniciativas de qualificação dos espaços livres – durante o período foram feitas visitas e contatos com entidades gestoras dos espaços livres nas cidades em estudo, ao menos uma por cidade, de modo a avaliar seu papel na constituição dos sistemas e detectar dificuldades, sucessos e conflitos;
- iii. O estudo da estruturação recente dos sistemas de espaços livres em centros urbanos importantes do país;
- iv. A análise das relações existentes entre os espaços livres públicos e privados;
- v. O conhecimento dos órgãos de planejamento dos sistemas de espaços livres vigentes no país. O resultado é bastante satisfatório, pois os investimentos em espaços livres são significativos e crescentes, por outro lado, as estruturas de gestão em geral estão bastante aquém dos investimentos feitos, não conseguindo garantir a manutenção satisfatória de grande parte dos espaços dos sistemas;
- vi. A contribuição dos diversos sistemas de espaços livres para a constituição da esfera pública – a discussão do conceito esfera pública e sua relação com alguns dos tipos de espaços públicos;
- vii. A complementação do banco de dados do laboratório QUAPÁ – durante o período criamos 100 mapas temáticos principais, especialmente concebidos e desenvolvidos para a pesquisa e a partir deles foram gerados já mais 150 mapas de detalhamento. Foram ainda feitas fotos dos espaços livres em estudo, além de cerca de 25.000 fotos aéreas que foram incorporadas ao banco de imagens do laboratório. Todo este material está disponível para consulta no Laboratório QUAPÁ e nos núcleos que constituem a rede de pesquisa QUAPÁ-SEL. Este acervo tem servido de apoio para diversas outras pesquisas, textos, trabalhos de alunos, aulas de graduação e pós-graduação, do LAB-QUAPÁ, LAP e LAB-HAB da FAUUSP. Inclusive para o livro *Produzir casas ou construir cidades*, recentemente elaborado pelo LAB-HAB;
- viii. Revisão dos modelos e conceitos que direcionam o pensamento gerador de planos relacionados aos espaços livres.

DOS MÉTODOS PROPOSTOS – COLÓQUIOS E OFICINAS

O modelo foi aprimorado e sua formatação final já foi inclusive aplicada por outros grupos de pesquisa em Vitória, Florianópolis e Rio de Janeiro.

Organizamos pelo Brasil 23 oficinas, uma por cidade pesquisada e duas em São Paulo. Será feita neste ano de 2011 a oficina em Porto Alegre, complementando em continuidade os trabalhos da pesquisa.

Os colóquios foram criados pela necessidade de congregar os pesquisadores da rede em um mesmo lugar, de modo a se entabular discussão ampla sobre as pesquisas em andamento e estabelecer padronização conceitual e metodológica. Consistem na apresentação de trabalhos e atividades coletivos de ateliê, nos quais são analisados e apresentados mapas temáticos e discutidos conceitos e finalmente apresentação coletiva dos debates. Os colóquios se mostraram eficientes no processo de avaliação do desenvolvimento dos trabalhos e hoje constituem eventos científicos anuais do grupo e da rede de pesquisa, já tendo sido feitas cinco edições, três em São Paulo, uma em Curitiba e outra no Rio de Janeiro.

DOS MAPAS TEMÁTICOS

Foram criados quatro tipos de mapas temáticos, dois referentes aos espaços livres e a verticalização intraquadra, executados em *ARCGIS*, e os demais derivados de mapas síntese produzidos nas oficinas, analisando elementos da paisagem, mancha urbana e características dos espaços livres públicos no sistema de cada cidade, executados em *Adobe Illustrator*.

Foram elaborados na totalidade mais de 200 mapas temáticos (de verticalização e espaços livres por quadra das 40 cidades estudadas e das regiões metropolitanas de Campinas, São Paulo e Vitória).

Em função do envolvimento com essas atividades, alguns estudos foram feitos experimentalmente, como o estudo gráfico da legislação de loteamentos e a simulação da legislação de zoneamento as cidades, foram os casos de Maceió, São Paulo, Campinas, Belém do Pará e Curitiba.

O Laboratório QUAPÁ é o responsável pela produção apresentada e pela continuidade dos trabalhos aqui propostos e que estão programados para os próximos cinco anos com novos enfoques e objetivos. O grupo se constituiu dos seguintes pesquisadores, além de seus coordenadores nacionais: Dra. Vanderli Custódio (IEB/USP), Dr. Fábio Mariz Gonçalves (FAUUSP), Arqta. Fany Galender (pesquisadora do LAB-QUAPÁ e Prefeitura Municipal de São Paulo), Dr. Rogério Akamine (UNINOVE), Dr. Jonathas M. P. Silva (PUC-Campinas), Dra. Ana Cecília de Arruda Campos (LAB-QUAPÁ), Dra. Helena Napoleon Degreas (FIAM FAAM) e com a colaboração do Ms. Roberto Vignola Jr., Paisagista (LAB - QUAPÁ/Prefeitura Municipal de São Paulo) e do Dr. Manuel Lemes (PUC-Campinas).

A continuidade entre os projetos QUAPÁ-SEL e QUAPÁ-SEL II se dá pela perspectiva do entendimento da importância dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras e pela necessidade de aprofundamento das questões já levantadas. No primeiro projeto temático buscou-se observar as relações entre tais sistemas, sejam públicos ou privados, e a esfera pública contemporânea brasileira. Durante todo o seu período nos aproximamos e tangenciamos questões ligadas à forma urbana, tanto nos estudos espaciais de legislação, como no entendimento das quadras e seus espaços livres e ainda da paisagem das cidades em questão. Neste projeto, a ênfase está nas relações

de produção e apropriação que se estabelecem entre os sistemas de espaços livres e a constituição da forma urbana brasileira na atualidade.

A forma urbana se constitui, enquanto sistema, pela somatória e relação entre os espaços livres e edificados, públicos e privados, legais e ilegais, acolhedores ou excludentes. É produto social e, ao mesmo tempo, condição para o processo social (LEFÈBVRE, 1974). Vários autores vêm se debruçando, no Brasil, sobre os estudos morfológicos na Área de Arquitetura e Urbanismo¹, mas ainda de modo isolado e fragmentado. Mas, apesar deste avanço, o que se tem nesta primeira década do século é a fragmentação de estudos (PEREIRA COSTA, 2006, 2007 e 2008; TÂNGARI, 2007, por exemplo) e a inexistência no Brasil de novas investigações mais gerais sobre a questão que foi, por motivos diversos, relegada a um segundo plano. Algumas publicações do período detêm-se a aspectos funcionais do desenho urbano, constituindo-se em manuais práticos².

Existem exceções importantes e, recentemente, o único momento de convergência nacional foi o ISUF – International Seminar of Urban Form, realizado em 2007 sob os auspícios da UFMG e de seu grupo de pesquisadores, encabeçado por Stael Alvarenga e Marieta Maciel, e o livro organizado por Vicente Del Rio e publicado nos Estados Unidos denominado *Contemporary Urbanism in Brazil – Beyond Brasília*.

Pretende-se, nesta pesquisa, a (re)união e debate com maior número de pesquisadores sobre o assunto, de modo que se tenha visão atualizada, crítica e abrangente do estado da arte na realidade brasileira. Esta pesquisa pretende contribuir neste debate, a partir do viés do **sistema de espaços livres**, entendendo como elemento ainda fundamental da vida pública³.

Imagina-se, pois, congregando conhecimento e esforços de modo ao entendimento dos padrões tipológicos dos tecidos urbanos brasileiros e de seu papel na constituição dos sistemas de espaços livres e, de modo indireto, na constituição da esfera pública nestes espaços.

A forma não tem existência autônoma⁴. Esta é a primeira assertiva a se fazer quando se propõe investigação sobre qualquer tipo de forma. O reconhecimento da importância da forma no processo socioespacial significa compreendê-la como categoria analítica do espaço. Não se trata, portanto, de “formalismo” versus “funcionalismo”, versus “estruturalismo”, mas de compreensão do movimento dialético, que se estabelece entre as categorias analíticas do espaço. Neste sentido, refletindo sobre a dinâmica da totalidade espacial, Santos (1985, p. 49-59) propõe a ideia da dialética entre forma, função, estrutura e processo: a *forma* desempenha a *função* ditada pelo presente, ou seja, pelas urgências da *estrutura* social do presente, que em movimento compreende a ideia de *processo*. O avanço analítico do autor levou-o a elaboração do conceito síntese de *forma-conteúdo* que uniria “[...] o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social.” (SANTOS, 2002, p.103.) Sistematização que reforça a assertiva inicial: a forma não é autônoma.

O espaço livre é inerente à forma urbana. A cidade brasileira deste início de século tem configuração bastante distante daquela existente nos anos 1980, quando estiveram

no auge os estudos da forma urbana. A forma é derivada tanto do crescimento em extensão e população, como pela introdução de novos modelos urbanísticos como: os loteamentos fechados e condomínios de grande porte; as áreas industriais ao longo de estradas e afastadas dos grandes centros; as vastas áreas de habitações precárias imersas no tecido urbano; os parques lineares e as grandes orlas tratadas; as novas áreas centrais e a verticalização extensiva que extrapola as antigas áreas verticalizadas e se espalha por amplas áreas da malha urbana.

Com certeza os fatos mais importantes das duas últimas décadas são o aumento exponencial e constante da frota de veículos automotores, a ampliação das redes de estradas e a adaptação cada vez maior das redes viárias urbanas ao automóvel, ao ônibus e ao caminhão, com os inerentes conflitos criados.

Nota-se o crescimento da demanda pela arborização e pela inserção da vegetação na cidade, ao mesmo tempo em que se percebe que nem nos bairros de alta renda ela é privilegiada. Mesmo a introdução na legislação, na década de 1990, da figura da APP⁵ urbana pouco melhorou este estado de coisas, criando estoques de terras públicas, que um dia, talvez, serão tratadas e utilizadas pela população. A arborização de rua, assim como a vegetação de porte, como matas, bosques, etc., são elementos estruturadores da forma e da paisagem urbana do mesmo modo que as construções e o suporte físico, mas tal fato não é considerado importante no cotidiano urbano.

Por outro lado, sua existência como elemento de conservação de dinâmicas ecológicas é apregoada por ambientalistas, sendo inegável a importância na constituição de microclimas nas áreas de drenagem urbana de um país tropical como o Brasil.

Se a forma da cidade é importante em termos da definição e qualificação das áreas de habitação, trabalho, lazer e proteção de recursos ambientais, por outro lado, tem sido desqualificada como objeto de análise, do mesmo modo que o são os espaços livres em geral. Exemplo disto é a ampla negligência, por parte do Poder Público e da população, na maioria das cidades brasileiras na constituição da rua, principal espaço livre urbano, com calçadas geralmente subdimensionadas e leito carroçável nem sempre apto à circulação adequada.

Consideram-se os espaços livres como uma das principais infraestruturas urbanas, pois neles e por eles grande parte da vida cotidiana tem lugar, assim como são um dos principais palcos dos conflitos e acordos da sociedade. O espaço público, a rua em especial, tem papel estruturador na constituição da forma urbana, pois reflete as formas de mobilidade, acessibilidade e circulação, parcelamento e propriedade da terra urbana.

O estudo da forma urbana não é considerado importante apenas para a definição e entendimento de padrões estéticos, mas sim pelo papel de contenedora da vida social, de estruturadora dos sistemas de espaços livres e de interlocutora direta com as dinâmicas ecológicas preexistentes e com o sítio de cada localidade.

Entende-se que existem formas típicas da cidade contemporânea brasileira, amálgama de influências do estrangeiro associadas a criações locais, cuja existência está

atrelada à lógica de produção do mercado e do Estado. O entendimento destas nos permitirá elaborar crítica consistente do estado da arte e, portanto, o estabelecimento de métodos de análise e de critérios para futuras ações.

A forma da cidade brasileira está vinculada aos processos de produção, às formas de propriedade e parcelamento, aos padrões culturais, às desigualdades sociais e às características do suporte biofísico e climático. Mesmo no confronto de cidades de porte similar, pode-se afirmar a existência de especificidades locais, revelando que as formas urbanas não são mera decorrência das lógicas econômicas mais estruturais.

Por exemplo, favelas, parques e verticalização, existem em todas as grandes cidades, mas sua constituição formal e espaços livres variam de acordo com a constituição socioeconômica da comunidade local, com as normas edilícias e com as práticas culturais específicas, podendo existir inclusive variações entre diferentes partes da mesma metrópole.

Pensa-se, apesar da diversidade, pela experiência acumulada, que é possível estabelecer e detectar lógicas de produção, padrões e tipos específicos de tecido urbano, de sistemas de espaço livres (conforme estabelecido na primeira fase da pesquisa – QUAPÁ-SEL I) e padrões de parcelamento que mostrem a realidade da paisagem urbana nacional.

CONSIDERAÇÕES SOBRE FORMA URBANA

A forma espacial⁶ é entendida como resultado e fator social, pois é oriunda do trabalho dos homens organizados em sociedade, é prenhe de intencionalidades e simbolismos; não é mera coisa, oriunda da natureza (SANTOS, 2002, p. 64.). A forma espacial pode ser edifício, rua, praça, bairro, cidade, conjunto de cidades, etc..

A forma pode conter outras formas, a cidade contém inúmeras formas e está contida em outras tantas. Tratando de espaço, não estamos falando de simples geometria espacial, de mero espacialismo e sim de sistema complexo (MORIN, 2008), que compreende tanto a complexidade funcional (relativa à função que a forma desempenha) quanto a complexidade estrutural (relativa ao conjunto de informações, de elementos que a compõe) (MOLES⁷, 1971, p. 78, *apud* SANTOS, 2002, p. 69). Tão mais complexa estruturalmente é a forma, quanto mais apta estaria a dar respostas rápidas e eficazes. Pesquisa-se, portanto, como as cidades brasileiras (formas espaciais que são) estariam aptas a dar quais tipos de respostas? A quem?

O Movimento Moderno na arquitetura e urbanismo consolidou o paradigma “forma-função”, entretanto, houve diferentes correntes teóricas e formas de produção que se envolveram com a construção da forma e da paisagem urbana.

No Pós-Guerra, em fins da década de 1940, já se estabelecem críticas à cidade dispersa pelo zoneamento funcional, buscando a re-centralização onde possa se manifestar o *sentido da comunidade* (ARANTES, 2000). No Brasil, especificamente, apesar das diversas experiências de desenho urbano (Serra do Navio, Brasília), o planejamento se distancia da prática de projeto, restringindo-se à elaboração de

planos e seus respectivos índices. As formas geradas são resultantes de legislação específica, aplicadas por diversos agentes ou decorrentes da atuação informal de seus habitantes. De qualquer modo, o desenho intencional de trechos urbanos ficou restrito às ações pontuais.

Os aspectos funcionais, quantitativos, qualitativos, ambientais, figurativos ou estéticos da forma urbana, estão associados e assim devem ser considerados no processo de observação da paisagem, mas, também, conforme Hepner (2010, p.28)⁸, “[...] a interpretação desses aspectos depende [...] principalmente do contexto socioeconômico e cultural, ou seja, da ‘dupla morfologia’ existente na cidade”. Trata-se, cabe reiterar, da consideração da forma urbana como processo.

Os aspectos propositivos e práticos da morfologia urbana advêm do fato de buscar soluções para os problemas urbanos considerando as características quantitativas, de organização funcional, e as qualitativo-estéticas. Para tanto, há de considerar inúmeras variáveis como: o sítio (indissociável da produção das formas urbanas); os limites espaciais da mancha urbana; os vários elementos das escalas da rua a da cidade; o tipo de pavimento; os tipos de edifícios; os cheios e os vazios da cidade; etc. Todas as variáveis referentes aos espaços livres urbanos.

A investigação sobre a forma espacial urbana pelo urbanismo passa pela consideração do Desenho Urbano, como disciplina que tradicionalmente a estuda. Tal campo disciplinar ressurge com autonomia, formalmente reconhecido em meados do século XX, decorrente das críticas ao urbanismo moderno que levam a novas abordagens conceituais sobre a cidade. Nestas últimas décadas são muitas as contribuições teóricas e instrumentais para o Desenho Urbano, constituindo diversas vertentes e áreas de concentração que não apenas as da arquitetura e urbanismo.

Quatro abordagens do Desenho Urbano, relacionado à forma urbana, podem ser identificadas (HEPNER, 2010): metodológica (DEL RIO)⁹, epistemológica (MOUDON)¹⁰; a pragmática (CARMONA et al.)¹¹; e crítica (CUTHBERT)¹².

Na “abordagem metodológica”, o Desenho Urbano é vinculado ao processo de planejamento e, conseqüentemente, às políticas públicas. Estrutura-se a partir do trabalho do psicólogo ambiental David Canter (1977)¹³, no qual o espaço é percebido e interpretado pelo homem segundo três esferas distintas: “Os atributos físicos dos espaços, as atividades ou usos que lhe são atribuídos, e as concepções ou imagens geradas sobre estes espaços.” (HEPNER, 2010, p.51) Partindo destas esferas, Del Rio estabelece quatro categorias de análise do espaço urbano: i) morfologia urbana ou atributos físicos; ii) comportamento ambiental ou as atividades e usos que estabelecem a relação entre o homem e o espaço urbano; iii) análise visual; e, iv) percepção ambiental. Embora a formulação destas categorias não seja original de Del Rio, a importância de seu trabalho está na estruturação de metodologia que permite incorporar o desenho ou projeto urbano – como leitura da forma urbana – ao planejamento urbano, isso considerando as particularidades das cidades brasileiras.

A “abordagem epistemológica” busca identificar, reunir e sistematizar todas as áreas de concentração pertinentes ao desenho da forma urbana, adotando visão

mais ampla possível, ao invés de convicções, concepções e paradigmas individuais. Moudon define nove áreas de concentração dos estudos: i) história urbana: analisa a estrutura e forma das cidades e seus processos de transformação; as principais obras são de Mumford (1961)¹⁴, Benevolo (1980)¹⁵, Morris (1979)¹⁶, Kostof (1991)¹⁷; ii) estudos pitorescos: enfocam os atributos visuais das cidades e a paisagem urbana; a principal obra é a de Cullen (1961)¹⁸, além dos trabalhos pioneiros de Sitte (1889)¹⁹ e Unwin (1909)²⁰; iii) estudos imagéticos: tratam dos processos cognitivos relacionados com a vivência e reconhecimento do espaço urbano; a principal obra é a de Lynch (1960)²¹, incluindo ainda Ashihara (1983)²²; iv) estudos ambiente-comportamento: relacionados à psicologia e sociologia, avalia como o comportamento humano e as relações sociais são afetados pelo espaço segundo sua configuração formal, funcional e figurativa, enquanto possibilismo e probabilismo ambiental, refutando o determinismo ambiental; as principais obras são de Lang (1987)²³, Rapoport (1977)²⁴ e Gehl (1987)²⁵; v) estudos do lugar: com enfoque fenomenológico, baseado na experiência individual, segundo aspectos emocionais, detêm-se nos ambientes vernaculares e manifestações culturais; a principal obra é de Norberg-Schulz (1980)²⁶, incluindo ainda Whyte (1988)²⁷ e Lynch (1981)²⁸; vi) estudos da cultura material: com enfoque antropológico, concentra-se no estudo dos objetos (de utensílios ao ambiente construído) para entender, a partir deles, a sociedade e a cultura que os produziu; a principal obra é a de Venturi (1977)²⁹, mas cabe também citar a de Jackson (1980)³⁰; vii) estudos tipo-morfológicos: analisa a forma urbana segundo seus atributos físicos, os sistemas de relações espaciais e volumétricas que a estruturam, o processo evolutivo e como é gerada pela sociedade; as principais obras são as de Rossi (1966)³¹, Aymonino (1975)³² e Krier (1979)³³; viii) estudos espaço-morfológicos: concentram-se nas características fundamentais da geometria urbana, elencando elementos ou unidades espaciais e como estes se conjugam, gerando a forma urbana; as principais obras são as de Alexander (1971, 1977)³⁴; Hillier & Hanson (1984)³⁵ e Hillier (1996)³⁶; ix) estudos natural-ecológicos: entendem a ecologia urbana como componente fundamental no desenho urbano; as principais obras são as de McHarg (1969)³⁷, Spirn (1984)³⁸ e Hough (1995)³⁹.

A “abordagem pragmática” busca orientar o entendimento e a atuação de profissionais ligados ao desenho urbano através de amplas contribuições teóricas e práticas, ainda que partindo de experiências norte-americanas e britânicas e possibilita a transposição da teoria à prática através de três aspectos: i) o contexto de atuação: *contexto local* (particularidades incluindo características ambientais, climáticas, suporte físico, disponibilidade de recursos e tecnologia, relações sociais, necessidades materiais, cultura da população), *contexto global* (como o ambiente urbano local se relaciona com o meio ambiente global, ou “sustentabilidade” ambiental), *contexto do mercado* (formas de produção de espaço urbano, centrado principalmente na iniciativa privada), *contexto regulatório* (como o setor público regula e fiscaliza a estrutura legal que orienta a ação privada, ou políticas públicas); ii) as dimensões da intervenção: é o desenho urbano manifesto e percebido nos aspectos da realidade, através de seis dimensões – *morfológica, perceptual, social, visual, funcional e temporal*; iii) as formas

de implementação: processo de transposição do desenho urbano à realidade, que sempre deriva das intenções originais devido às alterações de contexto e incongruências entre as diferentes dimensões do próprio desenho urbano. São três os processos, todos interligados – *processo de promoção* (construção e adaptação do ambiente urbano para atender finalidades diversas, envolvendo diferentes agentes), *processo de controle* (papel desempenhado pelo setor público e suas ações regulatórias com reflexos na qualidade do ambiente urbano) e *processo de comunicação* (como concepções e projetos de desenhos urbanos são apresentados, discutidos e encaminhados pelos diferentes agentes, na esfera pública e privada).

A “abordagem crítica” define o desenho urbano como processo pelo qual a sociedade dá forma ao espaço que habita, atribuindo ao ambiente construído significados e valores. Sua proposta relaciona os diversos fatores envolvidos nos planos: social, econômico, político, cultural e ideológico, buscando compreender como afetam a produção do espaço urbano de maneira ainda pouco esclarecida. São dez os eixos temáticos, integrados de acordo com perspectiva crítica proposta por Cuthbert: *teoria* (desenho urbano como construção teórica); *história* (o que se pode aprender da história para o desenho urbano); *filosofia* (sistemas de significados informados pelo processo urbano); *política* (sistemas de valores e compromissos envolvidos no desenho das cidades); *cultura* (como sociedade e cultura dão origem à forma urbana); *gênero* (como este influencia o desenho urbano); *ambiente* (implicações do mundo natural); *estética* (reino dos sentidos em relação à forma urbana); *tipologias* (formas organizacionais identificadas no desenho das cidades); *pragmática* (o que os desenhadores urbanos devem conhecer).

Essas quatro abordagens, bem agrupadas por Hepner (2010), apresentam o estado da arte do estudo tradicional da forma no urbanismo (pela disciplina de desenho urbano). Nossa ênfase, entretanto, é da produção e apropriação da forma da cidade a partir dos espaços livres urbanos no Brasil contemporâneo, que incorpora os procedimentos das abordagens “pragmática” e “crítica”.

REFERÊNCIAS

Contextualizando-se nas estruturas ideológicas do urbanismo mundial, a década de 1970 marcou profundas mudanças no ensino e na prática do urbanismo: as discussões até então pautadas nos referenciais técnicos (questões construtivas e de ordem sanitária) e estéticos passaram a focar os processos e os problemas sociais urbanos. Em comum e permanente, as duas propostas não tratam das questões vinculadas à forma urbana, à organização espacial e social. De um lado, as questões que tratam das normas de ordenação das estruturas espaciais urbanas que se mostram incapazes de oferecer minimamente níveis de interação social. De outro, a aparente “desordem” da geometria irregular, da sobreposição de formas, usos e atividades não previstos nos instrumentos de análise do planejamento e do desenho urbano tradicionais.

Os “desenhadores do espaço urbano” trataram de, nas palavras de Nelson (1984),

quebrar suas lapiseiras jogando-as fora e, deixando de falar a linguagem própria, aderiram ao mau “sociologês”, “economês”, “geografês”... Afastando-se do problema e da razão de ser da forma do espaço e da sociedade materializada nas formas urbanas. Negando-se a desenhar as ruas, as esquinas e as infraestruturas.

Daí a necessária retomada das discussões sobre a forma urbana. Investigando-se as origens, as razões e os comportamentos dos indivíduos nas formas sejam elas reguladas ou controladas pelo Estado, por meio de seus índices e planos, ou, sejam elas “autônomas”, produzidas sem a intervenção estatal.

A década de 1990 foi marcada no Brasil por discussões que apontavam para o recuo do espaço público na cultura urbana contemporânea. Frúgoli Jr (1995) evidencia a deterioração dos espaços públicos e o surgimento dos espaços privatizados palco das novas relações sociais na vida pública (*malls*, condomínios fechados, centros empresariais, entre outros), além de procedimentos privatizantes que incorporam o espaço público com destinação “socioambiental”. Na mesma linha, Regina Meyer considera que atividades tipicamente urbanas foram transferidas para novos espaços, produzidos segundo novos valores e a partir de novos instrumentos urbanísticos como ruas e praças abrigadas, protegidas a partir de novas concepções de cidade e de vida urbana.

Os anos 1990 se caracterizaram ainda por motivações teóricas e político-partidárias da geração engajada na luta pela reforma urbana e que objetivavam o desmanche dos dogmas e fórmulas do “bom planejamento”, a partir da associação com lideranças comprometidas com a transformação das cidades brasileiras. Dentre elas, destaca-se Raquel Rolnik (1997) que busca a “ordem urbanística”, a partir da formulação de pacto territorial entre alguns setores e mercado, que preside o desenvolvimento das cidades há décadas. Pelo mesmo caminho da militância em movimentos populares urbanos, Ermínia Maricato aborda o *apartheid urbano*, resultado da articulação contraditória entre a norma e a infração no espaço da metrópole brasileira associado à sociedade de classes, cujas relações encontram-se calcadas no favor, no privilégio e na arbitrariedade que, para ela, negam a universalidade dos direitos (embora previstos na norma legal) ou a negação da cidadania e da dignidade, confundindo a coisa pública e negócios privados, o governo e o Estado.

No início dos anos 2000 foi promulgada na forma de Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida por Estatuto da Cidade, que estabeleceu normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Estabelecendo a política urbana que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, criando instrumentos urbanísticos que a viabilizem. O Estatuto foi o resultado de série de críticas dirigidas aos planos diretores e seus zoneamentos. A essa situação, seus críticos buscaram alternativas à visão tecnocrática dos planos e do processo de elaboração das estratégias de regulação urbanística tratando a cidade como objeto puramente técnico. Para eles, o planejamento apenas estabelece padrões

satisfatórios (pelas regulações urbanísticas), ignorando conflitos, desigualdade de condições de renda e sua influência sobre o funcionamento dos mercados urbanos, excluindo a população do uso e fruição da cidade. Recentes, os instrumentos de indução para o desenvolvimento urbano presentes no Art. 4º, merecem destaque, pois tratam de temas vinculados ao planejamento tais como parcelamentos, distribuições, outorgas, desapropriações, operações urbanas, entre outros. Novamente, não se faz nenhuma menção à forma urbana.

Na FAUUSP, a partir dos anos de 1970, começaram a se desenvolver estudos e pesquisas referentes à paisagem urbana, nas quais espaços livres e forma urbana estão intimamente associados. Estes trabalhos iniciados primeiramente com a Dra. Miranda Magnoli foram continuados pelo Dr. Silvio Soares Macedo, que adotou este binômio como referência para seus estudos e pesquisas, assim como de seus orientandos. Nos anos de 1980 as preocupações foram somadas as do grupo de desenho urbano de Brasília, para cujos seminários foram preparados textos e artigos sobre o assunto.

Na década de 1990, com a implantação do Laboratório da Paisagem/QUAPÁ, estes estudos foram feitos de maneira continuada, dando origem a diversas publicações e pesquisas. Em 2006, dentro do Laboratório, foi iniciado o projeto temático QUAPÁ-SEL, que objetivou estudar os sistemas de espaços livres e a esfera pública contemporânea na cidade brasileira.

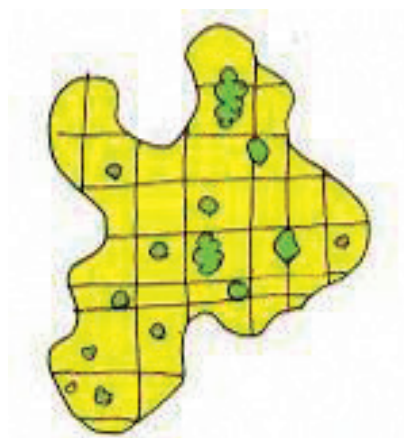
Esta pesquisa produziu conjunto de conceitos sobre o assunto e seus mapas temáticos apontam para o processo de crescimento e expansão das cidades brasileiras, pautado por duas lógicas distintas. Na primeira, os elementos que geram e controlam a forma urbana são resultado direto da materialização dos índices urbanísticos criados pelas secretarias municipais de planejamento. Na segunda, despontam os princípios espaciais autoproduzidos (SANTOS, 1984), espontâneos, identificados na paisagem por meio de loteamentos clandestinos, habitações sem registro, ocupações ilegais (TURKIENICS, 1984) que se esparramam sobre o suporte físico. Uma vez criada (espontânea ou fruto de regulamentação), a forma física tende a se institucionalizar e a se reproduzir como padrão, determinando as relações e as práticas sociais nos novos espaços construídos. Paralelamente, a pesquisa gerou diferentes núcleos de pesquisa pelo país afora, totalizando, em 2011, cerca de 15 núcleos de trabalho com tais enfoques.

No Projeto QUAPÁ-SEL I, focamos por vezes essa relação, da produção e apropriação, ao identificarmos que a cidade brasileira não tem forma padronizada, embora apresente algumas características comuns. Esse fato pode ser constatado pela forma da mancha urbana e da inserção desta no suporte físico, que configuram, somente por estes quesitos, paisagens diferentes.

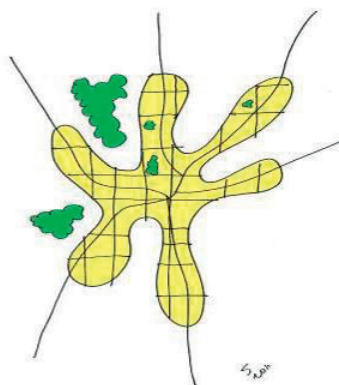
Entende-se como mancha urbana a área ocupada pelas construções contidas dentro do perímetro da urbanização seja esta de portes diversos de acordo com a dimensão física: lugarejo, cidade ou metrópole. As cidades, de acordo com suas manchas urbanas, podem se apresentar de diferentes formas. São elas:



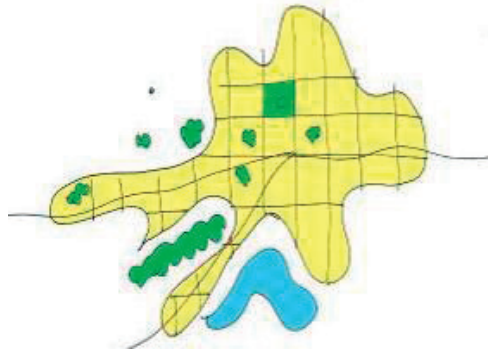
I – lineares: encontradas em meio a vales incrustados em meio a serras e terrenos de alta declividade, orlas marinhas e fluviais e ainda ao longo de estradas. Neste caso os espaços livres do entorno são de fácil acesso ou visualização.



II – compactas: cidades que podem ter sua origem em qualquer das outras formas listadas, que com o crescimento vão assumindo forma compacta e contínua. No caso é mais necessária a existência de espaços livres para recreação dentro da mancha urbana.



III – tentaculares: estruturadas por núcleo central, compacto, do qual irradiam braços de urbanização ao longo de eixos viários, vales ou corpos d'água.



IV – mistas: o tipo mais comum.

Estas denominações são apenas referências para a classificação mais detalhada de acordo com os sistemas de espaços livres e a mancha urbana como um todo. São elas:

I – sistema de espaços livres inserido em mancha urbana compacta, caso de cidades como Belo Horizonte, Campo Grande, Maceió, Maringá, Recife, Ribeirão Preto e São Paulo.

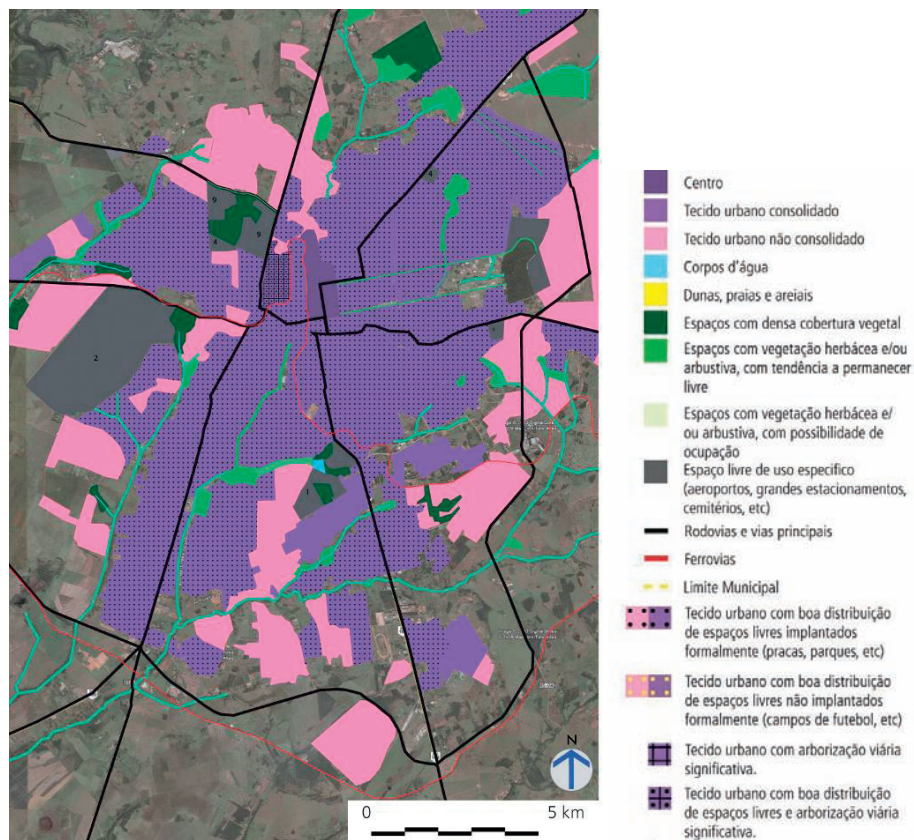


Figura 1 - Sistemas de Espaços Livres para o Município de Campo Grande.
Fonte: Acervo QUAPÁ – Silvio Soares Macedo

II – sistema de espaços livres inserido em mancha urbana descontínua fragmentada, dispersa em duas ou várias unidades como: Rio Branco, Santa Maria, Suzano, além do caso das metrópoles de Campinas e Brasília.

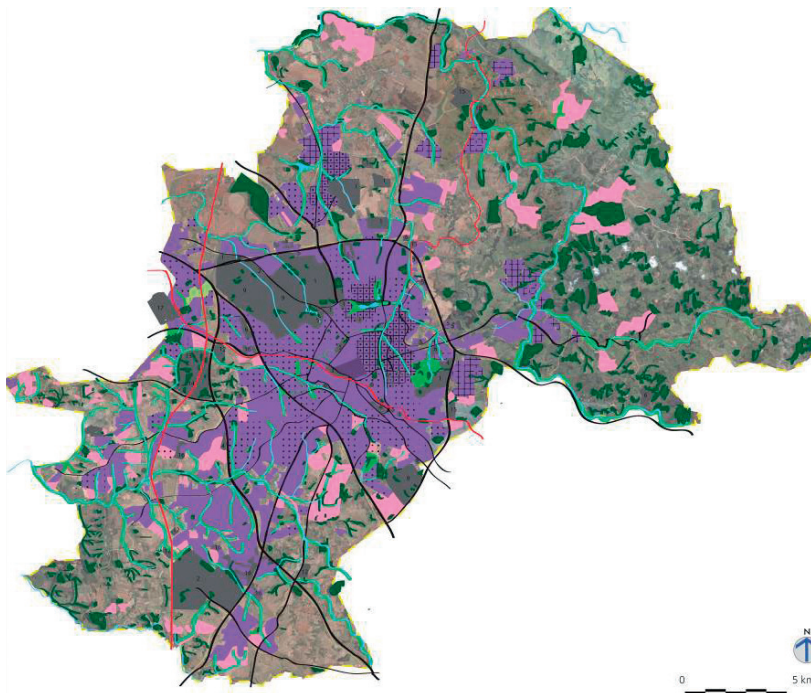


Figura 2 - Sistemas de Espaços Livres para o Município de Campinas.
Fonte: Acervo QUAPÁ – Silvio Soares Macedo

III – sistema de espaços livres inserido em mancha urbana descontinuada, totalmente ou em parte, por elementos naturais de grande porte, caso do Rio de Janeiro e Florianópolis em sua porção insular, assim como Porto Alegre, Salvador, Natal e Vitória.

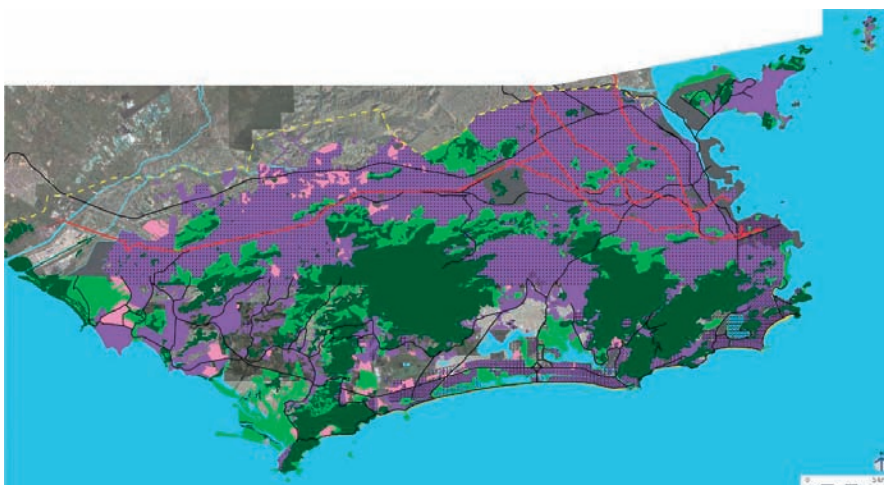


Figura 3 - Sistemas de Espaços Livres para o Município do Rio de Janeiro.
Fonte: Acervo QUAPÁ – Silvio Soares Macedo

IV – sistema de espaços livres inserido em mancha urbana descontínua fragmentada, total ou parcialmente, por elementos naturais pulverizados, caso de Belém, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Palmas, São Luís e Sorocaba.

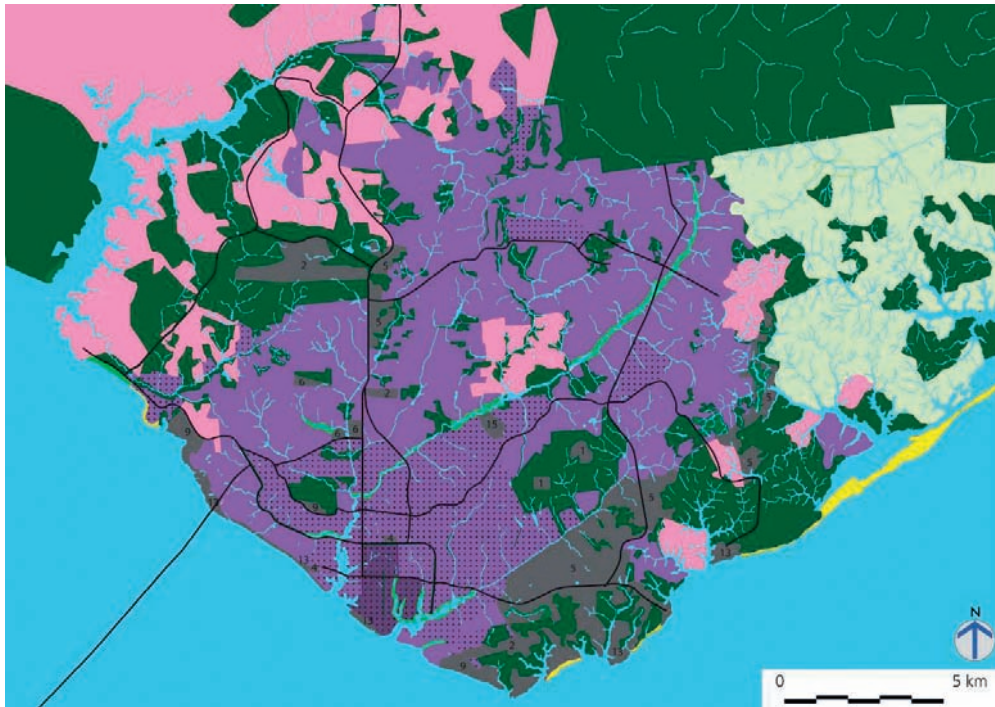


Figura 4 - Sistemas de Espaços Livres para o Município do Manaus.
Fonte: Acervo QUAPÁ – Silvío Soares Macedo

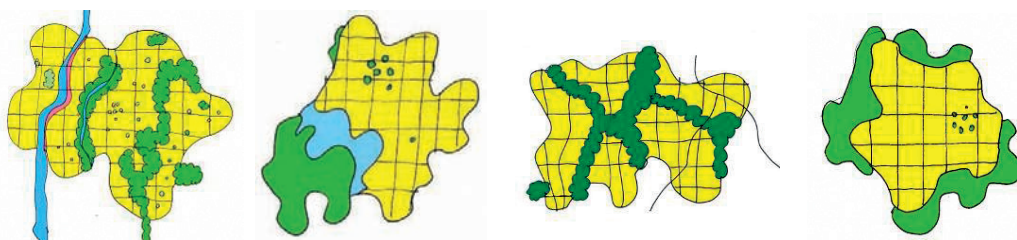
No caso de descontinuidade esta se dá pela inserção de elementos diversos do suporte físico, estuários, lagoas e dunas, ou por elementos de cobertura de porte como bosques e florestas.

Muitas dessas formas podem permanecer ao longo dos tempos devido às limitações ao crescimento, impostas pelo relevo e águas, até aquelas que se alteram rapidamente com o espraiamento urbano por áreas nas quais os obstáculos do suporte físico são modestos, expansão essa devido ao crescimento da população e das atividades econômicas.

Grandes metrópoles, como São Paulo, exigiram para seu crescimento a “superação” de barreiras físicas, como a erradicação/drenagem de extensas áreas alagadiças ao longo das calhas dos principais rios que correm pelo planalto onde se situa. O Rio de Janeiro, que teve sua área plana constantemente ampliada por aterros que ganharam terras do mar, de alagadiços e de manguezais, tendo assim a feição de sua mancha urbana alterada por meios técnicos, apesar das limitações apresentadas pelo suporte físico.

Cada mancha urbana contém conjuntos de tecidos urbanos e sistema de espaços livres particulares, que guardam entre si características similares devido às suas condições de formação e padrões culturais, urbanísticos, paisagísticos e econômicos. As figuras a

seguir mostram os elementos constantes nos sistemas, sendo os diversos tecidos urbanos vistos como mancha amarela recortada por quadrículas, que representam o sistema viário, e são ainda recortadas por manchas verdes, que representam vegetação de porte e/ou parques, e praças e azuis, que representam corpos d'água.



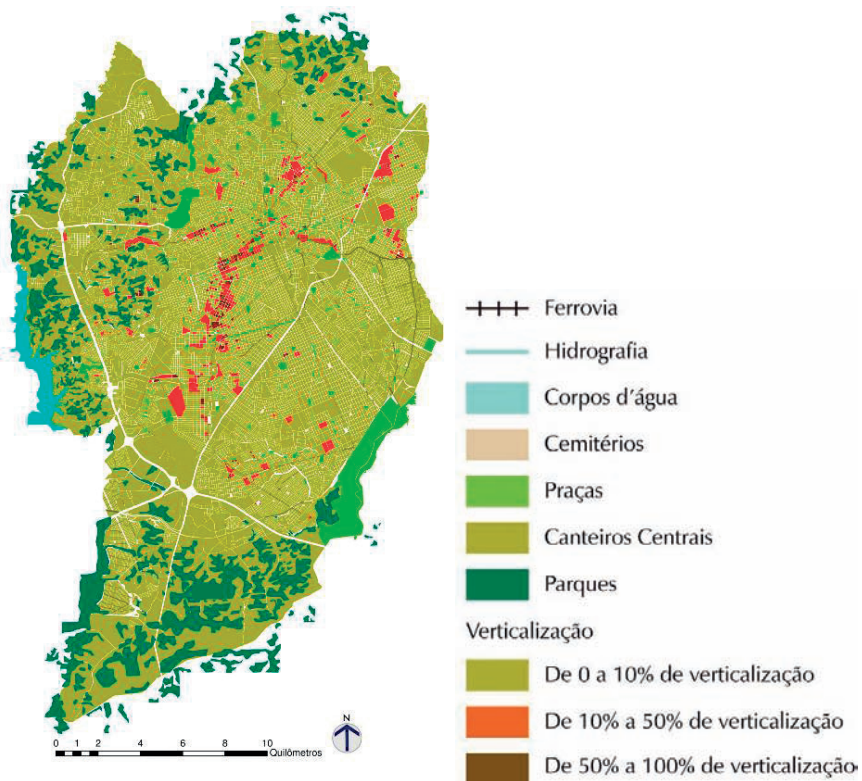
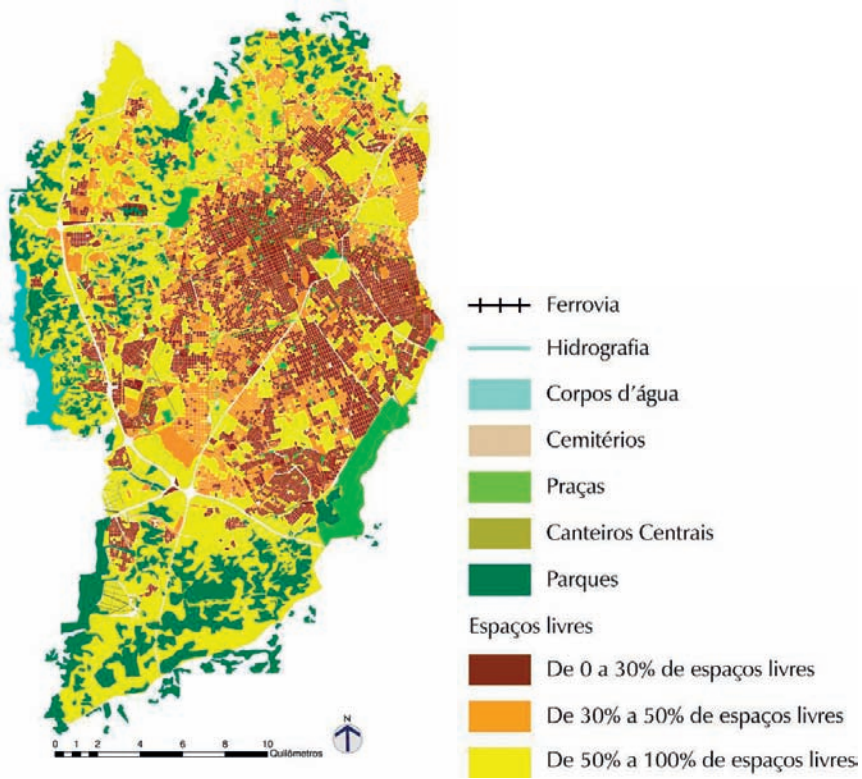
Tais figuras são simplificações, mas representam as possibilidades estruturais em que se podem apresentar as manchas urbanas das cidades. Além disso, a possibilidade de acesso de seus moradores aos espaços livres e à realização da esfera pública está diretamente vinculada à forma do perímetro da cidade e sua dimensão nos remetendo, novamente, à consideração do processo social urbano e, assim, ao aspecto não autônomo da forma.

Por outro lado, a aproximação com a forma urbana veio com a construção dos mapas temáticos que, na medida em que verificaram índices de espaços livres por quadra e de verticalização, mostraram as altas porcentagens construídas e, portanto os padrões genéricos da forma urbana vertical e horizontal, tendo-se assim bases de avaliação prévia da relação 'massas construídas' e 'espaços livres'. O cruzamento desses mapas com imagens de quadras-tipo, desenhos em escala e fotos nos mostram fragmentos de tecido e forma urbana, que são estruturados pela massa de espaços livres e edificados, que apresentam especificidades, similaridades, e demonstram as características genéricas e específicas de cada cidade estudo. A partir desse e com a criação de outros, apoiada pelo conhecimento dos agentes e atores, será possível avançar nas questões propostas.

JUSTIFICATIVA

A forma urbana é a expressão fundamental do espaço urbano, palco e resultado dos principais processos sociais – culturais, econômicos e políticos – da escala do cotidiano à escala das ações de diferentes atores hegemônicos. As relações entre os sistemas de espaços livres e a forma urbana são pouco consideradas no âmbito das políticas públicas que incidem diretamente sobre o espaço urbano.

No campo da gestão ambiental, por exemplo, pouco existe de consistente em relação à discussão da importância da cidade e em especial de seus espaços livres como elementos a serem considerados como agentes de qualidade ambiental. Como as sociedades contemporâneas são cada vez mais urbanas, pensa-se que esta é uma discussão relevante a ser considerada e pesquisada.



Figuras 5 e 6 - Espaços livres intraquadra e verticalização intraquadra para o município do Manaus.
Fonte: Acervo QUAPÁ – Silvío Soares Macedo

A separação de conhecimentos sobre o espaço urbano e o ambiente urbano, embora necessária no âmbito do aprofundamento de certos objetos científicos, acarreta, por outro lado, processo que leva a fragmentação e fragilidades que dificultam o avanço de políticas públicas a respeito da qualificação de ambos.

Este Projeto Temático pretende colaborar, no âmbito acadêmico, para o ensino e a pesquisa em Paisagismo, Urbanismo, Planejamento Urbano, Geografia Urbana e Gestão Ambiental. A interação do que é construído com os elementos do clima é outro fator que pouco se discute. Como se estruturam formalmente as cidades brasileiras em território de dimensões continentais, cujos lugares sofrem a ação de diversos climas e quais são os resultados dessas interações? As sazonalidades, as circulações de ventos, entrada e saída de energia nas áreas de alta ou de baixa densidade construída, são fatores que demonstrariam as relações da influência do macroclima sobre o microclima e como estes últimos respondem àqueles, e como estes afetam o cotidiano urbano.

Por outro lado, a produção da cidade é feita pelos mais diversos agentes. Parte-se do princípio que devido à concentração de capital, população e objetos espaciais que caracterizam a cidade, é necessário qualificar a forma urbana e os espaços livres para que se possibilite o encontro público, as trocas culturais e comunicacionais (HABERMAS, 1981) e não apenas as mediadas pelo mercado.

A cidade é o espaço preferencial da acumulação capitalista e da reprodução da força de trabalho, é nela que se estabelece o preço e o valor da dessa força, das ideias e dos objetos; por outro lado, é a cidade, como forma espacial, também, o principal espaço de resistência aos processos hegemônicos, do estabelecimento da cultura e das oportunidades de exercício da cidadania. Importa, pois, compreender a produção e apropriação das formas em movimento se se deseja qualificar não apenas as formas, mas a construção do *lócus* que contribua para o estabelecimento da condição cidadã de seus vivenciadores – conforme hipótese enunciada pelo QUAPÁ-SEL – Núcleo São Paulo (QUEIROGA et al., 2009).

A cidade brasileira caracteriza-se por ser espaço de desigualdade social, que varia de cidade a cidade, de estado a estado, existindo nas três últimas décadas grande incremento da urbanização nacional, que hoje contém grande parte da população do país. Por outro lado, as transformações da forma urbana e, portanto, de seus espaços livres têm sido drásticas nestes últimos 30 anos. Consequência das relevantes transformações sociais e econômicas, com novas formas de habitação, de estruturas locacionais e formais de indústrias e comércio e com os fatos derivados da dispersão urbana, tanto formal como funcional em andamento.

Com este Projeto Temático de Pesquisa ambiciona-se compreender as relações entre os principais agentes envolvidos no processo – concepções, produção em estrito sentido, distribuição e apropriações. Espera-se:

(1) a construção de referencial metodológico para a análise qualitativa das relações entre os sistemas de espaços livres e forma urbana, e entre estas e a estrutura ecológica pré-existente;

- (2) o estabelecimento de critérios de avaliação destas relações;
- (3) a formulação de sistemas de variáveis que orientem ações propositivas de qualificação da forma urbana, considerando suas relações com os espaços livres e sua contribuição para a esfera pública. Subsidiando, portanto, na formação de insumos para ações do Poder Público;
- (4) o estabelecimento de princípios de dependência entre os sistemas de espaços livres e as estruturas construídas, criando referências sobre os modelos e padrões morfológicos existentes;
- (5) o estabelecimento dos tipos de implicação entre os sistemas de espaços livres e a forma urbana existente e os processos de degradação ambiental em andamento, em especial aqueles que dependem ou que se dão pela inexistência de espaços livres qualificados;
- (6) a verificação do papel dos agentes públicos e privados que levam à configuração dos fenômenos detectados em 1, 4 e 5;
- (7) verificação de como se distribuem as variáveis climáticas nas latitudes das cidades em estudo e seus comportamentos específicos em resposta à dinâmica dos elementos.

OBJETO

O objeto deste projeto é sistema de sistemas, objeto complexo na acepção de Morin (2008), no caso o sistema de relações que se estabelecem entre sistemas de espaços livres e a forma urbana. Como realidade concreta para a investigação (concreto pensado), toma-se as metrópoles brasileiras e cidades médias do interior que apresentam, na atualidade (2010- 2014), significativa dinâmica do processo de produção do espaço urbano.

Desta maneira, e objetivando a continuidade dos trabalhos da Rede Nacional de Pesquisa QUAPÁ-SEL, escolheu-se preliminarmente as seguintes cidades ou metrópoles: Assis, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campina Grande, Campinas, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Jundiaí, Limeira, Macaé, Manaus, Maringá, Natal, Palmas, Porto Alegre, Presidente Prudente, Recife, Ribeirão Preto, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Carlos, São Luís, São Paulo, Santos, Sorocaba, Teresina, Uberlândia, Umuarama e Vitória⁴⁰. Inclui-se, portanto, capitais de todas as regiões do país, compondo amostra bastante representativa das grandes cidades brasileiras e, também, amostra significativa de cidades de porte médio (de cem a menos de um milhão de habitantes). Para muitas das cidades trata-se de continuidade e aprofundamento da leitura e estudo novo para as demais, pois não estavam incluídas no primeiro projeto de pesquisa (as cidades acima em *itálico*).

O privilégio pelas capitais acaba propiciando:

- (1) o estudo preferencial por realidades metropolitanas, uma vez que a maioria das metrópoles brasileiras se constitui nucleada por capitais estaduais;
- (2) a investigação sobre os principais modelos de urbanização contemporânea, pois o capital imobiliário de maior escala tem nas metrópoles sua maior atividade e nelas realiza o desenvolvimento de novos modelos de empreendimentos;

(3) o estudo de legislações urbanística e ambiental, mais sofisticadas (geralmente), que acabam frequentemente servindo de modelo (de adequação questionável) para as cidades de menor porte;

(4) a análise dos investimentos públicos estaduais mais expressivos nos sistemas de espaços livres, pois têm nas capitais seu *locus* preferencial;

(5) a análise dos investimentos municipais no setor;

(6) o estudo dos principais investimentos privados no tecido urbano, tanto de programas específicos, “Minha Casa, Minha Vida”, como na constituição de loteamentos e condomínios fechados; nesta nova etapa será dada atenção especial à produção privada, nas suas diversas escalas, de fato a principal responsável pela constituição do tecido urbano de qualquer cidade e, portanto, de seu sistema de espaços livres.

(7) a investigação dos investimentos e políticas federais para o setor habitacional;

(8) a abrangência conveniente do território nacional, pois permite a avaliação de realidades díspares, ao mesmo tempo em que permite criar referências urbanísticas e paisagísticas.

A seleção de cidades médias, sobretudo interioranas, agrega à discussão das metrópoles e capitais, a questão da difusão da cultura urbanística dos principais centros urbanos nacionais e as especificidades de processos locais. Também, permite-se comparar processos distintos entre as cidades médias, dada a inserção diferenciada das cidades selecionadas em suas respectivas redes urbanas, algumas são centros regionais afastados das metrópoles, outras integram complexos metropolitanos expandidos.

OBJETIVO GERAL

Compreender as principais relações processuais contemporâneas entre sistemas de espaços livres e forma urbana das cidades brasileiras, entendendo o papel dos agentes envolvidos – o Estado, o mercado, os vivenciadores – no processo de produção, *lato sensu*, do espaço urbano.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender as principais estruturas da forma urbana e sistemas de espaço livre da cidade brasileira;

- Sistematizar as formas urbanas de cada localidade em pauta, de modo a se ter visão geral e crítica do principal conjunto de formas urbanas da cidade brasileira, até hoje desconhecido em sua totalidade, o que é fundamental para futuras ações e estudos;

- Estabelecer procedimentos de método de análise qualitativa e critérios de avaliação dos sistemas de espaços livres e formas urbanas no que tange:

(1) ao seu potencial desempenho para o estabelecimento da vida pública;

(2) ao grau de obsolescência e vitalidade de diferentes tipos de espaços livres e formas construídas;

(3) ao entendimento de significados cotidianos e simbólicos;

(4) à sua contribuição ambiental: drenagem, microclima, macroclima, estabilidade do solo, conservação e dinâmica ecológica (manguezais, dunas, florestas urbanas, cerrados, etc.);

(5) a discussão de alternativas projetuais dos espaços livres existentes e suas relações com tecidos urbanos preexistentes.

- Contribuir para propostas de políticas públicas – planos e projetos – que visem à qualificação dos sistemas de espaços livres e das formas urbanas no que concernem aos itens citados acima.

- Gerar material gráfico e iconográfico específico, que contribuam para este estudo, para o acervo do Laboratório QUAPÁ e dos centros de pesquisa parceiros, de modo a colaborar neste estudo, em estudos correlatos e a demandas do público em geral.

MÉTODO

Parte-se do princípio que:

- a sociedade e a cidade brasileira são desiguais, em termos sociais e econômicos, tanto entre si como em seu interior, sendo a desigualdade de renda da população o principal indutor das características e da conformação do espaço e da paisagem urbana;

- que os padrões de urbanização estão totalmente vinculados ao modelo de transporte priorizado, a do veículo automotor, que associado com o desenvolvimento tecnológico e a qualificação e expansão dos sistemas viário e rodoviário determinam novas formas de mancha e tecido urbano e a dispersão física e/ou funcional dos núcleos urbanos dos mais diferentes portes;

- toda cidade tem sistema de espaços livres e forma urbana determinada e que entre as cidades estas figuras têm elementos comuns entre si e outros tantos específicos;

- que as formas de apropriação dos espaços livres têm lógicas comuns, que de certo modo permitem a identificação de similaridades e especificidades;

- que a conservação ambiental, apesar de ser parte da agenda urbanística, de fato não correspondeu a resultados consistentes em termos urbanísticos, tanto pela falta de recursos aplicados como pela dificuldade dos grupos envolvidos de enfrentar os confrontos com os processos e demandas da urbanização e vice-versa;

- o Poder Público é o principal produtor e gestor dos espaços livres de recreação e conservação, não investindo, em geral, recursos suficientes para o atendimento das demandas da população e ambientais;

- a iniciativa privada, constantemente, tem lançado novos produtos no mercado, como condomínios habitacionais e corporativos de todos os tipos e dimensões, loteamentos fechados e *resorts*, habitações populares, *shopping centers*;

- existe conhecimento acumulado suficiente nos diversos centros de pesquisa da rede Quapá - Sel sobre forma urbana e, em especial, sobre espaços livres que permitem que se iniciem estudos consistentes sobre o assunto. As referências teóricas e metodológicas

existentes no Laboratório QUAPÁ, acumuladas desde seu início em 1995, e os trabalhos de seus pesquisadores e seus orientandos, assim como de outras áreas de pesquisa da FAUUSP, em especial dos grupos associados, constituem bases consistentes para iniciar os trabalhos de pesquisa.

Tendo em vista estas premissas e este conhecimento acumulado, pretende-se atingir os objetivos acima enunciados com as seguintes ações:

(1) revisão da bibliografia para o aprofundamento da fundamentação teórica;⁴¹;

(2) revisão da bibliografia referente ao “estado da arte”;

(3) leitura das legislações urbanística e ambiental, referentes aos estudos de caso e realização de modelos digitais das volumetrias possibilitadas segundo os parâmetros impostos pela lei de modo a investigar os tipos de espaços livres gerados e as estruturas das formas urbanas possíveis;

(4) realização de oficinas temáticas, com duas finalidades distintas. Seriam:

tipo 1 – ou tradicional, com duração de três dias e seguindo o modelo das efetuadas anteriormente no projeto de pesquisa QUAPÁ-SEL, buscando entender o sistema de espaços livres local e a morfologia da cidade em questão. Serão efetuadas, neste formato, com três dias de duração, apenas nas cidades não pesquisadas anteriormente:

dia 1 - visita de campo guiada e sobrevoo pelos pesquisadores de São Paulo e locais;

dia 2 - apresentação pela comunidade local dos estudos referentes ao assunto em pauta na forma de palestras e debates;

dia 3 - atividade coletiva/prática de avaliação por meio de mapas e dados do sistema de espaços livres locais, tendências de crescimento urbano, conflitos ambientais e programas de ação estatais e privados e formulação de mapas e tabelas-síntese sobre o assunto.

tipo 2 – buscando discutir questões específicas sobre forma urbana e espaços livres, sendo efetuadas em dois dias:

dia 1 - apresentação pela comunidade local dos estudos referentes ao assunto em pauta na forma de palestras e debates;

dia 2 - atividade coletiva/prática envolvendo todos os componentes e focando sobre as relações espaços livres/forma urbana, com a formulação de mapas temáticos de tecidos urbanos, investimentos públicos e privados e dinâmica ecológica e tabelas e mapa-síntese de conflitos e potenciais.

Nas cidades em que foram feitos voos há mais de três anos se prevê novo voo para atualização de dados e, portanto, um dia a mais de atividades.

No caso, entende-se como oficina, reuniões de trabalho promovidas pelo grupo de pesquisa local, congregando agentes públicos e privados locais e pesquisadores universitários, que trarão informações sintetizadas do estado da arte local sobre os assuntos em pauta e farão trabalho coletivo de análise das ações em andamento e do sistema e da forma urbana existente, com ênfase nos atributos qualitativos de uso, ambientais e na forma urbana existente. Para este projeto os objetivos em pauta serão aqueles elencados anteriormente.

- (5) elaboração de mapas temáticos utilizando bases para ArcGis e fotos aéreas:
- i. de padrões do tecido urbano (em anexo protótipo deste tipo de mapa);
 - ii. de cobertura arbórea urbana intraquadra e viária;
 - iii. de dinâmica ambiental: confrontando a ocupação urbana/mancha urbana frente ao suporte físico, analisando a cobertura vegetal, drenagem, rede hídrica, tipo de solo, impactos nas estruturas naturais e ecossistemas significativos;
 - iv. de espaços ocupados por loteamentos fechados e condomínios de grande porte (mais de um hectare);
 - v. de densidades urbanas – populacional e habitacional;
 - vi. elaboração de mapas-síntese por cidade, enfatizando as dinâmicas urbanas, ou seja, confrontando a ocupação urbana consolidada e em curso frente às estruturas naturais, expansão urbana, novos tecidos, distribuição da população e infraestrutura;
 - vii. mapeamento de APPS urbanas de fato existentes e determinadas pela legislação.
- (6) interpretações de levantamentos de campo e dos mapas realizados no Projeto QUAPÁ-SEL I, confrontando-se com produção cartográfica do QUAPÁ-SEL II (mapa de padrões de tecido urbano e mapa de cobertura arbórea); confrontando as determinantes locais de clima com os canyons criados pela forma urbana local;
- (7) construção de modelos tridimensionais de tipos de espaços livres e volumetrias mais frequentemente encontradas;
- (8) estudos climáticos específicos sobre as cidades em questão e sua relação com os espaços livres e a forma urbana, de modo a validar ou não padrões existentes;
- (9) estudos das dinâmicas do mercado imobiliário, seus novos produtos e sua relação com as configurações urbanas, novas e preexistentes;
- (10) estudos das dinâmicas populacionais com utilização de dados produzidos pelos censos demográficos (2000-2010) desagregados por setor censitário;
- (11) estudos de caso sobre a apropriação de subsistemas de espaços livres e forma urbana na escala intraurbana, cotejando com dados quantitativos e microclimáticos (por intermédio de iniciações científicas e mestrados);
- (12) continuidade na realização de Colóquios anuais internos à Rede Nacional QUAPÁ-SEL para socialização de resultados, aperfeiçoamentos de método, aproximação das diferentes abordagens e formulação de conceitos comuns. O Colóquio de n.º será realizado em São Paulo no início do segundo semestre de 2010;
- (13) análises parciais e gerais dos resultados;
- (14) elaborações de artigos para publicação de resultados parciais;
- (15) elaboração de texto-síntese/livro com resultados finais do Projeto Temático.
- Pela escala de abrangência e pela complexidade temática a equipe São Paulo/Laboratório QUAPÁ, além da participação dos pesquisadores da Rede Nacional QUAPÁ-SEL estabelecida, contará com a participação de consultores das áreas a seguir, sugerindo-se às demais equipes a criação de grupos multidisciplinares. Seriam elas:
- aferição de dados macro e microclimáticos em espaços livres e diferentes formas urbanas (Dr. Ricardo Augusto Felício e Dr. Jaschke Machado – Geografia/USP, Geografia/UNESP Presidente Prudente);

- produção imobiliária e forma urbana (Dr. João Meyer – AUT-FAUUSP);
- políticas públicas habitacionais e forma urbana (Dr. João Sette Whitaker – LABHAB-FAUUSP);
- geografia crítica da forma urbana (Dra. Vanderli Custódio – IEB-USP);
- dinâmicas populacionais e forma urbana (Dr. Manoel Lemes da Silva Neto – PO-SURB/PUC-Campinas).

RESULTADOS

Este projeto temático de pesquisa tem como resultados esperados:

- a formulação de quadro teórico-conceitual atinente à realidade atual das grandes cidades brasileiras e, com maior aderência, evidentemente, às cidades e metrópoles selecionadas para esta pesquisa;
- o estabelecimento de método de análise de relações entre sistemas de espaços livres e forma urbana aplicáveis à realidade nacional;
- a constituição de amplo quadro nacional referente às relações entre os atuais processos de produção dos sistemas de espaços livres e das formas urbanas e os padrões formais estabelecidos em cada cidade, derivados dos procedimentos vernaculares e de mercado e ainda da legislação urbanística e ambiental existente;
- o entendimento do comportamento climático nas cidades avaliadas e as supostas respostas destas a tal contexto climático, isto é, os padrões de espaços livres e formas existentes e sua adequação a tais contextos;
- a proposição de sistema de critérios de avaliação da qualidade dos sistemas de espaços livres e formas urbanas considerando seu potencial para a vida urbana e seu desempenho ambiental;
- a formulação de críticas gerais e específicas sobre o assunto a partir de parâmetros de análise que considerem sistemicamente as variáveis envolvidas, evitando-se, portanto, a formulação de “manuais da forma urbana”;
- o fortalecimento da Rede Nacional QUAPÁ-SEL e de procedimentos de pesquisa que considerem a contribuição multidisciplinar e interdisciplinar;
- a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores em diferentes níveis (da iniciação científica ao pós-doc);
- a publicação de resultados parciais em revistas científicas da área e em eventos científicos;
- a publicação final de livro com divulgação dos resultados.

Cronograma

Atividade por ano e semestre	Ano 1 Sem I	Ano 1 Sem II	Ano 2 Sem I	Ano 2 Sem II	Ano 3 Sem I	Ano 3 Sem II	Ano 4 Sem I	Ano 4 Sem II	Ano 5 Sem I	Ano 5 Sem II
Leitura de fundamentação teórica										
Leitura temática										
Leitura e interpretação de legislação										
Formatação de modelos/volumetrias derivadas de legislação e vernaculares										
Oficinas										
Colóquios										
Mapas de tecidos urbanos										
Mapas de cobertura arbórea										
Mapas de dinâmicas ambientais e estudos climáticos										
Interpretação cartográfica										
Análise do material fotográfico										
Mapas-síntese										
Estudos de caso (apropriação), estudos climáticos, etc.										
Análises e interpretações finais										
Divulgação de resultados parciais										
Redação de publicação final										

Notas

- 1 Entre os pioneiros dos estudos morfológicos no país estão: Benamy Turkienicz, Frederico Holanda, Maria Elaine Kohlsdorf e Vicente Del Rio Nascimento.
- 2 MASCARÓ, Juan L. *Infra-estrutura da Paisagem*. Porto Alegre: Masquatro, 2008.
_____. *Loteamentos Urbanos*. Porto Alegre: Masquatro, 2005.[2003]
MASCARÓ, Juan L.; YOSHINAGA, Mario. *Infra-estrutura Urbana*. Porto Alegre: Masquatro, 2005.
MASCARÓ, Lucia E. A. R. de; MASCARÓ, Juan L. *Vegetação Urbana*. Porto Alegre: L. Mascaró, J. Mascaró, 2002.
- 3 O projeto QUAPÁ-SEL estudou, prioritariamente, com diferentes graus de profundidade, as seguintes cidades ou regiões metropolitanas: Araraquara, Bauru, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Jundiaí, Limeira, Maceió, Manaus, Maringá, Natal, Palmas, Piracicaba, Porto Alegre, Recife, Ribeirão Preto, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salto, Salvador, São Carlos, São Luís, São Paulo, Santa Maria, Sorocaba, Suzano e Vitória.
- 4 Santos, M. (2002, p. 99) explicita: "Para alcançar o conhecimento, a forma nos dá um ponto de partida, mas está longe de nos dar um ponto de chegada, sendo insuficiente para oferecer, sozinha, uma explicação."
- 5 Áreas de Proteção Permanente.
- 6 Conforme SANTOS, M. (2005, p.62): "Um problema analítico importante vem do fato de que, em um sistema urbano, as aglomerações são, todas, objetos geográficos ou, ainda melhor, uma coleção de objetos geográficos, isto é formas." Ainda em SANTOS, M. (2002, p.66): "[...] objetos fixos: uma ponte, uma casa, um porto, uma estação de estrada de ferro, uma usina hidroelétrica, uma cidade, um campo, uma plantação são, pelos geógrafos, considerados objetos geográficos."
- 7 MOLES, Abraham. *Les objetos*. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporâneo, 1971.
- 8 Apud LAMAS, José M. R. G.. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbelkian, 1993, p.44.
- 9 DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.
- 10 MOUDON, Anne V. A catholic approach to organizing what urban designers should know, 1992. In: CUTHBERT, Alexander. *Designing cities: Critical readings in urban design*. Malden: Oxford, Victoria: Blackwell Publishing, 2003.
- 11 CARMONA, Matthew, et al. *Public place. Urban spaces: The dimensions of urban design*. Oxford: Burlington/ Architectural Press, 2003.
- 12 CUTHBERT, Alexander. *The form of cities: Political economy and urban design*. Malden: Oxford, Victoria: Blackwell Publishing, 2006.
- 13 CANTER, David. *The psychology of place*. Londres: Architectural Press, 1977.
- 14 MUMFORD, Lewis. *The city in history*. Nova York: Harcourt books, 1989.[1961].
- 15 BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2003 [1980].
- 16 MORRIS, Anthony. *History of urban form. Before the Industrial Revolutions*. Londres: Longman, 1979.
- 17 KOSTOF, Spiro. *The city shaped: Urban patterns and meanings through history*. Boston: Bullfinch Press / little Brown, 2002. [1991].
- 18 CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1983. [1961].
- 19 SITTE, Camillo. *City planning according to artistic principles*. 1889.
- 20 UNWIN, Raymond. *Town planning in practice: An introduction to the art of designing cities and suburbs*. Nova York: B. Blom, 1909.
- 21 LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. [1960].
- 22 ASHIIHARA, Yoshinobu. *The aesthetic townscape*. Cambridge Mass: MIT Press, 1983.
- 23 LANG, Jon. *Creating architectural theory: The role of the behavioral sciences in environmental design*. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1987.
- 24 RAPOPORT, Amos. *Human aspects of urban form: Towards a man-environment approach to urban form and design*. Oxford: Pergamoin Press, 1977.
- 25 GEHL, Jan. *Life between buildings: Using public space*. Nova York: [s.n.], 1987.
- 26 NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci: Towards a phenomenology of architecture*. Nova York: Rizzoli International Publications, 1980.
- 27 WHYTE, William. *The social life of small urban spaces*. Nova York: Project for public spaces, 1988.
- 28 LYNCH, Kevin. *A theory of good city form*. Cambridge, Mass. Londres: The MIT Press, 1981.
- 29 VENTURI, Robert et al. *Aprendendo com Las Vegas: O simbolismo (esquecido) da forma arquitetônica*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. [1977].

- 30 JACKSON, John. *The necessity for ruins and other topics*. Amherst University of Massachusetts Press, 1980.
- 31 ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. [1966].
- 32 AYMONINO, Carlo. *O significado das cidades*. Lisboa: Editorial Presença, 1984. [1975].
- 33 KRIER, Rob. *Urban space*. Nova York: Rizzoli International Publications, 1979.
- 34 ALEXANDER, Christopher. La ciudad no es un árbol. *Cuadernos Summa*. Buenos Aires: Nueva Vision, n.9, p.20-30. 1971. ALEXANDER, Christopher et al. *A pattern language*. Nova York: Oxford University Press, 1977.
- 35 HILLIER, Bill & HANSON, Julienne. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- 36 HILLIER, Bill. *Space is the machine: A configurational theory of architecture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- 37 MCHARG, Ian. *Design with nature*. Philadelphia: Falcon Press, 1971. [1969].
- 38 SPIRN, Anne. *O jardim de granito: A natureza no desenho da cidade*. São Paulo: Edusp, 1995. [1984].
- 39 HOUGH, Michel. *Cities and natural process*. Londres: Rutledge, 1995.
- 40 As cidades em negrito serão objeto de pesquisas estruturadas pelo núcleo São Paulo e seus parceiros e as demais objeto de estudo de pesquisadores associados ao projeto.
- 41 Vale citar alguns autores fundamentais da base teórica que orientam o método e as interpretações analíticas:
- sobre a natureza e a produção do espaço: M. Santos (1985 e 1996);
- sobre a esfera pública: J. Habermas (1981 e 2007); H. Arendt (1991) e S. Costa (2002);
- sobre espaço público: E. Queiroga (2009); A. Serpa (2007); Macedo (1999), (2011);
- sobre a conceituação de sistema e de complexidade: E. Morin (2008);
- sobre apreensão da forma urbana: M. E. Kohlsdorf (1996); Macedo (1993); Hepner (2010).

Bibliografia

- ABRAHÃO, Sérgio L. **Espaço público**: Do urbano ao político. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2008.
- ACIOLY JUNIOR, Cláudio; Davidson, Forbes. **Densidade urbana e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1998.
- _____. Density in Urban Development. **Building Issues**. Lund, n. 3. v. 8, p. 4-25, 1996.
- AKAMINE, R. **A study on use of large open spaces in privately owned public spaces**: Experiences from Osaka, Japan. Tese (Doutorado) - Osaka University. Osaka, 2004.
- ALEXANDER, Christopher. La ciudad no es un árbol. **Cuadernos Summa – Nueva Vision**, n.9, p.20-30. Buenos Aires, 1971.
- _____. et al. **A pattern language**. Nova York: Oxford University Press, 1977.
- ALVES, Guilherme G. **Os espaços livres nos novos empreendimentos privados verticais na região Grande São Paulo**. Iniciação Científica, 2010. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ARANTES, Antonio A. **Paisagens paulistanas**: Transformações do espaço público. São Paulo: Editora da Unicamp/ Imprensa Oficial, 2000.
- ARANTES, Otília B. F. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2000. [1993].
- _____.; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana** (1958). 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- ASHIHARA, Yoshinobu. **The aesthetic townscape**. Cambridge Mass: MIT Press, 1983.
- AYMONINO, Carlo. **O significado das cidades**. Lisboa: Editorial Presença, 1984. [1975].
- AZEVEDO, T. R.. A frota de automóveis e o pó que São Paulo respira – particulado inalável no clima da cidade. In: Ariovaldo Umbelino de Oliveira (Org.). **Geografias de São Paulo**. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. Ritmo semanal do campo de vento na Grande São Paulo. In: V Simpósio de Climatologia Geográfica. **Anais...** Curitiba, UFPR, 4 a 6 dez. 2002 (a).
- _____. Distribuição Espacial da Ocorrência dos Maiores Totais Diários de Precipitação na RMSP e Arredores em Função da Intensidade Relativa da Atividade Urbana. **GEOSP** 12, 89-104. 2002 (b).

_____. O fluxo de calor gerado pelas atividades humanas. Os climas na cidade de São Paulo, teoria e prática. **GEOUSP** 4, 71-93. 2001.

BORDIEUR, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf00008a.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2011.

CAMPOS, Ana Cecília M. de A. **Alphaville-Tamboré e Barra da Tijuca**: As ações programadas e a estruturação do sistema de espaços livres. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

CANTER, David. **The psychology of place**. Londres: Architectural Press, 1977.

CARDEMAN, Rogério G. **Copacabana**: Descobrimos os espaços livres do bairro. Dissertação (Mestrado) - PROARQ/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

CARDEMAN, David; CARDEMAN, Rogério G. **O Rio de Janeiro nas alturas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

CARMONA, Matthew et al. **Public place**. Urban spaces: The dimensions of urban design. Oxford, Burlington: Architectural Press, 2003.

CARNEIRO, Ana R.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CARVALHO, Sydney. **Entre o rio e a serra**: Forma urbana e sistema de espaços livres na região norte do município de São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHEN, J.M.; OKE, T.R.. Mixed-Layer Heat Advection and Entrainment During The Sea Breeze. **Boundary-Layer Meteorology**, 68, 139-158. 1994.

COSTA, Lúcia Maria Sá Antunes (Org.). **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley/ PROURB, 2006.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**: Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CUSTÓDIO, V. Dos surtos urbanísticos do final do século XIX ao Plano de Avenidas. Revista **Geosul** (UFSC), Florianópolis, v. 38, p. 1-19, 2004.

_____. Requalificar o urbano do século XX: projeto para o centro da cidade de São Paulo - mistura ou gentrificação. In: Ana Fani Alessandri Carlos; Ariovaldo Umbelino de Oliveira. (Org.). **Geografias de São Paulo**: A metrópole do século XXI. São Paulo: Contexto, 2004, v. 2, p. 341-362.

_____. Segregação, fragmentação e segmentação. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA-LATINA, X, 2005, São Paulo. **Anais do X EGAL**. São Paulo: FFLCH/USP - Depto. de Geografia, 2005. p. 1-16.

_____. 450 Jahre São Paulo: Eine Stadt in Scherben. Die Urbanisierung von São Paulo. **Brasilien-Dialog**, Mettingen, n. 3/4/04, p. 3-11, 2005.

_____. Inundações no espaço urbano: As dimensões natural e social do problema. **Terra Livre**, São Paulo: AGB Nac., jan./jun., v. 1, n. ano 21, p. 193-210, 2005.

_____. La production du manque d'eau dans la région métropolitaine de São Paulo (RMSP). **Confins** (Paris), v. 1, p. 1-15, 2010.

CUTHBERT, Alexander. **The form of cities**: Political economy and urban design. Malden: Oxford, Victoria: Blackwell Publishing, 2006.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

_____; SIEMBIEDA, William (Orgs.). **Beyond Brasília**: Contemporary urbanism in Brazil. Gainesville: University Press of Florida, 2008.

DOUGLAS, I.. **The urban environment**. Londres: Edward Arnold, 1983.

- FARIA, Geraldo. Configuração da esfera pública e produção da paisagem. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, IX, 2008, Curitiba. **Anais do IX ENEPEA**. Curitiba: UFPR, 2008. (no prelo)
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. 13 ed. São Paulo: Globo, 1998. [1957]. 2v.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. **O mito da cidade global**: O papel da ideologia na produção do espaço urbano. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora Unesp; Salvador: Anpur, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** (1979). 14 ed. Rio de Janeiro: Grahal, 1999.
- FREITAS, Ruskin. **Entre mitos e limites**: As possibilidades do adensamento construtivo face à qualidade de vida no ambiente urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- GALENDER, F.; CAMPOS, A. C.; MACEDO, S. (et al.). Políticas e ações públicas para implantação de sistemas de espaços livres: a experiência de Sorocaba. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, X, 2010, Porto Alegre. **Anais do X ENEPEA**. Porto Alegre: PUCRS, 2010.
- GEHL, Jan. **Life between buildings**: Using public space. Nova York: [s.n.], 1987.
- GEIGER, R.; ARON, R. H.; TODHUNTER, P. **The climate near the ground**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 2003.
- GOMES, Paulo C.. **A condição urbana**: Ensaios de geopolítica da cidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GRIMMOND, C. S. B.; OKE T. R.. Comparison of Heat Fluxes from Summertime Observations in the Suburbs of Four North American Cities. **Journal of Applied Meteorology**, 34, 873 – 889. 1995.
- _____; KING, T. S.; CROPLEY, F. D.; NOWAK, D. J.; SOUCH, C.. Local-Scale Fluxes of Carbon Dioxide in Urban Environments: Methodological challenges and results from Chicago. **Environmental Pollution**. 116, 243 – 254. 2002.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa (1962). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. **The theory of communicative action** (1981). Boston: Beacon Press, 1989. 2 v., v. 2.
- _____. **O discurso filosófico da modernidade** (1985). Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- _____. **Entre naturalismo y religión** (2005). Barcelona: Paidós, 2006.
- _____. **A inclusão do outro**: Estudos de teoria política (1996). 3 ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história** (1970). 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HEPNER, Alexandre. **Desenho urbano, capital e ideologia em São Paulo**: Centralidade e forma urbana na marginal do rio Pinheiros. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- HOUGH, Michel. **Cities and natural process**. Londres: Routledge, 1995.
- JACKSON, John. **The necessity for ruins and other topics**. Massachusetts: Amherst University of Massachusetts Press, 1980.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. [1961].
- JOHNSON, G. T.; OKE, T. R.; LYONS, T. J.; STEYN, D. G.; WATSON, I. D.; VOOGT, J. A.. Simulation of Surface Urban Heat Islands Under 'Ideal' Conditions At Night, Part 1: Theory And Tests Against Field Data, **Boundary-Layer Meteorology**, 56, 275-294. 1991.
- KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: UnB, 1996.
- KOSTOF, Spiro. **The city shaped**: Urban patterns and meanings through history. Boston: Bullfinch Press / Little Brown, 2002. [1991].
- KRIER, Rob. **Urban space**. Nova York: Rizzoli International Publications, 1979.
- LANG, Jon. **Creating architectural theory**: The role of the behavioral sciences in environmental design. NovaYork: Van Nostrand Reinhold, 1987.

LEFEBVRE, H.. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001. [1970].

_____. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEITE, Rogério. **Contra-usos da cidade**: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da UNICAMP; Aracaju: Editora UFS, 2004.

LEMOS, João Rett. **Condomínios Residenciais Horizontais em São Paulo**: Um aspecto da produção paisagística contemporânea. Iniciação Científica, 2004. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2004.

MACEDO, Silvio. **Paisagismo na virada do século**: 1990-2010. São Paulo: Edusp, 2011. (no prelo)

_____. **Paisagem, urbanização e litoral do Éden à cidade**. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAUUSP, 1999.

_____. **São Paulo, paisagem e habitação verticalizada**: Os espaços livres como elementos de desenho urbano. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

_____; ROBBIA, Fábio. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____; SAKATA, Francine. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MACEDO, QUEIROGA, CAMPOS, et al. Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil. In: TÂNGARI, ANDRADE, SCHLEE (Orgs.). **Sistemas de espaços livres**: O cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MACHADO, A. J.. **Distribuição espacial do fluxo radiativo em ondas longas na Região Metropolitana de São Paulo**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

_____; AZEVEDO, T. R.. Por uma compreensão adequada do uso de princípios radiométricos no planejamento topoclimático urbano. In: Encontro Internacional de Geografia: tradições e perspectivas, homenagem ao nascimento de Pierre Monbeig. **Anais...** São Paulo, 2008 (a).

_____; AZEVEDO, T. R.. A divergência radiativa na camada próxima ao chão. In: Anais do VIII Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, Universidade Federal de Uberlândia, Alto Caparaó, 33 - 44. 2008 (b). (CdRom)

- _____. Detection of the urban heat-island effect from a surface mobile platform. **Revista de Teledetección**, 27, 59-70. 2007 (a).

_____. Parâmetros meteorológicos observados na rede telemétrica da CETESB. In: I Workshop Regional de Geografia e Mudanças Ambientais. **Anais...** Guarapuava, UNICENTRO, 23-32. 2007 (b).

_____. Distribuição espacial dos termos do balanço de energia em superfície a partir de imagem orbital e observações de campo. **Revista do Departamento de Geografia**, 19, 81-91. 2006 (a).

_____. Parametrização da emissão termoradiativa aplicada à análise do conforto urbano. **GEOUSP**, 19, 179-198. 2006 (b).

_____. Da necessidade de correção das medidas de radiação térmica obtida através de plataformas móveis em áreas urbanas. In: III Seminário de Pesquisa em Geografia Física 11 e 12 de dezembro, Universidade de São Paulo, 37 - 48. 2006 (c). (CdRom)

_____. Fluxo diurno de radiação de onda longa recebida em um trajeto urbano arborizado. In: XI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Universidade de São Paulo, 100 - 109. 2005. (CdRom)

_____. Observações não convencionais da radiação atmosférica na CUASO e imediações. In: II Seminário de Pesquisa em Geografia Física 11 e 12 de dezembro, Universidade de São Paulo, 657 - 662. 2004. (CdRom)

MAGNOLI, Miranda M. E. M.. **Espaços livres e urbanização**: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.

MARANGONI, A. M. M. C.. Questionários e entrevistas – algumas considerações. In: Venturi, L. A. B. (Org.). **Praticando Geografia**: Técnicas de campo e laboratório. São Paulo: Oficina de textos, 2005.

MARCUS, Claire Cooper; FRANCIS, Carolyn. **People Places**: Design Guidelines for Urban Open Space. 2 ed. Nova York: John Wiley & Sons, 1998.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1966 (Série Estudos Urbanos).

MASSON, V., GRIMMOND, C. S. B. and OKE, T. R. (2002). Evaluation of the Town Energy Balance (TEB) scheme with direct measurements from dry districts in two cities. **Journal of Applied Meteorology**, 41, p. 1011-1026.

- MCHARG, Ian. **Design with nature**. Philadelphia: Falcon Press, 1971. [1969].
- MENDONÇA, Eneida. **Apropriações do espaço público**: Alguns conceitos. Estudos e Pesquisas em Psicologia (on-line), v. 2, Rio de Janeiro, p. 122-132, 2007.
- MEYER, Regina P. O papel da rua na urbanização paulistana. In: A cidade e a rua. **Cadernos de História de São Paulo**, n.2. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1993. p. 13-26.
- MOLION, L. C. B.. Aquecimento global – uma visão crítica. In: Veiga, J. E. da (Org.). **Aquecimento global**: Frias contendas científicas. São Paulo: Editora SENAC, 2008.
- MORAES, Antônio Carlos R.. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MORIN, E. (1979). **O método 1**: A natureza da natureza. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- MORRIS, Anthony. **History of urban form**. Before the Industrial Revolutions. Londres: Longman, 1979.
- MOUDON, Anne V. A catholic approach to organizing what urban designers should know, 1992. In: CUTHBERT, Alexander. **Designing cities**: Critical readings in urban design. Malden: Oxford; Victoria: Blackwell Publishing, 2003.
- OKE, T. R. **Boundary Layer Climates**. Londres and John Wiley & Sons, New York, 435p, 1987.
- _____. **Proceedings WMO Technical Conference on Urban Climatology and its Applications with Special Regard to Tropical Areas**, 1986.
- _____. The micrometeorology of the urban forest, **Philosophical Transactions of the Royal Society of London**, B 324, 335-349. 1989.
- _____. **Boundary Layer Climates**. 2 ed. Londres: Routledge, 1987.
- _____; JOHNSON, G. T.; STEYN, D. G.; WATSON, I. D.. Simulation of nocturnal surface urban heat islands under 'Ideal' conditions: Part 2. Diagnosis of causation, **Boundary-Layer Meteorology**, 56, 339-358. 1991.
- OLGYAY, V. **Arquitetura y clima** – manual de diseño bioclimático para arquitectos y urbanistas. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 2008.
- ONÇA, D. S.. **“Quando o sol brilha, eles fogem para a sombra...”** – a ideologia do aquecimento global. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- PAISAGEM E AMBIENTE**: ENSAIOS – n.21. São Paulo: FAUUSP, 2006.
- PAISAGEM E AMBIENTE**: ENSAIOS – n.26. São Paulo: FAUUSP, 2009.
- PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga. As expansões das cidades brasileiras: Um processo sem fim. **Paisagem e ambiente**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 257-263, 2006.
- _____. **Transformações, conflitos, perdas e permanências na paisagem sul- metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2004. v. 1, 317 p.
- _____; PERNA, Stefânia de Araújo; SIMÃO, Karina Machado de Castro. O estudo da forma urbana no Brasil. **Arquitextos**, v. 087, p. 87, 2007.
- PENALOSA, Enrique. Politics, power, cities. In: BURDETT, Ricky; SUDJIC, Deyan. **The endless city**. Londres: Phaidon Press, 2007. p. 307-319.
- QUEIROGA, E.. Por um paisagismo crítico: Uma leitura sobre a contribuição de Miranda Magnoli para a ampliação do corpus disciplinar do Paisagismo. **Paisagem e ambiente**, São Paulo, v. 21, n. 22, p. 94-106, 2006.
- _____. Espacialidades da esfera pública na urbanização contemporânea: Casos na Megalópole do Sudeste. In: MAGNOLI, Miranda; KAHTOUNE, Saide; TOMINAGA, Yassuko (Org.). **Paisagens em debate**. São Carlos: RiMa, 2007. p. 121-142.
- _____; BENFATTI, Denio. Sistemas de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico. **Paisagem e ambiente**: Ensaio, n. 24, São Paulo, p. 81-87, 2007.
- _____; CUSTODIO, V.; CAMPOS, A. C. (et al). Os espaços livres e a esfera pública contemporânea: Por uma conceituação considerando propriedades (públicas e privadas) e apropriações. In: TÂNGARI, Vera; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica. (Orgs.). **Sistema de espaços livres**: O cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2009, v., p. 84-99.
- RAPOPORT, Amos. **Human aspects of urban form**: Towards a man-environment approach to urban form and design. Oxford: Pergamo in Press, 1977.
- REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RIBEIRO, H.; AZEVEDO, T. R. de. O patrimônio em áreas verdes da USP e a atmosfera urbana. In: Comissão de Patrimônio Cultural da USP (Org.). **Meio ambiente: Patrimônio cultural da USP**. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial, 2003.

ROCHLITZ, Rainer (Coord.). **Habermas: O uso público da razão** (2002). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

ROSS, S. L.; OKE, T. R. Tests of three urban energy balance models, **Boundary-Layer Meteorology**, 44, 73-96. 1988.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SAKATA, Francine G.. **Paisagismo urbano: Requalificação e criação de imagens**. São Paulo: Edusp, 2011.

SAKAMOTO, L. L. S.. Os microclimas e a "Configuração do Céu" na área central. Os Climas na cidade de São Paulo, teoria e prática. **GEOUSP** 4, 165 - 187. 2001.

SANTOS, C. N. F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo: Projeto, 1988.

SANTOS, M. O. **Estimativa de dados, distribuição espacial sazonal, representação e análise do fluxo de radiação direta na região metropolitana de São Paulo**. Monografia de conclusão de graduação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2009.

_____. In Desenho Urbano I. I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil. **Cadernos Brasileiros de Arquitetura**, n. 12. São Paulo: Projeto, 1984.

_____. **Quando a rua vira casa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, M.. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005. (Coleção Milton Santos, 6).

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SAUNDERS, William S. (ed.). **Sprawl and suburbia**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

SARDÃO, Ulisses D. C.. **Os espaços livres particulares produzidos nos condomínios**. Iniciação Científica, 2009. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2009.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Carlos E. M.. Lugar-habitat e lugar-mercadoria: Territorialidades em tensão no domínio dos cerrados, 2005, p.217-144. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA, Maria Adélia (2006). **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: As metáforas do capitalismo**. Disponível em: <<http://www.territorial.org.br>>. Acesso em julho de 2010.

_____. (Org.). **A metrópole e o futuro: Refletindo sobre Campinas**. Campinas: Editora Instituto Territorial, 2008.

SPREIREGEN, Paul D. **Urban design: The architecture of towns and cities**. Nova York: McGraw-Hill, 1965.

SPIRN, Anne. **O jardim de granito: A natureza no desenho da cidade**. São Paulo: Edusp, 1995. [1984].

TAKAESU, Luciana Satiko. **Os espaços livres da habitação verticalizada em São Paulo**. Iniciação Científica, 2009. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2009.

TÂNGARI, V. R. The urban landscape of the northern zone of Rio de Janeiro: A morphological study. In: XIII International Seminar on Urban Form Conference, 2007, Ouro Preto e XIII International Seminar on Urban Form Conference- Proceedings. **Anais...** Belo Horizonte: FAU/UFMG-UFOF, 2007. v. 1.

TÂNGARI, Vera Regina; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica Bahia (Orgs.). **Sistema de espaços livres: O cotidiano, apropriações e ausências**. Rio de Janeiro: PROARQ/ FAU/UFRJ, 2009.

TARIFA, J. R.; ARMANI, G.. Os climas urbanos. Os climas na cidade de São Paulo, teoria e prática. **GEOUSP** 4, 47 - 70. 2001.

TURKIENICZ, Benamy (Org.). Desenho urbano I. I Seminário sobre desenho urbano no Brasil. **Cadernos Brasileiros de Arquitetura**, n. 12. São Paulo: Projeto, 1984.

TURKIENICZ, B, MALTA, M. (Org.). Desenho urbano. Seminário sobre desenho urbano no Brasil. **Anais do II SEDUR**. São Paulo: Pini; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP, 1986.

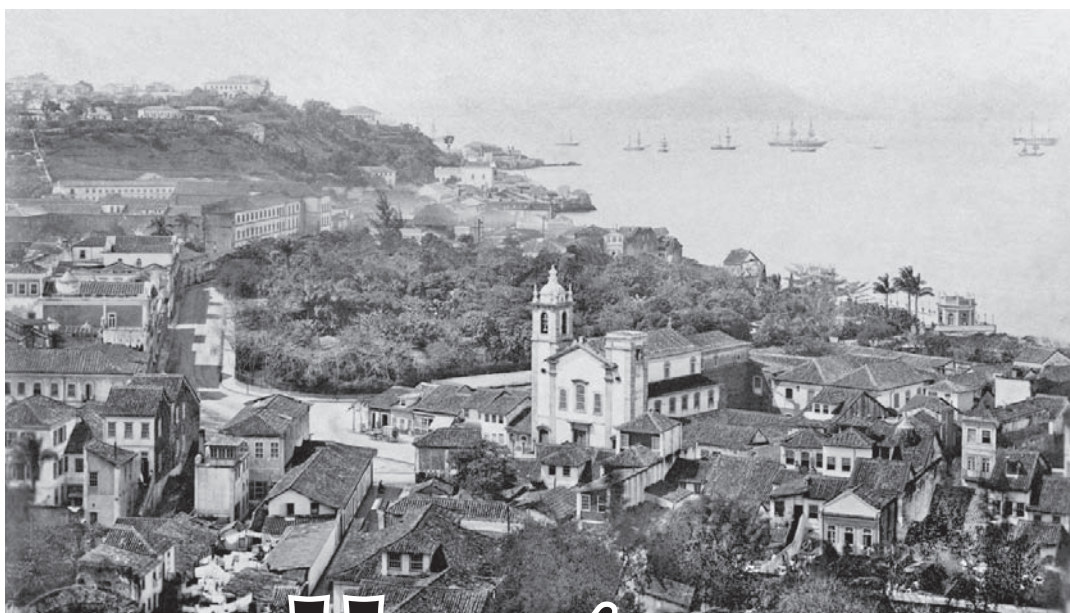
VOOGT, J. A.; GRIMMOND, C. S. B.. Modeling surface sensible heat flux using surface radiative temperatures in a simple urban area. **Journal of Applied Meteorology**, 39, 1679 - 1699. 2000.

VOOGT, J. A.; OKE, T. R. . Complete urban surface temperatures. **Journal of Applied Meteorology**, 36, 1117-1132, 1997.

WEINGARTNER, Guttemberg. **A construção de um sistema**: Os espaços livres públicos de recreação e de conservação em Campo Grande, MS. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

WHYTE, William. **The social life of small urban spaces**. Nova York: Project for public spaces, 1988.

WILLIAMSON, Thad. **Sprawl, justice, and citizenship**: The civic costs of the american way of life. Nova York: Oxford University Press, 2010.



HISTÓRIA

PARQUES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO NO SÉCULO XXI

SÃO PAULO MUNICIPAL PARKS IN THE 21ST CENTURY

Vladimir Bartalini

Professor Doutor FAUUSP

e-mail bartalini@usp.br

Carolina Rodrigues Borges

Bolsista de Iniciação Científica FAUUSP

e-mail carolina.rodrigues.borges@usp.br

RESUMO

De 1893, ano de nascimento da Inspetoria dos Jardins Públicos, até 1993, quando foi criada a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, os fatores intervenientes na produção dos parques públicos na cidade de São Paulo alteraram-se sensivelmente. Se durante o século XX os parques públicos, em sua maior parte, foram implantados em terrenos provenientes de loteamentos ou de desapropriação, contando basicamente com recursos orçamentários, já no final daquele século, e atualmente com maior força, passaram a ser utilizados outros expedientes para a criação e manutenção de novos parques. Para responder às novas atribuições, alteram-se a organização administrativa, as dotações orçamentárias e as fontes de recursos do órgão responsável pelas áreas verdes do município. A retrospectiva aqui realizada da atuação da municipalidade tem por objetivo fornecer subsídios para avaliar o que há de propositivo e de reativo no referente à política de implantação de novos parques públicos em São Paulo.

Palavras-chave: São Paulo, Parques urbanos, Áreas verdes, Políticas públicas, Administração municipal

ABSTRACT

In the one hundred years between 1893, when a very modest bureau of the municipality of São Paulo started taking care of its urban green areas, and 1993, when the highest level in the municipal administration hierarchy – a Secretaria — was created to deal with green matters, factors that influence in public parks production has changed a lot. Throughout the 20th Century, public parks used to be located in plots of land that urban developers were obliged to give to the municipality, or in plots of land that the municipality bought for this special purpose. Nowadays, new administrative organization and devices are available to create urban parks. This paper verifies the most recent São Paulo municipality actions in park provision and the means used to achieve them, aiming to assess if they correspond to government initiatives or are rather reactive answers to real estate market actions.

Keywords: São Paulo, Urban parks, Green areas, Public policies, Municipal administration

PARQUES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO NO SÉCULO XXI

Da Inspetoria de Jardins Públicos à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente

Exatos cem anos transcorreram desde que o município de São Paulo passou a contar com a Inspetoria de Jardins Públicos da Capital, em 1893, até a criação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, em 1993.

A Inspetoria dos Jardins Públicos não passava, de início, de um simples apêndice da Secretaria da Intendência Municipal, o que, em termos de hoje, poderia ser considerado um setor vinculado ao gabinete do prefeito. O percurso deste órgão na estrutura administrativa da capital de São Paulo, nas primeiras décadas da república, dá uma ideia de como era concebido o seu papel: em 1894, todo o “*peçoal dos cemitérios, matadouros e jardins*” deslocou-se para a esfera da Intendência de Obras (BARROS-MOIZO, 1991, p. 39); em 1896 para a Intendência de Polícia e Higiene; em 1900, já com o nome de Administração dos Jardins Públicos e Arborização, foi vinculado à recém-criada Diretoria de Obras; em 1913, a Administração dos Jardins sofreu transferência para a Diretoria de Polícia Administrativa e Higiene; em 1915, foi deslocada para a Diretoria Geral, diretamente ligada ao prefeito; em 1930 ganhou o nome de Diretoria de Jardins, Cemitérios e Mercados, subordinada à Diretoria Geral de Higiene Municipal; em 1931, passou a se chamar Diretoria dos Jardins e Cemitérios, atrelada à Diretoria de Obras e Viação; por fim, em 1935, alojada no Departamento de Obras e Serviços Municipais, foi batizada com o nome mais duradouro de Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios.

Apesar das variações de nome e de endereço administrativo, o órgão responsável pelos espaços verdes da capital manteve-se relativamente estável em suas funções e na sua reduzida importância:

“Sabemos a modéstia da administração dos jardins nas primeiras décadas deste século. Uma empresa por assim dizer doméstica, na qual dois homens, o administrador e seu ajudante, formavam o quadro dirigente (técnica, contabilidade e secretaria), suficiente para um grupo de operários pequeno, mas adequado. Havia a turma de jardinagem, a dos cortadores de grama, a dos podadores, os carroceiros, a turma de limpeza, os guardas presentes em todas as praças ajardinadas e finalmente os operários que reforçavam esta ou aquela falha de pessoal, permitindo que o serviço fluísse normalmente.” (ETZEL, 1982, p.195)

Dez anos mais tarde, nova reforma administrativa elevou o Departamento de Obras e Serviços ao *status* de secretaria municipal, que passaria a se chamar, em 1947, Secretaria de Obras. Dentro dela foi criado o Departamento de Serviços Municipais, no qual se tratavam os assuntos referentes ao verde, então promovidos de Subdivisão à Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios. Esta nova Divisão passou a contar com duas Seções: a Seção de Cemitérios e a Seção de Parques, Jardins, Viveiros e Arborização,

o que já denota a consolidação do reconhecimento das especificidades dos espaços livres verdes de uso comum do povo.

Ainda assim,

“apesar da maior complexidade organizacional introduzida pela reforma administrativa de Fábio Prado, o que se fazia na Divisão de Parques Jardins e Cemitérios, em 1947, não era muito diferente dos serviços que já prestava anteriormente, ou seja, administrar o viveiro de plantas, executar o plantio e fazer a manutenção da vegetação nos espaços públicos municipais – fossem praças, parques, jardins ou cemitérios –, executar pequenas obras ou consertos nas áreas ajardinadas ou arborizadas, confeccionar tutores e protetores para árvores e extinguir formigueiros” (Bartalini, 1999, p. 84).

Em 1966, criou-se a Secretaria de Serviços Municipais e, dentro dela, em 1968, o Departamento de Parques e Jardins. A mudança de nome não se limitou a uma formalidade; significou também novas competências. De fato, o novo Departamento deveria responder pelo estudo, planejamento, supervisão, orientação, construção, conservação e fiscalização de parques, jardins e canteiros, arborização de logradouros públicos, combate a animais, insetos nocivos e plantas daninhas bem como incentivar a formação de florestas e o reflorestamento. Duas Divisões compunham o Departamento de Parques e Jardins: a Divisão de Projetos e Fiscalização e a Divisão de Operação.

O nome e as incumbências mantiveram-se até 1976, quando o Departamento de Parques e Jardins passou a Departamento de Parques e Áreas Verdes, conhecido até hoje como DEPAVE. A estrutura interna do Departamento tornou-se um pouco mais complexa, com o acréscimo de mais duas Divisões: a Divisão Técnica de Experimentação, Treinamento e Divulgação, e a Divisão Técnica de Manejo e Conservação de Parques.

Esta estrutura do DEPAVE manteve-se até 1993, quando foi criada a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – SVMMA, já refletindo a importância que a questão do verde, agora englobando o ambiental em sentido amplo, passou a adquirir no meio urbano. A nova Secretaria contou de início com três Departamentos: além do DEPAVE, que viu aumentada sua importância com a coordenação de seis Divisões internas, firmando-se como o principal Departamento da nova Secretaria, foram criados os Departamentos de Controle de Qualidade Ambiental e o de Educação Ambiental.

Em termos de implantação de parques ou jardins públicos, o que ocorreu nos primeiros cem anos de existência do órgão destinado a cuidar das áreas verdes urbanas de São Paulo pode ser melhor visualizado se organizado em períodos.

1893 – 1935 – Da Inspetoria dos Jardins Públicos à Subdivisão dos Parques, Jardins e Cemitérios

Em 1893, quando passaram à esfera da municipalidade, havia apenas sete jardins públicos em São Paulo: o do Paço Municipal (atual praça João Mendes), o de São

Bento, o da Memória, o do largo do Palácio (atual Pátio do Colégio), a Ilha dos Amores (desaparecida), os taludes do Carmo (no início da atual avenida Rangel Pestana, também desaparecidos) e o Jardim da Luz, o maior e mais antigo. Em 1911 e 1912, os parques Siqueira Campos e Buenos Aires foram entregues ao público após a prefeitura adquiri-los de seus proprietários. Somente na década de 1920 foi inaugurado um parque com dimensões significativas, da ordem de 25 hectares, em terras públicas, nos limites da área central: o Parque Dom Pedro II. O outro parque, já bem menor, construído em terras públicas neste período foi o da Independência, a rigor um jardim formal associado ao Monumento e ao Museu do Ipiranga. No mais, até meados da década de 1920, eram chácaras ou bosques particulares que atendiam, mediante pagamento, à demanda pública por espaços verdes destinados à recreação. Fora destes espaços convencionais, fossem públicos ou privados, boa parte do lazer da população, principalmente a masculina, era praticada na beira e nas várzeas dos rios, sem aportes do poder público.

1935 – 1968 – Da Subdivisão dos Parques, Jardins e Cemitérios ao Departamento de Parques e Jardins

O feito mais expressivo do período foi a inauguração do Parque Ibirapuera (150 hectares), em 1954, três décadas após a execução do Parque Dom Pedro II. Praticamente mais nada aconteceu no intervalo, a não ser a compra, em 1937, da área onde, bem mais tarde, seria implantado o Parque Guarapiranga (15 hectares) e a do já existente Jardim da Aclimação (11 hectares), em 1939. No final do período, em 1966, mais um parque foi aberto: o do Bosque do Morumbi, atual Alfredo Volpi, cujo terreno proveio de loteamento aprovado em 1949. Em suma, apenas três áreas foram acrescidas ao elenco dos parques públicos em mais de trinta anos, sendo um deles desapropriado, outro implantado em terras públicas, e o terceiro em terreno doado por força de lei de loteamento. A modéstia do desempenho fica realçada quando se observa que, no período, a população de São Paulo saltara de 1.000.000 para 6.000.000 de habitantes e que a área urbanizada atingira 700.000 km², enquanto a área dos parques municipais destinados à recreação pública mal passava de 2 km² (200 hectares).

Muito da ação da municipalidade no referente ao verde era condicionado, então, às obras associadas ao sistema viário. A abertura, o alargamento ou o prolongamento de avenidas eventualmente propiciavam um incremento na arborização viária, ou, residualmente, a criação de novas áreas verdes. Pode-se considerar que a Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios quase se limitava a um órgão cujas ações vinham a reboque de decisões sobre as quais não tinha influência.

No entanto, a necessidade de reverter o atraso já se fazia sentir, tanto que, em 1966, tomou-se a iniciativa de contratar uma equipe, coordenada pelas arquitetas Miranda Martinelli Magnoli e Rosa Grena Kliass, com a atribuição específica de elaborar um plano e desenvolver projetos de áreas verdes de recreação. A equipe trabalhou na confecção do plano entre 1967 e 1969.

1968 – 1993 – Do Departamento de Parques e Jardins ao Departamento de Parques e Áreas Verdes da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente

Trata-se do período mais profícuo na produção de novos parques durante o século XX. Nestes vinte e cinco anos foram abertos vinte e dois parques municipais, representando um acréscimo de 1.200 hectares destes equipamentos. O grande salto quantitativo deveu-se aos parques do Carmo (150 hectares), na zona leste, e Anhanguera (950 hectares), na zona noroeste. Os demais variavam de médio (10 a 20 hectares) a pequeno porte (menos de 3 hectares) e foram distribuídos por diferentes regiões da cidade.

Dez deles, entre os quais se incluem os dois maiores, provieram de ações judiciais envolvendo a Prefeitura. Tudo leva a supor a existência de um plano de maior fôlego. No entanto, a implantação dos novos parques não seguiu nem as recomendações do Plano de Áreas Verdes de Recreação contratado em 1966 e elaborado entre 1967 e 1969, nem as do Plano Urbanístico Básico de 1968, nem as do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 1972, nem as do Plano Diretor de 1985. Se houve planos, pode-se dizer que não ultrapassaram as contingências dos mandatos de cada prefeito.

Se se considerarem as desapropriações e outras ações judiciais para obter áreas para novos parques como sinais de forte intencionalidade do poder público neste setor, o maior empenho ocorreu em meados da década de 1970. De fato, daí provieram quase 50% dos parques implantados no período. A concentração nesta década pode ser em parte explicada pelas condições favoráveis aos cofres municipais advindas da reforma tributária de 1967, que repassava às prefeituras parte das arrecadações federais e estaduais, seguida da chamada fase expansiva do modelo industrial brasileiro, entre 1968 e 1973. Havia, portanto, recursos para desapropriações, como também um ambiente facilitador para a transferência dos frutos de ações judiciais promovidas em diferentes esferas do poder – como a que originou o Parque Anhanguera, envolvendo os governos federal, estadual e municipal – num momento específico da vida política brasileira, em que a escolha tanto dos governadores dos estados como dos prefeitos das capitais passavam obrigatoriamente pelo aval do governo federal.

Os demais parques inaugurados no período, representando mais de 50% do total, originaram-se de espaços livres de loteamentos, pelo cumprimento da legislação municipal que impunha a doação de percentuais de áreas verdes nas operações de parcelamento do solo. Eram, em geral, áreas de pequenas dimensões, em torno de 3 hectares, só excepcionalmente atingindo 10 ou, no máximo, 13 hectares.

Dentre estes doze casos, dez referem-se a loteamentos abertos entre 1950 e 1960. Antes de se tornarem parques, sua condição variava entre áreas públicas abandonadas, mas poupadas pelas invasões, ou áreas utilizadas como depósitos de bota-foras, às vezes pela própria Prefeitura, ou então já eram “praças”, isto, espaços minimamente equipados, que, por solicitação de associações de bairro, foram cercadas e contempladas com uma administração própria, galgando a condição de parques.

Já que o maior entre os parques, o Anhanguera, proveio de execução de dívida, ou seja, de confisco de propriedade, a sua localização não passou por uma deliberação do DEPAVE. Tampouco ele teve ingerência sobre a localização da quase totalidade das áreas livres de loteamento que se tornaram parques, uma vez que a abertura dos loteamentos era comandada pelos interesses de quem loteava. Além disto, a própria delimitação da área a ser doada como “verde” ficava a critério do loteador. Somente em 1981 aprovou-se uma lei – a Lei municipal n.º 9413 – estipulando que 50% das áreas verdes de doação compulsória deveriam ser escolhidas pelos órgãos competentes do executivo municipal.

OS PARQUES DA SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA

As mudanças provocadas pela criação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – SVMA em 1993, como era de se esperar, não se fizeram sentir de imediato. Os dois primeiros parques inaugurados após o advento da nova Secretaria, um em 1995 e o outro em 2002, também resultaram de operações de parcelamento ocorridas no período anterior, eram “tradicionais” (termo empregado pela própria Secretaria do Verde e do Meio Ambiente para fazer a diferenciação com os parques lineares, associados a cursos d’água, e com os parques “naturais”, caracterizados pelas grandes dimensões e pela presença significativa de vegetação nativa) e de pequenas dimensões.

Um terceiro, o Tiquatira, de 2004-2005, já escapa da classificação “tradicional”. É um “parque linear”, ao longo do ribeirão Tiquatira, com uma área total de mais de 30 hectares. Foi construído com verbas do Programa de Canalização de Córregos – PROCAV. Este programa teve início em 1987 com investimentos que vinham majoritariamente do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, seguidos pelos da Caixa Econômica Federal e da Prefeitura de São Paulo. Embora se trate de um parque, não se pode dizer que tenha se originado em decorrência de uma política formulada pela SVMA, mesmo porque o PROCAV, que o gerou, foi coordenado pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, e os objetivos do programa – canalização de córregos e abertura de avenidas – não são propriamente, ou estritamente, objetivos ambientais.

O Balanço das Ações do Meio Ambiente, de janeiro de 2005 a maio de 2009, apresentado pela SVMA, aponta o salto, naqueles quatro anos, de 34 para 58 parques municipais em São Paulo, ou seja, teriam sido inaugurados mais 24. Dados recentes fornecidos pelo DEPAVE informam que, entre 2005 e 2010, foram abertos 52 parques novos, passando-se de 1.500 hectares de parques implantados até 2004 para 2.400 hectares até 2010. Portanto, entre 2009 e 2010 teriam sido concluídos 28 parques que estavam em fase de implantação quando da publicação do balanço. Sem entrar no mérito da qualidade dos projetos e da execução, trata-se sem dúvida de um considerável aumento quantitativo.

É preciso verificar, ainda que de um modo preliminar, em que consistem e por quais mecanismos nasceram estes novos parques. Antes, porém, será traçado um breve pa-

norama das mudanças nas atribuições, na estrutura e nas fontes de recursos da SVMA ocorridas durante esta primeira década do século.

Consolidação da estrutura

A SVMA contou, no seu início, com três Departamentos:

Parques e Áreas Verdes – DEPAVE

Controle de Qualidade Ambiental – DECONT

Educação Ambiental – DEAPLA.

O DEPAVE passou a ter então sob seu comando seis Divisões. Nota-se na nova estrutura a introdução de assuntos que anteriormente não eram contemplados, ligados ao manejo biofísico, refletindo as preocupações de ordem ambiental que, despontando mundialmente na década de 1970, ganharam notoriedade no Brasil a partir da realização da Eco 92, no Rio de Janeiro.

Ao longo dos dezessete anos de existência, a SVMA e os seus órgãos colegiados foram remanejados. Apresentar sua nova organização possibilita, por comparação, perceber as mudanças ocorridas.

Após sua reestruturação em 2009, a SVMA passou a ser composta por sete Departamentos:

Departamento de Controle da Qualidade Ambiental - DECONT;

Departamento de Educação Ambiental e Cultura de Paz - Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz - UMAPAZ;

Departamento de Parques e Áreas Verdes - DEPAVE;

Departamento de Planejamento Ambiental - DEPLAN;

Departamento de Gestão Descentralizada - DGD;

Departamento de Administração e Finanças - DAF;

Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas.

Estão ainda vinculados à SVMA os seguintes órgãos que têm peso tanto na execução da política quanto na administração dos recursos da Secretaria:

Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, criado pela Lei n. 11.426, de 1993, e legislação subsequente;

Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CONFEMA, criado pela Lei n. 13.155, de 29 de junho de 2001, e legislação subsequente.

Para efeito do assunto aqui tratado, convém centrar a atenção no Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE e no Departamento de Planejamento Ambiental – DEPLAN.

O DEPAVE viu ampliado o número de suas Divisões para oito. O Departamento manteve as atribuições básicas de produzir ou contratar projetos, gerenciar obras, produzir mudas de plantas, promover pesquisas e ações com vistas à proteção e ao equilíbrio da paisagem e do ambiente. Mas duas dentre as funções que lhe foram designadas chamam a atenção.

A primeira, a cargo da Divisão Técnica de Proteção e Avaliação Ambiental, diz respeito à avaliação de empreendimentos e ao cálculo de compensações ambientais nos

casos que envolvem corte de vegetação. Daí se originam os Termos de Compensação Ambiental, uma das novas fontes de recursos aplicados em áreas verdes.

A outra função de destaque é a de executar a política referente ao Sistema de Áreas Verdes, de onde se infere a necessária existência de uma política. Se, por um lado, isto não é uma novidade no nível discursivo ou meramente formal das leis e decretos, por outro, a criação de um novo Departamento, o de Planejamento Ambiental – DEPLAN, não deixa de ser um avanço no sentido da concretização desta intenção. Mais significativo ainda, por óbvio que pareça, é o fato da política do verde passar, finalmente, a ser formulada por um órgão afeito ao assunto e não vir no rastro de políticas alheias. Resta avaliar o que este rearranjo produziu de efetivo.

Como as atribuições do DEPLAN prevêem a sua interação com outros órgãos da Prefeitura para a formulação das políticas setoriais, ocorrem forçosamente intersecções com os programas de outras Secretarias, notadamente as de Habitação e de Infraestrutura, com suas afinidades e conflitos. Daí, também, resultam vínculos com a Secretaria do Planejamento para a aplicação dos instrumentos urbanísticos e ambientais previstos no Plano Diretor Estratégico.

Entre as determinações do Plano Diretor Estratégico de 2002 e dos Planos Regionais Estratégicos de 2004, conta-se a implantação dos “parques lineares” ao longo dos cursos d’água. Viabilizá-los no âmbito da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente é atribuição do DEPLAN, o que exige articulação com programas da Secretaria da Habitação, uma vez que grande parte dos vales fluviais sofreu ocupação por favelas, e com programas da Secretaria de Infraestrutura, pois com os vales também coincidem muitos projetos desta pasta, sobretudo os viários.

As novas fontes de recursos e os novos parques

Com o aumento das suas atribuições, a SVMA viu crescer a parte do orçamento municipal que lhe é destinada anualmente. Vinte e dois dos novos parques abertos a partir de 2005, ou seja, mais de 40% deles, contaram, integral ou parcialmente, com verbas de dotação orçamentária para a sua implantação.

Afora o aumento dos aportes normais advindos do orçamento municipal, a Secretaria pode contar com outras fontes de recursos para a execução da sua política no referente às áreas verdes.

Os Termos de Compensação Ambiental – TCAs, já citados, são uma delas. Embora prioritariamente a compensação se dê na forma de plantio de exemplares arbóreos, há casos em que os TCAs são aplicados em obras e serviços de requalificação ou de implantação de áreas verdes, ou ainda na aquisição de terrenos para parques. Treze dentre os 51 parques municipais abertos nos últimos cinco anos, portanto, mais de 20%, contaram com a participação de verbas de TCAs para a sua implantação.

Igualmente significativos são os recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB. As reservas deste Fundo se originam da compra de potencial construtivo por parte de empreendedores que desejam construir utilizando coeficiente de aproveitamento superior ao legalmente estabelecido. A quantia acordada pela

compra é depositada em dinheiro no FUNDURB que, desde 2006, faz o repasse de parte do Fundo para a implantação dos “parques lineares”. Catorze novos “parques lineares”, ou seja, mais de 25% do total de parques, foram executados, em parte ou na totalidade, com dinheiro do FUNDURB.

Há ainda parcerias, acordos e convênios firmados entre a Prefeitura e empresas públicas e privadas ou concessionárias de serviços públicos, ou ainda doações, que acabam por gerar novos parques. Seis foram os parques derivados destes expedientes nos últimos cinco anos.

Por fim, a SVMA conta também com os recursos da venda de créditos de carbono em leilão. No caso de São Paulo, os créditos provêm da exploração de gás produzido nos aterros sanitários Bandeirantes e São João, e são repartidos entre o Município e as empresas que administram os aterros. Com a parte arrecadada pelo Município é financiada a recuperação ambiental das redondezas dos aterros, o que pode incluir a produção de novas áreas verdes.

Em janeiro de 2008 foi lançado o Programa 100 Parques, após proceder-se à identificação de diversas áreas com necessidade de preservação e/ou com potencial para a implantação de parques. A execução do Programa está concentrada, como já foi dito, em dois Departamentos: o Departamento de Planejamento Ambiental (DEPLAN) e o Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE), que assumem diferentes funções no processo. O DEPLAN é responsável pelo planejamento geral do Programa com a identificação das áreas, o levantamento de informações para diagnóstico, os encaminhamentos necessários para desapropriações e as interfaces com os demais atores do poder público e da iniciativa privada. O DEPAVE se incumbem do diagnóstico das áreas, do desenvolvimento dos projetos, da fiscalização das obras, e da gestão de uso dos parques.

Quanto aos terrenos onde foram implantados os parques criados entre 2005 e 2010, mais de 60% dos casos são espaços livres públicos de loteamentos. Aqueles que, em sua totalidade ou em parte, foram desapropriados representam algo em torno de 18%. Os demais derivaram de concessões de uso envolvendo algum tipo de negociação entre Prefeitura e Estado, entre Prefeitura e concessionárias de serviços, ou entre Prefeitura e companhias de capital público e privado.

Para completar as informações sobre a produção dos parques municipais de São Paulo nesta primeira década do século, apresenta-se uma caracterização sumária das suas tipologias, dimensões e distribuição espacial.

A novidade, do ponto de vista da tipologia, são os “parques lineares”, em decorrência do estabelecido no Plano Diretor Estratégico do Município, de 2002, e nos Planos Regionais das Sub-prefeituras, de 2004. Dentre os novos parques implantados, 21, ou seja, cerca de 40%, enquadram-se nesta classificação. Dos 21 “parques lineares”, 11 situam-se na zona leste, 6 na zona sul, 3 na zona norte e 1 na centro-oeste. Na quase totalidade derivam de espaços livres de loteamento, sendo que em alguns casos houve complementação da área por meio de desapropriação. Suas dimensões são variáveis, mas a maior parte possui área inferior a 10 hectares, embora alguns dos “parques line-

ares” – notadamente o Tiquatira e o Zilda Arns, na zona leste, e o Pinheirinho d’Água, na zona norte – estejam entre os maiores parques inaugurados nesta década.

Com exceção dos 400 hectares de mata contíguos ao parque do Carmo, na zona leste, aos quais se atribui a classificação de “parque natural”, todos os demais são considerados “parques tradicionais”. Em sua maior parte são espaços livres de loteamento, com dimensões inferiores a 10 hectares. As exceções, em termos de dimensões, são poucas: destacam-se o Vila do Rodeio, na Cidade Tiradentes, zona leste, com mais de 60 hectares e o do Trabalhador, também na zona leste, com mais de 20 hectares.

Os novos “parques tradicionais” estão distribuídos de maneira desigual pelas regiões do município de São Paulo. Dos 29 parques desta tipologia, 10 encontram-se na zona leste, historicamente a mais carente em número de parques. A segunda região que concentra maior número de novos “parques tradicionais” é a zona centro-oeste, com 8 deles, seguida pela zona norte, com 5 e da zona sul, com 5 também.

Além dos 52 novos parques implantados entre 2005 e 2010, há atualmente 18 parques em obras, dos quais 50% são “lineares” e 50% “tradicionais”, distribuídos, em sua maior parte, nas zonas sul e leste. Devem contribuir, no total, com mais 540 hectares de parques.

Há ainda 27 parques em estudo, sendo 15 “lineares”, 7 “tradicionais” e 5 “naturais”. Devem acrescentar mais de 3.000 hectares ao total de parques de São Paulo. A grande contribuição, em área, provirá dos parques “naturais”, concentrados, na quase totalidade, na zona sul, frutos de compensação ambiental pela passagem do Rodoanel.

UM BALANÇO PROVISÓRIO

É inegável o aumento significativo do número e da área total de parques desde a criação da SVMA. É igualmente notável a concentração deste crescimento nos últimos 6 anos. Vários fatores devem ter contribuído para este resultado, mas um dos mais decisivos parece ter sido a projeção que a questão ambiental vem adquirindo, o que se reflete na própria consolidação da Secretaria e na sua maior expressão política. Em consequência, a SVMA passou a ser melhor aquinhoadada na dotação orçamentária e pôde contar com maior diversidade de fontes de recursos.

A comparação quantitativa com a produção dos períodos anteriores, mesmo se se considerar o mais produtivo deles, de 1968 a 1993, evidencia uma grande desproporção. Por outro lado, é curioso o resultado se o cotejamento se dá levando em conta a procedência das terras onde foram implantados os parques e como se efetivou a sua implantação.

Viu-se que mais de 60% dos parques implantados, entre 2005 e 2010, são espaços livres públicos de loteamentos, ou seja, trata-se de terrenos doados à Prefeitura por ocasião da abertura de loteamentos. É o loteador, ou, se se quiser, o mercado, quem define a ocasião e o local do loteamento do qual resultará o espaço livre de um futuro parque. Há de se reconhecer à Prefeitura o mérito de realizar um parque numa área a isto destinada por lei, mas a ela não coube a iniciativa e sim apenas uma função

reguladora do processo que gerou aquela terra a ser transformada em parque. A porcentagem de casos de parques implantados em espaços livres de loteamento a partir da criação da SVMA é praticamente a mesma da verificada no período de 1968 a 1993.

Diferente é o caso das desapropriações, pois aqui, em princípio, o querer é da municipalidade. Ocorre que os casos de novos parques implantados em terrenos derivados destas ações, representam, como foi visto, 18% do total, enquanto no período 1968-1993 chegavam a quase 40%.

Considere-se agora o papel dos Termos de Compensação Ambiental – TCAs, nova fonte geradora de recursos para a produção de parques. Em que pese serem um avanço no sentido de compensar ações agressivas ao meio ambiente, não deixam de ser compensações, isto é, não reparam o dano, que é sempre irreversível; na melhor das hipóteses, levam a um empate e não a avanços efetivos. Em princípio, a ação compensatória é realizada na própria bacia em que ocorreu o dano. Novamente, a escolha do local ou da região que sofrerá perda ambiental e, por consequência, receberá compensação, fica nas mãos do empreendedor, restando à Prefeitura contentar-se em cobrar a indenização devida. O caso dos “parques naturais” na região sul, que representam mais de 70% da área total dos parques em fase de estudo ou projeto, é ilustrativo. Provêm de TCAs assinados pela implantação do tramo sul do Rodoanel, iniciativa do Estado totalmente desvinculada dos interesses ambientais.

As ações da municipalidade, no que concerne ao verde, também encontram limites importantes no FUNDURB, de cujas verbas depende a implantação dos “parques lineares”, pois a arrecadação deste Fundo fica na dependência da temperatura do mercado imobiliário: o seu desaquecimento poderá comprometer o cumprimento de metas estabelecidas pela SVMA.

Dir-se-á que estas são as regras do jogo, que o poder público municipal não joga sozinho e que até chega a estabelecer algumas normas. De todo modo, não parece sensato concluir daí que ele tem tomado a iniciativa das jogadas, no que diz respeito aos parques públicos. Sua posição é antes, ou continua a ser, caracteristicamente defensiva.

Não se deve minimizar os feitos concretos da SVMA, via DEPAVE, na produção de parques em São Paulo, tampouco o planejamento das ações, que ao menos agora conta com um endereço no DEPLAN. Por ali se realizam a identificação das áreas que interessam ambientalmente, o levantamento de informações para diagnóstico, os encaminhamentos necessários para desapropriações e as interfaces com os demais atores intervenientes. Estar preparado para reagir é melhor do que não estar, embora melhor ainda fosse tomar a dianteira. É, em parte, o que vem acontecendo na franja do Parque Estadual da Serra da Cantareira, ao norte do município. Propõe-se ali um colar de parques que funcionaria como amortecedor de impactos sobre aquela reserva florestal. Dois “parques lineares”, em execução, integrarão esta faixa protetora, que se completaria com outros cinco parques a serem criados em terrenos sobre os quais já incidem Decretos de Utilidade Pública – DUPs. Mas, como em qualquer jogo, o resultado não está garantido: O Departamento de Estrada de Rodagens do Estado de São Paulo – DERSA, responsável pela implantação do Rodoanel, tem planos de fazer

passar o seu tramo norte pelo sopé da Cantareira, para o que contaria com o trabalho facilitador dos DUPs originalmente motivados por finalidades ambientais. O desfecho deste caso poderá indicar a permanência, sob outras formas, do velho modelo de lidar com o verde em nossas cidades ou, ao contrário, sinais consistentes de mudança.

Bibliografia

BARROS, Edgard Luiz de. Desenvolvimento e planejamento urbano durante a república velha. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, n. 195, p. 35-48, 1982.

BARROS, Liliâne S. L. de; MOIZO, Rosana P. A.. Formação administrativa da cidade de São Paulo 1554-1954. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico Municipal, n. 199, p. 11-112, 1991.

BARTALINI, Vladimir. **Parques Públicos Municipais de São Paulo**. A ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação. 1999. 221 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999.

COELHO, Leonardo Loyolla. **Compensação Ambiental**. Uma alternativa para viabilização de espaços livres públicos para convívio e lazer na cidade de São Paulo. 2008. 209 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

ETZEL, Eduardo. O verde na cidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, n. 195, p. 51-76, 1982.

SÃO PAULO, PREFEITURA DO MUNICÍPIO – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo 2002-2012. São Paulo, SEMPLA.

_____. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Guia dos Parques Municipais de São Paulo, v. 2. São Paulo, SVMA, 2010.

_____. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. 1.600 dias: balanço das ações do meio ambiente, janeiro de 2005 a maio de 2009.

_____. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Programa 100 Parques. Plano de parques para o município de São Paulo. Documento interno. 2010.

O PASSEIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO NA LITERATURA, NA PINTURA E NA FOTOGRAFIA DO SÉCULO XIX¹

THE PASSEIO PÚBLICO OF RIO DE JANEIRO IN 19TH CENTURY LITERATURE, PAINTING AND PHOTOGRAPHY

Solange de Aragão

Arquiteta, urbanista, mestre e doutora pela FAUUSP, com pós-doutorado em História pela FFLCH-USP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Paisagem, com apoio do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasil).
e-mail: solangedearagao@hotmail.com.

Euler Sandeville Júnior

Professor do Departamento de Projeto da FAUUSP, vice-coordenador da Área Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP, e coordenador do Mestrado do Programa em Ciência Ambiental da USP.
e-mail: esandeville@gmail.com. URL: <http://espiral.net.br>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral e mais amplo chamar a atenção dos pesquisadores para a importância da literatura, da pintura e da fotografia como fontes documentais para a construção da História do Paisagismo no Brasil por meio de um estudo de caso muito particular: o Passeio Público do Rio de Janeiro no século XIX.

São objetivos específicos apresentar e analisar o modo como esse espaço livre público aparece na literatura, na pintura e na fotografia desse período, considerando suas transformações paisagísticas.

Palavras-Chave: Passeio Público, Século XIX, Literatura, Pintura, Fotografia

ABSTRACT

This article has as its main and more general objective catch researcher's attention to the role of literature, painting and photography as documental resources for the construction of Brazilian Landscape Architecture History, by means of a very particular case study: the Passeio Público of Rio de Janeiro in the 19th century. As specific objectives we have the analysis and presentation of this open space in literature, painting, and photography from this period, taking into account its landscape architectural transformation.

Keywords: *Passeio público, 19th century, Literature, Painting, Photography*

INTRODUÇÃO

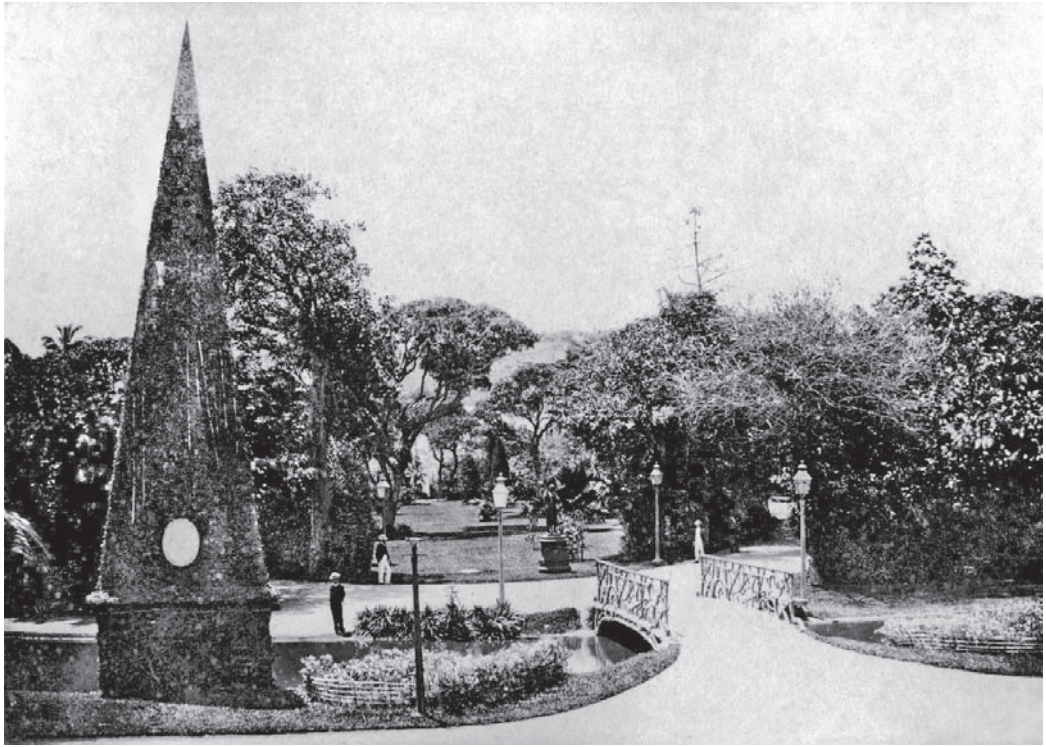


Figura 1 - O Passeio Público do Rio de Janeiro em 1868, com uma das pirâmides do antigo projeto de Valentim. Passeio Público, c.1868. Rio de Janeiro – RJ.

Crédito: Camilo Vedani / Coleção Gilberto Ferrez / Acervo Instituto Moreira Salles.

“Ao amor do público”. Este é o título que Hugo Segawa escolhe para sua obra sobre os jardins públicos no Brasil. Corresponde exatamente à inscrição de uma das pirâmides do antigo projeto de Mestre Valentim, idealizadas para o Passeio Público do Rio de Janeiro.

Esse espaço, importante para o Rio de Janeiro do século XIX, seja pelos usos que proporcionava (caminhadas, conversas, usufruto dos jardins e das áreas sombreadas pelas árvores frondosas, contemplação do mar, da cidade, da paisagem e dos canteiros ajardinados e arborizados), seja pelo significado que adquiriu dentro da malha urbana, foi registrado em textos literários, pinturas e fotografias do período – além, evidentemente, dos relatos de viagem em que muitas vezes se enfatizava o número restrito de usuários apesar de todas as possibilidades de uso e da ideia motriz de sua concepção como local de sociabilidade.

Sua história começa em fins do século XVIII, o “Século das Luzes” na Europa, quando se difundia a ideia da criação de jardins públicos – “símbolos do pensamento iluminista a invocar formas de sociabilidade nas quais a aristocracia e a burguesia encontravam um lugar comum” (SEGAWA, 1996, p.108). Murillo Marx se refere, de modo semelhante, à

criação dos jardins públicos no Brasil como *“reflexo do iluminismo e da expansão dos maiores centros urbanos, no fim do período colonial”* (MARX, 1980, p.61). O próprio traçado do Passeio Público do Rio de Janeiro só pode ser explicado sob o viés iluminista e sob a ótica da influência francesa, especialmente no desenho do eixo principal e das alamedas em diagonal.

No Brasil, a substituição do marquês de Lavradio por Luís de Vasconcelos, vice-rei a partir de 1779, foi amplamente favorável à criação desse espaço. A ideia de se criar um Passeio Público no Rio de Janeiro à semelhança do Passeio Público de Lisboa (projetado em 1764 por Reinaldo Manuel, remodelado em 1834 por Malaquias Ferreira Leal e destruído em 1879 para abertura da atual avenida da Liberdade) partiu de Luís de Vasconcelos, que encarregou mestre Valentim da Fonseca e Silva do traçado e execução do projeto. Sua implantação correspondeu a um *“requisito de civilização urbana”* em uma cidade ainda caracteristicamente colonial (MARX, 1980, p.61), pois ainda em 1783, o Passeio foi aberto ao público. Para Murillo Marx (1980, p.61), foi *“o primeiro e o mais elaborado jardim de uma série de outros como os de Belém, de Olinda, de Vila Rica e de São Paulo”*.

De acordo com Hugo Segawa, não são conhecidos registros em relação à data ou a eventuais festejos de abertura (SEGAWA, 1996, p.96) e a observação de desenhos e pinturas revela que, apesar da sofisticação do traçado, era um lugar relativamente simples com as ruas internas sem qualquer tipo de pavimentação. O fato é que, depois de inaugurado e particularmente *“passada a administração de seu criador, D. Luís de Vasconcelos”*, como assinala Segawa (1996, p.98), pouco se fez no sentido de se preservar esse espaço público, que ficou à mercê das intempéries e da violência das ondas do mar, que destruíram parcialmente o terraço – um dos trechos mais agradáveis do projeto pela visão da paisagem marítima que proporcionava.

Após décadas de descaso e de quase total ausência da manutenção, o Passeio foi remodelado por Glaziou no início da década de 1860 – quando perdeu seu traçado original, adquirindo contornos de um paisagismo à inglesa, configurado então pelo predomínio de linhas curvilíneas. Posteriormente, passou por novas reformas sob a direção de Francisco Pedro Fialho, estando muito descaracterizado em princípios do século XX, com relação ao que fora em meados do século XIX (FLEIUSS, 1928, p. 216-7). Não obstante, diferentemente do projeto original, de mestre Valentim, o projeto de Glaziou foi preservado e o Passeio Público permanece na malha urbana do Rio de Janeiro até os dias de hoje – ainda que sem a vista original da baía em consequência dos aterros realizados ao longo do século XX (com o desmonte de alguns morros), que o distanciaram do mar e modificaram a paisagem do entorno (v. SANTUCCI, 2006).

O PASSEIO PÚBLICO NA LITERATURA

É possível encontrar referências ao Passeio Público do Rio de Janeiro em fontes documentais como os anúncios de jornal:

"Aluga-se a casa da rua do Passeio n.15, tendo muitos cômodos, cocheira e quintal; quem a pretender, dirija-se à rua dos Ourives n.38." **Jornal do Comércio**, 20.02.1853. Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB-USP. (grifo nosso)

E relativamente comum encontrá-las em relatos de viagem como os de John Luccock e John Barrow (v. SEGAWA, 1996, p.88) e na construção da História do Brasil por estrangeiros como em *History of Brazil*, de Andrew Grant, publicado em 1809 (v. GRANT, 1809, p.131-5).

O Passeio Público era parte da paisagem do Rio de Janeiro em princípios do século XIX e já estava incorporado à memória de seus cidadãos, passando a ser descrito e referido nas crônicas, memórias e romances produzidos no período, ratificando o caráter documental da literatura também neste caso – da História do Paisagismo ou da Paisagem Brasileira.

Em *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, texto em tom de crônica, mas também de cunho memorialístico, publicado em 1862, Joaquim Manuel de Macedo dedica um capítulo inteiro ao Passeio Público do Rio de Janeiro. O autor principia situando o leitor *"no aprazível terraço do Passeio Público"*, sentado sobre os bancos de mármore e azulejo, com as costas voltadas para o mar (MACEDO, 2005, p.79). Desse modo, registra, já no início, algumas características do lugar: a existência de um terraço junto ao mar, com bancos de mármore e azulejo. Em seguida, o autor propõe uma retomada do passado, indo buscar *"no último quartel do século décimo oitavo o princípio da história deste jardim público"* (MACEDO, 2005, p.80). E de fato reconta essa história, desde a ideia de Luís de Vasconcelos e Sousa, que substituiu o marquês de Lavradio no governo do Brasil em 1779, até a execução do projeto de mestre Valentim e as posteriores alterações propostas por Glaziou em meados do século XIX. Macedo escreve como que elabora um romance, imaginando diálogos a partir das lendas e mitos que envolvem a criação do Passeio, mas por outro lado revela a situação real que acabou resultando na ideia de se criar uma área ajardinada junto à antiga lagoa do Boqueirão – *"formada pelas águas da chuva que ficavam estagnadas (...) e, na opinião de muitos, passava por ser um foco de peste"* (MACEDO, 2005, p.85). Revela também uma parte da história de vida do mestre Valentim – filho de português com brasileira, educado em Portugal, que se *"tornou arquiteto e entalhador de primeira ordem"* (MACEDO, 2005, p.83), evidenciando seu papel na criação do Passeio Público: *"– Mestre – disse-lhe o vice-rei (...). Já temos onde aproveitar a terra do desmoronamento do monte das Mangueiras. É na lagoa do Boqueirão, que vamos transformar em um jardim público. Dei a um engenheiro as ordens para tratar imediatamente de fazer esgotar essa lagoa. O jardim fica por sua conta."* (MACEDO, 2005, p.94) Apesar de romancear os fatos, Joaquim Manuel de Macedo registra o emprego da terra resultante do desmoronamento do monte das Mangueiras na área onde seria implantado o Passeio.

Um dos trechos mais importantes desse texto, pelo seu valor histórico e de registro, é o que apresenta a descrição do Passeio Público em seu traçado original:

“O Passeio Público, no espaço que compreendia, representava um hexágono de lados irregulares. Tinha, porém, de frente, na rua do seu mesmo nome, cerca de oitenta e seis braças, e de fundo, do portão da entrada até o gradil do terraço, dando sobre o mar setenta e quatro braças e sete palmos. Ficava-lhe a um lado, que era o da mão direita de quem entrava pelo portão, o largo da Lapa, e ao outro o largo da Ajuda, e, como apenas ficou indicado, corria-lhe pela frente a rua do Passeio, que ligava aqueles dois largos, e no fundo terminava acima do mar por um elegante terraço cuja base recebia às vezes os beijos, às vezes os embates violentos das ondas, ou namoradas ou embravecidas.” (MACEDO, 2005, p.102)

O autor prossegue com a descrição das ruas do Passeio (*“Uma rua principal nascia à entrada do Passeio e ia morrer entre duas pirâmides e diante de uma pequena cascata.”* – MACEDO, 2005, p.103), mencionando inclusive o emprego de espécies tropicais nos canteiros, que ostentavam *“O tesouro de mimosos e floridos arbustos e a vegetação tropical, representada por árvores que haviam de ser corpulentas e frondosas, e que teriam de oferecer sombra e frescor ainda nas horas canhosas do dia.”* (MACEDO, 2005, p.103) Os dois pequenos lagos artificiais e as pirâmides de cantaria também não escapam ao olhar arguto do escritor. Sobre estas últimas, afirma: *“Uma das pirâmides tinha a inscrição: ‘À Saudade do Rio’. A outra: ‘Ao amor do Público.’”* (MACEDO, 2005, p.103) A descrição do outeiro ou cascata é bastante minuciosa:

“O outeiro fora todo formado de pedras sobrepostas como ao acaso, mas com admirável efeito, rebentando dentre elas ervas e arbustos apropriados. Algumas aves graciosas feitas de bronze pousavam sobre as pedras e soltavam dos bicos água cristalina, que se precipitava mais murmurante que ruidosa. Quase na base do outeiro, dois jacarés também de bronze, parecendo recrear-se entrelaçados fora do seu ninho, mostravam-se soberbos, lançando pelas bocas abertas cópia d’água claríssima, que ia com a que deitavam as aves ajuntar-se em um tanque semicircular que rodeava a cascata, e onde se reproduziam as imagens dos jacarés. Sobre o cume do outeiro, enfim, elevava-se um magnífico coqueiro de ferro, pintado ao natural, e tendo mais de vinte palmos de altura.” (MACEDO, 2005, p.103-4)

Joaquim Manuel de Macedo escreve ainda sobre o terraço ao qual se tinha acesso por quatro escadas de pedra – duas centrais e contíguas à cascata e duas nas extremidades. Para Macedo, o terraço era *“espaçoso e cheio de elegância”*, permitindo a observação da natureza. Era avarandado e lajeado de mármore, possuindo uma *“grossa parede”* que *“o defendia dos ímpetos arrojados do mar”*. O escritor considera, também, como elemento característico do lugar, o parapeito que *“o cercava todo, tendo vários alegretes com flores que entremeavam diferentes bancos de pedra comum, e ornados com vasos de mármore”* (MACEDO, 2005, p.105).

Depois de descrever detalhadamente o antigo Passeio Público, o escritor aborda todo o processo de deterioração e de abandono que se seguiu à sua inauguração, resultando na necessidade de uma reforma expressiva, efetuada segundo proposta paisagística de Glaziou em meados do século XIX:

“A planta apresentada ao governo, e por este aprovada, representa um jardim no gênero inglês, hoje admitido em todo o mundo como o mais natural, o mais livre, e que produz mais agradáveis e completas ilusões.

“O antigo sistema de alamedas em linha reta e de maciços regulares e uniformes é completamente abandonado.” (MACEDO, 2005, p.126)

O autor compara inevitavelmente as linhas curvas, à inglesa, da proposta de Glaziou, às linhas retas do projeto original de Valentim – abandonadas pelo paisagista já sob influência do Ecletismo e não mais do Iluminismo do século anterior.

Em outras obras, como em *O moço loiro*, romance lançado em 1845, Joaquim Manuel de Macedo chega a mencionar o Passeio Público, como local frequentado por uma das personagens nas tardes de quinta-feira (MACEDO, s.d., p.15) – era um lugar aonde se ia à tarde, para passear ou se distrair, aparecendo no romance com a função de área de lazer. Em *A luneta mágica* (1869), Macedo apresenta uma descrição romantizada desse jardim, já transformado pelo projeto de Glaziou:

“Entre no Passeio Público, e com apressada curiosidade fui vendo e gozando os deleitosos quadros da relva verdejante, dos grupos de arbustos graciosos, das árvores gigantes, das correntes d’água, das pontes, do outeiro dos jacarés, do terraço que se torna admirável pela vista das montanhas, dos rochedos e do mar, das fortalezas e das ilhas, das praias e da cidade formosa, mas recreio da cidade ofuscadora, a que demora fronteira.” (MACEDO, s.d., p.44)

Há nesse fragmento do romance a menção às áreas gramadas, aos arbustos, às árvores de grande porte, às águas em cascata, às pontes, ao outeiro, à paisagem do entorno, de modo condizente com a realidade observada pelo escritor. A descrição assume um tom poético, mas de forma alguma perde, neste caso, seu vínculo com o espaço real.

Entre os romancistas do século XIX, não foi apenas Joaquim Manuel de Macedo que incluiu o Passeio Público em suas obras. Também o fizeram escritores da categoria de José de Alencar e de Machado de Assis. Em *A pata da gazela*, Amélia e sua mãe entram no Passeio e desaparecem *“na curva de uma das alamedas do parque, em direção ao lago”* (ALENCAR, s.d., p.18) – neste caso, não é necessário sequer verificar o ano de publicação do romance (que ocorreu em 1870) para concluir que o Passeio visitado é aquele modificado segundo o traçado de Glaziou, uma vez que não existiam alamedas em curva no projeto de Valentim. Nesse mesmo romance, Alencar menciona as alamedas recobertas com fina areia e a existência de um lago entre as árvores (ALENCAR, s.d., p.19) – elementos característicos do espaço real, conhecido pelo escritor. Em *A viúvinha* (1857), José de Alencar se refere a esse espaço apenas como local de passagem: *“Jorge ganhou a Rua da Lapa, seguiu pelo Passeio Público, e dirigiu-se à Praia de Santa Luzia”* (ALENCAR, s.d., p.14), revelando ser parte de um percurso possivelmente feito pelo próprio escritor.

Machado de Assis, por sua vez, faz do Passeio Público o local de reencontro da protagonista de *Helena* (1876) com seu pai, que acreditava estar morto:

“Um sábado, porém, tinha Helena doze anos, vindo ambas do colégio, parou o carro defronte do Passeio Público. Vi-as descer e entrar. Levado por um impulso irresistível,

entrei também. Queria contemplá-las de longe, sem lhes falar; mas a resolução estava acima das minhas forças. Que pai não faria outro tanto? No lugar mais solitário do Passeio, corri para Helena. Vendo-me, a menina pareceu não reconhecer-me logo; mas tentou um pouco, recuou espavorida e agarrou-se à mãe, abraçando-a pela cintura. Conheci que não estava ali um pai, mas um espectro que regressava do outro mundo. Ia afastar-me, quando ouvi a voz de Helena perguntar à mãe: 'Papai?.'" (ASSIS, 1997, vol. I, p.378)

Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), mais uma vez o Passeio é referido como lugar de encontro ou reencontro (Brás Cubas encontra Quincas Borba no Passeio Público do Rio de Janeiro e esse episódio é mencionado e referido várias vezes ao longo da narrativa), caracterizando a sociabilidade propícia do lugar (v. ASSIS, 1997, vol. I).

Em *Dom Casmurro* (1899), o protagonista, Bentinho, entra no Passeio Público e faz observações sobre os seus usuários e sobre algumas de suas características:

"Entramos no Passeio Público. Algumas caras velhas, outras doentes ou só vadias espalhavam-se melancolicamente no caminho que vai da porta ao terraço. Seguimos para o terraço. Andando, para me dar ânimo, falei do jardim:

– Há muito tempo que não venho aqui, talvez um ano.

– Perdoe-me, atalhou ele, não há três meses que estive aqui com o nosso vizinho Pádua; não se lembra?

– É verdade, mas foi tão de passagem..." (ASSIS, 1997, vol. I, p.834)

Mais adiante, revela a existência de mendigos junto ao portão:

"Ao portão do Passeio, um mendigo estendeu-nos a mão. José Dias passou adiante, mas eu pensei em Capitu e no seminário, tirei dois vinténs do bolso e dei-os ao mendigo." (ASSIS, 1997, vol. I, p.837)

Neste caso, é muito provável que o autor, Machado de Assis, estivesse registrando na literatura um dado da realidade: a característica social dos ocupantes do entorno dessa área arborizada da cidade.

Ainda em um dos capítulos finais do romance, Machado de Assis menciona o Passeio Público do Rio de Janeiro como um lugar frequentado à tarde por Bentinho e Escobar – do mesmo modo que Joaquim Manoel de Macedo faz em *O moço loiro*, indicando o horário de visitaçao:

"(...) Sobretarde descíamos à praia ou íamos ao Passeio Público, fazendo ele os seus cálculos, eu os meus sonhos." (ASSIS, 1997, vol. I, p.914)

Essa observação, entretanto, parece contrária à de muitos relatos de viagem – ainda que se considere o fato de que o romance foi publicado em 1899, ou seja, dez anos depois de instaurada a República. De acordo com os viajantes europeus, mesmo depois da reforma de Glaziou, o Passeio Público do Rio de Janeiro continuou sendo pouco frequentado. Para Hugo Segawa, isso se devia, em parte, à contradição entre a ideia de um jardim público, onde a aristocracia e a burguesia poderiam se encontrar, ocupando um lugar comum, e o meio colonial escravocrata em que foi inserido o jardim (SEGAWA, 1996, p.108). É bem provável que os próprios escritores, como Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar e Machado de Assis, fossem frequentadores

contumazes do Passeio Público e por isso a inserção desse espaço em seus romances. Como escritores e romancistas, talvez fossem capazes de apreciar devidamente, ou com uma sensibilidade mais apurada, a beleza dessa área arborizada do Rio de Janeiro – além de reconhecer seu valor paisagístico ou as visões de paisagem que propiciava. Ao registrar sua existência na literatura, esses autores evidenciam seu lugar na paisagem real e seu significado para a sociedade da época.

O PASSEIO PÚBLICO NA PINTURA

A pintura de paisagens no Brasil era ainda rara em princípios do século XIX. Nesse sentido foi significativa a contribuição dos pintores viajantes como Thomas Ender e Rugendas – o próprio Debret, pintor de costumes e de história, também elaborou diversos panoramas e vistas de vilas e cidades brasileiras. Mas praticamente não havia pintores brasileiros interessados no tema de paisagens e menos ainda de paisagens do Brasil. Exceção à regra foi Leandro Joaquim, que ainda em fins do século XVIII retratou a Igreja da Glória (*Vista da Igreja da Glória*, 1790) em uma paisagem de mar, morros e construções junto à praia, o Largo do Paço (*Revista Militar no Largo do Paço*, 1790), com grande destaque dado ao espaço livre central, e os arcos da Carioca na paisagem (em *Vista da Lagoa do Boqueirão e dos Arcos da Carioca*, 1790).

Dos pintores viajantes, quem deixou um registro importantíssimo do Passeio Público em suas aquarelas foi Thomas Ender. O pintor austríaco, que veio ao Brasil com a comitiva da princesa Leopoldina, em 1817, ficando impressionado com a luz dos trópicos, como assinala Gilberto Ferrez (1976), e conferindo assim a muitas de suas aquarelas um tom entre o amarelo vivo e o dourado, com uma ênfase também muito expressiva à vegetação tropical, retratou o Passeio Público, ainda com o projeto de Valentim, em pelo menos duas obras. Na primeira, executada do ponto de vista de quem acessa o Passeio, registra a fonte dos jacarés à distância, com o Pão de Açúcar ao fundo, à direita do observador, e uma aleia de árvores frondosas sombreando o caminho principal e ocultando as duas pirâmides. Na segunda, o pintor volta-se para trás e registra a imagem das pirâmides com a aleia já a certa distância – ao fundo é possível ver a igreja da Lapa e o convento de Santa Teresa, à esquerda do observador. O artista estabelece uma relação entre esse espaço livre e a paisagem do Rio de Janeiro; trabalha, como em muitas de suas aquarelas, com um tom entre o amarelo e o dourado, e enfatiza a vegetação e o relevo circundante.

Outro artista que retratou o Passeio Público na primeira metade do século XIX, mais especificamente em 1847, foi Alfred Martinet, colocando uma das pirâmides do centro de sua obra, a confluência de dois caminhos sem pavimentação e alguns usuários no primeiro plano, um dos pavilhões à esquerda do observador – parcialmente ocultado pela vegetação – e uma sequência de árvores de grande porte à direita de quem olha. A imagem é de um lugar muito simples, com ruas de terra e canteiros delimitados por cercas de madeira aparentemente improvisadas, revelando

a ausência de manutenção do espaço. Martinet retratou também o terraço com a vista do mar e os morros ao longe, e a mureta com vasos de plantas, descrita por Joaquim Manuel de Macedo. Apesar de não ser datada, a obra é importante por registrar a paginação do piso do terraço do projeto original, bem como as características do pequeno, mas extenso, muro que separava o terraço do mar.

Um desenho de autoria ilegível (*Obelisco do Jardim Público do Rio de Janeiro*), mas com data aproximada de 1836 a 1839, que integra o acervo da Fundação Biblioteca Nacional, mostra a relação entre as duas pirâmides e o caminho principal – retilíneo e plenamente arborizado. A ausência de manutenção é patente nesse desenho. Ainda que não se trate de uma pintura, é outro registro importante desse espaço do ponto de vista histórico e não poderia deixar de ser mencionado.

Há também uma imagem do Passeio Público do Rio de Janeiro (do mesmo modo que a imagem do Outeiro da Glória, a da Entrada da baía e a da Praça Quinze) no interior da Casa Esperança em São Sebastião – um sobrado do século XVIII, que apresenta diversas pinturas decorativas no teto e na parede de seus cômodos, tombado pelo IPHAN em 1955; provavelmente outra das raras representações por artista brasileiro da paisagem do Brasil oitocentista e no interior de uma construção, demonstrando a valorização desse espaço pela sociedade, de um modo geral, e pelo proprietário, em particular, que ao encomendar essa pintura desejou a visão da paisagem do Passeio por meio de uma representação pictórica.

Esses exemplos ratificam a importância desse espaço livre público para a cidade do Rio de Janeiro e para a sociedade da época, correspondendo a documentos relevantes e reveladores das características dessa área arborizada e ajardinada, muitas vezes anteriores às reformas propostas por Glaziou.

O PASSEIO PÚBLICO NA FOTOGRAFIA

No Brasil, os primeiros fotógrafos paisagistas iniciaram suas atividades em meados do século XIX (CARVALHO, 1991, p.203). Já em 1850, Charles de Forest Fredericks anunciava no *Correio Mercantil* a venda de vistas do porto do Recife (KOSSOY, 1980, p.33). De acordo com Vânia Carvalho (1991, p.203), a produção de paisagens contava com um público relativamente restrito no Brasil, composto em parte por viajantes e imigrantes residentes no país, que enviavam, a seus amigos e parentes, imagens do lugar onde viviam e trabalhavam.

Entre os fotógrafos que se dedicaram ao gênero de paisagens, retrataram o Passeio Público na segunda metade do oitocentos: Revert Henrique Klumb (em 1860), Leuzinger (em 1860), Augusto Stahl (em 1865), Marc Ferrez (em 1890), e Juan Guitierrez (em 1893).

O trabalho de Klumb, fotógrafo alemão que chegou ao Brasil em 1852, é de grande importância para a História do Paisagismo no Brasil. Além das paisagens urbanas registradas em vistas e panoramas, Klumb fotografou o Jardim Botânico do Rio de Janeiro – em particular a aleia de palmeiras imperiais, o lago, as cascatas, a vegeta-



Figura 2 - O terraço do Passeio Público do Rio de Janeiro, com vista para o mar. Glória, c. 1861. Rio de Janeiro – RJ.
Crédito: Revert Henrique Klumb / Coleção Gilberto Ferrez / Acervo Instituto Moreira Salles.



Figura 3 - Detalhes da vegetação tropical retratados por Klumb. Passeio Público, c. 1861. Rio de Janeiro – RJ.
Crédito: Revert Henrique Klumb / Coleção Gilberto Ferrez / Acervo Instituto Moreira Salles.

ção exuberante e os próprios usuários do jardim; fotografou algumas praças do Rio de Janeiro, como a Praça no Alto da Boa Vista, árvores plantadas ao longo da rua do Mosteiro de São Bento, o amplo espaço livre em frente ao Paço, o chafariz projetado pelo mestre Valentim e o Passeio Público.

Os usuários desse espaço livre – homens descalços, mulheres com vestidos longos e o rosto coberto por véus, crianças –, o terraço do Passeio Público, voltado para o mar, com seus bancos de mármore, as duas pirâmides, o chafariz do terraço, as pontes e luminárias, o café e detalhes da vegetação foram perfeitamente registrados por Klumb em sua obra. Mas apesar do fato de serem as imagens datadas de 1860 (especialmente as que integram o acervo da Fundação Biblioteca Nacional), constata-se que o Passeio retratado já é aquele alterado por Glaziou, marcado pelas linhas curvas dos canteiros e, portanto, posterior a 1862.

George Leuzinger foi um fotógrafo suíço que veio ao Brasil em 1832, instalando-se no Rio de Janeiro, onde abriu um ateliê fotográfico em 1860. Em uma de suas imagens do Passeio Público, de 1865, Leuzinger destaca a exuberância das espécies tropicais empregadas pelo paisagista, em meio às quais se destacam as duas pirâmides do projeto de Valentim. Nesse momento a manutenção das áreas ajardinadas e das áreas

de circulação parecia adequada. Todos os elementos da composição se apresentam ordenados ao observador.

Augusto Stahl, fotógrafo que nasceu em Bérgamo – comuna italiana na região da Lombardia, chegou ao Brasil em 1853, instalando-se inicialmente no Recife e, na década de 1860, no Rio de Janeiro. As fotografias do Passeio Público datam de 1865 e destacam mais uma vez o traçado curvilíneo do projeto de Glaziou. Entre elas há uma imagem de grande valor estético, com o enquadramento das pirâmides em perspectiva, como se acompanhassem a curva do lago, e com grande destaque dado à vegetação.



Figura 4 - As duas pirâmides e a curva do lago em meio à vegetação. Uma visão estética do Passeio Público. Passeio Público, c.1865. Rio de Janeiro – RJ.

Crédito: Augusto Stahl / Arquivo G. Ermakoff.

Marc Ferrez foi um fotógrafo brasileiro fascinado pelas paisagens do Brasil, tendo registrado a imagem de várias cidades brasileiras no século XIX – inclusive as do norte do país, como Belém e Manaus. No Rio de Janeiro retratou diversas vistas e panoramas, assim como as ruas, os edifícios e os espaços livres. Em uma das fotografias do Passeio Público, enquadrando a pequena ponte sobre o lago, as luminárias, a vegetação exuberante e os morros ao fundo, compondo uma paisagem única com os elementos naturais da cidade – neste caso os morros – e os elementos do Passeio Público. Em uma vista do bairro da Lapa, Ferrez registra a ruptura do tecido urbano na área do Passeio e a expressiva massa de vegetação que o compunha, destacando-se entre as construções e junto ao mar.



Figura 5 - A ponte sobre o lago e a vegetação exuberante do Passeio Público. *Passeio Público*, c. 1870. Rio de Janeiro – RJ.

Crédito: Marc Ferrez / Coleção Gilberto Ferrez/ Acervo Instituto Moreira Salles.

Juan Gutierrez, fotógrafo espanhol que retratou o Rio de Janeiro nas décadas de 1880 e 1890, era “panoramista”. A maior parte de suas fotografias corresponde, portanto, a vistas panorâmicas. Mas, além dos panoramas, há em seu trabalho imagens de edifícios e de espaços livres públicos, como o Passeio Público – retratado pelo artista em 1893, já com o projeto de Glaziou, com as duas pirâmides do projeto original de Valentim em destaque na composição fotográfica.

Ainda do ponto de vista paisagístico, é importante ressaltar que nos panoramas de Gutierrez (como em *Panorama visto de Santa Teresa*, de 1892, ou em *Panorama do Rio tomado da Igreja de São Francisco de Paula*, de 1893), fica evidente a difusão das palmeiras no espaço urbano depois do bem-sucedido plantio de palmeiras imperiais no Jardim Botânico. Esse elemento se torna parte da paisagem de um modo marcante – seja nos espaços livres públicos, seja atrás das casas, seja em frente às residências, seja em meio às construções.

Observa-se, assim, que os fotógrafos paisagistas não estavam interessados apenas em retratar vistas e panoramas. Espaços livres como o Passeio Público – e o Jardim Botânico – também atraíam a atenção, seja pelo que representavam no tecido urbano, seja pela profusão de espécies vegetais que valorizavam a composição fotográfica. Graças



Figura 6 - O Passeio Público do Rio de Janeiro no tecido urbano. A massa de vegetação em destaque em meio ao casario. Largo da Lapa, visto de Santa Theresa, c. 1885. Rio de Janeiro – RJ.
Crédito: Marc Ferrez / Coleção Gilberto Ferrez/ Acervo Instituto Moreira Salles.

a isso, temos documentos importantes desses espaços no modo como se apresentavam na segunda metade do século XIX.

Se “uma única imagem contém em si um inventário de informações acerca de um determinado momento passado”, como assinala Boris Kossoy (2008, p.133), imagine-se, então, o valor de um conjunto de fotografias de um mesmo lugar, elaboradas em épocas distintas. A análise comparativa dessas imagens revela não apenas as transformações paisagísticas, como também mudanças no uso do espaço.

CONCLUSÃO

As representações do Passeio Público do Rio de Janeiro no século XIX correspondem a apenas um exemplo da importância da literatura, da pintura e da fotografia para a construção da História do Paisagismo no Brasil e da História da Paisagem Brasileira. Percurso semelhante poderia ser feito com relação ao Jardim Botânico no século XIX (que além de ser muito citado pelos viajantes em seus relatos pela surpreendente aleia de palmeiras imperiais, aparece no romance, na pintura e em muitas fotografias do período). Temos localizado também várias imagens de praças e de espaços livres públicos de valor histórico e descrições de ruas, largos e jardins na literatura.

Percebe-se, assim, que essas representações podem ser empregadas não apenas nos estudos da paisagem de um modo geral e de suas transformações ao longo do tempo, mas também na análise das modificações e na caracterização de determinados espaços livres da área urbana em períodos diversos.

Gilberto Freyre foi um dos primeiros estudiosos a chamar a atenção de historiadores e pesquisadores para o valor histórico e documental de fontes como os relatos de viagem, os anúncios de jornal, os textos literários e a produção iconográfica. É importante trazer essa contribuição para o campo do Paisagismo, ampliando as possibilidades de pesquisa e descoberta na construção da história de nossas paisagens.

Nota

- 1 O presente trabalho, realizado com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil), apresenta alguns dos primeiros resultados da pesquisa intitulada *A Cidade nas Artes – da Colônia ao Império*, desenvolvida por Solange de Aragão, junto ao Núcleo de Estudos da Paisagem, sob a supervisão do Prof. Dr. Euler Sandeville Júnior, integrando sua Linha de Pesquisa *Estudos das Artes, Natureza e Manifestações Culturais no Urbano*.

Bibliografia

- ALENCAR, José de. **A pata da gazela**. Texto proveniente da Fundação Biblioteca Nacional (<http://www.bn.br>). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em 2011.
- _____. **A viuvinha**. Texto proveniente da Fundação Biblioteca Nacional (<http://www.bn.br>). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em 2011.
- ASSIS, Machado de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. A representação da natureza na pintura e na fotografia brasileiras do século XIX. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1991, p.199-231.
- ERMAKOFF, George. **Juan Gutierrez**. Imagens do Rio de Janeiro, 1892-1896. Rio de Janeiro: Capivara, 2001.
- FERREZ, Gilberto. **O Brasil de Thomas Ender, 1817**. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1976.
- _____. **O Rio antigo do fotógrafo Marc Ferrez**. Paisagens e tipos humanos do Rio de Janeiro, 1865-1918. São Paulo: Ex Libris, 1984.
- FLEIUSS, Max. **História da cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Melhoramentos, 1928.
- GRANT, Andrew. **History of Brazil**. Londres: Henry Colburn, 1809.
- KOSSOY, Boris. Fotografia e paisagem: O explícito e o oculto nas representações fotográficas. **Revista de Comunicação e Linguagens** (39), Lisboa, jun.2008, p.133-142.
- _____. **Origens e expansão da fotografia no Brasil – século XIX**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980.
- LAGO, Bia Corrêa do. **Augusto Stahl**. Obra completa em Pernambuco e Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Capivara, 2001.
- MACEDO, Joaquim M. de. **A luneta mágica**. Texto proveniente da Fundação Biblioteca Nacional (<http://www.bn.br>). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em 2011.
- _____. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Texto proveniente da Biblioteca Básica do Senado Federal (Brasília: Senado Federal, 2005). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em 2011.
- _____. **O moço loiro**. Texto proveniente da Fundação Biblioteca Nacional (<http://www.bn.br>). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em 2011.
- MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.
- SANTUCCI, Jane. O passeio público no século XX: “Novos” sujeitos, usos e atribuições. **Leituras paisagísticas: Teoria e práxis (1)**: (Re)construindo a paisagem do Passeio Público, historiografia e práticas projetuais. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2006.
- SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: Jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp, 1996.
- VASQUEZ, Pedro Karp. **Revert Henrique Klumb**. Rio de Janeiro: Capivara, 2001.
- WAGNER, Robert. **Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender**. Petrópolis: Kapa Editorial, 2000.



FUNDAMENTOS

PAISAGENS PARTILHADAS

SHARED LANDSCAPES

Euler Sandeville Júnior

Arquiteto e Urbanista, Arte-Educador, Pós-graduado em Ecologia, Mestre e Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAUUSP. Professor Livre-Docente do Departamento de Projeto da FAUUSP, Vice-coordenador da Área Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP, Coordenador do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade, FAUUSP.
e-mail: esandeville@gmail.com. URL: <http://espiral.net.br>

RESUMO

Para apoiar o programa de trabalho pretendido à época da constituição (2003) do Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP/FAUUSP), que estabelecia a paisagem como um campo de estudos sensível, de implicações políticas, escrevi em 2004 três artigos, um dos quais permaneceu inédito até o momento, circulando apenas entre os alunos. Agora, sua publicação, com ampliações, complementa o acesso à proposição original sobre paisagem que alimenta o programa de trabalho do NEP. O artigo apresenta a dimensão poética, sensível e existencial que entendo necessária aos estudos das paisagens. Estes são alguns dos princípios que estão na base dos procedimentos de pesquisa e programas de ação que desenvolvemos com a população, procurando estabelecer um entendimento da paisagem dependente da interação direta com as pessoas. Esses trabalhos postulam uma determinada forma de conhecer e de produzir conhecimento, fortemente ligada à experiência e à experimentação, que convergem na conceituação de paisagens como experiências partilhadas. Embora seja esse o fundamento da proposta do NEP, a abordagem em nossos estudos incluem contribuições de outras formas de aproximação, como aquelas que permitem trabalhar com as estruturas espaciais e suas dinâmicas.

Palavras-chave: Paisagem e ambiente, Processos cognitivos, Trabalhos colaborativos

ABSTRACT

In order to support the agenda set up by the Landscape Studies Group (NEP/FAUUSP) at the time of its constitution (2003), which established the landscape as a sensible study field with political implications, I wrote in 2004 three papers, one of them remaining unpublished since, except between students in my classes. Now, its publication — with additions — complements the access to the original propositions on landscape that feed the Group's agenda. This paper presents the poetical, sensible and existential dimensions that I believe are necessary to the landscape studies. These are among the principles which stand at the basement of the research procedures and action briefs that we develop along with the population, looking for establishing an understanding of the landscape dependent on the direct interaction with the people. These works postulate a precise way of knowing and producing knowledge, strongly connected to the experience and the experiencing, all of which converge on the concept of the landscape as a shared experience. Although this being the grounding of the NEP's proposal, the approach found in our studies share other ways of approaching, as those ones that make us able to work with the spatial structures and their dynamics.

Keywords: Landscape and environment, Cognitive processes, Collaborative works

Em 2004 iniciei uma aula fornecendo aos alunos um conjunto de fotografias e pedi que me dissessem o que tinham em mãos. As respostas foram rápidas: PAISAGENS. As imagens retratavam uma cidade com uma parte verticalizada, um caminho com uma mulher na caatinga, um rio. Meus alunos estariam de fato segurando paisagens? Tão familiarizados estamos com a mediação de recursos tecnológicos e de suportes abstratos para nos referirmos a nossas experiências e conhecimentos, que essa substituição torna-se verossímil. No caso da paisagem, tomam seu lugar suas representações em mapas, maquetes, fotos, slides e, por que não, dissertações, teses, relatórios, projetos. É importante pensar porque as fotos representam algo que não são, não se referem a si mesmas enquanto fato material, mas a uma outra coisa que substituem, inclusive afetivamente.

De certo modo, essas imagens, em um primeiro momento, se tornam algo que não são para adquirir sentido (colocando em questão universos de representação, o imaginário); já as paisagens, existem enquanto representação daquilo que são, isto é, exigem a inserção no espaço para existirem, a experiência física não se desgruda da experiência humana de se saber e sentir-se nesse espaço daquela de se representar nele, em uma complexa temporalidade. As paisagens estabelecem uma polarização transitiva¹ entre sujeitos e seu ambiente, com uma unicidade tensa e não isenta de contradições e ambiguidades, característica das relações humanas.

Agreguei então algumas informações às reproduções que os alunos tinham em mãos, ampliando-lhes os sentidos, e transformando-os. O rio fotografado era o Jequitinhonha, e a mulher que aparecia no caminho era Dona Maria (nome hipotético), uma senhora que conheci no vale do Jequitinhonha, se me lembro, na altura do Araçuáí. Esta senhora pedia carona e se ninguém parasse iria andando até seu sítio, com uma trouxa de compras sobre a cabeça, talvez por uma tarde inteira, ou mais.

Pelo caminho, longo como se percebe, contou-me estórias que margeavam a estrada, povoando em minha imaginação as casas e campos lindeiros com vida. Aos poucos, o que via de passagem ia mudando de sentido, como se a paisagem, enraizando-se nela mesma e desvelando razões que a habitam - e se indicam de um modo sutil ao passageiro que a atravessa - deitasse suas raízes também em mim. Contou-me de sua vida. Havia perdido o marido de "inchaço no coração", um filho morreu após uma queda, enfim, restara um filho que morava com ela. Perguntei-lhe então o que havia de bom. Sua resposta me impressiona até hoje: *"De bom, meu fio, só memo a dor."*

Desviei-me da estrada por uma secundária para deixá-la mais próxima de seu sítio, mas em determinado ponto o carro não conseguia vencer o chão de cascalho e areia da estação seca. Ela seguiu seu caminho, agradecendo muito, e preocupada de como voltaria o carro. Quanto a ela, procurava tranquilizar-me: agora faltava pouco por essa estrada, depois teria que atravessar por uns morros a mata seca (a caatinga), após mais algum tempo de caminhada chegaria a um rio (seco provavelmente) e, na margem oposta, marcada em sua memória, a seu sítio. Sua vida me pareceu povoada por lembranças trágicas em um quadro natural hostil. Perguntei-me, logo depois, por que não se mudava dali para terras menos inóspitas? Mas seriam mesmo inóspitas?

A uma primeira apreensão, o termo poderia soar aceitável diante dessas terras que sugerem obstáculos muito significativos, escassez, contrariedades ao trabalho e necessidades humanas quase totais diante dos “confortos” a que estamos acostumados. Seguramente, não o é do ponto de vista da beleza, já que aquelas paisagens no período seco abrigavam uma grande possibilidade estética (pelo menos as sentia assim). A beleza não é um fato em si, é um modo de sentir que se aprende. As paisagens são frequentemente identificadas com uma associação à beleza (e esta à visualidade). De fato, a dimensão estética (que antes do visual é uma condição do sentir, um saber que pode ser verbalizado, mas se mobiliza antes e além da verbalização) é sempre uma dimensão possível na paisagem. Em meu entendimento, paisagens não são realidades ou experiências que tendem ao repouso, são contraditórias e dinâmicas, e nos oferecem todas essas potências.

Um pouco adiante, atravessei uma ponte sobre o cascalho e, subindo a vertente do morro, conversei com algumas pessoas. Água? Só em novembro! Estávamos em julho. A hospitalidade, entretanto, era imensa. Aí reside a beleza. Nesses relatos, e em outros que experienciei, as paisagens só são plenamente significadas como paisagens quando dotadas do significado das vidas das pessoas que ali constroem sua história. Seja um chão de concreto ou de cascalho, o horizonte de cinzas das lajes da cidade, a terra da caatinga, os verdes solares das matas, a paisagem é a nossa casa, o habitar da memória viva e familiar inscrita em cada imaginação e realização, ou em cada possibilidade por fazer, mesmo que nunca o venha a ser.

O que dei a D. Maria foi muito pouco e eventual, mas ela me deixou muito, e foi perene. Ela e outras pessoas que não entram neste relato, e não entram em nenhum relato, marcaram para sempre o que sou, o que vejo: deram-me a oportunidade de um entendimento mais concreto e amplo do que significa a paisagem: vida. A experiência pelo vale do Jequitinhonha em 2002, como muitas outras desde 1985, quando atravessava num transepto a cidade de São Paulo, dos bairros jardins aos bairros chamados de clandestinos, que se espraiavam pela área de mananciais, até os limites dos testemunhos da floresta atlântica. Casas, rios e matas propõem uma experiência de descoberta, de desvelamento para além de suas formas, enquanto são apenas matéria ou coisa, não são ainda paisagem.

A beleza das paisagens só se torna plena ao se perceber a beleza e o drama humano, com suas contradições, lutas e esperanças, que lhes atribui, modifica, nega ou acrescenta os significados. A dimensão estética e sensível, que as paisagens possibilitam, não se oferecem apenas nas formas, mas nos significados e nos sentidos nelas entranhados, na medida em que se nos descortinam. Sem a experiência direta, aberta, indeterminada, poderíamos nos contentar com os cartões postais.

Tornarmo-nos conscientes dessa dimensão existencial *na* paisagem (e não só *da* paisagem, como se costuma dizer), não mais figura ou contemplação distanciada. Percebermos-nos parte dela e de sua transformação, cúmplices e ativos, responsáveis tanto pelo que é, quanto pelo que pode ser. Considero a experiência indispensável à pesquisa. Daí incluir, em muitas das investigações que fiz, papel fundamental à viagem,

ao percurso, à observação direta e assistemática, além dos procedimentos já consagrados na pesquisa qualitativa.

Tenho como pressuposto que a experiência (no sentido de BONDÍA, 2002) é indissociável de um processo complexo e crítico de aprendizagem, no qual o sensível e o cognitivo se encontram, tornando-os essenciais tanto à interpretação da paisagem, quanto à formação para o enfrentamento das questões urbanas e ambientais. Tratando-se de paisagens, não desejamos contemplá-las apenas do mundo das teorias e das janelas do gabinete, e pensamos que não basta “abrir as janelas” para contemplá-las. Ao seu modo, Fernando Pessoa (2006), em *Alberto Caetano*², coloca uma condição existencial problemática no conhecimento dos fenômenos:

Não basta abrir a janela
Para ver os campos e o rio.
Não é bastante não ser cego
Para ver as árvores e as flores.
É preciso também não ter filosofia nenhuma.
Com filosofia não há árvores: há ideias apenas.
Há só cada um de nós, como uma cave.
Há só uma janela fechada, e todo o mundo lá fora;
E um sonho do que se poderia ver se a janela se abrisse,
Que nunca é o que se vê quando se abre a janela.

Temos que ir lá fora para apreendê-las e para aprender. A par do existencialismo e do argumento aparentemente antifilosófico do poeta há uma questão mais importante ainda que se coloca. O mundo das ideias, discursivo como apresentado pelo poeta, é, para ele, um mundo de isolamento do indivíduo, do “cada um de nós”. Ao passo que a paisagem é um mundo relacional, é o mundo do “entre nós”³.

Esse contato contraditório do mundo das ideias com a experiência (que “nunca é o que se vê quando se abre a janela”) constitui então uma imensa possibilidade de aprendizado. Proporciona inquietação tanto quanto aproximação. Ou seja, conhecer é aprender, e aprender é experiência. Estes são processos que existem em tensões sutis, algumas vezes intensas, nas quais os significados se estabelecem e ainda assim permanecem abertos, poéticos, existenciais (daí, do empírico não cabe falar aqui de empirismo, mas de desvelamento⁴). As tensões e contradições, como as afetividades, e não apenas as harmonias, os rigores e as coerências, são relevantes ao processo de conhecimento.

Descobrir paisagens (brasileiras, em nosso caso) é descobrir as pessoas que nelas, integrados indissociavelmente, vivem suas vidas, seus sonhos, seus romances, suas esperanças, suas dores e angústias, por vezes desesperos. É partilhar, por tempos de durações e intensidades variadas, as dores e sonhos inscritos não poucas vezes na pele e no coração; é usufruir, ainda que transitoriamente, o melhor de cada um, a bondade de tantos. É ser beneficiário, ainda que distante e de partida, de seu enorme potencial. No entanto, as adversidades são imensas.

Paisagens são experiências de vida. **Experiências partilhadas**⁵. Ignorar a intensidade, a tensão e a riqueza, a espontaneidade cheia de intencionalidades e contraditória desse partilhar experiências que constitui uma paisagem, é caminhar por elas de “olhos bem fechados”, é atravessá-las como um burocrata, que ao focar os olhos nada tem para ver senão memorandos, hierarquias, ordens, classes e as técnicas para sua catalogação e arquivo. Estudar paisagens, ao contrário, é abrir-se para uma dimensão estética (um ampliar da sensibilidade), uma dimensão poética (um ampliar dos significados no mundo), uma dimensão técnica (no sentido de uma técnica concebida sob um juízo social coletivo), uma dimensão crítica que fundamenta a mudança numa perspectiva humana ativa, no que esta expressão convida a uma ação ética e solidária (Paulo Freire, 1996, 2001, nos ajuda de modo essencial a aprofundar esse programa de aprendizagem).

Ao falarmos em paisagem, obviamente estamos diante de visões, enfoques, problemas e conceitos muito diversos, que se referem a campos de significação comuns, embora não unificados. Indo além, a paisagem não pertence, enquanto conceituação, a um olhar ou a um saber, pois é um fato socialmente produzido, essencialmente coletivo e complexo ainda quando desigualmente apropriado de forma particular. O que faz com que a paisagem não seja o “objeto” designativo de um campo disciplinar, mas se dê na interpolação e nas fronteiras de vários: não se trata apenas de multi e interdisciplinaridade, mas de construção de transdisciplinaridades e - é preciso que se diga -, de não disciplinaridade⁶.

Não são apenas as paisagens que mudam conforme o observador, como frequentemente se afirma. A paisagem muda o próprio pesquisador, conforme o problema enfrentado e a interação que se estabelece. Este é transformado e assim transforma seu entendimento da paisagem que se desvela nesse convívio. Aprendizagem é a transformação do sujeito na relação com o mundo, sem o que não se pode falar de conhecimento. A paisagem mobiliza um campo semântico e de possibilidades que ultrapassa o da racionalidade, embora o contemple, ativando importantes conteúdos de subjetividade e relacionais, que são assim, de algum modo, recapturados na investigação científica humanista (no sentido que lhe atribui Paulo Freire) através da intrusão poética⁷.

Enriquecem-se de significados os circunspetos campos disciplinares que pretendem dar conta de objetos específicos, devolvendo a esses recortes, no horizonte de uma subjetividade de fundo, um pouco da totalidade do objeto que é roubada pelo excesso do desejo de objetividade do método. A adoção e manutenção do termo paisagem mostra que a poesia ainda é necessária ao conhecimento científico⁸. Como todo conhecimento, este engendra e é engendrado por representações do mundo e não por uma descrição isenta, permanecendo assim relativo à experiência existencial: se inscreve no quadro da vida do pesquisador e do pesquisado.

Tomemos um outro exemplo, não mais fotos, mas um poema. Vejamos um *tanka*⁹ de Kikuji Iwanami (1898-1952, tendo vindo para o Brasil em 1925), imigrante japonês que segundo se conta passou a vida cultivando a terra durante o dia e escrevendo *tankas* à noite.

綿の木の 花のさかりは さながらに 故国の桜の 花を思わしむ	as paineiras [árvore de algodão] no tempo de florada são idênticas às cerejeiras em flor na minha terra natal IWANAMI 1993:37 ¹⁰
--	--

Ao tempo em que a natureza, a escala das coisas e os modos de fazer e relacionar-se mudam aos olhos do poeta, em imagens que são recorrentes em suas poesias, a memória se sobrepõe ao mundo observado, mobilizando continuamente os significados já conhecidos. Aqui, também, a aprendizagem não se dá apenas no conhecimento lógico, mas no sensível.

Como o imigrante Iwanami, procuramos reconhecer paisagens afetivas em um território estranho que vai se tornando familiar. A memória é ativa na invenção do presente (geralmente se cai na ilusão de ser recordação, de ser passiva, mas é construção e projeção¹¹). Sem dúvida, aqui percebemos a importância dos símbolos e da memória na relação de pertença e de alteridade e, mais do que isso, de construção da paisagem. A construção da paisagem é parte da construção de si mesmo no mundo, mobilizando não só a percepção, mas uma condição existencial muito ampla e que só é possível numa realidade entre sujeitos e temporalidades múltiplas, que envolve as subjetividades, além da sociabilidade e de uma dimensão que ultrapassa o indivíduo, mas a ele se apresenta e pode ser percebida, que é social e histórica.

A cerejeira, mencionada no poema, vai muito além da beleza da flor, que de fato existe, e da sua lembrança. É apreciada em uma teia que é também de significados e vivências que são parametrizados pela cultura, pela tradição, que remete a uma condição espacial e social na qual o objeto representado existe e significa. Daí, reconhecer a “árvore do algodão” é tanto reconhecer-se diferente na diferença, quanto o fazer-se parte dela gradualmente, e nesse processo construir-se em uma nova terra, com os riscos e as múltiplas durações dessa experiência que se reelabora continuamente.

Assim, a paisagem, como a entendo, é um campo de significados imensos que mobilizamos como processo sensível e cognitivo, e reposicionamos a partir do existente sempre em uma nova perspectiva. Mas um novo que não é anulação do que foi; ao contrário, é condição transformadora e entrelaçada com o “passado”, sucessivamente transformado, que subsiste assim no “presente”. Mudança e permanência não são alternativas excludentes, dualidades. São mais uma coexistência imbricada, uma condição que existe uma na outra. Nesse sentido, a paisagem é tanto história, quanto é vivência, é tanto memória quanto é possibilidade. As belas vistas, que nossa cultura consolidou como senso comum do que seja uma paisagem, não são de fato sua condição existencial mais profunda, sequer na experiência distraída do cotidiano, em que subsiste um amplo campo sensível e perceptivo, cognitivo. Como objeto de estudos, reduzi-las apenas a isso, ou apenas a formas de representação visual, desconsidera um universo

de significados e de implicações necessárias para quem se acerca do estudo das e nas paisagens. A insuficiência da representação cartográfica ou iconográfica, por exemplo (sem negar sua importante utilidade), demanda também a vivência do pesquisador para que a paisagem se estabeleça como tal em seu processo cognitivo.

A ênfase na experiência não constrói, nessa perspectiva, uma paisagem como um presente autonomizado e sem espessura, individualizado. Ao contrário, possibilita a percepção de suas múltiplas temporalidades e escalas, das ambiguidades das escolhas e suas razões nesse campo a que chamamos de relacional, do “entre nós”. Por isso não admite também o extremo de uma paisagem objetivada em sua representação ou em sua forma. A paisagem evidencia que as possibilidades ultrapassam em muito a escala do indivíduo e suas relações de convivência, como ultrapassam em muito o tempo em que se dá o presente, e seus ciclos, tornando assim a paisagem aprendizagem.

“Estudar a paisagem é, nesse entendimento, estabelecer uma discussão da cultura, de implicações políticas, ou não a perceber como paisagem. Sociedades organizam o território em função de suas necessidades e valores, definindo suas condições de existência. Discutir a paisagem é discutir como nos vimos, como nos vemos, como gostaríamos de ser vistos. É reconhecer, antecipadamente, como seremos vistos como sociedade. Nesse sentido, por vezes a paisagem incomoda (e muito): evidencia nossas práticas para além dos discursos que a camuflam, questiona valores correntes, aponta para um desejo possível de mudança – o que nos proporciona alguma esperança e faz brotar um sentimento de urgência.” (SANDEVILLE Jr. 2005)

Paisagem, potencial-problema, insiste em desabrochar criativa, forte, vital, autêntica, ainda que tantas vezes negada e ultrajada. Negada pelas elites e pelos governantes - exceto nos registros que simbolizam sua presença e de “seus iguais” -, mas negada também por bandidos, por preconceitos injustificáveis, por interesses locais e regionais que se sobrepõem maldosa e irresponsavelmente à vida, mesquinhos, inconfessáveis, manipulando os outros desavergonhadamente em benefício próprio. A paisagem descoberta como tal, em sua potência, emerge como resistência humana, silenciosa e eloquente. Sua experiência, como uma aventura de conhecimento, contribui para questionar os textos e imagens em profusão que nos afastam da experiência direta, apresentando-se como retrato suficiente, visando nos satisfazer com o retrato mais do que com o retratado.

Dar conta dessa condição existencial exige e favorece perceber a paisagem também como um campo de conflitos e contradições, evidenciando que essa condição de existência é também produção social do espaço¹² e história. Sem dúvida, essa dimensão coletiva e temporal pode ser percebida e reconhecida no empírico e na experiência, mas exige outras mediações e representações para o seu acesso intelectual e operativo. As implicações dessa epistemologia, que é também pedagogia, são exploradas e aprofundadas no conjunto de trabalhos e pesquisas de que participamos como grupo de pesquisa e ação. Essa partilha das paisagens, ou paisagens partilhadas, o são em todos os sentidos indicados, e nos que estes implicam e convidam a desvendar. Para tanto, traz algumas atenções importantes em nosso trabalho:

Primeiro, reconhecer que o pesquisador partilha, por determinado tempo, com outras pessoas que se tornam parceiras desses trabalhos, as paisagens que estuda. O que decorre de reconhecer que os nossos interlocutores são protagonistas¹³ que as partilham entre si e com outros sujeitos, grupos e organizações sociais como sua condição de vida, colocando aí aspectos do trabalho, da sociabilidade, da afetividade, do habitar e, portanto, são dotadas de múltiplas temporalidades e espacialidades. O que deve implicar em postura ética, sensível, dialógica e devolutiva do pesquisador aos seus parceiros.

Segundo, entender, mesmo quando este não é o foco da pesquisa, que essas paisagens partilhadas no interpessoal também o são socialmente, o que significa dizer que são construções para um espaço que se realiza para além das individualidades, como espaço social, construído no âmbito de condições mais amplas, *estruturais*. Ou seja, as realidades locais não são apenas realidades locais. Nem, tão pouco, a realidade do lugar é mero espelho ou reflexo determinado por macroforças sociais gerais independentes da vontade humana. Essa compreensão leva a perceber na paisagem durações e interações espaciais constitutivas que transcendem nossa existência e percepção; dotadas de historicidade, permanências e modernizações na produção social do espaço, mas não reduz o fato de que somos sujeitos sociais ativos nesses processos.

Terceiro, essa partilha, assim entendida como vivência e como produção, apresenta muitas possibilidades de aprendizagem, temáticas e escalas de aproximação, nas quais se ampliam ou restringem os mundos, as sensibilidades, a inteligência dos processos, as capacidades de decisão, criação e ação, sendo assim possível dotá-las de intencionalidade e compromisso.

Quarto, essa epistemologia reconhece que há um campo poético e um campo obscuro implicado no conhecimento, não propriamente que lhe escapa, mas que o constitui. Talvez, ampliando o argumento de Lefebvre (2006:29) ao tratar das representações, *a teoria do conhecimento não basta, há que adicionar-lhe uma teoria do desconhecimento*¹⁴.

Neste sentido, entender uma paisagem é também construí-la. A cada novo entendimento, descortinamos uma paisagem mais ou menos rica, desenhamos nosso papel e compromisso *nela* (e não apenas *com* ela). Por isso, o entender se dá em ação, em experiência, em transformação do que somos ao nos abriremos para o mundo. Criamos paisagens sobre paisagens já conhecidas a cada vez que as conhecemos melhor, de modo que paisagens não são tipos, mas realidades específicas e dinâmicas, não são apenas formas, mas universos de significação, nem são apenas imagens, mas o trabalho da natureza e de gerações no *tempoespaço*, significadas na vivência.

Notas

1. O termo *trajectivité*, cunhado por Augustin Berque (2000), ajuda a entender essa relação.
2. O poema me foi encaminhado pela aluna Cristina Cuiabália Rodrigues Pimentel, depois de uma aula sobre paisagem.
3. SANDEVILLE JR., 2011b.
4. CRITELLI, 2006.
5. SANDEVILLE JR., 2004, 2005.
6. SANDEVILLE JR., 2011a.
7. MORIN, 2005.
8. Podemos considerar, por exemplo, Alexander von Humboldt (1769-1859). Esse naturalista ainda opera um conhecimento racional e empírico do mundo que dialoga com a experiência e sua dimensão estética (como em HUMBOLDT, 1950). A separação mais radical veio depois e, nesse momento, cabia ainda ao artista capturar alguns elementos sensíveis por meios que escapavam à descrição lógica (a arte), e vice-versa, estabelecendo cooperação entre essas linguagens.
9. *Tankas* (*Tan*:curto + *Ka*: poema, na sua origem eram cantados) são poemas subjetivos formados por cinco versos com total de 31 sílabas (no japonês as sílabas não são apenas sons, mas imagens) distribuídas em versos de 5-7-5-7-7, métrica que esse poeta considerava válido desrespeitar.
10. Escrito em *hiragana*, pode-se aproximar da sonoridade e do ritmo original do poema: “*wata no ki no/ hana no sakari wa/ sanagara ni/ kokoku no sakura no/hana wo omowashimu.*”
11. Do mesmo modo que a memória é representada corriqueiramente como um olhar do acontecido, e não como sua invenção para o presente e projeto, a distração e o esquecimento também são geralmente vistos como negações ou negatividades. No entanto, são constitutivos necessários do ser no mundo e dão sentido à lembrança.
12. SANTOS 2002; LEFEBVRE, 1991, 2001.
13. Nem os pesquisadores, nem os colaboradores, nem aqueles que o estudo não abarca, são passivos ou neutros. Todos são protagonistas e sujeitos nessas relações que mobilizam múltiplas temporalidades e durações.
14. Emprestei o termo a Lefebvre, mas com a intenção de aproximá-lo também de um outro autor: Paulo Freire (1996) ao fundar a aprendizagem na consciência da incompletude, na curiosidade e na consciência crítica.

Bibliografia

- BERQUE, Augustin. La trajectivité des formes urbaines. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Paisagem e arte: A invenção da natureza, a evolução do olhar.** São Paulo: I Colóquio Internacional de História da Arte, 2000, p. 41-47.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.
- CRITELLI, Dulce Mára (1996). **Análítica do sentido.** Uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. 2 ed. São Paulo: EDUC/Brasiliense, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira.** São Paulo: Instituto Paulo Freire/Cortez, 2001. [1959].
- _____. **Pedagogia da autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HUMBOLDT, Alexander von. **Quadros da natureza.** Trad. Assis de Carvalho. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1950, 2 vol.
- IWANAMI, Kikui. **Tankas de Kikui Iwanami.** São Paulo: Aliança Cultural Brasil-Japão, 1993.
- LEFEBVRE, Henry. **La presencia y la ausencia.** Contribución a la teoría de las representaciones. Trad. Oscar Barahona e Uxo Doyhamboure. México: FCE, 2006. [1980].
- _____. **O direito à cidade.** Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. **The production of space.** Trad. D. Nicholson-Smith. Reino Unido: Blackwell, 1991.
- MORIN, Edgar. **Amor, poesia, sabedoria.** 7 ed. Trad. Edgar de Assis Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- PESSOA, Fernando. **Obra completa.** Maria A Galhoz (Org.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

SANDEVILLE JR., Euler. **As paredes, a paisagem, as formas da morte, as possibilidades da vida**. São Paulo: Plêiade/AION, 2011b.

_____. Paisagem. Revista **Paisagem e ambiente**, São Paulo, v. 20, p. 47-60. 2005.

_____. Paisagens e métodos. Algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intraurbana. Revista **Paisagens em debate**. Disponível em <http://www.usp.br/fau/deprojeto/gdpa>, 2004.

_____. **Paisagens partilhadas**. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011a.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

Homenagem

Gostaria de homenagear com este texto duas mulheres: Dona Maria, cujo nome inteiro jamais soube e que se torna invisível, embora vivente, como as paisagens em que existe e as quais me ajudou a perceber melhor, e Miranda Martinelli, orientadora de meu mestrado e doutorado, que me estimulou e possibilitou (e a muitos colegas, direta ou indiretamente) a estrutura institucional e o ambiente intelectual para estudar a paisagem. Ambas contribuíram de modo tão diverso para que pudesse tornar minha relação com as paisagens mais rica e essencial, mais plena de uma perspectiva humana, no sentido da vida e de todos os seus conhecimentos que não podem ser avaliados pelos atuais sistemas de certificação, que tratam apenas de quantidades que atravessam portas estreitas de verificação. Os conhecimentos devem ser construídos sabendo-se na vida e sabendo-se nela significados e significantes.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO – REVISTA PAISAGEM E AMBIENTE: ENSAIOS

1 O Conselho Editorial da revista *Paisagem e Ambiente: Ensaios* decidirá quais artigos, ensaios, conferências, debates, resenhas, relatos de experiências e notas técnicas terão a possibilidade de publicação, considerando-se para tanto a consistência teórica e a pertinência do tema diante da linha editorial.

2. Apresentação dos trabalhos:

Em mídia eletrônica (CD, DVD), utilizando o processador de texto WORD 6.0 ou superior. Deverá conter entre 21.600 a 43.200 caracteres, incluindo o resumo, o abstract e a introdução. Deverão ser entregues, com o CD/DVD, três cópias impressas do arquivo.

O resumo e o abstract não deverão ultrapassar 2.800 caracteres.

3. Os títulos e os subtítulos deverão aparecer em maiúsculas, pois é importante que no original fique clara sua natureza. Também deverão ser concisos e explícitos quanto ao conteúdo tratado. Deverão ser apresentadas, no mínimo, 5 palavras-chave (unitermos).

As contribuições deverão ser acompanhadas da versão em língua inglesa do título, subtítulo, resumo e palavras-chave.

4. Logo após o título, devem constar o nome do autor, sua qualificação, procedência e endereço postal e/ou eletrônico.

5. As notas e referências bibliográficas deverão ser agrupadas no final do texto e devidamente referenciadas, de acordo com as normas NBR 6023 e NBR 10520, da ABNT.

As notas e referências deverão seguir os seguintes padrões:

5.1. Artigos e capítulos de livros

Colocar a referência bibliográfica nesta ordem: autor, título do artigo/capítulo, nome do autor do livro, título do livro (em itálico), subtítulo (sem itálico), edição, local de publicação (cidade), editora, volume, data de publicação, série ou coleção.

Exemplos

- autor do capítulo e do livro

MACEDO, Silvio Soares. Ecletismo. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: Edição do autor, 1999 (Coleção Quapá).

- autor somente do artigo ou capítulo

MACEDO, Silvio Soares. Robero Burle Marx and the founding of Modern Brazilian Landscape Architecture. In: VACCARINO, R. (E.) *Roberto Burle Marx. Landscapes reflected*. Nova York: Princenton Architectural Press, 2000.

5.2. Artigos publicados em periódicos

Indicar o autor do artigo, título do artigo, subtítulo do artigo, título da revista (em itálico), local de publicação (cidade), título do fascículo, se houver (suplemento ou número especial), volume, número, páginas (inicial e final), mês e ano.

Exemplo

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Pode-se planejar a paisagem? *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo, n. 13, p. 159-179, 2000.

5.3. Citações no corpo do texto – Referências bibliográficas

As citações, quando forem literais, devem ser precisas, grafadas em itálico e entre “aspas”. No corpo do texto devem constar o sobrenome do autor, data e páginas da publicação. Ex.: (LEITE, 1994, p. 86)

Nas Referências bibliográficas, o sobrenome do autor citado deve ser posto em ordem alfabética (em maiúsculas), prenome, título do livro (em itálico), subtítulo (sem itálico), edição, local de edição (cidade), editora, volume, ano de publicação, série ou coleção (entre parênteses).

Exemplo

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. *Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização*. São Paulo: Hucitec, 1994.

5.4. Dissertações e Teses

As referências de tese de doutorado ou dissertação de mestrado devem conter: nome do autor, título (em itálico), subtítulo (sem itálico), data, número de páginas ou volume, categoria (grau), identificação da instituição, local, data de publicação.

Exemplo

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *A megalópole e a praça: O espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. 2001. 351 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

6. As ilustrações deverão ser entregues em folhas separadas com as devidas indicações de créditos e legendas, devidamente referenciadas no texto.

Os desenhos deverão ser entregues em arte-final, preferencialmente a nanquim sobre papel schoeller. No caso de imagens, deverão ser entregues os originais, para serem escaneados no Laboratório de Programação Gráfica.

Em caso de arquivo eletrônico, a imagem deverá ter 300 d.p.i., no tamanho 12 x 15 cm, em RGB. As imagens não serão recebidas por correio eletrônico.

Será permitida a inclusão de ilustrações que poderão ser impressas em cores, dependendo da disponibilidade de recursos para a impressão. As ilustrações (fotos, desenhos, esquemas e croquis) poderão ocupar um número equivalente de páginas daquelas ocupadas pelo texto.

7. Não serão aceitas reproduções de imagens publicadas em livros, revistas ou periódicos, sem a expressa autorização do(s) autor(es) das mesmas.

8. Após o ato de entrega, as condições dos originais serão analisadas criteriosamente. Os trabalhos que estiverem em desacordo com os padrões aqui descritos serão devolvidos em seguida para que se providencie sua regularização.

9. Os textos assinados serão de inteira responsabilidade dos autores e não haverá alteração de seu conteúdo sem prévia autorização.

10. Os autores receberão gratuitamente três exemplares do fascículo no qual constar publicada sua contribuição.

Laboratório de Programação Gráfica

Prof. Coordenador: Minoru Naruto

Supervisão Geral

José Tadeu de Azevedo Maia

Supervisão de Projeto Gráfico

André Luis Ferreira

Supervisão de Produção Gráfica

Narciso Antonio dos Santos Oliveira

Preparação e Revisão

Margareth Artur

Emendas

Eliane Aparecida Pontes

Diagramação

Sóstenes Pereira da Costa

Tratamento de Imagem

Sidney Lanzarotto

Fotolito

Francisco Paulo da Silva

Montagem de Chapa

Francisco Paulo da Silva

Cópia de Chapa

Carlos Cesar Santos

Roseli Aparecida Alves Duarte

Francisco Paulo da Silva

Impressão

Arnaldo Machado de Lima Jr.

José Gomes Pereira

Eduardo Antonio Cardoso

Jaime Almeida Lisboa

Ubiratan Brito de Alcantara

Acabamento

Carlos Cesar Santos

Eduardo Antonio Cardoso

Ercio Antonio Soares

José Tadeu Ferreira

Mario Duarte da Silva

Roseli Aparecida Alves Duarte

Valdinei Antonio Conceição

Dobra

Ercio Antonio Soares

José Tadeu Ferreira

Mario Duarte da Costa

Secretária

Eliane de Fátima Feroselle Previde

Composição, fotolitos, impressão offset e acabamento

Laboratório de Programação Gráfica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Pré-matriz

Linotronic Mark 40

Tipologia

Futura Lt BT, no corpo 10 para o texto, Optima Demi Bold, no corpo 14 para os títulos,

Optima Demi Bold, corpo 10 para os subtítulos, Futura Lt BT, no corpo 8 para as legendas (itálico) e

notas (normal), Futura Lt BT, no corpo 8 para as bibliografias.

Montagem

31 cadernos de 8 páginas frente e verso

Tiragem

1.500 exemplares



ISSN 0104-6098



00030



9 770104 609003

PAISAGEM AMBIENTE 30